configurações

ISSN 1646-5075



REVISTA DE SOCIOLOGIA

N.º 1 | 2005

DESIGUALDADES SOCIAIS

CAMPO DAS LETRAS

Título: CONFIGURAÇÕES 1 2005

Director: Manuel Carlos Silva

Directora-adjunta: Helena Machado

Conselho Consultivo: Nunes de Almeida (ICS, Univ. Lisboa), João Ferreira de Almeida (CIES, ISCTE), Veit Bader (Univ. Amesterdão), Maria Ioannis Baganha (FE-Univ. Coimbra), Luís Baptista (FCSH,Univ. Nova de Lisboa), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Manuel Villaverde Cabral (ICS, Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Politécnica de Valência), François Dubet (Univ. Bordeaux), Elísio Estanque (FE-Univ. Coimbra), José Carvalho Ferreira (ISEG, Univ. Técnica de Lisboa), Ilona Kovacs (ISEG, Univ. Técnica de Lisboa), Renato Lessa (IUPERJ, Universidade Fluminense), João Teixeira Lopes (FL-Universidade do Porto), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Louvaina), John Low (Univ. Lancaster), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Maiz (Univ. Santiago de Compostela), António Lucas Marín (Univ. Complutense), Hermínio Martins (Oxford College/ICS-Univ Lisboa), Raymond Massé (Univ. Laval), José Bragança de Miranda (FCSH, Univ. Nova Lisboa), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), José Madureira Pinto (FE-Univ. Porto), Manuela Ribeiro (DES-Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), François Singly (Univ. René Descartes-Sorbonne), José Manuel Sobral (ICS-Univ. Lisboa), James Taylor (Univ. Montreal), Beatriz da Rocha Trindade (Universidade Aberta), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), Loic Wacquant (Universidade Califórnia, Berkeley).

Conselho Científico: Emília Rodrigues Araújo, António Joaquim Costa, Manuel da Silva e Costa, Ivo Domingues, Albertino Gonçalves, Maria Engrácia Leandro, Helena Machado, Ana Paula Marques, José Neves, Jean Martin Rabot, Manuel Carlos Silva, Carlos Veloso da Veiga, Fernando Bessa Ribeiro (UTAD), Manuela Ribeiro (UTAD), Sheila Khan (Univ. Manchester).

Conselho de Redacção: Ana Brandão, Ana Duarte, José Manuel Machado, Maria Paula Mascarenhas, Alice Matos, Teresa Mora, Rita Ribeiro, Maria Eugénia Rodrigues, Victor Rodrigues.

Secretariado: Sofia Oliveira (sofiaoliveira@ics.uminho.pt)

Propriedade: Núcleo de Estudos em Sociologia (NES), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Normas para apresentação e avaliação de artigos:
Apresentação de originais: os textos propostos para publicação deverão respeitar normas transcritas na parte final da revista.
Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente cada dois anos. A decisão final é do(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, da Direcção do NES.
Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.
Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, c/o Drª Sofia Oliveira, Núcleo de Estudos em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710 Braga.

Coordenador: Manuel Carlos Silva (com colaboração de Helena Machado, Joel Felizes e Ana Paula Marques).

Apoios: A edição deste número foi apoiadapela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo N.E.S. – Núcleo de Estudos em Sociologia, Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com Campo das Letras Editores, S.A., Rua D. Manuel II, 33 5º - 4150-345 Porto. Telef. 22 60 80 870 / Fax. 22 60 80 880 / E-mail: campo.letras@mail.telepac.pt / site: www.campo-letras.pt

Assinatura Anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros. Outros países: 25 euros.
Preço deste número: 12 euros.

Capa: Furtacores Design
Fotografia da capa: Abigail Ascenso

Tiragem: 1000 exemplares

Redacção e Administração: NES - Núcleo de Estudos em Sociologia, Universidade do Minho, 4710-057 Braga - Portugal. Tels. 253 604212 / 253 604280. Faxes 253 678850 - 253 676966.

Impressão: Tipografia do Carvalhido - Porto

ISSN: 1646-5075

Depósito Legal nº: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Sollicitamo scambio.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste.*

Índice

Nota Prévia
Direcção do NES 5

Desigualdades e exclusões sociais: olhares sociológicos cruzados
Manuel Carlos Silva 7

Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento pro-teórico
Veit M. Bader 15

El mito del patriotismo cívico
Ramón Máiz 39

Marginalidade urbana no novo milénio
Loïc Wacquant 59

Desigualdades sociais na saúde e na doença: a questão imigrante
Maria Engrácia Leandro 71

Classes, precariedade e ressentimento:
mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais
Elísio Estanque 87

Trabalhadoras sexuais em regiões de fronteira:
género, origens de classe e percursos sociais
Manuel Carlos Silva 101

Transacções discursivas em contexto judicial
– construções femininas e masculinas
Helena Machado 133

Diferenças e desigualdades.
A entrega e o encargo da criança após a desunião conjugal
Ana Sofia da Silva Leandro 147

Pobreza e exclusão social:
um estudo de caso num bairro de município algarvio
Filipa Capelo, Manuel Carlos Silva e Nelson Dias 163

Abstracts / Resumés 193

Nota Prévia

Este número da revista *Configurações* – que, sob a coordenação de Manuel Carlos Silva, contou, na sua preparação, com a colaboração dos colegas Helena Machado, Joel Felizes e Ana Paula Marques – prossegue a anterior série de Sociologia, intitulada *Sociedade e Cultura* da Revista *Cadernos de Noroeste*, cujos primeiros seis números publicados se mantêm como património do Núcleo de Estudos em Sociologia (NES) da Universidade do Minho. Sob o impulso da actual Direcção do NES e o incentivo da Directora do Departamento, Ana Paula Marques, a Comissão Científica do NES e o próprio Plenário dos membros do NES decidiram em boa hora que estavam reunidas as condições para dar um salto qualitativo no percurso da nossa unidade de investigação, tendo em conta dois factores: *(i)* a transformação do NES num Centro de Investigação graças não só ao notável aumento do número de investigadores doutorados como à realização de eventos científicos e publicações no último triénio, um esforço que, em maior ou menor medida, mobilizou todos e cada um dos seus membros; *(ii)* o relançamento da nova Revista de Sociologia intitulada *Configurações*, a qual, visando uma maior qualidade, e sujeitando, inclusive desde este número, os artigos propostos a arbitragem científica externa tem no seu Conselho Consultivo uma plêiade de cientistas sociais conceituados a nível nacional e internacional.

Neste número sobre desigualdades sociais, como no próximo número temático intitulado *Tecnologia e Configurações do Humano* e subsequentes números serão apresentados textos de reflexão e resultados de pesquisas que darão forma e conteúdo ao próprio conceito de *Configurações* e, eventualmente, à problematização e eventual contestação deste conceito. Como é sabido, o conceito de configuração e outros similares ou complementares, tais como forma, figuração, estruturação, embora sendo tributários de diversos contributos clássicos entre os quais Simmel, Goffman e outros autores mais recentes como Bourdieu e Giddens, foi sabiamente teorizado por Norbert Elias. Para este autor *configuração* constituiria um conceito de síntese superadora de velhos dilemas sociológicos entre estrutura e acção social, entre sociedade e indivíduo, o que induziu o autor a criticar quer Durkheim, quer Weber em torno do binómio sociedade-indivíduo, dado que, na óptica de Elias, não existe sociedade sem indivíduos nem tão-pouco são pensáveis indivíduos sem ou fora da sociedade. Tendo consciência dos constrangimentos estruturais das sociedades, aliás mutáveis, substituíndo a imagem do "homem atomístico" (*homo clausus)* pela de "homens abertos" (*homines*

aperti) ou indivíduos em interacção e interdependência, o conceito de *configuração*, com base no modelo dos jogos e da metáfora relacional dos pronomes pessoais ("eu", "tu", "nós", "eles"), serve, portanto, tal como refere Norbert Elias na sua *Introdução à Sociologia* (1980: 141) "de simples instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o «indivíduo» e a «sociedade» fossem antagónicos e diferentes".

Os leitores ajuizarão em que medida este projecto da nova revista pode significar um renovado alento do Núcleo de Estudos em Sociologia na convicção que outros números temáticos, rotativamente coordenados por colegas do Centro de Investigação, possam ver a luz do dia com a melhoria de qualidade e rigor que a todos nos seja possível, contando também certamente com a colaboração de colegas nacionais e estrangeiros não só na área de Sociologia como também noutras áreas afins: Antropologia, Geografia, História, Comunicação Social, Educação e Psicologia, Economia e Ciência Política.

Por fim, não podemos deixar de referenciar a abertura e a disponibilidade da editora Campo de Letras em torno do nosso projecto, a qual tem dado um notável contributo numa perspectiva de emancipação social, cultural e política.

Direcção do NES

Desigualdades e exclusões sociais: olhares sociológicos cruzados

Manuel Carlos Silva*

Para muitos os termos "desigualdades e exclusões sociais" como título deste texto introdutório à temática das desigualdades sociais pode parecer redundante, dado que, pelo menos em parte, os seus significados e conteúdos conceptuais se sobrepõem e para alguns trata-se de conceitos sinónimos. Se desigualdades sociais pressupõem um desigual poder de disposição ou controlo sobre bens e serviços, recursos e recompensas, as exclusões remetem a mesma ideia na sua face negativa, de privação, de afastamento face a bens e direitos por razões de competitividade, por estratégias de fechamento e tendência ao controlo hegemónico ou mesmo monopolístico desses recursos e recompensas por parte doutrem. Assim, por exclusão social entende-se, em regra, a situação de não inclusão, de não-inserção e ou de não integração de indivíduos ou grupos sociais no acesso ao gozo de determinados direitos, desde os cívico-políticos, passando pelos sociais, até aos direitos económicos. Ou seja, exclusão situar-se-á nos antípodas do conceito de cidadania.

Entre nós há autores como Santos (1995, 1995a) que, subscrevendo a distinção analítica entre desigualdade e exclusão, consideram a desigualdade e a exclusão como inerentes à actual sociedade moderna; porém, ambas seriam consensualmente reconhecidas e classificadas, pelo menos ao nível da retórica, como "não legítimas". Se é certo que certas teorias, desde o próprio Rousseau (1995) e demais autores iluministas, puseram em causa a crença na 'divina' ou 'natural' hierarquia das classes, raças ou géneros e se, por outro lado, algumas teorias neo-institucionais reformadoras, assumindo, pelo menos no plano discursivo, a defesa da igualdade de oportunidades, consideram como disfuncionais e até ilegítimas certas formas de desigualdade e exclusão sociais, outras há – aliás ainda bem fundas – para as quais a desigualdade social, nomeadamente a própria estratificação social, é algo naturalizado, intrínseco a qualquer sociedade, inevitável e, portanto, teórica e socialmente legítima. Aliás, esta concepção, além de perpassar o senso comum, constitui a base 'teórica' justificativa do *statu quo* e da consequente refutação, por parte quer de (neo)liberais quer de social-democratas, de qualquer veleidade utópica, igualitária, socialista. Basta para tal fazer

* Director do Núcleo de Estudos em Sociologia, Universidade do Minho.

uma breve incursão nos teóricos da estratificação de raiz sobretudo americana como Parsons (1967), Davis e Moore (1972), para quem determinadas funções, exigindo maior talento herdado ou adquirido, devem ser premiadas e melhor recompensadas que outras de menor importância ou valor, pelas quais os seus agentes, por incapacidade ou incompetência, devem ser penalizados. Nesta óptica, as desigualdades sociais são vistas e proclamadas não só como inevitáveis mas também como funcionais e positivas para a sociedade.

Cristalinamente transparentes, tais teorias estruturo-funcionais e quase social-darwinistas ainda não desapareceram do mapa teórico-ideológico, social e mesmo estatal e retornam de modo recorrente, sobretudo e quando as crises sociais e económicas se agudizam ou a competitividade entre empresas ou entre instituições emerge. Mais, não só as práticas como as próprias retóricas em torno da modernização e da competitividade, amiúde presentes no discurso político e até retraduzidas em certas leis, assumem, senão tanto a exclusão, pelo menos a desigualdade como um pré-requisito de funcionamento das sociedades modernas, cujas consequências negativas poder-se-ão minorar mas nunca eliminar ou erradicar no quadro do capitalismo. Se, por um lado, como refere Santos (1993), o Estado, sendo a condensação de contradições sociais e económicas e mantendo uma relativa autonomia face à economia e à sociedade, necessita de 'salvar a face' e legitimar-se perante os cidadãos e, portanto, assumir-se contra a exclusão social, por outro não pode deixar de criar as condições necessárias à acumulação do capital e, consequentemente, reproduzir ou até (re)criar desigualdades sociais, velhas ou novas. Por isso, entendo ser imprescindível articular analiticamente exclusão social e desigualdade social. A distinção poder-se-á obviamente fazer, mas não remetendo a desigualdade para a esfera económica e a exclusão para a sociocultural, dado que cada um dos conceitos implica perspectivas multidimensionais. O que importa sublinhar é que os termos desigualdade e exclusão social representam dois níveis diferenciados de abstracção que, embora se possam reforçar mutuamente, pressupõem, seguindo aqui de perto Bader e Benschop (1988), que a desigualdade detenha prioridade analítica sobre a exclusão social. Embora a exclusão recrie e até reforce certas formas de desigualdade, ela própria é, antes de mais, um produto, um corolário do próprio sistema de desigualdades sociais. É este que não só provoca integração subordinada mas também situações de exclusão por afastamento, expulsão ou eliminação do grupo minoritário, do diferente, apresentando-se amiúde as situações de desigualdade com maior grau de sofisticada subtileza e as de exclusão com eventual maior grau de crueldade (*v.g.* o massacre de índios, o nazismo, o *apartheid*). Trata-se contudo de processos que, embora diferenciados, se imbricam e exigem uma perspectiva sintética na relação entre estrutura e acção.

As desigualdades e exclusões sociais têm sido inerentes a diversos tipos de sociedades estratificadas, desigualdades e exclusões que, até à modernidade, eram assumidas como algo de natural ou até emanado da ordem divina. Nas mentalidades dominantes não surgia qualquer objecção política nem mesmo moral sobre as então existentes formas de desigualdade e exclusão social. Seria necessário esperar pela segunda metade do século XVIII para os enciclopedistas e iluministas virem questionar

as convicções naturalizadas ou divinizadas em torno das diversas formas de desigualdade e exclusão social (cf. Bader e Benchop, 1988). Não só as concepções, predominantemente estáticas, provindas das sociedades antigas e medievais em torno do universo e da natureza humana foram abaladas, como as próprias desigualdades sociais viriam a ser postas em causa pelos pensadores iluministas nomeadamente Rousseau (1995), ideias que teriam tido e/ou viriam a ter expressão política, quer na revolução americana em 1776, quer na revolução francesa com a sua tríade paradigmática "liberdade, igualdade, fraternidade". Ambas as Declarações assentam no pressuposto da universalidade da natureza humana e dos seus valores. A natureza de cada homem reporta-se a uma humanidade ideal que está em todos, mas em ninguém em particular. Se é certo que a partir daqui este ideal se torna uma referência fundamental que orienta os movimentos políticos e educativos em vários países e nações emergentes, também é líquido que a igualdade, outrora proclamada no contexto da antifeudal revolução francesa, interessou sobretudo à ascensão da burguesia, tendo-se tornado, em termos formais, um princípio fundamental mas sem tradução política concreta para todos os seres humanos. Enquanto certas classes e grupos – uns emergentes, outros já instalados e reconvertidos – têm conseguido desde então aproveitar as novas condições políticas para firmar ou melhorar as suas posições, outros vêem-se arredados dos recursos, recompensas e privilégios da nova ordem burguesa.[1]

Independentemente de colocar-se com justeza a questão de saber por que é que uns estão em condições de preencher os lugares mais importantes e outros ter-se-ão que contentar com os lugares menos importantes, importa agora relevar que a exclusão social manifesta-se de diversas formas, desde a exclusão na base da etnia e/ou da classe social, passando pelas exclusões na base do género, até às exclusões territoriais e/ou regionais.[2] Por outro lado, a exclusão social ocorre em diversos campos: desde a saúde, passando pela educação e a cultura, até à habitação. Se as exclusões regionais e locais e outras tais como as relativas à saúde, à educação e à cultura têm sido largamente objecto de estudos, já, porém, no campo da habitação elas têm sido menos frequentes.[3]

[1] Há mesmo autores de orientação liberal, tais como Malthus (1990), que chegam a legitimar essa nova ordem de exclusão com base no argumento da carência de recursos para todos os homens: "Um homem que nasce num mundo já possuido pelos outros, quando não pode obter os meios de subsistência dos pais sobre os quais pode ter justas pretensões, e se a sociedade não quer o seu trabalho, não se pode arrogar de nenhum direito à mínima porção de alimentos e não tem motivo para estar onde está. Resta-lhe apenas a exclusão social e a eventual compaixão dos que têm assento no banquete." (Malthus 1990:163).

[2] Como se verá, este número da revista procurará apresentar alguns contributos teóricos e empíricos em torno destas formas de desigualdade e exclusão social. Não podendo agora referir os inúmeros trabalhos sobre pobreza e exclusão social em Portugal, são de referir alguns, nomeadamente sobre as desigualdades de classe: cf. Almeida (1986), Estanque e Mendes (1997), Silva (1998), Sobral (1999); sobre as desigualdades de género, cf. Amâncio (1993), Ferreira (1993), Machado (2002). Para obter dados sobre a situação social em Portugal, cf. Barreto 1996. E sobre as situações de pobreza e exclusão social, cf. M. Silva (1982), Fernandes (1991), Costa (1998), Almeida *et al.* (1992), Capucha (1998). Para uma síntese das teorias sobre exclusão social, cf. Xiberras (1993), embora esta autora incompreensivelmente ignore a tradição marxista.

[3] Sobre as desigualdades regionais e locais, Ferrão (1985); sobre as relativas à saúde, cf. Carapinheiro (1993); sobre a educação e a cultura, cf. Araújo e Stoer (1993), Afonso (1998), Benavente *et al.* (1996), Stoer e Cortezão (1999). A exclusão social na esfera habitacional tem sido analisada e de modo pioneiro noutros países, sendo de referir, entre outros, Cortés (2000) em Espanha.

Nas últimas décadas tem sido dada crescente atenção aos fenómenos da pobreza e da exclusão social, em particular no quadro da União Europeia, tendo passado por várias concepções desde a que define a pobreza como situação resultante da escassez de recursos até uma mais recente que define pobres, em termos relativos, como aqueles "indivíduos ou famílias cujos recursos são tão frágeis que são excluidos dos modos de vida mínimos aceitáveis no Estado-membro no qual vivem" (*in* Strobel 1996: 203). O conceito de pobreza relativa, embora mantendo-se o seu uso em contraponto com o de pobreza absoluta, tem vindo a ser ora substituido ora complementado com um outro conceito – o de exclusão social.

O conceito de exclusão social seria o conceito-chave dum novo e mais recente paradigma. É neste sentido que na União Europeia tem sido propalada uma retórica político-ideológica no sentido de assumir políticas sociais de paridade e nivelamento social, apresentando-se estas com um dos lemas centrais do alegado combate da União Europeia contra a exclusão social. Ora, embora não caiba, no âmbito desta introdução, alongar-me em expor as diversas concepções de sociólogos clássicos e actuais sobre as desigualdades e, em particular, sobre as exclusões sociais, creio ser todavia relevante, em contraponto com alegados novos achados retóricos em voga sobre as políticas de "erradicação da pobreza" ou de combate à exclusão social, sublinhar que o conceito de exclusão social é bem velhinho, tendo sido elaborado e avançado por sociólogos clássicos. Por isso, o conceito de exclusão e outros congéneres relativos ao "estar fora" têm contextualizações, interpretações e alcances diferentes conforme a tradição sociológica em causa, o que tem obviamente implicações analíticas e práticas quanto à abrangência, tipos e formas de exclusão social, obrigando-nos assim a fazer uma breve referência às concepções durkheimiana, weberiana, simmeliana, interaccionista simbólica e, por fim, marxista.

Se Durkheim (1991) situa a exclusão social como fenómeno resultante da divisão forçada do trabalho social e, como tal, como uma forma patológica duma sociedade doente e desprovida de valores e referências morais para alguns dos seus membros, Weber (1978) apresenta um outro ponto de partida que admite a conflitualidade nas suas diversas expressões e formas: económica (classes), social (estatutos), política (partidos), sem deixar de referir outros tipos de conflitos nomeadamente étnicos, religiosos (e no seio de cada religião).

Para Durkheim (1977), a anomia surgiria devido à ausência ou ao enfraquecimento das regras, provocando desregulações sociais propícias à desestruturação e desligamento dos indivíduos e, portanto, à exclusão social e, em casos extremos, à ocorrência do suicídio anómico. A exclusão social afectaria apenas uma parcela de indivíduos, pelo que impor-se-ia restaurar os laços sociais através dos corpos intermédios (família, escola, corporação ou associação). Já, porém, para Weber (1978) a exclusão social seria resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos mercados de trabalho, ora das relações fechadas próprias de certos círculos que monopolizam e/ou restringem o acesso a determinados bens, saberes e funções, ora ainda da desigual atribuição e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária. Os detentores de certos estatutos sociais tenderiam a limitar o acesso por

outros concorrentes a certos recursos, lugares e recompensas através de determinados mecanismos e características exteriores de cada real ou potencial candidato tais como "a raça, a língua, a religião, o lugar de nascimento, a classe social, o domicílio e que podem bastar para haver lugar à exclusão" (1978: 276).

Num registo de síntese entre a visão durkheimiana e a weberiana, mas mais próximo desta última, o contributo de Simmel (1987) mostra-nos como na análise ora da coesão, ora da exclusão social, este autor toma como ponto de partida as relações entre indivíduos como indicadores não só da formação dos laços sociais como, através do modo como os autóctones se relacionam com os forasteiros, dos processos e da medida de fechamento/exclusão ou de abertura dos primeiros face aos segundos. Na esteira da perspectiva weberiana e simmeliana, também os interaccionistas simbólicos, sobretudo Goffman (1988), contrapondo-se às teorias estrutural-funcionalistas sobre o crime e a delinquência, os estereótipos e estigmas de vária ordem (físicos, de personalidade, tribais), centram-se em torno dos comportamentos ditos desviantes (deficientes, alcoólicos, homossexuais, prostitutas, doentes mentais, toxicodependentes, desempregados). Esta abordagem, que parte dos sentidos ou significados atribuídos pelos actores sociais nas micro-interacções, tem a vantagem de relevar processos e não estados ou atributos dos indivíduos, de levar em linha de conta as percepções, quer dos "normais", quer os dos "desviantes", sendo o 'desvio' visto não como qualidade do indivíduo desviante mas como consequência da interacção entre os transgressores e os ditos normais que reagem negativamente à transgressão. Estes dois olhares, ora se interpenetram e até se sobrepõem, ora se demarcam e até se hostilizam, dando assim lugar à exclusão, à discriminação e à marginalização social.

Já num enfoque mais estrutural, mas não confundível com a perspectiva durkheimiana e, muito menos parsoniana (cf. Parsons 1967, 1988), para Marx (1974) o conceito de exclusão social será entendido de modo diametralmente oposto ao de Durkheim (1977) na medida em que, enquanto este coloca o acento tónico no social mas acaba por assumir a dimensão normativo-valorativa da consciência colectiva como o factor explicativo dos comportamentos sociais, ora normais ora anómicos e patológicos, Marx (1974) assume uma visão mais próxima da weberiana mas estrutural e economicamente mais abrangente na medida em que, na sua perspectiva, nas sociedades, designadamente as capitalistas, serão não só determinados grupos sociais mais desfavorecidos ou vulnerabilizados e afectados pelo processo de mecanização e modernização (os camponeses e artesãos pobres, as famílias monoparentais, minorias étnicas desprovidas, subsídio-dependentes, os sem abrigo, os desqualificados e desempregados), mas também, em maior ou menor grau conforme o grau de exploração, todos os assalariados dependentes que não têm (quase) nenhum controlo dos meios de produção. Os recursos, na sua grande parte, acabam por ser centralizados e monopolizados por uma minoria – a classe burguesa que, composta de diversas fracções (agrária, industrial, comercial e financeira) cresce e se desenvolve à custa da exploração das diversas fracções das classes trabalhadoras: agrícolas, industriais e dos serviços, incluindo também trabalhadores qualificados como médicos ou professores assalariados. A força de trabalho torna-se também uma mercadoria, cujo preço corresponde ao

trabalho socialmente necessário, capaz de assegurar a subsistência do trabalhador e da sua família. As classes dominantes não só detêm o controlo dos meios de produção, mas também dos aparelhos políticos e ideológicos, de modo que as ideias dominantes tendem a ser as ideias e teorias difundidas pelas classes dominantes.

Constituindo a perspectiva weberiana e marxista dois legados teóricos nucleares não só em torno da exclusão como das diversas formas de desigualdades sociais, o seu cruzamento e articulação representam um incontornável eixo para uma superação sintética de dicotomias clássicas em torno da estrutura-acção, permitindo uma base fecunda de compreensão e explicação das diversas formas de desigualdade e exclusão social. O conceito de exclusão e, de modo mais abrangente e abstracto mas heuristicamente fecundo, o de desigualdade implica, senão a eliminação, pelo menos a discriminação ou o afastamento do outro, dando lugar à formação de grupos económicos, sociais e políticos que tendem a limitar a concorrência através da criação de formas hegemónicas ou até monopolistas de controlo de recursos e de fechamento, seja no sentido de usurpação face aos "de cima", seja no fechamento para com os "de baixo".

Sendo apresentada por cada um dos autores a síntese do seu respectivo artigo, posso e devo dispensar-me de o fazer obviamente. Cabe-me todavia salientar a riqueza dos textos no seu conjunto, começando mesmo por destacar a excelência dos primeiros textos mais marcadamente teóricos, seguidos de outros teórico-empíricos, os quais representam no quadro português contributos importantes no avanço do conhecimento nesta área do saber que fez da problemática das desigualdades sociais o lema central do último Congresso da Associação Europeia de Sociologia realizado em Setembro de 2005 em Torun, na Polónia. O marcante tema das desigualdades, sendo uma velha e recorrente questão, continua sempre actual com novos contornos e a necessitar de avanços teóricos, por um lado – o que nos foi proporcionado sobretudo pelos três primeiros textos internacionais de eminentes cientistas sociais – o de Veit Bader, da Universidade de Amesterdão, num trabalho pro-teórico de mapeamento das desigualdades nomeadamente étnicas e de classe; o de Ramón Maiz, da Universidade de Santiago de Compostela, com um texto de síntese em prol dum nacionalismo democrático, superando uma velha dicotomia entre nacionalismo étnico *versus* nacionalismo cívico; e o de Loïc Wacquant, da Universidade da Califórnia, como um importante contributo para compreender a manutenção e o reforço das situações de marginalidade urbana, relevando o papel da política nomeadamente estatal.

Num segundo bloco de relevantes contribuições a nível nacional, este inicia-se com o texto de Engrácia Leandro, da Universidade do Minho, sobre as desigualdades no campo da saúde, com particular e relevante enfoque sobre os imigrantes. Em seguida, já focalizado sobre as classes sociais, Elísio Estanque, da Universidade de Coimbra, mostra-nos com pertinência os impactos da globalização na produção de novos segmentos de sobreclasses e subclasses. Intersectando questões de género e de classe, seguem-se mais dois textos: um de Manuel Carlos Silva, da Universidade do Minho, sobre percursos, origens sociais e condição feminina de trabalhadoras sexuais, mormente brasileiras em Portugal, e um outro de Helena Machado, também da Universidade do Minho, sobre os discursos dos agentes da magistratura em contexto

judicial nomeadamente face a mulheres desprovidas de poder económico, cultural e comunicacional.

Por fim, são apresentados dois textos de recém licenciadas em Serviço Social e Sociologia respectivamente – um de Ana Sofia Leandro analisando, num contexto de Serviço Social sobre a entrega e o encargo de crianças após a separação conjugal; e um outro de Filipa Capelo, cujos resultados recolhidos no âmbito do estágio num bairro social do município algarvio de S. Brás de Alportel, constituiram a base empírica para, com a problematização teórica desenvolvida por Manuel Carlos Silva, seu orientador na Universidade e o contributo de Nelson Dias, seu orientador local na Associação *in Loco*, dar conta duma das formas de desigualdade e exclusão: a territorial conjugada com a socioeconómica.

Em suma, creio que a reflexão teórica aliada a contributos teórico-empíricos neste primeiro número da revista *Configurações* sobre desigualdades sociais representará um valor acrescentado a inúmeros trabalhos já realizados e incitará certamente a outras promissivas publicações.

Referências bibliográficas

AFONSO, Almerindo (1998), *Políticas Educativas e Avaliação Educacionais. Para uma Análise Sociológica da Reforma Educativa em Portugal (1985-1995)*, Braga: Universidade do Minho.

ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, João Ferreira de et al. (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto: Afrontamento.

ARAÚJO, Helena e STOER, Stephen (1993), *Genealogias nas Escolas: a capacidade de nos surpreender*, Porto: Afrontamento.

BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheden*, Groningen: Wolters Noordhoff.

BARRETO, António et al. (1996), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

BENAVENTE, Ana, ROSA, A., COSTA, A.F. e ÁVILA, P. (1996), *A literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Lisboa: Fim do Século.

CAPUCHA, Luís (1998), "Pobreza, exclusão social e marginalidades" *in* J. M. L.Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?*: 245-283, Oeiras: Celta.

CARAPINHEIRO, Graça (1993), *Saberes e poderes no hospital*, Porto: Afrontamento.

CORTÉS, Luís (2000), "La vivienda como factor de exclusión en la ciudad" *in Revista de Estudios Sociales y Sociología Aplicada*, 119: 295-312 Documentación Social

COSTA, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva Publicações.

DAVIS, Kingley e MOORE, Wilbert E. [1976 (1945)], "Alguns princípios de estratificação" in O. Velho *et al. (orgs) Estrutura de classes e estratificação social*, 115-132, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

DURKHEIM, Émile (1977), *A divisão do trabalho social*, Lisboa: Presença.

ELIAS, Norbert [1980(1970)], *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Presença.

ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel (1997), *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*, Porto: Afrontamento.

FERNANDES, António Teixeira (1991), "Formas e mecanismos de exclusão social" *in Sociologia*, 1:9-66, Porto.

FERRÃO, João (1985), "Recomposição social e estruturas regionais de classe (1970-1981)" *in Análise Social*, vol. XXI, 87/88/89: 565-604.

FERREIRA, Virgínia (1993), "Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu" *in* B. S. Santos (org) *Portugal: um retrato singular* :231-257, Porto: Afrontamento.

GOFFMAN, Erving (1988(1963)), *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: Guanabara.

MACHADO, Helena (2002), *Tribunais, Ciência e Direito e Cidadania*, Braga: Universidade do Minho.

MALTHUS, Thomas R. [1999 (1798)], *Ensaio sobre o princípio da população*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

MARX, Karl [1974 (1967)], *O Capital*, Lisboa: Delfos.

PARSONS, Talcott (1967), "Una revisión analítica de la teoría de la estratificación social" *in Ensayos de Teoría Sociológica*, Buenos Aires: Paidós.

PARSONS, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.

ROUSSEAU, Jean Jacques [1995 (1755)], *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens.* Mem Martins: Publicações Europa-América.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português" *in* B. S. Santos (org) *Portugal, um retrato singular*, Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense, Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, Londres, Nova Iorque: Routledge & Kegan Paul

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995a), "Construção multicultural da igualdade e da diferença" *in VII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.

SILVA, Manuela *et al* (1989), *Pobreza urbana em Portugal*, Lisboa: Caritas

SIMMEL, Georg (1987), "A metrópole e a vida mental" *in* O. G. Velho (org), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara.

SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: passado e presente na vida de uma freguesia da Beira*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

STOER, Stephen e CORTEZÃO, Luísa (1999), *Levantando a Pedra. Da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas numa época de transnacionalização*, Porto: Afrontamento.

STROEBEL, Pierre (1996) "De la pauvreté à l'exclusion social: societé salarial ou societé des droits de l'homme" *in Revue Internationale des Sciences Sociales*, 148, UNESCO.

WEBER, Max [1978(1920)] *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press

XIBERRAS, Martine (1993), *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa: Instituto Piaget.

Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento pro-teórico*

Veit M. Bader**

Resumo

Este artigo começa por realçar a falência das grandes teorias, sobretudo de base fortemente estruturalista, destacando a relevância da política, nomeadamente na problematização da etnicidade e do racismo. Considerando a imperiosa necessidade de cruzamento recíproco entre a Sociologia e a História, neste texto é delineada uma estratégia pro-teórica sobre etnicidade e relações inter-étnicas e sua imbricação com as abordagens de classe. Isto pressupõe diversos níveis de análise – desde o campo das posições objectivas e das mudanças estruturais, passando, neste tema, pela definição de conceitos centrais de etnia, cultura étnica e *habitus*, identidade étnica, até à relação entre interesses étnicos e ideologia ou utopias étnicas, sem deixar de ter em linha de conta as redes étnicas, as questões ligadas à organização e liderança nas mobilizações e nos conflitos étnicos. Por fim, é realçada a imbricação entre as situações de relações étnicas e as abordagens de classe, rejeitando pressupostos de carácter monocausal mas sem cair em eclecticismos ou raciocínios circulares, mas estabelecendo certa hierarquia analítica.

1. Introdução

Este artigo[1] começa por sustentar a falência das grandes teorias, sobretudo de carácter fortemente estruturalista, assumindo a relevância da política, nomeadamente

* Este texto foi produto duma conferência de Veit Bader organizada por Manuel Carlos Silva (MCS), então Director de Curso, realizada em 1996, traduzida e exposta pelo tradutor (MCS) a docentes e alunos/as pelo facto de o conferencista ter sido, já em Braga, acometido duma forte gripe que o impossibilitou de a proferir pessoalmente. A versão manteve-se idêntica ao original, sendo apenas revista pelo autor em diálogo com o tradutor, sem deixar de ser igualmente sujeita a arbitragem científica como os demais textos. Esta conferência foi também proferida no ISCTE. Cabe aqui uma palavra especial de agradecimento ao colega Joel Felizes e ao amigo Salvador Lima, docente no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, pela formatação gráfica dos quadros e esquemas do autor (*Nota do tradutor*).

** Faculdade de Ciências Sociais, Políticas e Culturais e Faculdade de Filosofia Social, Universidade de Amesterdão.

[1] Neste texto é feita uma reflexão de síntese sobre uma questão bem actual e controversa: a etnicidade e o racismo, um tema que me havia ocupado desde há uns anos e que se plasmara num livro publicado em 1995 em alemão intitulado *Rassismus, Ethnizität, Burgerschaft*. Dado que esta conferência foi preparada para ser proferida na Universidade do Minho, congratulo-me com o facto de me ter sido solicitado o artigo para publicação na nova Revista *Configurações* por parte de Manuel Carlos Silva, meu antigo doutorando na Universidade de Amesterdão e hoje colega – cuja tese de doutoramento sobre o campesinato intitulada *Resistir e Adaptar-se* viria a ser contemplada com o Prémio Sedas Nunes, o que, enquanto antigo orientador, me foi também gratificante.

na problematização da etnicidade e do racismo. Tal pressupõe que, se a História necessita de contributos teóricos provindos da Antropologia e da Sociologia para fazer a própria releitura dos factos sociais no tempo, também a Antropologia e a Sociologia terão de ir ao encontro da História para perceber não só as regularidades, como também as contingências históricas, enfim, as diversas configurações societais. Neste texto é delineada, na sequência de uma obra anterior – esta em co-autoria com Albert Benschop, sobre Desigualdades Sociais,[2] – uma estratégia pro-teórica sobre etnicidade e relações inter-étnicas e sua imbricação com as abordagens de classe. Esta estratégia pressupõe diversos níveis de análise – desde o campo das posições objectivas e das mudanças estruturais, passando, neste tema, pela definição de conceitos centrais de etnia, cultura étnica e *habitus*, identidade étnica, até à relação entre interesses étnicos e ideologia ou utopias étnicas, sem deixar de ter em linha de conta as redes étnicas, as questões ligadas à organização e à liderança nas mobilizações e nos conflitos étnicos. Por fim, mas não menos importante, darei conta da imbricação entre as situações de relações étnicas e as abordagens de classe, rejeitando pressupostos de carácter monocausal mas sem cair em ecleticismos ou raciocínios circulares, mas estabelecendo certa hierarquia analítica.

2. Contingência e teoria: a falência das 'grandes teorias' e o decisivo papel da política

Recentemente, as grandes teorias passaram por tempos difíceis, em geral e, mais ainda em relação à questão das relações inter-étnicas. Contrariamente às predições e pretensões da teoria da modernização, o processo de modernização não tem conduzido, de modo nem claro nem absoluto, ao declínio ou ao desaparecimento de critérios adscritivos, de práticas e ideologias, em especial as de carácter étnico, nacionalista. O significado da etnicidade como base de organização social não diminuiu com o elevado grau de incorporação social, tal como a teoria convencional havia sugerido.[3] O desenvolvimento da retenção da identidade étnica não segue linearmente o padrão de Hansen, a segunda geração afasta-se ou rebela-se contra o seu próprio grupo étnico de origem e a terceira regressa de novo às raízes étnicas do grupo primordial.[4] Poder-se-iam multiplicar os exemplos. Com efeito, hoje, se algum consenso se verifica entre os investigadores, será provavelmente o seguinte: devemos ter em séria conta a elevada complexidade e o considerável grau de contingência de fenómenos sociais tais como a retenção de identidade étnica, a incorporação social. Para caracterizar tal situação os conceitos nucleares ou expressões-chave seriam indeterminância

[2] Esta obra (Bader e Benschop 1989), cuja primeira edição em holandês em 1988 tem como título *Ongelijkheden* (*Desigualdades*), seria de relevante interesse para conhecimento do público e, em especial, de cientistas sociais de língua portuguesa, tencionando o tradutor deste artigo fazer a tradução do mesmo, logo que possível. Uma outra obra complementar desta é, em língua holandesa, a *Kollectief Handelen* (*Acção Colectiva*) da autoria de Bader (1991) (Nota do tradutor).

[3] Cf. Isajiw (1990:6, 10, 261).

[4] Cf. Isajiw (1990:38, 263 ss): "Diferentes grupos não exibem o mesmo padrão de retenção e incorporação. Proposições gerais acerca da evolução de minorias étnicas têm uma validade muito limitada, se é que têm alguma" (1990:5).

estrutural, elevados graus de variação; determinados fenómenos sociais dependem "acima de tudo" do político; a trajectória depende das sequências da mudança; a história está "em aberto" – estas expressões são, pelo menos, muito mais importantes do que o que as teorias estruturalista, evolucionista e marxista têm admitido. Sem dúvida, a Sociologia tem de ir ao encontro da História. A História necessita, pelo menos, dalguma Sociologia. Mas que Sociologia?

Confrontados com tais problemas, investigadores de diversos campos têm recentemente optado pela construção de quadros pro-teóricos.[5] A fim de munir-se conceptualmente para estudar as variedades de experiência em Toronto, Breton *et al* (1990) desagregaram "incorporação social" e "identidade étnica". Concordo plenamente com a capacidade heurística e explicativa da distinção e da diferenciação entre 'Identidade étnica' e 'Igualdade'. Há cerca de quinze anos anos iniciei um projecto de investigação, do qual resultou a elaboração do que eu designei por pro-teoria das desigualdades sociais e da acção colectiva, dos movimentos sociais e dos conflitos em geral.[6] Esta pro-teoria é susceptível de ser também utilizada para construir teorias mais ajustadas ao campo e tema da etnicidade, o que permitirá constituir, de modo mais directo, um quadro teórico para pesquisas comparativas históricas e empíricas. As suas principais tarefas têm sido de tripla ordem: (*i*) desagregação e clarificação conceptual; (*ii*) distinção de diferentes níveis de análise; (*iii*) criação de espaço para teorias mais específicas de tipo intermédio. Gostaria agora de apresentar alguns resultados que poderão ser vantajosos para desenhar teorias para pesquisas neste terreno, utilizando o estudo de Toronto de Breton *et al* (1990) como ponto de referência comparativa.

3. Níveis de análise

Para entendermos melhor a sequência lógica da exposição deste texto, creio ser adequado apresentar previamente em esquema os diversos níveis de análise na formação de grupos, movimentos e conflitos étnicos:

Por razões de espaço é-me impossível neste texto explicar e desenvolver a especificidade da minha abordagem, de modo a poder ser comparada e mesmo confrontada com outras que perpassam o estudo de movimentos sociais e da acção colectiva.[7]

Focalizarei a análise a três níveis: (*i*) critérios para a construção de 'etnias'; (*ii*) cultura e *habitus* étnicos como dimensão 'objectiva' de comunidades étnicas; (*iii*) identidade étnica, enquanto dimensão subjectiva das comunidades étnicas.

[5] Cf. Wiehn (1968), Eckstein (1980), Unger (1987). Para um tratamento mais desenvolvido e respectiva bibliografia, cf. Bader e Benschop (1989), Bader (1991, 1992).

[6] Bader e Benschop (1989), Bader (1991). Ambas as obras foram editadas em alemão e holandês.

[7] Cf. Bader (1991), uma obra centrada na acção colectiva, cuja temática é tratada em vários capítulos, sendo de relevar, neste particular, o primeiro capítulo. Nessa obra são feitas extensas referências sobre a acção colectiva.

Figura 1: Níveis de formação de grupos, movimentos e conflitos étnicos

12. consequências
↑
11. conflito étnico
↑
10. oportunidades de acções externas
↑
9. mobilização étnica
↑
8. redes étnicas/organizações/lideranças étnicas
↑
7. articulação: ideologias e/ou utopias étnicas
↑
6. interesses étnicos
↑
5. identidade étnica
↑
4. cultura étnica e *habitus étnicos*
↑
3. 'etnia' ou categorias étnicas
↑
2. situação de vida objectiva: posição objectiva
potencial de recursos
↑
1. estrutura social e suas transformações

Seguidamente, gostaria de mostrar, de modo muito esquemático, como é possível analisar situações de relações inter-étnicas e como são passíveis de ser teorizadas, passo a passo, as relações entre classe e etnicidade, começando pelo meu quadro pro-teórico. Por fim, concluirei com algumas observações sobre as estratégias para a construção teórica e para a investigação empírica.

4. Etnias

Etnicidade é um conceito extremamente complexo e muito contestado. Mesmo quando se afirma que os grupos étnicos não existem nem podem existir sem, pelo menos, traços identitários étnicos e a manutenção de fronteiras,[8] – aspectos amiúde designados como subjectivos (cf. Breton/Isajiw *et al.* 1990: 35 ss) –, faz contudo sentido começar pelas categorias étnicas ou 'etnias' e culturas étnicas, muitas vezes entendidas como categorias 'objectivas'.[9]

[8] Sobre grupos étnicos, cf. Barth (1980); sobre nações e nacionalismo, cf. Smith (1981, 1984, 1986, 1989), Hobsbawm (1990).
[9] Cf. Smith (1981) em analogia com a velha lógica de 'classes em si' e 'classes para si'. Acerca de todos os grupos de conflitos colectivos, cf. Bader (1991).

Usualmente define-se um grupo étnico como aquele que partilha "de valores culturais fundamentais, realizados em unidade aberta sob formas culturais; constrói uma esfera de comunicação e interacção, possui membros que se identificam e são identificados pelos outros como tal, constituindo assim uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem. Uma adscrição categorial é uma adscrição étnica, sempre que classifica uma pessoa em termos da sua identidade básica mais geral, presumidamente determinada pela sua origem e antecedentes. Na medida em que os actores usam identidades étnicas para se categorizar a si próprios e aos outros para objectivos de interacção, eles formam grupos étnicos em sentido organizacional" (Barth 1980: 11, 14 ss).[10]

Um problema fundamental, há muito reconhecido[11], reside no facto de, tanto na linguagem quotidiana, como no discurso científico, não ter sido clara a demarcação da etnicidade de outras categorias adscritivas em geral e, em particular, das categorias 'racializadas', nacionais, culturais e religiosas. Para entender, na respectiva miscelânea histórico-empírica, a enorme variedade de critérios étnicos, ter-se-á que desembrulhar analiticamente as componentes do agregado étnico. Tendo em conta que, a este respeito, não são úteis conceitos de etnicidade em sentido lato, de tipo contentor, tal como o propõem Glazer/Moynihan (1975), tenho referido uma lista, altamente desagregada, de critérios adscritivos, práticas e ideologias que pode ser frutífera de diversos modos:

(1) A distinção entre práticas adscritivas e ideologias adscritivas constitui um pré-requisito conceptual para qualquer análise detalhada das suas inter-relações complexas e variadas: as suas combinações, cruzamentos ou sobreposições, as suas deslocações, a sua relativa independência. Inalteradas práticas racistas, dirigidas contra 'minorias visíveis', têm sido legitimadas por uma variedade de ideologias: religiosas, culturalistas, nacionalistas, neo-nacionalistas, além das racistas.[12] Foi deste modo e com base nestas ideologias – enquanto diferentes faces do antisemitismo – que a discriminação, a opressão, a exclusão e a eliminação de judeus foram legitimadas.

(2) Todas as situações de relações adscritivas e o mecanismo das práticas adscritivas têm um núcleo comum. 'Situações de relações étnicas', por exemplo, são situações de uma definida e vivenciada escassez e competição/conflito em torno dos diversos tipos de recursos e recompensas sociais (incluindo posições nas hierarquias dominantes de prestígio). Essas situações são aquelas em que: (*i*) se tornam relevantes os critérios adscritivos; (*ii*) é mínima a capacidade para fazer e detectar 'distinções'; (*iii*) as diferenças, reais ou imaginárias, são percebidas, vividas e articuladas; (*iv*) e se constituem categorias adscritivas.

[10] Cf. Smith (1981: 66 ss e 1989). Segundo Smith (1989:344 ss), um grupo étnico remete para (*i*) um nome comum para a unidade da respectiva população; (*ii*) um conjunto de mitos sobre as origens comuns e a descendência para essa população; (*iii*) algumas memórias históricas comuns de coisas vivenciadas em comum; (*iv*) um 'território histórico' comum ou 'pátria' ou associação com ela; (*v*) um ou mais elementos de cultura comum – língua, costumes ou religião; (*vi*) um sentido de solidariedade entre a maior parte dos membros da comunidade.

[11] Cf. Weber (1964:201, 242), Bader e Benschop (1989: 232,240).

[12] Bader (1985, 1994b), Stolcke (1993).

Uma vez construídas e avaliadas de modo predominante, a apreciação negati-va das categorias adscritivas pode ser usada como um recurso indirecto (ora 'activo' ora 'passivo') nos seguintes modos (mecanismo de práticas adscritivas):

(a) fechar ou restringir severamente o acesso a campos societais específicos (mercados de trabalho, habitacionais, educacionais, matrimoniais, entre outros), bem como influenciar e condicionar de modo acentuado as oportunidades sobre estes 'mercados';

(b) afectar as oportunidades nas organizações, bem como a distribuição de recompensas nesses diferentes campos;

(c) marginalizar ou mesmo excluir totalmente da maior parte dos campos societais as categorias adscritivas, fazendo surgir "'estatutos' total e completamente negativos".[13]

(3) A este respeito, todos os critérios adscritivos são 'funcionalmente equivalentes' e isto pode fornecer alguma explicação estrutural para um fenómeno amiúde reconhecido pela sua flexibilidade,[14] tal como a mistura e o foco de critérios adscritivos relevantes nas mudanças de agregados étnicos; o tipo de mudanças na ideologia de exclusão. Todos os estudos comparativos detalhados, por exemplo, de *nações e construção de nações*[15] evidenciam, por um lado, a extrema variedade da mistura de critérios adscritivos nestes agregados étnicos, bem como da sua respectiva focalização. Por exemplo, qual o critério étnico: a região, a 'raça', a história, a língua (e qual delas?), a cultura, a religião, a classe? Qual a relação entre os aspectos cívicos e étnicos?[16]

Para se ser capaz de analisar as respectivas focagens dos diferentes processos de construção da nação e as suas históricas deslocações (por exemplo, de modelos 'étnicos' a modelos 'cívicos', de modelos monoculturais a multiculturais, de modelos mononacionais a plurinacionais), torna-se necessário, pelo menos, um determinado grau de desagregação conceptual do agregado étnico presente na *figura 1*. Por outro lado, os referidos estudos mostram o elevado grau de construção estratégica e a artificialidade da etnicidade, o qual se encontra oculto pela carga nacionalista de natureza primordial e o crescimento espontâneo de grupos étnicos e de nações.[17]

5. Cultura étnica/*habitus*

5.1. Conceitos de cultura, *habitus* e sua relação

Cultura étnica e *habitus* étnico são, por certo, conceitos contestados. Sigo aqui Pierre Bourdieu, criticando todavia alguns resquícios estruturalistas e reducionistas na sua teoria.[18]

[13] Cf. Bader e Benschop (1989: 230 ss). Acerca do estatuto étnico como um 'imperativo' 'estatuto de estatutos' cf. Barth (1980).

[14] Tal é verdade para as biografias individuais e para a história de grupos étnicos; em 'termos estratégicos', cf. Barth (1980:34).

[15] Cf. Seton-Watson (1977), Smith (1986, 1989), Anderson (1983), Hobsbawm (1990).

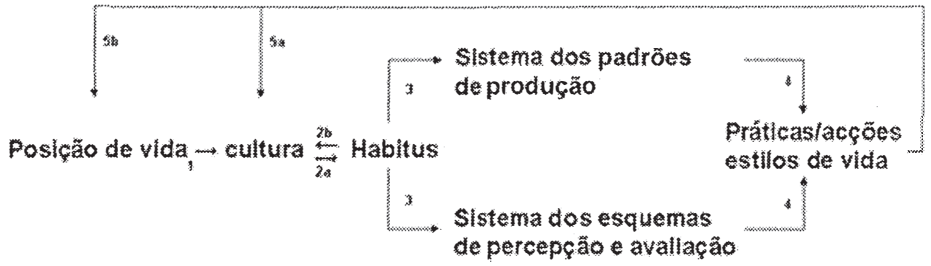
[16] Sobre 'etnias verticais' e 'etnias laterais', cf. Smith (1989); para França e Alemanha, cf. Brubaker (1992).

[17] Para uma equilibrada abordagem em torno do 'primordialismo'/'realismo' *versus* 'constructivismo'/ 'modernismo' das nações, cf. Smith (1984: 458-460; 1966, 1989). A História, ainda que artificial, diferencia! Cf. os comentários bem diferentes feitos por Meadwell (1989) e Zubaida (1989). Acerca das duas perspectivas diferentes em confronto – biografia individual *versus* história das comunidades – cf. Bader (1991: 118).

[18] Essa crítica explanei-a no meu livro sobre "Acção Colectiva" (cf. Bader 1991), nomeadamente no III capítulo.

Figura 2: Critérios adscritivos e práticas de fechamento e ideologias de legitimação

	Critérios de fechamento	Práticas de fechamento	Ideologias típicas de legitimação	
Características "naturais" socialmente definidas: biológicas, fisiológicas e fenotípicas	Parentesco/ Descendência	Dominação de clã, discriminação efechamento	Ideologias de parentesco	NARRATIVAS BIOLOGISTAS
	Sexo	Discriminação, opressão e exclusão das mulheres	Ideologias sexistas	
	Idade	Fechamento geracional, gerontocracia, etc.	Ideologias baseadas na idade	
	Cor, etc.	Opressão racista, discriminação e exclusão	Ideologias racistas	
Características adscritivas sociais e históricas	**Comunidade/ Pertença a:**	**Exclusão, opressão, marginalização de:**	**Ideologias típicas de legitimação**	
	Espaço territorial	Bairros/ Regiões, etc.	Ideologias urbanísticas/ regionalistas	NARRATIVAS ETNOCÊNTRICAS
	História	Estabelecidos/ Forasteiros	Ideologias nativistas	
	Linguagem	Grupos linguísticos	Ideologias baseadas na língua	
	Cultura, hábitos, estilo de vida, género	"Minorias" culturais	Ideologias culturalistas	
	Religião	Grupos religiosos	Ideologias religiosas	
	Nação	Nações	Ideologias nacionalistas	
	Classe social	Classes "baixas" ou "trabalhadoras"	Ideologias e narrativas de classe	
	Cultura política	Comunidades políticas	Ideologias liberais, republicanas	
	Pertença (vinculativa) a:			
	Instituições hierocráticas (Igreja)/ seitas	Membros de Igrejas	Ideologias clericais, papistas	
	Unidades políticas. Pertença ao Estado	Estados "estrangeiros", alienígenas	Ideologias estatistas e imperialistas	
	Pertença a organizações (políticas)	Pertença a partidos políticos, sindicatos, etc.	Ideologias políticas (v.g. anti-socialistas)	



Neste ponto ter-me-ei de confinar a uma simples explicação de estrutura social e cultura e as relações entre ambas:

(a) 'Estrutura social' (incluindo posições nas hierarquias institucionais de prestígio) é estruturante – o que não é de resto sinónimo de 'determinante' – de cultura: ambas, ou seja, posição objectiva e cultura são objectivas.

(b) Cultura é estruturante do *habitus*: os *habitus* são culturas incorporadas, as culturas são hábitos 'objectivizados'. Há, porém, uma dialéctica entre cultura e *habitus* que é ignorada no estruturalismo e em todos os conceitos sobressocializados do homem: diferenças de *habitus* são uma espécie de 'poço de variedades' para a mudança cultural.

(c) *Habitus* é estruturante das práticas (*habitus* como operador prático, programa incorporado, *modus operandi*). Comparado aos valores e às normas étnicas, o hábito étnico é muito mais 'concreto', comparado com a 'personalidade' na sociologia normativista, pois inclui bastantes mais dimensões. Em relação aos 'valores-padrão' abstractos, o *habitus* étnico tem uma força motivadora muito mais acentuada: o *ethos* étnico, as virtudes étnicas como uma fonte fundadora da 'solidariedade' ou da 'lealdade' étnica, por exemplo. Comparado com as práticas, o *habitus* étnico é mais abstracto ou mais geral do que as práticas concretas, estilos, percepções, julgamentos e acções por aquele geradas.

5.2. Cultura étnica

Uso um conceito lato, 'antropológico', de cultura que inclui: (*a*) cultura 'material', tradições, modos de vida: alimentos, instrumentos, vestuário, casas, arte, rituais, cerimónias, festas; (*b*) aspectos específicos 'simbólicos': linguagem, padrões étnicos cognitivos e normativos ('valores' e 'normas partilhadas') e mundividências; (*c*) 'redes/coesão' (incluindo a amizade, o casamento), associações e organizações étnicas, englobando meios de comunicação, organizações de interesses, partidos políticos.[19]

Há, por assim dizer, os chamados aspectos objectivos dos grupos étnicos (cf. Isajiw 1990: 35). Os aspectos "externos", "behavioristas" da identidade étnica referem-se a esta cultura étnica objectiva em todos os casos em que eles (*i*) são seleccionados como sinais relevantes ou marcadores de identidade étnica e (*ii*) se prendem com uma

[19] Sobre este último ponto, cf. o capítulo VII de *Acção Colectiva* (Bader 1991).

identidade étnica 'positiva' e não somente com uma identidade colectiva negativa de conflito; isto é, os membros do grupo não só reconhecem que eles são representados por outros mediante alguns marcadores, mas eles próprios se identificam, pelo menos até certo grau, com aquelas 'qualidades' (cf. Bader 1991:108).

5.3. Hábitos étnicos e 'constituição de um sujeito etnicizado'

Na linguagem em voga acerca da 'construção da subjectividade', designadamente no recente desconstrutivismo e na 'teoria do discurso'[20] falta um conceito sofisticado de cultura étnica e de *habitus* étnico. Tal poderia preencher um importante hiato na análise do processo de 'etnicização':

(1) *Habitus* é um fenómeno complexo com diferentes aspectos: *hexis* somático; disposição psíquica; padrões estéticos (por exemplo, gosto); padrões de percepção, cognição e avaliação (a análise do discurso focaliza-se apenas sobre o último).

(2) *Habitus* permite incidir o foco sobre a relativa estabilidade e a unidade do 'sujeito' sem necessariamente o vincar demasiado. A *unidade* do *habitus* étnico permanece sempre *problemática:*

(a) nas biografias individuais (em especial no caso da migração: efeito Dom Quixote);

(b) na perspectiva geracional: *hysterese*;

(c) nos diversos campos societais: em que medida há um estilo étnico no agir nas mais diferentes coisas da vida?;

(d) numa 'perspectiva de classe': em que medida se constata um hábito étnico comum que atravessa os hábitos de classe? Que estabilidade apresenta? Existem aí padrões de carreira étnicos habitualizados? E, se os há, que papel positivo ou negativo preenchem?[21]

(e) numa perpectiva da acção colectiva: estar-se-á perante o 'amor do destino' *versus* a rebelião habitualizada?

Estas e outras questões similares podem ser colocadas e analisadas a partir desta abordagem que, tanto quanto seja do meu conhecimento, não tem sido ainda sistematicamente aplicada a estudos étnicos e raciais.

5.4. Relações cultura étnica / identidade étnica

No tocante às relações entre cultura étnica e identidade étnica importa diferenciar os seguintes *itens*:

(a) Cultura étnica e identidade étnica: uma necessária distinção[22]:

(*i*) "Cultura" não é 'a' ou a única base de identidade; ela tem de competir e está

[20] A este respeito cf. a crítica tecida sobre a teoria do discurso, nomeadamente no capítulo VI de *Acção colectiva* (Bader 1991).

[21] Sobre a orientação do mercado de trabalho, cf. Reitz (1990).er 1991).

[22] Para um maior desenvolvimento remeto para Bader (1991: 95 ss, 108 ss e 424 na nota 77 em *Acção Colectiva*).

sempre inter-relacionada com 'diferenças nas situações sociais objectivas' e diferenças imaginadas.

(*ii*) Nem todos os aspectos duma cultura objectiva são relevantes e servem de marcadores, de sinais e símbolos da identidade étnica: a constituição das identidades colectivas é um processo de acentuação selectiva (cf. Barth 1980, Bader 1991:108-109).

(*iii*) Culturas podem, pelo menos num modelo ficcional, ser pensadas de modo isolado (muitas culturas diferentes coabitam pacificamente umas ao lado das outras), identidades colectivas são relacionais por definição: elas não podem sequer ser pensadas sem processos de inclusão/exclusão e sem definições de fronteira, ideia esta que Barth (1980) aportou no seu país.

(*iv*) Identidades colectivas tendem a desenvolver um padrão completamente dicotomizado, particularmente na escalada de conflitos (cf. Bader 1991:110), ao passo que as culturas podem co-existir 'pluralmente'.

(*v*) As culturas podem permanecer em segundo plano "na rectaguarda", enquanto as identidades colectivas, podendo possuir diferentes graus de conhecimento e consciência (cf. Bader 1991:108 ss), requerem, pelo menos, alguma consciência mínima relacional.

(*vi*) Identidades colectivas não necessitam, de modo algum, de 'reais' diferenças culturais; elas podem ser totalmente construídas na base de imaginadas diferenças.

(b) A clara distinção conceptual entre cultura e identidade colectiva é um pré-requisito necessário para discutir a sua inter-relação e, em particular, as suas variações:

(*i*) Elas podem mudar de maneira relativamente independente: culturas mutáveis – identidades colectivas estáveis e vice-versa, sendo de referir a este respeito novamente Barth (1980:32 ss, 38) e Isajiw (1990), aduzindo este último inúmeros exemplos em Toronto.

(*ii*) Não é somente a cultura que serve de "base" para definições de identidades colectivas: identidades colectivas influenciam fortemente o desenvolvimento de culturas de grupo: demarcação, estilização e 'distinção', aspectos brilhantemente analisados por Bourdieu (1986), Elias (1976) e outros, aliás na esteira de Mannheim (1929).

6. Identidade étnica

6.1. Observações preliminares

A acrescentar aos já conhecidos pontos de partida em todos os estudos de identidades, torna-se relevante fazer algumas observações preliminares, atendendo a que as identidades étnicas são elas próprias "fenómenos multifacetados, complexos" (Isajiw 1990: 34).

(a) Sem alguma identidade étnica mínima não há grupo étnico: a identidade étnica, ao seleccionar uma de muitas possíveis 'etnias' e ao transformar 'categorias étnicas' em grupos étnicos, constitui-as neste sentido.

(b) Identidade (colectiva) inclui sempre o desenho de fronteiras, a demarcação face aos 'outros': "Eu sou/ nós somos" inclui sempre um "Eu não sou/ nós não somos".

(c) Identidades são resultados temporários de desempenhos específicos sintéticos ou integrativos, de 'identificações' com modelos ideais, padrões de identidade, bem como da negação de padrões alternativos, competitivos.

(d) Há que distinguir identidade individual, social e colectiva e analisar a sua 'dialéctica'. Todos nós temos diversas identidades sociais e colectivas cruzadas: o 'nós' tem muitos nomes. Identidades colectivas diferem de todas as outras identidades sociais, impondo, tendencialmente, padrões dicotómicos: eles tendem a ser 'hegemónicos' ou 'totalizantes', particularmente na escalada de conflitos (Bader 1991: 109 ss).

(e) Há que perguntar e analisar sempre: quem é que define as identidades colectivas?

Para responder a esta questão ter-se-á que (*i*) analisar as autodefinições e as definições dadas pelos de fora (opositores e 'terceiros' diferentes) e as suas inter-relações; (*ii*) as definições dos de dentro e dos de fora são multifacetadas e estratificadas: para os de dentro, há a referir, por exemplo, pais, parentes, amigos, pares, professores, padres, políticos, historiadores; (*iii*) quer nas definições dos de dentro, quer nas dos de fora, importará analisar os equilíbrios de poder: a luta acerca das definições e avaliações das identidades colectivas em situações de 'aproximada' igualdade (entre nações, por exemplo, Inglaterra *versus* França) difere consideravelmente de situações com assimetrias de poder estruturais (por exemplo, canadianos ingleses e canadianos do Quebeque, ambos povos nativos); (*iv*) quais são as causas dos processos de 'etnicização' (cf. sobretudo: competição e conflito para todos os tipos de recursos e recompensas, particularmente reconhecimento).[23]

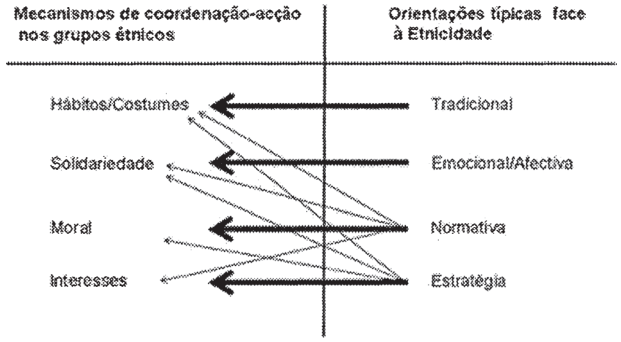
6.2. Diferentes aspectos de identidade étnica

Os aspectos 'comportamentais' ou 'externos' prendem-se com a cultura étnica e as práticas actuais. Os aspectos 'internos' têm a ver com a autopercepcão e a autodefinição, ou seja, com a identidade étnica que, neste sentido, é sempre subjectiva. Em termos de pesquisa, é aliciante combinar estas questões mais sistematicamente, usando diferentes métodos: o que é que as pessoas dizem (respondendo, ora de modo mais ou menos estandardizado, ora em questões abertas em entrevistas acerca da identidade etnica)? O que é que as pessoas fazem actualmente (utilizando a observação participante)?[24] Que *habitus* étnicos evidenciam realmente as pessoas? Seguidamente, dever-se-ão comparar os dados e tentar explanar as esperadas discrepâncias: valores, crenças e mesmo atitudes não são, tal como se sabe, acções 'causadoras' de um modo directo.

[23] Cf. Bader 1991: 112 ss, na esteira de Simmel (1968), Coser (1956), Barth (1980), além de outros.
[24] Este aspecto é sistematicamente negligenciado no estudo de Breton *et al* (1990).

A cultura étnica e a identidade étnica colectiva providenciam padrões relativamente estáveis de expectativas mútuas que contribuem consideravelmente para solucionar os chamados problemas de coordenação na "acção colectiva". Costumes, tradições, hábitos e história comum; solidariedade, lealdade e moral do grupo são sistematicamente ignoradas nas abordagens da escolha racional e na mobilização de recursos.[25] Por outro lado, as abordagens centradas na chamada identidade tendem a negligenciar o papel importante que os interesses e as orientações estratégicas desempenham na constituição e no desenvolvimento das identidades colectivas. Numa crítica-reconstrução do quadro conceptual teórico de Max Weber, elaborei o seguinte modelo:

Figura 4: Mecanismos étnicos de coordenação-acção e orientações típicas face à etnicidade



Explicação: Papel constitutivo versus tipo de orientação que, se e quando dominante, enfraquecerá ou transformará o próprio mecanismo (cf. Bader e Benschop, 1988)

(a) **Mecanismos de coordenação-acção** [26]

* *história étnica e costumes étnicos, tradições, hábitos*. Por um lado, tenho acentuado a adequada construção e contínua reconstrução das histórias étnicas (enquanto motores do mito) *versus* 'primordialismo' e 'desenvolvimento espontâneo'. Por outro lado, as narrativas 'reais' – e não apenas imaginadas – das histórias das comunidades, bem como os costumes reais, mesmo quando a sua origem seja artificial, constituem uma diferença significativa. Conhecimento das primeiras reacções (com as suas longas cadeias de reacções anteriores), bem como os costumes e as tradições comuns representam uma importante fonte de confiança.

* *solidariedade étnica* é constituída por sentimentos partilhados de pertença (afectiva, emocional) à comunidade étnica. Tais sentimentos são criados nos processos

[25] Cf. Bader (1991:17-20) e sobretudo o capítulo V.
[26] Cf. Bader (1989), Bader (1991: 117-124).

de socialização – primários e secundários – e de educação, pela continuada identificação com a cultura étnica, pelos símbolos ('ícones sagrados'), pelos líderes e pelas práticas expressivas. Este sentimento de pertença emocional e profundamente arraigado constitui uma segunda importante fonte de confiança que é excluída do mundo hobbesiano da escolha racional.

* *moral étnica,* a qual, compreendendo não só os valores e as normas partilhadas, tal como surge nas versões racionalistas da ética, mas também os *ethos* e as virtudes partilhadas, juntamente com o reconhecimento das obrigações mútuas, lealdades e realizações morais, constitui a terceira importante fonte de confiança. Esta confiança é necessária para superar todas as espécies de cavaleiros andantes e outros 'paradoxos lógicos da acção colectiva' com que os jogadores estratégicos – quais solitários mónadas sem história, sem moral ou sem fidelidades comuns – são confrontados. As comunidades étnicas e outras providenciam justamente isso.

* *interesses étnicos* incluem não somente os chamados interesses 'económicos' ou 'materiais', mas sobretudo os chamados interesses culturais, políticos e religiosos, bem como o reconhecimento, pelo menos, como iguais. É importante ter em conta que os três primeiros mecanismos, característicos das comunidades, não se encontram apenas nas chamadas sociedades 'tradicionais', tal como a bizarra dicotomia 'comunidade-sociedade', assim como várias das versões das teorias da modernização nos quiseram fazer crer. A 'modernidade' cria as suas próprias tradições, fidelidades e moral (*ethos*) e mesmo as comunidades étnicas não são restos sitiados e murchos do mundo tradicional, condenados a ser extintos.

(b) Orientações constitutivas *versus* outros tipos de orientações

A orientação predominantemente tradicional perante a etnicidade representa e mantém os costumes étnicos; a orientação emocional cria e reforça a solidariedade étnica; o acordo prevalecentemente normativo forma e assegura uma moral e um *ethos* étnico; e a orientação predominantemente estratégica constitui a base de um 'conjunto de interesses' comuns étnicos. Porém, os actores sociais são capazes de se orientar para modos 'não-congruentes' face à etnicidade.[27] Eles podem participar em ritos religiosos dum grupo étnico por razões puramente instrumentais, ou seja, acomodam-se porque e na medida em que sabem que o facto de não agir em conformidade com as normas religiosas étnicas poderia acarretar-lhes algumas desvantagens. Líderes oportunistas de organizações étnicas contam com a solidariedade dos seus membros co-étnicos para planear acções (e podem ser surpreendidos pela sua falta, se todos fizerem a mesma coisa: a manipulação estratégica tende a minar as tradições e as solidariedades). O 'individualista possessivo' apenas concordará com as normas desde que elas sirvam o seu próprio interesse. Se predominarem as orientações estratégicas, as tradições e os costumes poder-se-ão transformar em puras constelações de interesses e, nessa altura, perder a capacidade de estabilizar comunidades e resolver problemas de acção

[27] Cf. Bader 1991: 122-124

colectiva; permitir que se destruam as solidariedades e as lealdades e que a moral e o *ethos* étnicos se percam ou, quando muito, se transformem num tipo de moralidade estritamente utilitária. O meu modelo permite e encoraja analisar a mistura e as mudanças nas respectivas orientações dos membros dos grupos étnicos para uma cultura étnica e uma identidade étnica. Nem ao nível das sociedades, nem ao nível das gerações ou dos indivíduos, se pressupõe haver qualquer desenvolvimento linear das orientações tradicionais e afectivas em direcção a orientações 'racionais' normativas e estratégicas.

(c) Distribuição dos tipos de orientações face à etnicidade

Os diferentes tipos de orientações face à etnicidade não se encontram igualmente distribuídos entre os membros dos grupos étnicos. Assim, por exemplo, poder-se-ão esperar e analisar variações específicas de classe, de género ou de geração; a orientação das pessoas leigas pode diferir doutras, nomeadamente as específicas de diferentes tipos de peritos; as organizações de conflito e os líderes poderão ser forçados a desenvolver um grau mais elevado de pensamento estratégico e de reflexividade do que os constituintes e os inactivos. As orientações dos diferentes grupos de fora (*outsiders*) diferirão dos de dentro (*insiders*); os dos opositores serão forte ou exclusivamente estratégicos.

(d) A dimensão histórica, afectiva e moral das culturas e identidades étnicas

As culturas e identidades étnicas na sua dimensão histórica, afectiva e moral implicam todas elas limites a respeito da manipulação estratégica ou da construção e reconstrução das identidades colectivas. Mesmo quando, com justeza, se acentua a enorme importância do pensamento e da acção estratégica (dos intelectuais, dos professores, dos políticos, dos Estados, das Igrejas, entre outros) na invenção e na construção das identidades colectivas,[28] tal como Smith (1981), entre outros, convincentemente o evidenciou em relação à construção das nações, tal não significa que tais protagonistas possam construir e mudar as identidades à sua vontade ou que sejam bem sucedidos. É possível 'criar' tradições,[29] inventar e reconstruir linguagens,[30] inventar símbolos e rituais, mudar estrategicamente a moral do grupo através da educação, mas tal exige tempo, muito mais tempo do que "transformar camponeses em cidadãos franceses", como diria Eugene Weber (1976).

6.3. Tipos de identidade étnica

Na construção dos tipos de identidade étnica podem utilizar-se e misturar-se os seguintes critérios: (*i*) critérios adscritivos: por exemplo, identidades étnicas predominantemente territoriais, culturais, religiosas; (*ii*) modo de orientação predominante acerca da etnicidade: tradicional (por exemplo, o tipo "ritualista",

[28] Cf., para todos os grupos étnicos, Barth (1980: 33).
[29] Cf., a respeito do desporto, Hobsbawm (1990: 142 ss).
[30] Cf. Anderson (1983: 132,140), Hobsbawm (1990).

segundo Isajiw (1990), afectiva, normativa (tipo "ideológico" para Isajiw), estratégica; (*iii*) perspectiva temporal (tipo "redescoberta" para Isajiw); (*iv*) grau de reflexividade; (*v*) perspectiva de poder/ dominação (por exemplo, identidade "subalterna", "revoltosa", "revolucionária"); (*vi*) variações, nos tipos de situações de relações étnicas, nas quais se articulam as identidades étnicas.

6.4. Tempo

Dever-se-ia distinguir a origem, a emergência, o desenvolvimento (estabilização, manutenção, persistência, retenção/reconstrução), o desaparecimento e a perda de identidade étnica, atendendo a que as suas condições e determinação causal não são as mesmas.

(1) É importante acentuar que a "atenuação selectiva" é uma característica de todas as fases e não apenas da fase de retenção da identidade étnica, aspecto e dificuldade que os 'primordialistas' esquecem ou contribuem para esquecer.

(2) Até que ponto existe um padrão geral? Tal como já foi indicado, a emergência e o desenvolvimento de identidades étnicas não é usualmente unilinear, mas tão-pouco segue simplesmente um padrão cíclico. Tal evolução mostra amiúde inesperados e imprevisíveis altos e baixos, depende de situações, ou seja, é profundamente sensível ao contexto. É uma questão de política; os ciclos de protesto são relevantes; os acontecimentos históricos são, com frequência, de suma importância.

(3) Ter-se-á de ser cauteloso ao analisar os efeitos de histerese: estes não deverão ser elevados a algumas leis gerais tais como "atraso cultural" ou "retardamento de identidades".

(4) A perspectiva temporal apresenta ela própria distinções qualitativas: de curto prazo (por exemplo, cinco anos), de ciclo de vida (aplicada, o mais das vezes, aos indivíduos), geracional (para famílias e minorias étnicas emigrantes[31]) e de longo prazo (para o desenvolvimento das "identidades étnicas" das nações).

7. Situações das relações étnicas: abordagens de classe à etnicidade

7.1. Os contextos fazem a diferença

Já sustentei que as distinções e identidades étnicas emergem e desenvolvem-se em situações específicas de competição e conflito. Uma tipologia historicamente informada de "situações de relações étnicas" ou relações inter-étnicas é, portanto, uma espécie de pré-requisito para todos os estudos teóricos e empíricos sensíveis aos diversos contextos. Apesar de largos volumes de trabalho intelectual investido nesta questão, não está ainda disponível uma tal tipologia, em cuja construção poder-se-ão todavia utilizar *grosso modo* os seguintes critérios: (*i*) unidades; (*ii*) espécie, densidade, intensidade e campos de interacção; (*iii*) relativo equilíbrio de poder(es).[32]

[31] Acerca destas variações, cf. Isajiw (1990: 37,48 ss).

[32] Aqui combino contributos de Kriesberg (1973), Barth (1980), Rex (1986) e Bonacich (1970) embora de um modo algo diferente (cf. Bader 1991).

ad i): a relação dos grupos étnicos às unidades legais e políticas de decisão são duma extraordinária importância. Podem distinguir-se três tipos principais: (*a*) os grupos étnicos podem ser legalmente independentes uns dos outros e ser soberanos (por exemplo, as relações 'internacionais' entre os chamados Estados-Nação etnicamente homogéneos); (*b*) os grupos étnicos podem ser legalmente independentes uns dos outros mas encontrar-se sob a jurisdição de superiores unidades políticas soberanas (por exemplo, "nações" num Estado federal ou, nalgum imaginável futuro, numa situação com uma Organização das Nações Unidas (ONU) legal e politicamente forte); (*c*) um grupo étnico pode reivindicar ou decretar jurisdição legal e política sobre um outro (por exemplo, situações coloniais fora ou dentro dos Estados).[33]

ad ii): As interacções entre grupos étnicos podem ser analisadas a partir de diferentes perspectivas[34]:

(a) a espécie de interacção pode ser mutuamente benéfica (situações de aproximada igualdade) ou caracterizadas por desigualdades estruturais (cf., a seguir, ad 3). O tipo de relações depende, além disso, do padrão territorial: ou porque este é composto pela co-presença de territórios altamente segregados (padrão de concentração) ou porque os grupos e indivíduos vivem e trabalham misturados (padrão de dispersão).[35]

(b) a densidade e a intensidade de interacções podem ser muito elevadas (amplas redes de relações económicas, sociais, culturais e políticas) ou muito baixas (apenas interacções esporádicas sobre *itens* específicos, sobretudo as competitivas);

(c) a profundeza e a amplitude das interacções podem variar entre relações altamente selectivas num único campo específico até amplas e profundas relações, abarcando todos os campos societais.

A partir de muitos estudos de conflitos sociológicos são bem conhecidas as consequências de tais diferenças para as relações de poder, as opções estratégicas, o tipo de conflitos, bem como os tipos de resolução dos conflitos: por exemplo, conflitos étnicos altamente explosivos, violentos e em escalada tendem a evoluir para situações, nas quais as relações entre grupos territorialmente segregados são predominante ou exclusivamente aqueles de (quase sobreposta) discriminação, opressão, exploração ou exclusão e nas quais os equilíbrios de poder se deslocam de tal modo que a acção colectiva, desde o início, não parece desesperada (cf. Bader 1991: 307).

[33] Cf. Kriesberg (1973: 16), Bader (1991: 306 ss, Barth 1980) a respeito da 'segurança regional': situações policêntricas, coloniais, anárquicas. Para a análise do racismo, cf. Miles (1993) sobre a importante distinção entre 'situações coloniais' e 'situações de trabalho migrante'.

[34] Talvez se pudesse também incluir uma tipologia das diferentes 'origens' das relações inter-étnicas: migração formalmente livre *versus* migração forçada (por exemplo, económica, religiosa), intra e inter-estatal (cf. Page-Moch 1992, Zollberg 1983, entre outros), conquista e formação de impérios, comércio, etc.

[35] Cf. os quatro tipos elaborados por Barth (1980:19 ss) numa "perspectiva ecológica", misturando padrões territoriais e de cooperação/competição pelos recursos. A importância dos padrões de segregação territorial é óbvia tanto para as nações como para os grupos étnicos em contexto de segregação urbana.

ad iii) A análise dos relativos equilíbrios de poder é, pela sua relevância amplamente reconhecida, ainda uma das tarefas mais confusas e intrincadas. Dispendo um pouco mais de espaço sobre este tópico, em parte porque penso que o meu tratamento pro-teórico das assimetrias de poder é novo e muito mais frutífero e detalhado que o discurso sociológico dominante ou o discurso em voga sobre a multi-opressão no "pós-marxismo" recente. Relações de igualdade ou desigualdade entre grupos étnicos contêm diversos níveis, dimensões e aspectos. A sua análise é, por isso, muito complexa. A fim de tornar as coisas mais fáceis e tendo em vista o objectivo circunscrito da conferência, focalizarei a atenção apenas em três pontos:

(1) dever-se-á distinguir claramente etnicidade em "situações não exploradoras, não opressivas"[36] ou "aproximadamente iguais" e em "situações de relações étnicas" de desigualdade estruturada, uma vez que estas últimas diferem daquelas não somente numa perspectiva descritiva e explanatória,[37] mas também numa perspectiva normativa.[38]

(2) A fim de alcançar uma imagem detalhada da relativa posição objectiva de (diferentes membros e subcategorias de) grupos étnicos dever-se-á analisar o respectivo controlo de uma elevada variedade de recursos societais e de recompensas.[39] Em si mesma a etnicidade pode ser analisada como um recurso em diferentes modos (prestígio social negativo ou positivo; cultura/*habitus* étnico; identidade étnica; redes étnicas, organizações, liderança como importantes recursos de mobilização.[40] A mistura e o relativo peso desses recursos determina o potencial de poder objectivo dos diferentes grupos étnicos.[41]

(3) Para obter uma visão mais agregada do tipo de relações assimétricas de poder entre grupos elaborei o seguinte modelo:

[36] Cf. Rex (1986: 72, 80); cf. também Mason (1986: 8 ss), Solomos/Back (1994: 145).

[37] De modo crítico *versus* Wallman (1986); cf. também Barth (1980) *versus* uma longa tradição entre os antropólogos sociais.

[38] Sobre as consequências normativas, cf. Kymlicka (1989: 145 ss, 186 ss, 240 ss). Ponho agora de lado os problemas relativos ao significado de 'igualdade aproximada', mas esta não deve ser confundida com a noção de 'igualdade simples' criticada por Walzer (1983); cf. Bader 1998, 1998a. Para a situação dos emigrantes étnicos tal significaria uma 'integração total' (Isajiw 1990: 198).

[39] Cf. Bader/Benschop (1989), nomeadamente esquemas 5 e 6. Cf. o curto e sumário tratamento dos mais relevantes recursos de poder e recursos de mobilização: Bader (1991: 258-279). Para os números numa 'perspectiva demográfica', cf. Barth (1980).

[40] Cf. Breton *et al.* (1990: 5-12, 258) como um 'activo'.

[41] Os conceitos de 'minorias' e 'maiorias' tentam usualmente agregar todas estas dimensões numa imagem simples e dicotomizada da distribuição de recursos e recompensas.

Figura 5: Tipos básicos de desigualdade posicional

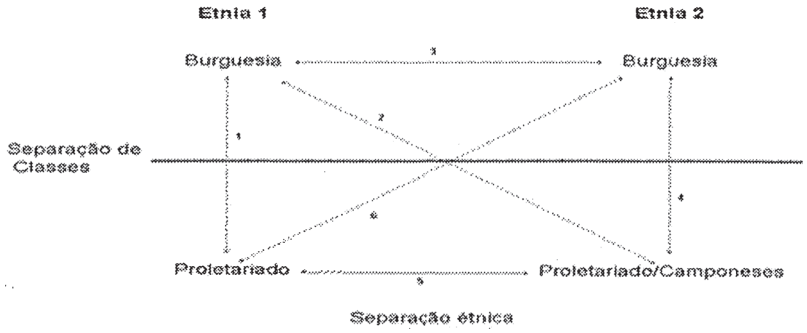
Nível de relações sociais	Estrutura posicional	Colectividade potencial	Tipos básicos de poder
Relações de trabalho	Posições de classe	Classes	Exploração
Organizações	Posições de elite	Elites/ Grupos dominados	Dominação/ Opressão
Interacções	Posições de interacção	Grupos selectivos de tipo associativo	Associação selectiva / Discriminação
Relações de prestígio	Posições em hierarquias de prestígio	Grupos de prestígio	Discriminação colectiva
		Grupos excluídos Marginalizados	Exclusão Marginalização

Exploração, dominação ilegítima, opressão e discriminação constituem distintos mas inter-relacionados tipos de poder posicional estruturalmente assimétrico. Para completar o conjunto dos tipos importantes de relações de poder assimétricas dever-se-á acrescentar, de modo parcial ou abrangente, o fechamento social (poder de alocação), sempre e ao mesmo tempo inclusão e exclusão na base de critérios adscritivos. O fechamento social permite monopolizar posições privilegiadas por alguns indivíduos/ grupos e a excluir outras (cf. de novo figura 2). Processos de fechamento geram e/ ou estabilizam barreiras de mobilidade vertical entre, por exemplo, posições de classe e de elite.

7.2. Classe e Etnicidade: uma ilustração

Por limitações de espaço não me é possível neste texto expor as diferentes possíveis combinações de tipologias de relações 'inter-étnicas' e de tipologias de desigualdades posicionais. Focalizando agora a análise na exploração de classe (não considerando agora outros aspectos) e utilizando um padrão dicotómico muito simples de divisão étnica e divisão de classe, Bonacich (1970) construiu o seguinte modelo para distinguir diferentes formas de 'relações étnicas' (exemplificando com o racismo e o nacionalismo) em específicas situações objectivas: (A) Construção da Nação; (B) Sobre-exploração; (C) Mercado de trabalho dissociado; (D) Minorias de categorias intermédias; (E) Libertação nacional.

Figura 6: Etnicidade e Classes no modo de produção capitalista



ad (1): Relações entre classes no seio de Estados-Nacionais e imperialistas, etnicamente homogéneos. Tais relações constituem a base da 'mobilização nacional' no caso de (A) *Construção da Nação* e do 'nacionalismo' (1) no caso de *(B) Sobreexploração*.

ad (2): Relações entre burguesia imperialista e 'trabalhadores colonizados' formam a base do 'racismo'(1) em situações de *Sobreexploração* (B): penetração capitalista na periferia e diferentes formas de sistemas coloniais e neocoloniais de trabalho forçado. Elas formam também a base de sobreexplorações em situações de segmentação de *Mercado de trabalho dissociado* (C) em base étnica, ou seja, a exploração de trabalhadores imigrantes, assim como, por outro lado, a condição do caminho de *Libertação Nacional* (E).

ad (3): As relações entre burguesia imperialista e classes dirigentes colonizadas, sob formas competitivas e cooperativas, constituem a base do 'antagonismo nacional' em situações de *Construção da Nação* (A), de 'racismo' (1 ou 2) em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D), bem como de troca desigual em situações de *Libertação Nacional* (E).

ad (4): As relações entre classes coloniais dirigentes e trabalhadores formam a base de 'mobilização nacional' em situações de *Construção Nacional* (A), em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D) e em situações de *Libertação Nacional* (E).

ad (5): As relações entre proletariado e trabalhadores colonizados formam a base de 'racismo' (2) em situações de *Sobreexploração* (B) e de *Mercados de trabalho* dissociado ou etnicamente segmentados (C), assim como de 'racismo' (3) em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D).

ad (6): As relações entre proletariado e classes dirigentes colonizadas constituem a base de 'racismo' (3) em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D).

Ainda que sem explicação ulterior deste modelo,[42] gostaria de enfatizar três pontos. Em primeiro lugar, há diversas formas específicas de classe no que concerne

[42] Omitindo igualmente aqui a discussão da respectiva influência sobre identidades colectivas e sobre a sua organização/mobilização: cf., a este respeito, Bader (1991 e 1994b).

o nacionalismo, racismo, etnocentrismo, provenientes de raízes objectivas específicas e com diferente conteúdo, para cujas situações é possível desenvolver teorias compreensíveis e explanatórias. Em segundo lugar, para todas as classes e fracções de classe existem opções não nacionalistas, não racistas, não etnocêntricas. Em terceiro lugar, faz sentido analisar a formação de grupo 'étnico', identidades étnicas, organização e mobilização étnica, assim como o conflito étnico a partir duma análise da estrutura e do desenvolvimento das relações de classe, desde que se adoptem versões não redutoras do marxismo, as quais podem produzir frutíferos programas de investigação.

Poder-se-ão assim utilizar modelos simples tais como este para, tomando-o como ponto de partida, obter, passo a passo, diferenciações controladas, as quais são absolutamente necessárias para cobrir o hiato entre a 'teoria' e a enorme complexidade da realidade social. Para tal poder-se-á e dever-se-á diferenciar o modelo da estrutura de classes,[43] introduzir outras dimensões das desigualdades posicionais, diferenciar a imagem simples da dicotómica divisão étnica. Ao fazê-lo, alcançaremos os limites da nossa capacidade para reduzir teoricamente, de modo controlado, as complexidades sociais.

7.3. Tipos de incorporação

Designam-se usualmente processos de incorporação aos diferentes aspectos de instalação temporária ou ilimitada dos diferentes tipos de migrantes, incluindo refugiados nas suas novas áreas de residência no seio do mesmo Estado ou num novo Estado (no caso de migrações fronteiriças).

Incorporação constitui, em si mesma, um processo complexo. O debate está, sem dúvida, fortemente politizado. Mantêm-se diluídos e contestados os seus conceitos centrais tais como assimilação, adaptação, aculturação-inculturação, integração, incorporação, inclusão, do mesmo modo que os seus respectivos contrários: segregação, marginalização, retenção, entre outros.[44] O que há nestes termos? Se se toma incorporação social como um 'conceito-guarda-chuva', poder-se-ão distinguir claramente diferentes dimensões e critérios de 'incorporação':

(1) incorporação é um processo duplo: interno e externo (cf. Isajiw 1990: 7 ss, Penninx 1988): querem os migrantes, minorias étnicas e outras ser 'incorporadas' e, se o querem, de que forma e por que meios? Quer a maioria instalada – ela própria altamente diferenciada – incorporá-los e, em caso afirmativo, sob que formas e por que vias?

(2) a incorporação formalmente forçada sob o ângulo legal e/ou político *versus* incorporação formalmente livre, ou seja, aquela que, embora cultural e socialmente condicionada, visa a integração.[45]

(3) dimensões de incorporação[46]: para todas as dimensões, a incorporação é um processo de dupla face e deverá ser analisado numa escala que vai da incorporação forçada até aos diversos graus de incorporação livre.

[43] Sobre o modo de produção capitalista, cf. Benschop (1993).
[44] Cf. Isajiw (1990).
[45] Para uma discussão muito concisa dos problemas normativos, cf. Kymlicka (1992).
[46] Para uma lista com um tratamento muito mais detalhado, cf. Bader/Benschop (1989: esquema 4c: 111).

(a) 'economicamente': mercado de trabalho, emprego, rendimento, promoção, posições de liderança nas organizações; empregadores étnicos; 'concentração étnica' ou 'nichos' em sectores de produção, serviços, créditos, diferentes mercados de consumidores, entre outros (cf. Reitz 1990, Marger 1997);

(b) territorialmente: guetização *versus* dispersão;

(c) amizade e redes relacionais: 'associações selectivas' etnicamente fechadas e relações de patrocinato *versus* misturas de relações relativamente livres;

(d) casamento e relações íntimas;

(e) culturalmente (língua, alimentação, rituais): retenção/fortalecimento, mudança fundamental e/ou perda de cultura do grupo étnico (por exemplo, atitudes face à incorporação cultural: assimilacionistas, pluralistas preocupados ou satisfeitos, integracionistas (cf. Breton 1990: 216);

(f) prestígio colectivo: reconhecimento como pessoas/grupos que, por diferentes que sejam, têm de ser tratados com igual respeito e interesse ou a emergência/ manutenção/ reforço de discriminação colectiva (mesmo se legalmente sancionada);

(g) legalmente (direitos, estatuto de cidadania): metecos, estrangeiros naturalizados, cidadãos de segunda classe ou com plena igualdade legal e politica[47] e todos os diferentes graus nessa escala (e, certamente, a questão fortemente debatida dos direitos de grupos especiais (povos nativos, grupos adscritivos sem privilégios);

(h) politicamente: as próprias organizações políticas (partidos, meios de comunicação) e/ou participação actual (passiva e activa) nos diferentes níveis e nas diferentes posições no sistema político dominante.

Poder-se-á tentar conseguir uma maior precisão terminológica no debate, mas duvido que exista um uso linguístico predominante (por exemplo, 'assimilação' é aproximadamente o mesmo que aculturação para a dimensão cultural), ou que um consenso possa ser alcançado. Desagregação conceptual, neste como noutros casos, é um pré-requisito para a mútua compreensão da terminologia de cada um, mesmo quando continuemos ainda a desagregar o termo que se apresente mais adequado. Em todos estes aspectos são certamente enormes as variações práticas entre diferentes minorias 'étnicas/etnicizadas'.

8. Conclusão: por níveis adequados de complexidade, teorias e pesquisa comparativa

Há boas razões para crer que, tendo em conta os mais variados contextos, não é possível construir frutiferamente 'a' grande teoria ou superteoria acerca dos grupos étnicos, da identidade étnica, da organização e mobilização étnicas, do conflito étnico. Teorias explicativas devem responder a questões que procuram uma explicação específica (cf. Humphreys, 1989). Se se rejeita o uso comum dum conceito livre de teoria

[47] Cf. Bader (1994 e 1995). Cf. Soysal (1997)

que permite designar de teoria todas as explicitações conceptuais e analíticas e todas as explanações, é óbvio que toda a teoria tem de reduzir, mais ou menos drasticamente, a abrangente complexidade dos 'fenómenos étnicos'. Um quadro pro-teórico, tal como eu o esbocei neste texto, pode contribuir para seleccionar o nível adequado de complexidade para a construção de teorias de médio alcance, por exemplo, em relação: (*i*) às situações específicas objectivas das relações étnicas; (*ii*) à relação entre cultura étnica e identidade étnica; (*iii*) às condições nas quais as identidades étnicas se tornam predominantes ou aos padrões de mudança das identidades étnicas; (*iv*) ao papel específico da etnicidade como 'recurso' em relação a todos os outros recursos de poder e mobilização; (*v*) às estratégias de mobilização étnica e dilemas estratégicos; (*vi*) aos conflitos étnicos e aos tipos de resolução de conflitos étnicos.

Tais teorias de médio alcance podem dar uma primeira indicação das variáveis causais relevantes a ser tidas em conta, assim como podem induzir a outras questões, níveis e teorias e, neste sentido, contribuir para evitar generalizações insustentáveis. Porém, a construção de teorias não é uma nem a única avenida privilegiada de pesquisa. Quadros pro-teóricos podem ser directamente utilizados como guias-inventários em estudos de caso históricos e empíricos ou em estudos comparativos. Afortunadamente, não temos que esperar que os teóricos completem a sua obra.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict (1983), *Imagined Communities,* Londres.

BADER, Veit-Michael (1985), "Nieuw racisme of neo-nationalisme?" in *Komma:* 5,1:109-142.

BADER, Veit-Michael (1991), *Kollektives Handeln*, Opladen: Leske e Budrich.

BADER, Veit-Michael (1992), "'Grand Theories', Empirismus oder Pro-Theorie?" in *Farschungsjournal*, NSB, 2, 92:9-21.

BADER, Veit-Michael (1993), "Citizenship and Exclusion" 'in *Citizenship and Local Justice*, Amesterdão.

BADER, Veit-Michael (1994a),"Burgerschaft and AusschlieBung" in *Dialektik,* 1:97-118.

BADER, Veit-Michael (1994b), "Ethnizitat, Rassismus and Klassen. PostMarxism and Beyond" *in* V. M. Bader, A. Benschop, M. Kratke, W. V. Treeck, (orgs) *Jenseits van Klasse und Stand?Argument-Sonderband,* Berlim, n/d.

BADER, Veit-Michael (1995) "Citizenship and Exclusion. Radical Democracy, Community and Justice. What is wrong with communitarianism?" in *Political Theory*, 23:2: 211-246.

BADER, Veit-Michael (1995), *Rassismus, Ethnizitat, Burgerschaft. Sociologische and Philosophische Uberlegungen,* Munster: Westfalisches Dampfboot.

BADER, Veit (1998) "Dilemmas of Ethnic Affirmative Action. Benign State-neutrality or Relational Ethnic Neutrality" *in*: *Citizenship Studies*, Vol. 2, No. 3, 435-473.

BADER, Veit (1998a) "Egalitarian Multiculturalism: Institutional Separation and Cultural Pluralism" *in*: Rainer Bauböck/ John Rundell (org.) *Blurred Boundaries*. Ashgate, Aldershot, Cap. 7, pp.185-222

BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1989), *Ungleichheiten,* Opladen: Leske & Budrich.

BARTH, Frederic (1980), *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Cultural Difference*, Oslo: Bergen/Tromsr.

BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*, Amesterdão: Het Spinhuis.

BONACICH, Edna (1980), "Class Approaches to Ethnicity and Race", *Insurgent Sociologist,* 10 (2) Outono, pp. 9-24.

BOURDIEU, Pierre (1986), *The Distinction*, Londres e Nova Iorque.
BRETON, R./ISAJIW, W.W./ KALBACH, W./REITZ, J.G. (1990), *Ethnic Identity and Equality. Varieties of Experience in a Canadian City*, Toronto, Buffalo, Londres: University of Toronto Press.
BRUBAKER, Rogers (1992), *Citizenship and Nationhood in France and Germany*, Cambridge, Londres: Cambridge University Press.
COSER, L. (1956), *The Functions of Social Conflict*, Nova Iorque, Free Press.
ECKSTEIN, H. (1980), "Theoretical Approaches to Explaining Collective Political Violence" *in* Gurr, T. (org) *Handbook of Political Conflict*, Nova Iorque.
ELIAS, Norbert (1976), *Über den Prozes der Zivilisahm*, Frankfurt: Shurkamp.
GLAZER, Nathan/ MOYNIHAM, Daniel P. (1975) "Introduction" *in* Dires (org) *Ethnicity, Theory and Experience*, Cambridge, Londres: Cambridge University Press.
HOBSBAWM, Eric J. (1990), *Nations and Nationalisme since 1780*, Cambridge: Cambridge University Press.
HUMPHREYS, P. (1989), *The Chances of Explanation*, Princeton: Princeton University Press.
ISAJIW, W.W. (1990), "Ethnic-Identity Retention" *in* Breton *et al.* (org), *Ethnic Identity and Equality. Varieties of Experience in a Canadian City*, Toronto: University of Toronto Press, pp. 34-82.
KATZNELSON, Ira (1972), "Comparative Studies of Race and Ethnicity, Plural Analysis and Beyond" in *Comparative Politics*: pp. 135-154.
KRIESBERG, L. (1973), *The Sociology of Social Conflicts*, Englewood Cliffs (Nova Jérsia), Prentice-Hall.
KYMLICKA, W. (1989), *Liberalism, Community, Culture*, Oxford: Oxford University Press.
MANNHEIM, Karl (1929), *Ideologie und Utopie*, Bona, Cohen.
MASON, David (1986), "Introduction. Controversies and Continuities" *in* Rex/Mason (orgs) *Race and Ethnic Relations Theory:* 1-19, Cambridge.
MARGER, M. (1997), *Race and Ethnic Relations: American and Global Perspectives*, Belmont (Califórnia), Wadsworth (4ª ed.).
MEADWELL, H. (1989), "Cultural and Instrumental Approaches to Ethnic Nationalism" in *Ethnical and Racial Studies*, 12,3: 309 ss.
MILES, Robert (1993), *Racism after 'race relations'*, Londres, Nova Iorque.
PENNINX, Rinus (1988), *Minderheidsvorming en emancipate;, balans van kennisverwerving ten aanzien van immigranten en woonwagenbewoners 1967-1987*, Samsom, Alphen aan den Rijn. (Zowel proefschrift – als handelseditie)
REITZ, J. (1990), "Ethnic concentrations in labour markets and their implications for ethnic inequality", *in* R. Breton *et al.* (ed.), *Ethnic identity and equality: Varieties of experiences in a Canadian city*, Toronto: University of Toronto Press.
REX, John (1986), "The role of class analysis in the study of race relations – a Weberian perspective" *in* J. Rex e D. Mason (orgs), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 64-83.
REX, John & MASON, David (1986), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
SETON-WATSON, H. (1977), *Nations and States*, Londres: Methuen.
SIMMEL, Georges (1968), *Soziologie*, Berlim, Duncker und Humblot.
SMITH, Anthony D. (1981), *The Ehtnic Revival*, Cambridge: Cambridge University Press.
SMITH, Anthony (1984), "Ethnic Persistence and National Transformation" in *British Journal of Sociology*, 35, 3: 452-461.
SMITH, Anthony (1986), *The Ethnic Origin of Nations*, Londres: Blackwell.
SMITH, Anthony (1989), "The Origins of Nations" in *Ethnic and Racial Studies*, 12, 3: 340-367.
SOLOMOS, John/BACK, Les (1994),"Conceptualising Racisms: Social Theory, Politics and Research" in *Sociology*: 28, 1:143-161.
SOYSAL, Y.N. (1995), *Limits of Citizenship. Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.
STOLCKE, Verena (1993), "European Culture: A New Rhetoric of Exclusion" *in* Conferência *Ethnicity, Nationalism and Culture in Western Europe*, Amesterdão (artigo não publicado).

UNGER, Roberto M. (1987), *Politics*: *A Work in Constructive Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.

WALLMAN, Sandra (1986), "Ethnicity and the Boundary Process in Context" *in* J. Rex e D. Mason (orgs), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, pp. 226-245.

WALZER, Michael (1992), "The Civil Society Argument", *in* Chantal Mouffe (org.), *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*, Londres: Verso, pp. 89-107.

WEBER, Eugene (1976), *Peasants into Frenschmen*, Stanford: Stanford University Press.

WEBER, Max, [1964 (1920)] *Wirtschaft und Gesellshaft*, Tubingen: Mohr.

WIEHN, (1968), *Theorien der Sozialen Schichtung*, Munique: Piper.

ZOLBERG, A. (1983), "International Migrations in Political Perspective" *in* Kritz, Keely & Tomasi (orgs), *Global Trends in Migration*, Staten Island, Nova Iorque: Center for Migration Studies, pp. 3-27.

ZUBAIDA, S. (1989), "Nations Old and New" in *Ethnical and Racial Studies*,12, 3: pp. 329-339.

El mito del patriotismo cívico

Ramón Máiz*

Resumo

Neste artigo o autor, partindo da análise de dois textos precursores do conceito de nação – um de Ernest Renan e outro de Friedrich Meinecke –, constata como foi elaborada nomeadamente por Hans Kohn uma dicotomia entre o nacionalismo étnico *versus* nacionalismo cívico. Enquanto o primeiro seria cultural, de raiz oriental, natural ou próximo da natureza, comunitário, romântico, assente no *jus sanguinis* na raça e na religião, particularista, tradicional, o segundo seria civilizacional, ocidental, contratual, societal, iluminista, baseado no *jus solis* e secular, firmado na vontade dos cidadãos, universal, moderno. Estes dualismos, entre outras séries bipolares, são desconstruídos pelo autor do ponto de vista não só empírico como teórico, mostrando a sobreposição/miscelânea destas características ao caracterizar as nações orientais *versus* as nações ocidentais, assim como o alegado nacionalismo étnico-cultural alemão *versus* o nacionalismo político francês ou inglês. Em vez da dicotomia, o autor desenha um *continuum* étnico-cívico dos nacionalismos e propõe o desbloqueamento e a superação do obstáculo epistemológico expresso na dicotomia nacionalismo étnico-nacionalismo cívico em direcção a um nacionalismo democrático: a nação não é uma comunidade fixa e imutável, o território não é, em regra, monocultural, o nacionalismo cívico pressupõe elementos étnicos e o nacionalismo étnico deve implicar cidadania e participação democrática, bem como respeito pelas outras etnias, culturas e nações.

Para el maestro Anthony D. Smith,
con motivo de su jubilación en la London School of Economics

1. Introdução

"Je me propose d'analyser avec vous une idée, claire en apparence, mais qui prête aux plus dangereux malentendus" *(Renan, 1947: 887)*. Así comenzaba Ernest Renan su célebre conferencia en la Sorbona el 11 de marzo de 1882, "Qu'est-ce qu'une nation?". En este breve capítulo quisiera por mi parte someter a escrutinio una dis-

* Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

tinción de uso frecuente, tan clara en apariencia como propiciadora de lamentables malentendidos y de la que el célebre intelectual bretón devendría, hasta cierto punto *malgré lui*, como veremos, uno de sus precursores: la dicotomía nacionalismo étnico-nacionalismo cívico. Esta antítesis, cargada de contenido normativo, entre una nacionalismo positivo, el de occidente, cívico, inclusivo y político; y otro negativo, el de oriente, étnico, reaccionario y excluyente, sería supuestamente confirmada en la realidad empírica de las dos guerras mundiales y se vería corroborada en sus predicciones, de forma fatal, en las crisis Yugoslava y de algunos Estados etnocráticos procedentes de la ex Unión Soviética.

Frente a tal autoevidencia, argumentaremos en lo que sigue que tan reiterada clasificación de los nacionalismos en étnicos y cívicos genera, mediante la claridad feliz de su código binario – que la haría tan popular durante todo el siglo XX entre los estudiosos del nacionalismo – muchos más problemas de los que ayuda resolver. Y ello en los dos ámbitos de análisis en los que se ha venido utilizando; a saber: 1) en la dimensión *empírica* de construcción de una taxonomía de los elementos diacríticos configuradores de la nación y en consecuencia de la tipología de los movimientos nacionalistas; y 2) en la dimensión *normativa* que permita enjuiciar qué nacionalismos resultan compatibles con las exigencias democráticas y cuales no.

Con precedentes como ya se dijo en la obra de Renan, pero también de Meinecke (1969), la dicotomía nacionalismo étnico – nacionalismo cívico sería reintroducida en su formulación contemporánea por el padre de los modernos estudios sobre el nacionalismo, el emigrado checo Hans Kohn en su obra *The idea of nationalism* (Kohn, 1944). Para este autor, en efecto, el nacionalismo occidental es fundamentalmente político, en razón de su base institucional cívica y de clase (hegemonía burguesa); mientras que en el nacionalismo oriental, debido a la ausencia de ambos fundamentos tanto institucional (autocracia absolutista), como clasista (hegemonía de nobleza terrateniente), resulta esencialmente étnico, orgánico, fundamentado en la diferencia cultural elaborada por los intelectuales nacionalistas. Este dualismo de política y cultura, de nacionalismo desde arriba (el Estado) y desde abajo (el común origen), que se prolonga en la escisión geopolítica entre oriente y occidente, y que genera una compleja cadena de equivalencias (sociedad/ comunidad, liberalismo/ autoritarismo, logos/ mito etc.) que luego examinaremos, se mantendrá con éxito que perdura, pese a algunas críticas recientes de relieve (Schnapper 1996, Yack 1999, Brown 1999, Nieguth 1999), hasta los comienzos de este siglo. La obras de Plamenatz (1973), Finkielkraut (1987), Todorov (1989), Ignatieff (1993), Greenfeld (1994), Alter (1991), Sugar (1994) y muchos otros constituyen buen prueba de ello.

La diferencia así establecida inicialmente entre al nacionalismo francés o inglés y el alemán, permitía en principio lograr un doble objetivo: (*i*) diferenciar *empíricamente*, de modo nítido y sustantivo, dos concepciones históricas de la nación; y, a la vez, (*ii*) distinguir normativamente, desde el punto de vista de los principios liberales, entre nacionalismos defendibles e indefendibles. En las líneas que siguen señalaremos, sin embargo, algunos de los muy serios problemas que en ambos sentidos plantea la dicotomía, más allá de su aparente eficacia taxonómica en el abigarrado

mundo de los nacionalismos. En síntesis: 1) inadecuación empírica: las naciones occidentales poseen mas componentes étnicos y culturales de los que se le suponen y muchos nacionalismos orientales tiene un carácter mas cívico y político del pretendido por el estereotipo; 2) insostenible continuidad histórica dentro de cada una de las tradiciones, pues el nacionalismo francés o alemán lejos de permanecer fieles a una supuesta esencia originaria, política o cultural, evolucionan de modo cambiante en diferentes contextos sociales e intelectuales; 3) la dicotomía traslada a un ámbito de conflicto exterior, internacional, lo que no es sino conflicto interno y constitutivo entre varias interpretaciones de cada nación, en lucha por imponer su lectura particular de la tradición, su proyecto de dirección intelectual y moral de un país, su hegemonía política específica. La bipolaridad étnico/cívica obvia la consideración dinámica e indeterminada de la nación, esto es, su interpretación no como un dato objetivo, manifestación de una esencia o tradición prístina inmutable, sino como el resultado contingente y siempre contestado de un proceso político de construcción.

2. Un poco de historia del pensamiento

Suele reputarse como padres fundadores de la dicotomía nacionalismo étnico/nacionalismo cívico a Ernest Renan (1947) y a Friedrich Meinecke (1969). La atención directa a los textos de ambos autores muestra, sin embargo, un panorama bien diferente de la sólita simplificación de algunas citas aisladas y fuera de contexto, al tiempo que la rigurosa contemporaneidad del estereotipo dicotómico, mutuamente exclusivo entre sus polos étnico y cívico, en los términos que hoy conocemos.

Comencemos por Renan. A partir de la frase célebre de su conferencia de la Sorbona de 1882: "La existencia de una nación es (si me perdonan la metáfora) un plebiscito cotidiano" (Renan 1947 I: 904), de la que suele expurgarse, por cierto, el significativo paréntesis, se deduce toda una concepción voluntarista de la nación. Así, sería el consentimiento de los ciudadanos el elemento conformador, por excelencia, de la nación. Sin embargo, considerada con cierto detalle, la posición del singular polígrafo francés dista de ser tan unívoca y política como se ha pretendido (Finkielkraut, 1987). En primer lugar, en el conjunto de su obra menudean usos del concepto de nación bien alejados del voluntarismo democrático y plebiscitario que se le atribuye. Así, por ejemplo, en un texto de 1871, La Réforme intellectuelle et morale de la France, podemos leer "Una nación no es la simple adición de individuos que la componen; es un alma, una conciencia, una persona, un resultado vivo" (Renan 1947:361). Esta "alma de la nación" empero no se conserva por si sola, sino mediante el concurso de un colegio oficialmente encargado de guardarla. Sin ese soporte institucional, cimentada en la sola voluntad, "como en el sueño de nuestros demócratas", esto es, como mera "razón nacional de un pueblo" deviene, en expresión luminosa, un perecedero edificio de arena (literalmente: *une maison de sable*). Para mantener la cadena que une a vivos y muertos es preciso la institucionalización de la nación, habida cuenta de que, a diferencia de lo sostenido en La Sorbonne años más tarde, "la voluntad actual de la nación, el plebiscito, incluso seriamente puesto en práctica, no resulta suficiente". La alternativa no deja lugar a dudas respecto al liberalismo conservador de nuestro autor:

"Una dinastía es la mejor institución a tal efecto" (Renan 1947: 375). La relación entre las instituciones tradicionales dinásticas y la nación deviene tan medular a la existencia nacional porque la dinastía es, en cierto sentido, anterior y superior a la nación, es más, ella ha hecho a la nación: *le roi a fait la nation* (Renan 1947: 380). Este y otros textos, como las célebres cartas a Strauss, muestran que para Renan resulta bien ambigua la defensa de esa voluntad que se ha querido ver como único criterio de la realidad nacional (De Blas 1987: 31).

En segundo lugar, en *Qu'est-ce qu'une nation?*, la concepción voluntarista se encuentra muy matizada y resulta tributaria, ante todo, de la coyuntura de la anexión de Alsacia y Lorena por Alemania y los argumentos "objetivos" (lingüísticos, étnicos) empleados en aras de su justificación; y además, por la sorprendente presencia de elementos provenientes precisamente de esa tradición enemiga, étnica, germánica, que en principio se habría desechado mediante el concepto voluntarista, cívico. Así: "Una nación es un alma, un principio espiritual" (Renan, 1947: 903). De hecho los elementos conferidores del carisma nacionalitario son, para Renan, y ello en pleno conflicto franco alemán, no uno, sino dos; a saber: 1) el pasado, la historia "la posesión en comun *d'un riche legs en souvenirs*"; esto es: "un pasado heroico, grandes hombres, la gloria... ahí reside el capital social sobre el que se asienta una idea nacional" (Renan, 1947: 904).; y 2) el consentimiento, el deseo explícito de los connacionales de vivir juntos.

La política no es pues, a todas luces, suficiente, los intereses comunes no bastan – "un *Zollverein* no es una patria" (Renan, 1947: 902) –; se requieren además "las complicaciones de la historia", historia como narrativa, historia de las glorias pasadas elaborada explícitamente como relato mítico frente a la historia como ciencia: "El olvido, incluso diría que el error histórico, son un factor esencial en la creación de una nación. De ahí que el progreso de los estudios históricos sea a menudo un peligro para la nacionalidad" (Renan 1947: 891). La crítica de la raza como factor nacionalitario, y su nefasto resultado, las "guerras zoológicas" (Renan, 1947: 456), no debe ocultar el esencialismo culturalista que reside tras el argumento de Renan. ¿Cómo si no podrá darse cuenta cabal de la omnipresencia en su argumentación de la historia, la tradición, la común ascendencia, en fin, la herencia indivisa sobre la que yergue la nación: "l'heritage qu'on a reçu indivis" (Renan, 1947: 904)? La tensión e imbricación entre política y cultura se configura, así, frente a cualquier unilateral monismo voluntarista y cívico, como el eje del concepto de nación de este autor. De hecho Renan puede pasar a la historia por ser el primero en apuntar a la tensión articuladora entre política y cultura, entre particularismo y universalismo, entre lo propio y lo ajeno, entre comunitarismo y liberalismo, entre la voluntad de convivencia y una comunidad orgánica transhistórica dotada de alma, entre la inclusión y la exclusión por razones culturales (de aquéllos que poseen otra historia, otra lengua otros recuerdos diferentes a los nuestros etc.). Es por eso que, frente a la radical diferencia entre Renan y Barres como habitantes de dos mundos ideológicos sin punto de contacto alguno, se llame la atención, por parte de algunos autores, sobre las importantes ambigüedades que permiten una posterior rearticulación, ya sin componente liberal alguno, del nacionalismo reaccionario francés (Sternhell, 1972; Silverman, 1992).

Vayamos a hora a Meinecke. De creer a autores tan diversos como Kohn (1944) o Alter (1985), la distinción canónica entre nacionalismo etnico y cívico, aparecería en *Welbürgertum und Nationalstaat* (Meinecke, 1969) de la mano de la diferencia entre naciones políticas y naciones culturales (*Staatsnation* y *Kulturnation*). Sin embargo también aquí, al prestar atención de cerca al texto del historiador alemán las cosas se muestran menos rotundas. En efecto, "a pesar de todas las obvias reservas que se pueden hacer, podemos sin embargo dividir a las naciones en naciones culturales y naciones políticas, esto es, naciones basadas principalmente en un legado cultural (*Kulturbesitz*) compartido conjuntamente, y naciones principalmente basadas en la fuerza unificadora de una historia política y una constitución común (*«gemeinsamen politische geschichte und Verfassung*)" (Meinecke 1969: 10).

Ahora bien, en lugar de encontrarnos con dos mundos del nacionalismo mutuamente excluyentes, en Meinecke (1969) se subraya precisamente la conexión entre ambos. Así, por ejemplo, se postula que la posesión de un lenguaje estándar, una literatura común y una religión compartida son los mas importantes factores en la creación una nación cultural. Ahora bien, lo que el autor pone de relieve es precisamente la producción política de la cultura y el papel político de la religión: "Los casos mas frecuentes sin embargo son aquellos en los que las comunidades estatales y las influencias políticas (*staatsliche Gemeinschaften und politische Einflüsse*) han impulsado, sino causado el desarrollo de una lengua estándar y una literatura común. Existe, a menudo, asimismo una estrecha relación (*Zusammenhang*) entre religión, Estado y nacionalidad. Estos casos sugieren que una nación cultural puede ser asimismo una nación política (*die Kulturnation zugleich Staatsnation sein kann*)" (Meinecke, 1969: 11).

El propio Meinecke, refiriéndose a la concepción de Renan del plebiscito cotidiano, la critica por entender que la sola voluntad no basta para abolir el pasado, si bien la admite en el contexto político-intelectual de la revolución francesa de 1789. Esto es, como deudora del espíritu del la autodeterminacion y de la soberanía de la nación: "la nación política que desea poseer su propia constitución y dirigir su propio destino político" (Meinecke, 1969: 12).

En lo que atañe a las naciones políticas, Meinecke (1969) precisa que éstas surgen no solo mediante las demandas (voluntaristas) de autodeterminación, sino de la vida política compartida en el seno del mismo sistema político y "el silencioso trabajo del Estado" (*die stillwirkende Arbeit des Staates*), "en el decurso de un lento y secular desarrollo histórico (*Wachstum*)" (Meinecke, 1969: 13). Como ejemplifican, a su entender, los casos de Inglaterra y Francia el Estado puede estar basado en una nación cultural y simultáneamente circunscribir aquella nación dentro de su cuerpo principal (*in ihre Hauptmasse umfassen*) (Meinecke, 1969: 14).

La diferencia entre naciones políticas y culturales radica en que las naciones políticas presuponen diversos tipos de estados y uno de ellos es el Estado nacional, mientras que las naciones culturales engendran varios productos y ente ellos los Estados nacionales. En el primer caso se comienza por el Estado, en el segundo por la nación cultural. Meinecke (1969) tiene especial cuidado, empero, en desconectar el

principio de la naciones culturales de cualquier perspectiva de desarrollo inmanente y teleológico, en ajenidad al Estado y a las relaciones con otros pueblos: "El carácter singular de la nación no significa aquí que toda particularidad nacional se derive exclusivamente de su espíritu nacional inmanente (*aus ihrem eigenen immanenten Volksgeiste*), como ha sostenido una filosofía dela historian influenciada por el Romanticismo" (Meinecke, 1969: 21).

Ello abre espacio para la tensión entre el nacionalismo particularista alemán y el cosmopolitismo, entre *Nationalismus* y *Weltburgertum* que da título a la obra, la idea de la humanidad mas allá de la nacionalidad, expresada en el postulado de que "es poco alemán ser sólo alemán", (*undeutsch sei, bloss deutsch zu sein*) que constituye el eje del entero libro de Meinecke. Así, aun cuando el peso central de *Weltbürgertum und Nationalstaat* se centra en el nacionalismo romántico conservador, desde Stein a Bismarck pasando por Hegel y Ranke, Meinecke subraya en todo momento la lucha por la hegemonía entre diversas perspectivas de la nación, el conflicto entre los dispares nacionalismos alemanes en presencia: la liberal democrática, la socialdemocrática y la del *Zentrum*.

Frente a este uso complejo y matizado de la distinción nacionalismo cultural y político en los clásicos, el introductor moderno del dualismo, Kohn, imprimirá un giro dicotómico mucho más radical a la distinción. En efecto, en *The Idea of Nationalism* (Kohn, 1944) y obras posteriores como *Nationalism: its meaning and History* (Kohn, 1982) o *Western and eastern Nationalism* (Kohn, 1994), el profesor de origen checo superpondrá nítidamente el eje política/ etnia al eje occidente/oriente. Así, en Francia, Inglaterra, Holanda y Estados Unidos el nacionalismo sería fundamentalmente político, construido a partir de estructuras preexistentes de gobierno sobre poblaciones con alto grado de homogeneidad y con hegemonía burguesa. De la mano de los principios ilustrados el nacionalismo occidental opondría los valores de la razón, la libertad y la igualad a las formas tardofeudales y absolutistas del poder, situando la ciudadanía, la igualdad ante la ley y la libre voluntad de convivencia como criterios de pertenencia a la nación; y el liberalismo, el parlamentarismo, el constitucionalismo y la tolerancia como rasgos esénciales del *civic West*.

De modo muy diferente, para Kohn (1994), en oriente (Europa central y del este, Rusia imperio austrohúngaro y Otomano etc.) la nación no coincide con el Estado lo que conlleva la aparición de un nacionalismo étnico, liderado por intelectuales de origen no urbano, centrado en la tradición espiritualista del *Volksgeist*, que reclama el rediseño de fronteras (*divisive nationalism*) a partir de demandas étnicas. La nación, así, se formula en el *ethnic east* mediante elementos irracionales, míticos, historicistas y una importante componente de xenofobia. De aquí la superposición a los códigos binarios ya mencionados: este/ oeste, político/ étnico, el de razón/ sentimiento que en al apartado siguiente procederemos a desglosar.

Otros autores inspirados en Kohn, como Plamentaz (1973), Sugar (1969), Gellner (1983), Ignatieff (1993), Greenfeld (1992), entre otros, desarrollarían la dicotomía añadiendo o eliminando nuevos pares de oposición en el estereotipo, configurando un mapa muy complejo y heterogéneo que requiere un análisis más detenido.

3. Las dimensiones del dualismo "naciones étnicas y naciones cívicas"

La tarea de imponer un orden, de dotar de sentido a la esquiva multiplicidad de los nacionalismos, y al tiempo, de postular una jerarquía normativa que permita discernir entre el nacionalismo bueno (el "nuestro", occidental, liberal, tolerante) y el peligroso (el de los "otros", oriental, autoritario, irracional), a partir de su clasificación empírica, se llevó a cabo relacionalmente mediante el juego de diferencias entre significantes. El análisis semiótico muestra que los códigos consisten en relaciones convencionales y arbitrarias (en sentido de Saussure, esto es, no naturales sino artificiales) entre significante y referente, así como que detrás de toda narrativa existe una estructura más profunda que organiza el mundo discursivo en estructuras simbólicas. Los símbolos, a su vez, se insertan en conjuntos de códigos binarios (sagrado/profano, crudo/cocido, bien/mal) y son esos conjuntos de oposiciones los que en buena medida organizan los discursos (Máiz, 2003b).

La dicotomía de nacionalismo cívico/nacionalismo étnico se formula desde un lugar muy preciso, desde una posición en absoluto neutra ni equidistante entre sus polos; a saber: desde el nacionalismo del Estado nación. Desde un nacionalismo implícito que da por supuesta la coincidencia entre fronteras políticas y culturales, entre estado y nación, y considera aproblemática la cuestion del demos, de quién conforma el pueblo sobre el que se alza la legitimidad del Estado. El expediente no es sencillo, pues tras la, eficacísima políticamente, autoevidencia de tal clasificación reside toda una compleja operación discursiva de articulación de varios campos semántico-conceptuales. Esta escisión dualista entre naciones étnicas y naciones cívicas toma como base las sustantivas diferencias entre las tradiciones dominantes "Francesa" y "Alemana" de la nación, pero se prolonga empero, y esto es lo decisivo, en una mas detallada dicotomía que transforma las diferencias de grado en insalvables diferencias de modelo, diferencias de contexto en discrepancias sobre principios esenciales, alumbrando un bipolar y escindido mundo de naciones y nacionalismos.

Y esto se realiza mediante la superposición y cohonestación de dos códigos binarios complementarios. En primer lugar, a través de la incorporación y el refuerzo de una antítesis tan reductiva y falaz, como consolidada hasta hace bien poco en la historia del pensamiento político, filosófico y estético; a saber: una contraposición elemental y sin matices entre romanticismo e ilustración. En segundo lugar, mediante el contraste bipolar liberalismo/ autoritarismo, calcado sobre el dualismo histórico-político Francia/Alemania, de tal suerte que a una idealización liberal de occidente, se contrapone un arquetipo autoritario de raigambre "orientalista" en el sentido de Edward Said: nosotros/ ellos, civilizados/ bárbaros, tolerantes/ intolerantes etc. (Said, 1978).

La reformulación de consuno de estos tres ejes bipolares: Francia/Alemania, Romanticismo/ Ilustración y liberalismo/ autoritarismo), permite la imbricación y superposición de series binarias que arrastran cada una de ellas conjuntos de nuevos pares semántico-conceptuales. Así, en primer lugar, el eje Francia/Alemania se prolonga en la contraposición entre las nociones de libertad, ciudadanía, Estado y nación entre Oriente/Occidente; el *Ius solis*, esto es, la ciudadanía en virtud de la sola

residencia en un territorio, frente al *Ius sanguinis*, la ciudadanía derivada de la común ascendencia étnica, ora "racial", ora cultural y lingüística; al Estado nación, que construye desde arriba la nacionalidad con criterios cívicos e inclusivos, se oponen las naciones sin Estado en demanda de su autodeterminación a partir de determinaciones étnicas excluyentes; al progreso como horizonte de convergencia última civilizatoria la decadencia oriental o su reflejo en la "decadencia de Occidente"; a la civilización universal y cosmopolita la cultura como *Kultur*, esto es, étnicamente delimitada, historicista y particularista .

A ello se superpone, en segundo lugar, como eje adicional, una formulación dicotómica y caricaturesca de la oposición Romanticismo/lustración, que se articula sobre el dualismo emoción y razón, religión y reencantamiento del mundo, frente a secularización y desencantamiento (*entzauberung der Welt*) propios de la modernidad ilustrada; los conceptos de "Vida" y "Organismo" frente al de mecanismo, máquina y técnica; el retorno a la naturaleza, formulada como naturaleza comunitaria, esto es, como contexto étnico-cultural de la identidad, representado en las tradiciones populares, frente a la artificialidad del contrato y el derecho positivo; la cultura enraizada en la comunidad portadora de valores propios contra la política desasida de la moral; la tradición frente a la modernidad; el destino de los pueblos, el *Volksgeist*, el espíritu único e irrepetible de cada nación, frente a la libertad de elección, la contingencia indeterminada producto de la voluntad irrestricta; la comunidad que dota de sentido compartido, solidaridad y altruismo patriótico, de valores y una idea holista de bien colectivo de los ciudadanos, frente la sociedad integrada por individuos aislados, descontextualizados, competitivos, únicos jueces de sus propios intereses egoístas; la fidelidad a la propia tradición comunitaria frente a la libertad ("de los modernos"), la libertad negativa frente al Estado neutral; la *autenticidad* y respeto pasivo a la propia cultura y raíces, frente a la *autonomía*, la capacidad individual de fijar los fine, de revisar los valores heredados, la disposición a la crítica, la capacidad de "juicio".

Finalmente, en tercer lugar, el par liberalismo/autoritarismo cierra la cadena binaria de equivalentes, de tal suerte que a la raza o incluso a la cultura concebida de forma esencialista y determinista como exclusión del "otro" se contrapone la libre voluntad de la ciudadanía; a la reacción, al rechazo global de la modernidad, se contrapone la revolución, como síntesis suprema de voluntad y razón; a la nación como unánime totalidad orgánica (*das Volk*), el pueblo (*We the people...*) como conjunto de ciudadanos singulares, dotados de derechos e intereses; frente al chauvinismo patriotero el patriotismo cívico o constitucional, como adhesión a los principios políticos y jurídicos del Estado liberal; a la ciega adhesión al "Destino" o la "Misión" de la nación, la deliberación y discusión en la esfera pública, la prensa o el Parlamento; al populismo se opondrá el civismo, un concepto de ciudadanía fuerte; en fin, al liderazgo carismático, a la adhesión al líder mediante aclamación, el liderazgo legal racional.

La articulación de estos tres campos configura un en extremo complejo panorama dicotómico, que hemos tratado de sintetizar en el Cuadro 1, elaborado a

Cuadro 1. Dimensiones de la dicotomía Nacionalismo Étnico y Cívico

Nacionalismo Étnico	Nacionalismo Cívico
–	+
Romanticismo	Ilustración
Emoción	Razón
Religión	Secularización
Kultur	*Zivilisation*
Naturaleza	Contrato
Organismo	Mecanismo
Raza	Voluntad
Cultura	Política
Nación sin Estado	Estado-nación
Tradición	Modernidad
Destino	Contingencia
Asignación primordial	Elección
Decadencia	Progreso
Reacción	Revolución
Nación	Pueblo
Comunidad	Sociedad
Campo	Ciudad
Fidelidad	Libertad
Autenticidad	Autonomía
Fusión	Crítica
Chauvinismo	Patriotismo
Costumbre	Ley
Origen	Futuro
Adhesión	Deliberación
Liderazgo carismático	Liderazgo legal-racional
Autoritarismo	Liberalismo
Populismo	Civismo
Holismo	Individualismo
Ius sanguinis	*Ius solis*
Particularismo	Universalismo
Oriente	Occidente
Alemania	Francia

(Fuente: elaboración propia, R.M.)

partir de las obras y autores antes mencionados. Ahora bien, como ya hemos apuntado, esta dicotomía no es en modo alguno neutral, no divide el mundo de los nacionalismos en dos modelos dotados de similar valor. Es más, se formula desde un punto de vista normativo que permanece ciego ante la eficacia naturalizadora del mito, que presenta como evidente en su despliegue la división del mundo nacionalista en dos campos desiguales. Esto es, el estereotipo que nos ocupa se formula desde el nacionalismo cívico para exorcizar, desplazando enteramente al otro campo, todas las

dimensiones de la "etnicidad": mitos, símbolos, historia, cultura, etc. De este modo, depurado de contenido étnico y cultural, el nacionalismo cívico deviene, mediante este dispositivo discursivo, enteramente "político", dicho de otro modo, centrado de modo exclusivo en la libre voluntad de la ciudadanía democráticamente expresada. En suma, el nacionalismo cívico deviene de hecho puro "patriotismo" (cívico, republicano, constitucional) "que no tiene nada en común con el nacionalismo" (Viroli, 1995: 210; Habermas, 1999, 2000).

Se desconecta así, ciudadanía y nación, la dimensión de partencia a la república del entorno histórico y cultural especifico de la nación. De esta suerte, la ciudadanía se individualiza y se descontextualiza culturalmente, universalizándose. La asimilación en la cultura mayoritaria se presenta como un hecho natural, resultado del *trade off* mediante el se procede a la constitución de un Estado de ciudadanos libres e iguales ante la ley. Y finalmente, por su parte, la nación se desrrepublicaniza, se despolitiza y deviene ele depositario pasivo y vicario de la tradición y el mito de la común ascendencia.

4. Los problemas heurísticos de la dicotomía nación étnica – nación cívica

La distinción entre nacionalismo étnico y nacionalismo cívico, sin embargo, presenta muy serios problemas empíricos y teóricos algunos de los cuales mostraremos a continuación. Constituye mérito indisputable de Anthony Smith el haber puesto de relieve la indisociable relación entre las dimensiones étnico-cultural y política de toda nación. En efecto, pese a haber aceptado en algún momento un uso matizado de la distinción de "concepciones", que no de definiciones, étnico y cívica de la nación (Smith, 1991:91, 1996:9), toda su obra supone, en buena medida, una desconstrucción sistemática de tal dualismo, al poner de relieve el componente étnico que reside en la base de las naciones como fenómenos políticos de la modernidad. La obra de Anthony Smith (Smith, 1986, 1998) además subraya no solo el decisivo componente étnico (en el sentido de *ethnie*, de comunidad cultural) de las naciones, esto es, el conjunto de mitos recuerdos y símbolos que los intelectuales aportan en procura de legitimación de la nación; sino que destaca asimismo el decisivo carácter para la constitución moderna de la nación la índole de esa herencia, del capital de mitos y narrativas heredados, para la orientación política de la nación. Cada proceso de construcción nacional procede mediante una articulación compleja de la etnicidad aportada (redescubierta, seleccionada, inventada) por los intelectuales fundadores y las vicisitudes políticas e institucionales posteriores. De ahí que resulte vana toda pretensión de distinguir lo cívico de lo cultural, pues la versión cívica se encuentra influenciada, a veces incluso hipotecada, por la textura, la estofa por así decirlo, de los legados étnicos, en cuanto producto, a su vez, de los intelectuales nacionalistas y prenacionalistas. De ahí ese desplazamiento, en el decurso de la obra de este autor, del nacionalismo a las naciones y de las naciones a las comunidades étnicas (*ethnies*) y la postulación, frente a la dicotomía de los modelos étnico/cívico, de dos caminos o rutas (que no arquetipos) alternativos hacia la nacionalidad: la de incorporación burocrática desde arriba y la movilización vernácula, desde abajo.

Veamos, por nuestra parte, siguiendo las incitaciones de Smith de la mano de lo que el denomina una "sociología histórica de las naciones" (Smith, 1998: 190), algunos de los problemas de la popular dicotomía, comenzando por los empíricos para abordar luego los teóricos. Ante todo, una constatación se impone en la más sólida y reciente (incluso no tan reciente) bibliografía sobre los nacionalismos: todos los nacionalismos cívicos occidentales poseen un indeclinable componente étnico y cultural, como ilustran con claridad algunos de los casos más ejemplares que podemos revisar brevemente.

Francia, que constituye el ejemplo *par excellence* de nacionalismo cívico, fue fundada sobre la inicial exclusión religiosa, constituyendo el enfrentamiento histórico entre católicos y protestantes un auténtico motor del proceso de nation building y state building. La creación de los "franceses" posee como Anthony Marx ha mostrado un componente histórico fundamental: la unificación en los albores de la modernidad de una nación católica, simbolizada en el mito de Juana de Arco, frente a los protestantes hugonotes, en el interior, e ingleses, como enemigos externos (A. Marx, 2003). Incluso durante la revolución francesa, quintaesencia del republicanismo cívico, las dimensiones étnicas y culturales desempeñaron un papel de cierto relieve. En el propio Sieyes, poco sospechoso de veleidades organicistas, pueden rastrearse ocasionalmente las huellas del mito fundador de la confrontación entre los plebeyos *galos* y los aristócratas *francos*: "¿Por qué no restituir a los bosques de la Franconia a todas esas familias que conservan la desquiciada pretensión de ser descendientes de la raza de los conquistadores... Si quisiéramos hacer distingos de origen ¿no podríamos asegurar a nuestros conciudadanos, que el que se remonta a galos y romanos posee por lo menos tanta alcurnia como el de los sicambros, vándalos y otros salvajes salidos de los bosques de la Germania?" (Sieyes, 1991: 154). Y pese a que las raíces romanas predominen de modo innegable como referencia histórico-discursiva del republicanismo jacobino, otra línea discurre empero en la sombra en la que *Vercingetorix*, el "gallo gálico", los orígenes galos de la Francia auténtica desempeñan un papel no desdeñable en la construcción de la *Nation Une*. Será, sin embargo, con el Imperio y la Restauración, especialmente con la historiografía romántica de Thierry, cuando, frente al patriotismo republicano y cívico de Michelet, se introduzca el tema de la "lucha de razas" como motor de la historia francesa, y la fidelidad a la "raza primitiva", y el mito fundador céltico que devuelve al tronco común ario, y por tanto al pie de igualdad con Alemania, a la nación francesa. Incluso en el relatos históricos tan influyentes como el de Guizot reverbera el conflicto mítico entre francos y galos, entre nobles y siervos (*la race conquise*) (Poliakov, 1971). El influjo del mito céltico de los orígenes, en la versión de los Reynaud y Martin, sobre el republicanismo francés a medida que avanza el siglo ilustra el trasfondo étnico del más "cívico" de los nacionalismos. La presencia de un "patriotismo republicano céltico" ejemplifica la inseparabilidad entre la dimensión histórico-cultural y mítica y la dimensión cívica. Las vicisitudes del *ius solis* testimonian asimismo los limites del patriotismo cívico francés: rechazado por Napoleón y reemplazado por el *ius sanguinis*, no sería hasta la tercera república cuando se readoptaría, si bien ya en un contexto de conflicto con Alemania. Y como Brubaker ha mostrado, su recupera-

ción formaría parte de un indoctrinación republicana – *moral and civil indoctrination* (Brubaker, 1992: 45) – mediante un sistema nacional de educación que impone una lengua, un relato histórico y un conjunto de mitos y símbolos comunes para todos los franceses. La lenta nacionalización de Francia frente a las nacionalidades y regiones internas, entre 1880 y 1910, como Eugen Weber ha mostrado en su obra clásica, ha fusionado el patriotismo cívico con vertebración mediante infraestructuras viarias de unificación territorial, el sistema educativo generalizador de la lengua, historia nacional y símbolos de la nación, así como el ejercito como instrumento de socialización nacionalitaria (E. Weber 1976:493). Finalmente, el *affaire Dreyfus* y el antisemitismo de *Action Française* no haría sino actualizar el antisemitismo ya presente en una tradición que se mantuvo incluso durante los años de la Revolución (E. Weber, 1991; Birnbaum 1992).

En el caso del Reino Unido, la construcción histórica del Estado y la nación como nación protestante frente a los católicos ingleses, irlandeses o, como enemigo externo, los Franceses, patentiza la exclusión originaria que hipoteca el carácter supuestamente cívico de su patriotismo (A. Marx, 2003). Linda Coley ha mostrado como en el enfrentamiento histórico con Francia la dimensión étnico-cultural se ubica en el núcleo mismo de la pertenencia reservada a los *true born Englishman*, de tal suerte que la construcción de de la "British Nation" se forja en buena medida de la mano de un proyecto político y cultural antirrevolucionario. En el imperio, la política de inmigración, una política que permitía a los súbditos de la *Commonwealth* llegar a ser *British* pero nunca *English*, muestra fehacientemente las imbricaciones cívico-étnicas. La *Aliens Act* de 1905, dirigida contra los judíos de Europa del Este, y la *UK Nationality Act* de 1981, deudora de las ideas racistas de Enoch Powell (Baucom, 1999), derogando de hecho el *ius soli*, muestran un retrato mucho más etnicista que cívico de la construcción nacional inglesa.

En los Estados Unidos, la exclusión fundacional de las naciones indias seria el prolegómeno de la génesis de una nación en torno a criterios étnicos bien definidos, a saber: una nación blanca, protestante y de lengua inglesa, como se puede comprobar, por ejemplo, en la tardía incorporación de algunos estados sueños y la manipulación de las fronteras de Florida para garantizar una mayoría de población anglosajona. Por otra parte, como Elise Marientras ha demostrado, paralelamente a la concepción de las instituciones federales como sustituto de la comunidad nacional, existe un proyecto paralelo de nación cultural a partir de la introducción de temas tales como el de la "nación civilizada" frente a los "salvajes" (decretando *ab initio* la expulsión de los indios de la nación americana), la mitificación de la cultura anglosajona como la única idónea para las tareas de nuevo Estado, el carácter identitario nacional de la religión y la fusión de religión (militantemente protestante como muestran las leyes anticatólicas de varios estados) y civismo (configurando como rasgo cívico la pertenencia a sectas o iglesias protestantes) (Marienstras, 1976, 1988). A. Marx (1998) ha demostrado, por ende, la centralidad de la exclusión fundacional de los afro americanos de la nación: la pluralidad y conflicto entre las múltiples identidades blancas derivadas de la inmigración europea fueron suturadas y unificadas como nación blanca frente al

"otro" interior de raza negra. Frente al mito del *melting pot*, Rogers M. Smith (1997), en una investigación decisiva, ha mostrado como se introducirían progresivamente restricciones raciales desde 1882, se establecerían cuotas raciales en 1924 y la política de "defensa étnica" desde la década de 1830 a la 1920 sentaría las bases del criterio de exclusión y asimilación mediante la *Anglo-conformity*. Otras investigaciones han puesto de manifiesto la dimensión étnica del nacionalismo americano, la delimitación de los *true americans* que, al filo de la primera guerra mundial, articularía en un mismo discurso componentes racistas, cristiano fundamentalistas y militaristas (O'Leary, 1999). Elementos étnico-culturales que adquirirían tal peso en diferentes coyunturas, en las políticas y prácticas de segregación hasta la década de los sesenta del siglo XX que, de aceptarse retóricamente la dicotomía aquí cuestionada, para algunos especialistas seria más exacto calificar al nacionalismo norteamericano como nacionalismo ejemplar de tipo étnico (Kaufmann, 1999, 2000).

En segundo lugar, el estereotipo resulta igualmente simplificador e insostenible en lo que atañe a la naturaleza exclusivamente étnica del nacionalismo "oriental". Del mismo modo que en el tipo occidental exiten anomalías geográficas de peso, sin ir más lejos: el caso español, tampoco un supuesto nacionalismo oriental etnicista hace justicia a los casos checo o húngaro. O incluso el alemán, tomado en toda su trayectoria.

En efecto, de especial interés resulta la desvirtuación del caso alemán pues, como ya hemos visto, el dualismo política/cultura se superpone sobre el eje Francia/Alemania y se refuerza sobre el de Ilustración/Romanticismo.

Aunque no podamos detenernos en ello, siendo el objeto de un trabajo en vías de elaboración (Máiz, 2004), los estudios contemporáneos sobre el romanticismo filosófico y político han abandonado la caricatura que desde Heine y Ruge, elaborada sobre la innegable evolución última, conservadora o incluso reaccionaria, de algunos de los románticos mas destacados, lo postulaba como la negación, lo totalmente otro de la Ilustración. En este sentido, la obra de Beiser (1992) ha mostrado de modo concluyente los vínculos con el republicanismo, hasta fechas muy tardías, de los principales románticos alemanes, como Novalis, Schleirmacher o Hölderlin, su matizada crítica a la Ilustración, su comunitarismo democrático, el sentido muy preciso de la contraposición organicismo/mecanicismo, el carácter político y no meramente estético del movimiento. Lowy e Sayre (1992) ha subrayado por su parte la índole de critica moderna, no pasadista, de la modernidad en los románticos alemanes y la presencia de un romanticismo reformista o revolucionario de Heine a Moses Hess, de Heine a Gustav Landauer. Finalmente, Richards (2002), en un monumental trabajo, ha desmontado la visión del pensamiento romántico y su versión de la *Naturphilosophie* como anticientífica, antiempírica y mística, postulando su continuidad en el pensamiento de Darwin.

Por su parte, la historiografía contemporánea ha sometido a crítica definitiva el arquetipo del excepcionalismo alemán – el *Sonderweg* –, la exageración de leer la historia de Alemania desde el nazismo, reduciendo a mero prolegómeno de este, la compleja evolución anterior, y contraponiendo, frente a una supuesta apoteosis liberal de las naciones occidentales un camino inequívoco y predestinado al nacionalismo

étnico y autoritario (Blackbourn & Eley, 1984; Brubaker, 1992). Breuilly (1993) ha iluminado un panorama bien diferente y mucho menos unívoco. Así, por ejemplo, en la Asamblea parlamentaria de Frankfurt de 1848 predominaba una perspectiva liberal centrada en el debate en torno a la constitución y los derechos civiles y políticos, hasta el extremo de que la idea de nacionalidad dei Estado se formulaba en términos de ciudadanía, reconociéndose la presencia de lenguas minoritarias, y todo ello sin referencia a criterios étnicos. De hecho, el nuevo estado al que se aspiraba no se consideraba en modo alguno como la expresión de una identidad cultural subyacente, sino como un proyecto político (Breuilly, 1993:96). El propio Brubaker (1992), que defiende un uso matizado de la distinción entre las concepciones alemana y francesa de nacionalidad, entiende que el fracaso de Prusia en la asimilación de los polacos se diferencia en grado, que no en cualidad, del fracaso la asimilación francesa de Bretones, Vascos, Corsos o Alsacianos, motivada por el efecto frontera con el mundo eslavo.

Podríamos multiplicar los ejemplos, pero solo pretendemos dejar constancia de que una leve ojeada histórica, eso sí, de la mano de los excelentes estudios hoy disponibles, muestra de modo fehaciente que los nacionalismo cívicos non son tan escrupulosamente "cívicos", y que los nacionalismos "étnicos" resultan en ocasiones más cívicos de lo que se les supone. La bibliografía más reciente insiste en que toda nación es una articulación compleja de elementos culturales y políticos, y muy especialmente que esta articulación cambia a lo largo del tiempo según específicas coyunturas y correlaciones de fuerzas. Esto, sin embargo, no supone, còmo algunos autores, críticos con la dicotomía étnico/cívica, han señalado que el proceso sea unívoco y evolutivo desde una inicial fase étnica a otra de madurez cívica. En la obra de Anthony Marx o Taras Kuzio, se formula de modo diverso esta hipótesis. El último, por ejemplo, postula una fase étnica que se mantiene hasta la década de los sesenta en occidente designadamente em USA, y se prolonga en el este hasta los 90, después de la caída del muro (Breton, 2002; A. Marx, 2003; Kuzio, 2002). Sin embargo, el carácter evolutivo y relacional de cada nacionalismo en concreto, en razón de coyunturas internas y externas, de su propia estructura de oportunidad política y específicos formatos de movilización y discurso (Máiz 2003), impide establecer una síntesis definitiva, una sutura del proceso de construcción nacional en un momento dado, congelándolo en una fase ora étnica, ora cívica. Así, los nacionalismos de los Estados nacido de la ruptura de la ex-Yugoslavia y la ex-URSS, han generado variedades bien diferentes de nacionalismos unas veces "nacionalizadotes" otras democráticos en su evolución (Brubaker, 1996); y los nacionalismos occidentales han experimentado una involución xenofóbica y racista, cuando no estrictamente fundamentalista (Silverman, 1992; Lieven, 2004).

Por otra parte, los estudios empíricos comparativos que hasta la fecha se han realizado, empleando diferentes variables independientes, muestran: (*i*) la naturaleza etnica y política a la vez de los diferentes nacionalismos europeos (Krejci & Velimsky, 1996); y (*ii*) la fuerte presencia, en las naciones occidentales a mediados de los años noventa, de las concepciones fuertemente culturales de la nación y el apoyo más bien débil al multiculturalismo (Shulman, 2002).

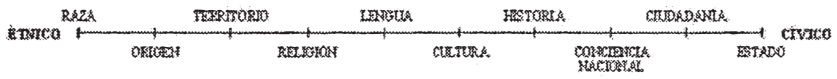
Ahora bien, los problemas fundamentales la dicotomía étnico/cívico no son de orden empírico, con ser éstos muy importantes, sino de orden propiamente teórico. En efecto, escindiendo la dimensión étnico cultural de la dimensión cívico política y originando sobre cada una de ellas un tipo o modelo de nacionalismo, se ocluye la posibilidad de dar cuenta cabal de la nación – ora Estado-nación, ora "nación sin Estado" – como un proceso de articulación compleja de elementos políticos y culturales en contextos sociales específicos. Por eso no podemos aceptar, como se ha propuesto recientemente, salvar la dicotomía en razón de su pretendido valor heurístico, si bien no como descripción empírica, sino como "tipo ideal" weberiano, que permitiría analizar amalgamas de componentes cívicos y étnicos en cada nacionalismo empírico (Zubrzycki, 2002). Porque no hay, en rigor, dos tipos ideales de nación, uno étnico y otro cívico, sino que el tipo ideal, si así lo formulamos, del fenómeno nacionalista se configura en torno, precisamente, a la articulación inextricable de elementos étnicos y cívicos, que en cada caso se concretan en síntesis político-ideológicas muy diferentes. Si mantenemos el valor teórico de la distinción: 1) se bloquea la posibilidad de dar cuenta de la nación como un proceso político abierto y contingente de construcción, que evoluciona de modo desigual en el tiempo, a tenor de circunstancias internas y externas, y por lo tanto no puede ser fijado de una vez y para siempre como cívico o como político (Máiz, 2003a); 2) impide dar cuenta del pluralismo de formulaciones, de proyectos nacionales y de lucha por la hegemonía que se libra en el interior de cada nación y que suponen otras tantas amalgamas de entre las muchas (pero no infinitas, puesto que limitadas por las precondiciones étnico culturales, geográficas e institucionales disponibles) posibles; 3) se malinterpreta la movilización y discurso nacionalistas como la mera la expresión de una nación dada, desconsiderando su naturaleza de factores fundamentales de la construcción nacional. Pues el nacionalismo no expresa o exterioriza una nación que se remonta en la noche de los tiempos, sino que contribuye decisivamente a su recreación contemporánea puesto que selecciona, filtra y reformula los materiales dados (discursivos, estratégicos, institucionales), vinculando demandas, valores, mitos y símbolos con intereses de determinados grupos sociales.

Por ello, mas que dos mundos aparte, las dimensiones capitales de la nación se ubicarían a lo largo de un *continuum étnico-cívico* (véase el cuadro 2). Cada nacionalismo concreto, en cada coyuntura específica, se desplazaría sobre el mencionado *continuum*, en un constante proceso de rearticulación de varios de sus elementos, con ritmos y *tempos* cambiantes, compitiendo por la hegemonía, por la dirección intelectual y moral de la nación, con otras síntesis bien de elementos diferentes o bien reelaboraciones de los elementos mismos. Y siempre bajo la inercia de la herencia de las formulaciones pasadas, del peso (a veces como una losa sobre la espalda de las generaciones presentes) de los mitos, narrativas y símbolos recibidos de la propia tradición nacional.

Desde esta nueva perspectiva vemos que el nacionalismo francés puede acercarse más, durante la Revolucion, al patriotismo cívico (vinculando conciencia, ciudadanía y Estado, territorio) para luego, durante el *affaire Dreyfus*, desplazarse hacia el polo étnico cultural (mediante una amalgama de religión (católica), origen

(ario/céltico), cultura (lengua francesa) e historia. Del mismo modo en la Alemania en el siglo XIX se libró una permanente batalla entre una formulación más cívica (si bien con un peso histórico y lingüístico grande) para desplazarse finalmente hacia un nacionalismo racista (en torno a los factores de raza, origen, territorio, lengua). El nacionalismo español durante el mismo siglo XIX oscilaría entre una peculiar síntesis cívico-liberal, con gran peso de la dimensión cultural y lingüística (castellanocéntrica), para triunfar finalmente una visión construida sobre la religión, la lengua y la historia (Alvarez Junco, 2003).

CUADRO 2. EL CONTINUUM ETNICO-CÍVICO DE LOS NACIONALISMOS



(FUENTE: Elaboración propia, R.M.)

En suma, toda política nacionalista, expresa o tácita, consiste precisamente en una propuesta, específica en cada caso, de síntesis cívico-cultural, que define simultáneamente: 1) cuales son los problemas y las demandas de la nación; 2) el repertorio estratégico para su consecución; 3) quienes forman parte de la misma en calidad de protagonistas, esto es, los criterios de inclusión; 4) quienes son los otros, y en su caso los antagonistas responsables de los problemas de la nación, esto es, los criterios de exclusión.

5. Las consecuencias normativas de la dicotomía

Finalmente, debemos añadir alguna breve consideración de carácter normativo. Pues, formulada como se ha dicho, desde la posición del patriotismo cívico, la distinción étnico/cívica posee no solamente los muy serios problemas empíricos y teórico-positivos antevistos en el apartado anterior, sino asimismo muy notorios déficits teórico normativos. En efecto, dando por solventada la fijación del demos, mediante el recurso al "olvido" de la exclusión religiosa y la violencia fundacional a que aludía Renan, y con ello la preexistencia coextensiva y autoevidente de un solo pueblo o nación en cada Estado, la celebrada dicotomía no es sino la otra cara de la negación del carácter nacionalista al patriotismo (cívico) de Estado. Nace así la ecuación básica del Estado-nación; a saber: un Estado= una nación= una cultura = una lengua = una historia nacional...

Desde Stuart Mill ("Es condición necesaria de las instituciones libres, que los límites de los Estado deben coincidir con los de las naciones" (Mill, 1861:184), hasta John Rawls (a través del principio de neutralidad estatal que a por resuelto, entre otras cosas, el carácter uninacional del Estado liberal (Rawls, 1993:190), la dimensión na-

cional resulta expulsada, como un postulado fáctico o mera constatación empírica, de la teoría normativa de la democracia.

El procedimiento, con la generalidad y aún simplificación que nos es dado abordarlo aquí, se realiza mediante el traslado del mito de la neutralidad estatal en materia religiosa al ámbito cultural. Ya mencionamos más arriba como la interpretación de la aparición del Estado como instancia neutra, por encima de las guerra de religión, implica el desconocimiento de la superposición de los procesos de *nation building* y *state building* y el papel fundacional de la exclusión religiosa de los protestantes y judíos (Francia, España) o los católicos (Reino Unido, USA) como elemento de unificación nacional. Pues bien, este mito insostenible se traduce a la idea de un Estado culturalmente neutral, de la mano de un desentendimiento o *benign neglect* (Glazer, 1975:25) mediante el que las identidades culturales minoritarias puede ser expresadas libremente, pero en el ámbito privado, fuera de la esfera pública.

Como hemos visto, sin embargo, el postulado de la pretendida neutralidad estatal en materia cultural, habida cuenta de que todo Estado nación fue y es simultáneamente étnico y cívico, excluye de la evaluación normativa dos hechos fundamentales: 1) la imposición de la cultura, lengua, narrativa histórica y mítico-simbólica de la comunidad mayoritaria sobre las minorías, abocadas a la aculturación y la asimilación como contrapartida de la adquisición de la ciudadanía igual; 2) la consiguiente desigualdad estructural, generadora de una ciudadanía de segunda, que de este contrato de adhesión asimiliacionista se deriva para los grupos y minorías nacionales internos, allí donde en lugar de un *demos* existen una pluralidad de *demoi*.

La falacia es/debe que se oculta en el *trade off* entre ciudadanía libre e igual (patriotismo) y asimilación masiva en la cultura y lengua mayoritarias (nacionalismo) resulta así evidente: del hecho empírico de la construcción histórica de los estados nacionales, se deriva la irrelevancia ético-política de la multinacionalidad. El problema es que esta falacia fundacional impide el análisis y crítica normativa de los procesos de construcción nacional, esto es, su justificabilidad en términos de las exigencias de la teoría de la democracia; a saber: libertad, igualdad, tolerancia, pluralismo, participación, deliberación, inclusión de las minorías. Y ello tanto en los nacionalismos de Estado, cuanto en los nacionalismos de las naciones sin Estado, los cuales al compartir la argumentación subyacente en el Estado-nación adoptan especularmente, si bien invertida, similar lógica: una historia nacional = una lengua = una cultura = una nación = un Estado independiente.

Una teoría normativa del nacionalismo democrático debe incorporar, sin embargo, asunciones bien diferentes: 1) el presupuesto de que todo nacionalismo "cívico" o patriotismo presupone elementos étnicos y culturales; del mismo modo que todo nacionalismo étnico-cultural debe responder en términos democráticos a las cuestiones claves de la ciudadanía: libertad, pluralismo e inclusión; 2) que no se suelen corresponder las fronteras políticas y culturales y que ningún territorio es monocultural, ni por lo tanto titularidad de una sola cultura; 3) que la nación no es una comunidad dada, inmutable, sino el resultado contingente de un proceso político de construcción nacional y por lo tanto constituye un proyecto abierto; 4) que cada particular combi-

natoria de elementos políticos y étnicos propuesta por cada nacionalismo, son siempre el resultado de una hegemonía entre las varias posibles, y por definición contestables y contestadas, por lo que deben ser sometidos a escrutinio evaluación normativa (Maiz 2003c); 5) pero a la vez resulta preciso garantizar democráticamente las condiciones de contexto para la deliberación, participación e inclusión de mayorías, minorías e individuos singulares en la conversación a múltiples voces que constituye cada nación.

En conclusión, *conditio sine qua non*, necesaria aunque no suficiente, para desbloquear el análisis empírico de la articulación de los procesos de construcción nacional con los de construcción estatal, es la misma que la requerida para posibilitar la evaluación normativa de ambos procesos desde las irrenunciables exigencias de la democracia; a saber: la definitiva superación del obstáculo epistemológico que supone la celebrada dicotomía nacionalismo étnico/ nacionalismo cívico.

Referencias bibliográficas

ALTER, P. (1985), *Nationalismus*, Frankfurt: Suhrkamp.

BAUCOM, I. (1999), *Out of Place. Englishness, Empire and the location of Identity,* Princeton: Princeton University Press.

BEISER, F. (1992), *Enlightement, Revolution, and Romanticism* Cambridge: Harvard University Press.

BLACKBOURN, D. e ELEY, G. (1984), *The Peculiarieties of German History*, Oxford: Oxford University Press.

BLAS, A. de (1987), "Estudio preliminar" a E. Renan *¿Qué es una Nación?* Madrid: Alianza

BRETON, R. (1988), "From ethnic to civil nationalism: English Canada and Québec", *Ethnic and Racial Studies* Vol. 11, 1 85-102.

BREUILLY, J. (1993), *Nationalism and The State*, Manchester: Manchester University Press.

BROWN, D. (1999), "Are there good and bad nationalisms?" in *Nations and Nationalism, 5* (2): 281-302.

BRUBAKER, R. (1992), *Citizenship and Nationhood in France and Germany*, Cambridge: Harvard University Press.

BRUBAKER, R. (1996), *Reframing Nationalism*, Cambridge: Cambridge University Press.

ELEY, G. e SUNY, G. (1996), *Becoming National*, Nova Iorque: Oxford University Press.

FINKRIELKAUT, A. (1987), *La défaite de la pensée,* Paris: Gallimard.

GELLNER, E. (1983), *Nations and Nationalism*, Oxford: Blackwell.

GREENFELD, L. (1992), *Nationalism: Five Roads to Modernity,* Cambridge: Harvard University Press.

HABERMAS, J. (1999), *La Inclusión del Otro*, Barcelona: Paidós.

HABERMAS, J. (2000), *La Constelación Postnacional*, Barcelona: Paidós.

IGNATIEFF, M. (1993), *Blood and Belonging*, Nova Iorque: Farrar, Strauss, and Giroux.

KAUFFMANN, E. (1999), "American excepcionalism reconsidered" in *Journal of American Studies,* 33(3): 437-458.

KAUFFMANN, E. (2000), "Ethnic or civic nation? Theorizing the american case" in *Canadian Review of Studies in Nationalism* XXVII (1-2): 133-155.

KOHN, H. (1946), *The Idea of Nationalism,* Nova Iorque: MacMillan.

KOHN, H. (1982), *Nationalism. Its Meaning and History* Malabar: Krieger.

KOHN, H. (1994), "Western and Eastern Nationalisms" *in* J. Hutchinson e A.D. Smith (orgs.) *Nationalism*, Oxford: Oxford University Press.

KRËJCI, J y VELINSKY, V. (1996), "Ethnic and Political Nations in Europe" in J. Hutchinson e A. Smith (orgs.), *Ethnicity,* Oxford: Oxford University Press.

KUZIO, T. (2002), "The Myth of the Civic State" in *Ethnic and Racial Studies* vol 25, 1:20-39.

LÖWY, M. y SÄŸRE, R. (1992), *Révolte et Mélancolie. Le romantisme à contre-courant de la modernité*, Paris: Payot.
MÁIZ, R. (2003a), "Politics and the Nation: Nationalist Mobilization of Ethnic Differences" *in Nations and Nationalism* 9 (2):115-214.
MÁIZ, R. (2003b), "Framing the Nation" *in Journal of Political Ideologies,* 8 (3): 251-267.
MÁIZ, R. (2003c), "Nacionalismo y Multiculturalismo" in Arteta, A. E. Guitian, R. Máiz (eds.), *Teoría Política*, Madrid: Alianza, pp 424-462.
MARIENSTRAS, E. (1977), *Les Mythes Fondateurs de la nation Américaine*, Paris: Maspero.
MARIENSTRAS, E. (1988), *Nous, le peuple. Les origines du nationalisme américain*, Paris: Gallimard.
MARX, A. (1998), *Making Race and Nation* Cambridge: Cambridge University Press.
MARX, A. (2003), *Faith in Nation. Exclusionary Origins of Nationalism*, Nova Iorque: Oxford University Press.
MEINECKE, F. [1969 (1907)], *Weltbürgertum uns Nationalstaat*, Munique: Oldenbourg.
NIEGUTH, T. (1999), "Beyond Dichotomy: Concepts of the Nation and the Distribution of Membership", in *Nations and nationalism*, 5(2):155-173.
O'LEAŘY, C.E. (1999), *To Die For. The Paradox of American Patriotism* Princeton: Princeton University Press.
PLAMENATZ, J. (1973), "Two Types of Nationalism" in Kamenka, E. (ed.) *Nationalism. The Nature and evolution of an Idea*, Camberra: Australian National University Press.
POLIAKOV, L. (1971), *Le Mythe Aryen*, Paris: Calmann-Lévy.
RENAN, E. [1947 (1882)], "Qu'est-ce qu'une nation?" *in Œuvres Complètes*, Tome I, Paris: Calmann--Lévy, pp. 887-906.
RENAN, E. (1947(1871), "La Réforme intellectuelle et morale de la France" *in Œuvres Complètes*, Tome I, pp. 325-407.
RICHARDS, R.J. (2002), *The Romantic Conception of Life*, Chicago: Chicago University Press.
SAID, E. (1978), *Orientalism*, Nova Iorque: Vintage.
SCHNAPPER, D. (1996), "Beyond the Opposition: Civic Nation *versus* Ethnic Nation" in *ASEN Bulletin* 12: 1-8.
SHULMAN, S. (2002), "Challenging the Civic/Ethnic and West/Rast Dichotomies in the Study of Nationalism", in *Comparative Political Studies*,vol. 35 (5): 554-585.
SIEYES, E.J. [1991(1789)], *El Tercer Estado y otros escritos de 1789 in* R. Máiz (ed.), Madrid: Espasa (Austral).
SILVERMAN, M. (1992), *Deconstructing the Nation*, Londres: Routledge.
SMITH, A. D. (1986), *The Ethnic Origins of Nations*, Oxford: Blackwell.
SMITH, A.D. (1991), *National Identity*, Londres: Penguin.
SMITH, A.D. (1996), "Civic and Ethnic nationalism Revisited: Analysis and Ideology", *ASEN Bulletin* 12: 9-12.
SMITH, A.D. (1998), *Nationalism and Modernism*, Londres: Routledge
SMITH, A.D. (2000), *The Nation in History*, Cambridge: Polity.
SMITH, R.M. (1997), *Civic Ideals. Conflicting Visions of Citizenship in U.S. History* New Haven: Yale University Press.
SUGAR, P. (ed.) (1994), *Nationalism in Eastern Europe*, Seattle: Washington University Press.
TODOROV, T. (1989), *Nous et les autres*, Paris: Seuil.
VIROLI, M. (1995), *For Love of Country*, Oxford: Oxford University Press.
WEBER, E. (1976), *Peasants into Frenchmen*, Stanford: Stanford University Press.
WEBER, E. (1991), *My France. Politics. Culture. Myth*, Cambridge: Harvard University Press.
YACK, B. (1999), "The Myth of the Civic Nation" in R. Beiner (ed) *Theorizing Nationalism* New York: SUNY Press
ZUBRRZYCKI, G. (2002), "The Classical Opposition Between Civic and Ethnic Models of Nationhood", *Polish Sociological Review*, 3 (139): 275-295.

Marginalidade urbana no novo milénio

Loïc Wacquant*

Resumo

Este artigo esboça uma caracterização do regime de marginalidade urbana que emergiu nas sociedades avançadas desde o fim da era fordista, destacando quatro lógicas que se combinam para gerá-lo: uma deriva macro-societal em direcção à desigualdade, a mutação do trabalho assalariado (engendrando quer a desproletarização quer a individualização), a retracção dos Estados-Providência, e a concentração espacial e estigmatização da pobreza. O surgimento desta nova marginalidade não assinala uma convergência transatlântica para o padrão americano: os subúrbios europeus da rejeição são profundamente penetrados pelo Estado e as tensões étnico-raciais no seu interior são alimentadas, não pelo crescente hiato entre imigrantes e nativos, mas pela sua cada vez maior concentração no espaço físico e social. Para enfrentarem as formas emergentes de marginalidade urbana, as sociedades têm uma tripla alternativa: podem reciclar os programas existentes do Estado-Providência, criminalizar a pobreza mediante a contenção punitiva dos pobres, ou podem instituir novos direitos sociais que extraiam os seus meios financeiros a partir do desempenho do mercado de trabalho.

1. Introdução

> *Todos os fenómenos sociais são, em certo grau, trabalho da vontade colectiva e, quem diz vontade humana, diz a escolha entre diferentes opções possíveis. (...) O domínio do social é o domínio da modalidade. (Mauss, 1929: 470)*

Este artigo analisa as modalidades mediante as quais novas formas de desigualdade e marginalidade urbana surgiram e se difundem nas sociedades avançadas do Ocidente capitalista. Este argumento desdobra-se em duas etapas.

* Centro de Sociologia Europeia do Collège de France e Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia – Berkeley. Artigo publicado em *Urban Studies*, Vol. 36, Nº 10, pp. 1639-1647, 1999.

Primeiro, esboço uma caracterização concisa do que eu entendo como sendo um novo regime de marginalidade urbana. Este regime tem sido ascendente desde sensivelmente as últimas três décadas, desde o fim da era fordista, definido pela produção industrial estandardizada, pelo consumo de massas e pelo contrato social keynesiano que une estes dois aspectos sob a tutela do Estado de bem-estar social. Contudo, a totalidade do seu impacte está ainda adiante de nós, porque o seu advento está ligado aos sectores mais avançados das nossas economias – esta é a razão por que eu me refiro a este regime como o de uma "marginalidade avançada". Identificar as características distintivas deste regime emergente de marginalidade urbana ajuda-nos a destacar o que precisamente há de novo na "nova pobreza", da qual a cidade é o lugar e a fonte.

Em segundo lugar, trato a questão que implicitamente informa ou explicitamente conduz os debates europeus sobre o ressurgimento da destituição, da divisão e da tensão na metrópole: nomeadamente, estaremos a testemunhar uma notória convergência, através do Atlântico, dos regimes de pobreza urbana? É aqui dito que não: a segregação urbana segue diferentes dinâmicas sociais e espaciais nos dois continentes. Todavia, as sociedades europeias têm de evitar as políticas públicas que isolam populações e zonas urbanas distintas, políticas que encorajam essas populações a procurarem estratégias de vida divergentes e até opostas, que podem desencadear ciclos de regressão social que se auto-reforçam e que não são diferentes dos que estão por detrás da guetização nos Estados Unidos da América.

Apesar do seu título, este artigo não é pois uma contribuição para a maçadora comemoração do "Ano 2000". É antes uma tentativa de diagnosticar as forças e formas sociais que preenchem o nosso actual mal-estar urbano e que prometem moldar a metrópole do amanhã – a não ser que exerçamos a nossa "vontade colectiva" e actuemos para apurar mecanismos e dirigir tendências para uma direcção diferente.

2. Sintomas de marginalidade avançada

O fim do século XX testemunha uma importante transformação nas raízes, na aparência e nas consequências da pobreza urbana na sociedade ocidental. A par da aceleração da modernização económica, causada pela reestruturação global do capitalismo, pela cristalização de uma nova divisão internacional do trabalho (apadrinhada pela velocidade frenética dos fluxos financeiros e de trabalhadores através de fronteiras nacionais porosas) e pelo crescimento de novas indústrias que incorporam elevados níveis de conhecimento, baseadas em tecnologias de informação revolucionárias e gerando uma estrutura ocupacional dualista, surgiu a modernização da miséria – a emergência de um novo regime de desigualdade e marginalidade urbana (para uma análise mais detalhada, ver Wacquant, 1996a).

Se a pobreza na metrópole ocidental costumava ser largamente residual ou cíclica, limitada às comunidades das classes trabalhadoras, geograficamente difusa e considerada remediável através de uma maior expansão dos mercados, ela agora parece ser cada vez mais persistente, se não permanente, desligada das tendências macroeconómicas e fixada em bairros segregados e mal afamados onde o isolamento social e a alienação se alimentam mutuamente, à medida que se aprofunda a cisão entre os que estão aí confinados e o resto da sociedade.

A consolidação deste novo regime de marginalidade urbana percorre diferentes caminhos e toma diversas formas nos países do Primeiro Mundo. Nos EUA e no Reino Unido, ela foi muito facilitada pela política de emagrecimento forçado dos Estados, seguida nas últimas duas décadas por partidos conservadores e liberais, e também foi facilitada pela rígida ou crescente separação de grupos étnicos nos grandes centros urbanos. Noutros países, com fortes Estados-Providência social-democratas ou corporativos e com cidades menos segregadas, tais como os países do norte da Europa e da Escandinávia, a nova marginalidade foi parcialmente atenuada mas não totalmente afastada. E também se tornou um tema enredado no afrontoso problema da integração dos refugiados e migrantes do Terceiro Mundo, visível na angústia ante a cristalização dos "guetos" de imigrantes que se multiplicam no continente, desde Marselha a Munique, de Bruxelas a Brindisi (ver, por exemplo, Hadjimichalis e Sadler, 1995; Mingione, 1996).

Seja qual for o rótulo usado para a designar – "subclasse" nos EUA e no Reino Unido; "nova pobreza" na Holanda, Alemanha e norte de Itália; "exclusão" em França, na Bélgica e nos países nórdicos – os sinais evidentes da nova marginalidade tornam-se imediatamente familiares mesmo para um observador desatento da metrópole ocidental: indivíduos e famílias sem-abrigo numa busca vã de protecção, mendigos nos transportes públicos exibindo perturbantes cartazes onde se narram histórias de desastres pessoais e de desamparo, bancos alimentares cheios de pessoas em busca de uma sopa, não só vagabundos mas também desempregados e sub-empregados; o recrudescer da criminalidade predatória e o aumento das economias de rua (mais frequentemente informais do que ilegais), lideradas pelo negócio das drogas; o desânimo e a raiva dos jovens relegados dos melhores postos de trabalho e a amargura dos trabalhadores mais velhos, tornados obsoletos pela desindustrialização e pela evolução tecnológica; o sentimento de retrocesso, desespero e insegurança que atravessa os bairros pobres, encerrados numa aparentemente imparável espiral descendente de deterioração; e a violência racial crescente, a xenofobia e hostilidade para com e entre os pobres. Por todo o lado, as elites estatais e os especialistas em políticas públicas mostram-se seriamente preocupados em prevenir ou conter as "desordens" que fermentam no interior e em torno dos cada vez maiores enclaves do declínio urbano e do abandono. Daí a abundante pesquisa sobre o declínio urbano e a destituição, apoiada por várias entidades nacionais e transnacionais, incluindo a Comissão Europeia (com o seu programa de pesquisa socioeconómica dirigida à exclusão e à integração), a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Económico (OCDE), e mesmo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), do lado europeu, e grandes fundações filantrópicas, nos Estados Unidos da América (EUA).

3. Quatro lógicas estruturais alimentam a nova marginalidade

Contudo, as propriedades estruturais distintivas da "miséria modernizada" são muito menos evidentes do que as suas manifestações concretas. Esquematicamente, o regime emergente de marginalidade pode ser caracterizado como o produto de quatro lógicas que em conjunto recompõem as características da pobreza urbana nas sociedades abastadas. Estas características contrastam fortemente com os traços principais

da pobreza na era da expansão fordista, entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 70.

(i) A dinâmica macro-social: o ressurgimento da desigualdade social

A nova marginalidade urbana não resulta do atraso, da lentidão ou do declínio da economia, mas antes de uma crescente desigualdade num contexto geral de progresso económico e de prosperidade. Alegadamente, o mais intrigante atributo da nova marginalidade é o de que ela se dissemina numa era de crescimento algo caprichoso, mas sólido, que trouxe melhorias espectaculares ao bem-estar material dos membros mais privilegiados das sociedades do Primeiro Mundo. Apesar do ritual, entre os políticos, de se falar de "crise", todos os principais países capitalistas viram o seu Produto Interno Bruto (PIB) expandir-se e a riqueza colectiva crescer rapidamente nas últimas três décadas. Opulência e indigência, luxúria e penúria, abundância e privação floresceram uma a par da outra. A cidade de Hamburgo, em alguns indicadores considerada a mais rica da Europa, exibe tanto a maior proporção de milionários, como a maior incidência de ajudas por parte de entidades públicas, ao passo que a cidade de Nova Iorque alberga a mais numerosa classe alta do planeta, mas também o maior exército de sem-abrigo e destituídos do hemisfério ocidental (Mollenkopf e Castells, 1991).

Os dois fenómenos, embora aparentemente contraditórios, estão de facto ligados. Porquanto as novas formas de produtividade e busca de lucros na alta tecnologia degradaram a manufactura, e os sectores comerciais e de serviços financeiros que conduzem o capitalismo *fin-de-siècle* estão a fragmentar a força de trabalho e a polarizar o acesso ao emprego durável, bem como as recompensas geradas por ele. A modernização pós-industrial traduz-se, por um lado, na multiplicação de empregos altamente qualificados para profissionais e técnicos formados nas universidades e, por outro, na desqualificação e eliminação directa de milhões de empregos de trabalhadores não graduados (Sassen 1991; Carnoy *et al.*, 1993). Mais: actualmente, em muitos sectores, a produção e o crescimento económico sem recurso a mão-de-obra não são uma possibilidade utópica, mas uma realidade doce-amarga. Veja-se o esvaziamento virtual do porto de Roterdão, talvez o mais moderno do mundo e um grande contributo para o aumento do desemprego nesta cidade neerlandesa, cifrando-se este acima dos 20%.

Quanto mais a revigorada economia capitalista avança, mais se alarga e aprofunda o alcance da nova marginalidade, e mais se preenchem as fileiras dos que são lançados nas malhas da miséria, sem apelo nem agravo, mesmo se os níveis oficiais de desemprego baixam e o rendimento do país aumenta. Em Setembro de 1994, o organismo oficial dos Censos dos EUA registou que o nível de pobreza no país atingira os 15,1%, nível máximo dos últimos 10 anos (um surpreendente total de 40 milhões de pobres), apesar de 2 anos de robusta expansão económica. Entretanto, a União Europeia regista, até ver, um número de 52 milhões de pobres, 17 milhões de desempregados e de 3 milhões de sem-abrigo, apesar de um renovado crescimento económico e de uma melhoria na sua competitividade global.

Vista noutros termos, a marginalidade avançada parece ter sido "desconectada" das flutuações cíclicas da economia nacional. A consequência é que as melhorias no rendimento agregado e no emprego têm um efeito benéfico reduzido nas expectativas de vida nos subúrbios segregados da Europa e dos EUA, ao passo que as quebras causam mais deterioração e pressão no seu interior. A não ser que esta desconexão seja de algum modo remediada, o aumento do crescimento económico promete gerar mais desarticulação e depressão urbana entre os que são arrastados e presos no fundo da ordem urbana emergente.

(ii) A dinâmica económica: a mutação do trabalho assalariado

A nova marginalidade urbana é o subproduto de uma dupla transformação na esfera do trabalho. A primeira é quantitativa e gera a eliminação de milhões de postos de trabalho de baixas qualificações, devido à pressão combinada da automação e da competição da mão-de-obra estrangeira. A outra é qualitativa e envolve a degradação e dispersão das condições básicas, e em princípio universais, de emprego, remuneração e segurança social, uma degradação que apenas poupa os trabalhadores mais protegidos.

Desde o tempo em que Friedrich Engels escreveu o seu clássico relato sobre a condição da classe trabalhadora nas fábricas de Manchester, até à crise, volvidos 150 anos, das grandes regiões industriais do capitalismo euro-americano, foi correctamente assumido que a expansão do trabalho assalariado fornecia uma solução viável e eficaz para o problema da pobreza urbana. Sob o novo regime económico, este pressuposto é, na melhor das hipóteses, duvidoso e, na pior, literalmente errado.

Em primeiro lugar, uma fracção significativa da classe trabalhadora foi tornada redundante e integra um "excedente absoluto de população", que provavelmente jamais voltará a encontrar um trabalho regular. Dado o afrouxamento da ligação funcional entre a actividade macroeconómica e as condições sociais nos enclaves pobres das metrópoles do Primeiro Mundo, e considerando as melhorias de produtividade permitidas pela automação e computorização, nem as miraculosas taxas de crescimento podem reintegrar na força de trabalho aqueles que foram desproletarizados – quer dizer, que foram, de modo durável e imperativo, expulsos do mercado de trabalho assalariado, para serem substituídos por uma combinação de máquinas, mão-de-obra imigrante barata e trabalhadores estrangeiros (Rifkin, 1995).

Em segundo lugar, e mais importante, a natureza da relação de trabalho assalariado mudou ela própria nas últimas duas décadas, de um modo que agora já não garante uma protecção segura contra a ameaça da pobreza, mesmo para os que trabalham. Com a expansão do tempo parcial, do tempo flexível e dos trabalhos temporários que têm menos regalias, com a reaparição dos salários diferenciados, da exploração de mão-de-obra barata ("sweat-shops"), do pagamento à peça e dos salários de miséria, e com a crescente privatização de bens sociais como os serviços de saúde, o contrato de trabalho assalariado tornou-se uma fonte de fragmentação e precariedade, em vez de segurança e homogeneidade social, para aqueles confinados aos segmentos

periféricos da esfera do emprego (ver, por exemplo, European Economic Community, 1989; Mabit, 1995; MacDonald e Sirianni, 1996). Em suma, onde antes o crescimento económico e o correspondente alargamento do sector assalariado costumavam facultar o remédio universal contra a pobreza, agora eles fazem parte da doença.

(iii) A dinâmica política: a reconstrução dos Estados-Providência

A fragmentação e a des-socialização do trabalho não são os únicos factores que alimentam a ascensão da nova pobreza urbana. Assim, a par das forças do mercado, os Estados-Providência são importantes geradores e modeladores da desigualdade urbana e da marginalidade. Os Estados não se limitam a desenvolver programas e políticas destinadas a "limpar" as consequências mais visíveis da pobreza e a amortecer (ou não) o seu impacte social e espacial. Eles também ajudam a determinar quem será preterido, como, onde e por quanto tempo.

Os Estados são, por direito próprio, mecanismos maiores da estratificação, e fazem-no sobretudo na parte inferior da ordem socioespacial (Esping-Andersen, 1993): eles facilitam ou impedem o acesso a uma escolarização e formação profissional adequadas; estabelecem condições para a entrada e saída do mercado de trabalho, mediante regras administrativas de contratação, despedimento e reforma; distribuem (ou fazem-no de modo deficiente) bens de primeira necessidade, tais como habitação e prestações complementares; apoiam activamente ou impedem certas estruturas familiares e domésticas; e co-determinam quer a intensidade material, quer a densidade e exclusividade geográficas da miséria através de uma bateria de esquemas administrativos e fiscais.

A retracção e a desarticulação do Estado-Providência são duas das maiores causas da deterioração social e da destituição visíveis nas metrópoles das sociedades avançadas. Isto é particularmente óbvio nos Estados Unidos da América, onde a população abrangida por esquemas de segurança social diminuiu nas últimas duas décadas, ao passo que os programas dirigidos aos pobres sofreram cortes e se tornaram cada vez mais instrumentos de vigilância e controlo. A recente "reforma da segurança social", cozinhada pelo Congresso republicano e promulgada pelo presidente Clinton no Verão de 1996, é emblemática desta lógica (Wacquant, 1997a). Ela substitui o direito à ajuda pública pela obrigação de trabalhar, se necessário em empregos precários e a troco de salários inferiores às normas, para todas as pessoas capazes, incluindo jovens mães com filhos a seu cargo. Reduzem-se drasticamente os fundos para a assistência e cria-se um limite, para toda a vida, ao apoio social a prestar. Por fim, esta reforma transfere a responsabilidade administrativa do governo federal para os 50 Estados e respectivos condados, agravando desse modo as já existentes desigualdades no acesso às prestações sociais e acelerando a emergente privatização da política social.

Uma lógica similar de redução e de transferência de responsabilidades também esteve por detrás das modificações mais ou menos amplas dos sistemas de segurança social no Reino Unido, Alemanha, Itália e França. Mesmo os Países Baixos e os países escandinavos promoveram medidas destinadas a reduzir o acesso ao apoio público e a contrariar o crescimento dos orçamentos das políticas sociais. Em todo o lado o

"mantra" da globalização e as contenções fiscais impostas pelo Tratado de Maastricht serviram para justificar estas medidas e para desculpar o desinvestimento social nas antigas áreas de implantação da classe trabalhadora, fortemente dependentes do apoio estatal no fornecimento de bens públicos. As crescentes insuficiências dos programas nacionais de apoio social levaram as autoridades regionais e locais a instituir os seus próprios programas de apoio mais imediato (particularmente em resposta aos problemas da habitação e do desemprego de longa duração).

A irrelevância do "Estado nacional" tornou-se um lugar-comum das conversas intelectuais por todo o mundo. É moda hoje em dia lamentar a incapacidade das instituições políticas centrais para enfrentar as crescentes transformações sociais que derivam da reestruturação capitalista global. Todavia, as grandes e persistentes discrepâncias sociais, tanto na incidência e persistência da pobreza, como nos padrões de vida e na (i)mobilidade e especificidade espaciais dos pobres urbanos em diferentes países, sugerem que as notícias da morte do Estado-Providência nacional têm sido manifestamente exageradas. Em finais da década de 80, as políticas redistributivas de impostos tinham elevado o rendimento de muitos dos agregados domésticos mais pobres a níveis próximos da mediana nacional nos Países Baixos (62%) e em França (52%); na Alemanha, apenas 1/3 das famílias pobres escapou à pobreza devido ao apoio governamental, e nos Estados Unidos da América virtualmente nenhuma família escapou. A destituição extrema foi eliminada entre as crianças nos países escandinavos, ao passo que ela atinge, nos EUA, 1 em cada 6 crianças – e 1 em cada 2 crianças afro-americanas (estes dados foram retirados de McFate et al., 1995; uma perspectiva mais analítica pode ser consultada em Kangas, 1991). Os Estados fazem a diferença – isto é, fazem-na quando se importam com isso. Portanto, é imperativo trazê-los de volta ao epicentro da sociologia comparativa da marginalidade urbana, quer enquanto instituições *geradoras*, quer enquanto *remediadoras*.

(iv) A dinâmica espacial: concentração e estigmatização

Nas décadas da expansão industrial do pós-guerra, a pobreza nas metrópoles estava genericamente distribuída pelos bairros das classes trabalhadoras e tendia a afectar um segmento de trabalhadores manuais e desqualificados. Por contraste, a nova marginalidade mostra uma clara tendência para se aglomerar e fundir em torno de um "núcleo duro", de áreas "paralisadas" que são claramente identificadas – pelos seus próprios residentes, tanto ou mais do que pelos forasteiros – como abismos urbanos onde abundam a privação, a imoralidade e a violência, onde apenas os enjeitados da sociedade poderiam pensar viver.

Nantua em Filadélfia, Moss Side em Manchester, Gutleutviertel em Hamburgo, Brixton em Londres, Niewe Westen em Roterdão, Les Minguettes nos subúrbios de Lyon e Bobigny na periferia de Paris: estes entrincheirados bairros da miséria "criaram" a sua fama como repositórios de todos os males urbanos do nosso tempo, lugares a evitar, recear e amaldiçoar. Não importa muito que os discursos de demonização que cresceram em seu redor apenas tenham, frequentemente, uma ténue ligação com a realidade do seu quotidiano. Um amplo estigma territorial está firmemente aposto

sobre os residentes desses bairros do exílio socioeconómico, que acrescenta o seu peso ao vexame da pobreza e ao emergente preconceito contra as minorias étnicas e os imigrantes (uma excelente análise deste processo de estigmatização pública é feita em Damer, 1989, para o caso de Glasgow).

A par da estigmatização territorial advém uma sensível diminuição do sentido comunitário que costumava caracterizar os antigos bairros das classes trabalhadoras. Agora a vizinhança já não oferece protecção contra as inseguranças e pressões do mundo exterior; já não é um cenário familiar e firme, pleno de sentidos colectivos e formas de mutualidade. Torna-se num espaço vazio, de competição e conflito, um perigoso terreno de luta diária pela sobrevivência ou pela fuga. Este enfraquecimento dos laços comunitários de base territorial, por sua vez, alimenta uma retirada para a esfera do consumo privado e para estratégias de distanciamento ("não sou um deles"), que minam ainda mais as solidariedades locais e confirmam as percepções negativas do bairro.

Devemos permanecer alerta para a hipótese de que isto possa ser um fenómeno transitório (ou cíclico), eventualmente conduzindo a uma desconcentração ou difusão espacial da marginalidade urbana. Mas para aqueles actualmente confinados às posições inferiores do sistema hierárquico de lugares que compõem a nova ordem espacial da cidade, o futuro é agora. Em relação a isto, deve ser frisado que estes subúrbios da rejeição são criaturas das políticas estatais de habitação e de planeamento urbano e regional. Basicamente, nesse caso, o seu surgimento, consolidação e eventual dispersão são essencialmente questões políticas.

4. O espectro da convergência transatlântica

Há uma questão implícita quando se trata da deterioração das condições sociais e das expectativas de vida nas metrópoles do Velho Mundo: a de saber se o surgimento desta nova marginalidade assinala uma *aproximação* estrutural entre a Europa e os EUA, à imagem deste último país (ver, por exemplo, Cross, 1992; Musterd, 1994; van Kempen e Marcuse, 1999; Haüßerman *et al.*, no prelo). Enquadrada em termos tão simplistas, do tipo "ou/ou", a questão dificilmente permite uma resposta analiticamente rigorosa. Isto porque os regimes de marginalidade urbana são enigmas complexos e caprichosos; são compostos de conjuntos imperfeitamente articulados de mecanismos institucionais que interligam a economia e o Estado, o lugar e a sociedade, que não evoluem em uníssono e, além disso, que diferem significativamente de país para país a par das concepções e instituições nacionais da cidadania. É pois necessário, antes de mais, reformular a questão.

Se, com o termo convergência, queremos dizer uma "americanização" generalizada dos padrões urbanos de exclusão nas cidades europeias, seguindo o caminho da *guetização* do tipo da que foi imposta aos afro-americanos desde o início do século XX, quando eles afluíram às cidades (i.e. a formação de uma realidade socioespacial segmentada e paralela, servindo o duplo propósito da exploração e da ostracização de uma categoria étnico-racial delimitada), então a resposta é evidentemente negativa (Wacquant, 1996b). Contrariamente às primeiras impressões e às descrições superfi-

ciais, influenciadas pelos *media*, a reconversão da metrópole continental não despoletou um processo de guetização: não tem gerado conjuntos socioespaciais culturalmente uniformes, baseados no isolamento forçado de populações estigmatizadas em enclaves, onde essas populações criam organizações específicas de grupo – e de lugar – que substituem e duplicam o quadro institucional da sociedade envolvente, embora a um nível inferior e incompleto.

Não há um gueto turco em Berlim, um gueto árabe em Marselha, um gueto do Suriname em Roterdão ou um gueto das Caraíbas em Liverpool. Existem aglomerados residenciais ou comerciais sustentados pela afinidade étnica. A discriminação e a violência contra imigrantes (ou supostos imigrantes) são também realidades brutais da vida em todos os grandes centros urbanos da Europa (Wrench e Solomos, 1993; Björgo e White, 1993). Ao combinarem-se com a típica estratificação social assente em classes baixas e a elevada incidência da falta de empregos, isto explica a presença desproporcionada de populações de origem estrangeira nos territórios urbanos do exílio. Mas a discriminação e mesmo a segregação não significam a guetização. Essas concentrações de imigrantes, tal como se apresentam, não são o produto de um acondicionamento institucional do grupo baseado numa delimitação espacial rígida – a demonstrá-lo estão os crescentes números de casamentos inter-étnicos e da difusão espacial, à medida que os níveis de escolarização e as posições de classe melhoram (Tribalat, 1995). De facto, se alguma coisa caracteriza os subúrbios da rejeição que despontaram em todo o continente à medida que os mecanismos de reprodução da classe trabalhadora falhavam, é a sua grande heterogeneidade étnica, bem como a sua incapacidade para suprir as necessidades básicas e abranger o dia-a-dia dos seus habitantes – duas características que os tornam *anti-guetos*.

Se a convergência implica que estão agora em marcha, no continente europeu, auto-reforçados ciclos de ruptura ecológica, privação social e violência, que redundam no esvaziamento social e no abandono institucional, então de novo não há convergência, uma vez que os espaços europeus do exílio urbano se mantêm, com algumas excepções (tais como as cidades do sul de Itália), fortemente atravessados pela acção do Estado. A "triagem" e o abandono propositado de áreas urbanas, que ocorreram nas metrópoles americanas, para assim se "economizar" nos serviços públicos, são inimagináveis no contexto político europeu, dado o refinamento da monitorização burocrática do território nacional. No entanto, não há dúvidas de que a capacidade dos Estados europeus para governarem os territórios da rejeição está a ser severamente testada, e pode não se revelar à altura da tarefa, se as tendências recentes da concentração espacial de crises persistentes de emprego permanecerem irreprimíveis (Engbersen, 1997).

Finalmente, se a convergência é vista como algo que, mais modestamente, realça a crescente presença das divisões e tensões étnico-raciais nas metrópoles europeias, então a resposta é um qualificado e provisório sim, contudo com as seguintes e importantes condições. Primeiro, isto não implica necessariamente que esteja em curso um processo de "racialização" do espaço e que as sociedades do Velho Mundo esteja a assistir à formação de "minorias" enquanto comunidades étnicas mobilizadas e reco-

nhecidas na esfera pública. Segundo, o conflito étnico-racial não é um fenómeno novo nas cidades europeias: ele irrompeu repetidamente no século XIX em períodos de acelerada reestruturação social e económica – o que quer também dizer que esse conflito terá pouco de tipicamente "americano" (Moore, 1989).

Por fim, e diferentemente do padrão americano, é plausível que a contenda racial nas cidades do Velho Mundo seja fortalecida não pela crescente divisão entre imigrantes e nativos, mas antes pela sua grande proximidade no espaço físico e social. O exclusivismo étnico-nacional é uma reacção nativista a uma abrupta mobilidade descendente sofrida pela classe trabalhadora autóctone, em vez de ser a expressão de uma profunda viragem ideológica para um registo racista (ou, melhor, racialista). Apesar das pomposas declarações formais acerca da "globalização da raça", a relevância crescente da etnicidade no discurso público e na vida quotidiana da Europa é do domínio tanto de uma política de classe como de uma política de identidade.

Adenda: enfrentando a marginalidade avançada

No seu esforço de responderem às formas emergentes da marginalização urbana, os Estados-Nações têm três escolhas. A primeira opção, de tipo intermédio, consiste em reabilitar os actuais programas do Estado-Providência. Claramente, isto não é resolver o assunto, caso contrário os problemas levantados pela marginalidade avançada não seriam actualmente tão preocupantes. A segunda solução, de tipo regressivo ou repressivo, é a de criminalizar a pobreza através de uma contenção punitiva dos pobres, ou em bairros cada vez mais isolados e estigmatizados, ou em prisões. Este é o caminho tomado pelos EUA desde os tumultos da década de 60 nos guetos (Wacquant, 1997b; Rothman, 1995). Não podemos ignorar a sua influência junto de parte das classes dirigentes da Europa, mesmo tendo em conta os enormes custos sociais e fiscais envolvidos no confinamento em massa dos pobres e das populações indisciplinadas. As taxas de encarceramento aumentaram na maior parte do continente nas últimas duas décadas e a pena de prisão é uma sedutora medida de contenção das crescentes perturbações do meio urbano, mesmo nas sociedades mais liberais (Christie, 1997). Em todo o caso, para além dos poderosos obstáculos políticos e culturais a um massivo aprisionamento da miséria, que são próprios da configuração dos Estados sociais-democráticos da Europa, o confinamento punitivo também deixa incólumes as causas profundas da nova pobreza.

O terceiro caminho, progressivo, aponta para uma ampla reconstrução do Estado-Providência, que poria as suas estruturas e políticas de acordo com as emergentes condições económicas e sociais. Inovações radicais, tal como a da instituição de um salário universal do cidadão (ou de uma prestação de rendimento básico), que seria proveniente da riqueza gerada pelo trabalho, são necessárias para expandir os direitos sociais e contrabalançar os efeitos nefastos da mutação do trabalho assalariado (van Parijs, 1996). No fim de contas, esta terceira opção é a única resposta viável para o desafio que a marginalidade avançada lança às sociedades democráticas, no momento em que estas cruzam o limiar do novo milénio.

Referências bibliográficas

BJÖRGO, T. e WHITE, R. (Eds.) (1993), *Racist Violence in Europe*. Nova Iorque: St Martin's.

CARNOY, M., CASTELLS, M., COHEN, S. S. e CARDOSO, F. H. (1993), *The New Global Economy in the Information Age: Reflections on Our Changing World*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.

CHRISTIE, N. (1997), *An Essay in Penal Geography*, Department of Criminology, Universitet Oslo (Manuscrtio não publicado).

CROSS, M. (Ed.) (1992), *Ethnic Minorities and Industrial Change in Europe and North America*. Cambridge: Cambridge University Press.

DAMER, S. (1989), *From Moorepark to 'Wine Alley': The Rise and Fall of a Glasgow Housing Scheme*. Edimburgo: Edinburgh University Press.

ENGBERSEN, G. (1997), *In de schaduw van morgen: Stedelijke marginaliteit in Nederland*. Amesterdão: Boom.

ESPING-ANDERSEN, G. (Org.) (1993), *Changing Classes: Stratification and Mobility in Postindustrial Societies*. Newbury Park, CA: Sage.

EUROPEAN ECONOMIC COMMUNITY (1989), *Underground economy and irregular forms of employment: synthesis report and country monographs*. Bruxelas (mimeografado).

HADJIMICHALIS, C. e SADLER, D. (eds.) (1995), *Europe at the Margins: New Mosaics of Inequality*. Nova Iorque: Wiley and Sons.

HAÜßERMAN, H., KRONAUER, M. e SIEBEL, W. (orgs.), *Die Neue Armut und Exklusion in der Stadt*. Frankfurt: Suhrkamp (no prelo).

KANGAS, O. (1991), *The Politics of Social Rights*. Estocolmo: Institute for Social Research.

KEMPEN, R. VAN e MARCUSE, P. (eds.) (1999), *The New Spatial Order of Cities*. Cambridge: Blackwell.

MABIT, R. (Ed.) (1995), *Le travail dans vingt ans: Rapport de la Commission présidée par Jean Boissonnat*. Paris: Odile Jacob.

MACDONALD, C. L. e SIRIANNI, C. (eds.) (1996), *Working in the Service Economy*. Filadélfia: Temple University Press.

MAUSS, M. (1929), "Les civilisations: éléments et formes" in: *Oeuvres*, vol. 2: *Représentations collectives et diversité des civilisations* (1968). Paris: Editions de Minuit.

MCFATE, K., LAWSON, R. e WILSON, W. J. (eds.) (1995), *Poverty, Inequality, and Future of Social Policy*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.

MINGIONE, E. (Ed.) (1996), *Urban Poverty and the Underclass*. Oxford: Basil Blackwell.

MOLLENKOPF, J. H. e CASTELLS, M. (eds.) (1991), *Dual City: Restructuring New York*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.

MOORE, R. (1989) "Ethnic division and class in Western Europe" *in* R. Scase (org.), *Industrial Societies: Crisis and Division in Western Capitalism and State Socialism*, pp. 115-143. Londres: Allen and Unwin.

MUSTERD, S. (Ed.) (1994), "A Rising European Underclass?" Número especial de *Built Environment*, 20(3).

PARIJS, P. VAN (1996), *Refonder la solidarité*. Paris: Editions du Cerf.

RIFKIN, J. (1995), *The End of Work: The Decline of the Global Work Force and the Dawn of the Post-market Era*. Nova Iorque: G.P. Putnam's Sons.

ROTHMAN, D. (1995) "American criminal justice policies in the 1990s" *in* T. G. Blomberg e S. Cohen (Orgs.), *Punishment and Social Control*, pp. 29-44. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.

SASSEN, S. (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

TRIBALAT, N. (1995), *Faire France: Une enquête sur les immigrés et leurs enfants*. Paris: La Découverte.

WACQUANT, L. (1996a), "The rise of advanced marginality: notes on its nature and implications", *Acta Sociologica*, 39, pp. 121-139.

WACQUANT, L. (1996b), "Red belt, black belt: racial division, class inequality and the state in the French urban periphery and the American ghetto" *in* E. Mingione (Org.) *Urban Poverty and the Underclass*, pp. 234-274. Oxford: Basil Blackwell.

WACQUANT, L. (1997a), "Les pauvres en pâture: la nouvelle politique de la misère en Amérique", *Hérodote*, 85, Spring, pp. 21-33.

WACQUANT, L. (1997b), "Vom wohltätigen Staat zum strafenden Staat: Über den politischen Umgang mit dem Elend in Amerika", *Leviathan: Zeitschrift für Social und Politikwissenschaft*, 25, pp. 50-66.

WRENCH, J. e SOLOMOS, J. (Eds.) (1993), *Racism and Migration in Western Europe*. Nova Iorque: Berg.

Tradução de Joel Felizes

Desigualdades sociais na saúde e na doença: a questão imigrante

Maria Engrácia Leandro*

Resumo

Este texto, começando por sustentar o impacto das desigualdades sociais na saúde dos cidadãos, não se devendo esta unicamente a factores biogenéticos, focaliza depois este problema em torno da saúde dos e/imigrantes. Não obstante os enormes avanços científico-tecnológicos, designadamente no campo da medicina, os quais tornam hoje possível o tratamento de várias patologias, consideradas até há pouco irreversíveis, mantêm-se desigualdades na esfera da saúde e possibilidades de combate à doença, desigualdades estas derivadas de diversos factores tais como o tipo de profissão, situação económica, estatuto social, qualidade da alimentação, condições habitacionais, normas de higiene, graus de escolarização, formas de lazer e qualidade de vida, (dis)funcionamento familiar, *stress* e, por fim mas não menos importante, a possibilidade ou não de acesso aos próprios serviços de saúde. Esta situação torna-se mais premente no caso específico dos emigrantes e imigrantes, cuja cultura e situação socioeconómica de vulnerabilidade, especialmente na doença, são trazidas à reflexão com algumas ilustrações de ordem empírica. Salienta-se então a diferenciada sintomatologia de determinadas doenças entre autóctones e estrangeiros e sobretudo uma tipologia das patologias, a saber, as de importação, as de aquisição e as de adaptação. A precariedade da saúde entre imigrantes terá de ser correlacionada não só com variáveis de ordem cultural mas com diferenciadas condições socioeconómicas, em particular no mercado de trabalho.

1. A noção de desigualdade social e a sua relação com a saúde dos e/imigrantes

As desigualdades sociais consistem na repartição não uniforme, à escala planetária, entre países ricos e desenvolvidos e países pobres ou em vias desenvolvimento e, a uma escala mais reduzida, no interior da população de um país, basicamente ao nível dos grupos sociais, do género, dos diferentes grupos etários, dos autóctones *versus* estrangeiros, das regiões. De entre os bens relacionados com a natureza e a so-

* Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

ciedade – alguns dos quais são alusivos ao corpo tal como a saúde – a inteligência, o autodomínio, a energia, a coragem, as competências, os sentimentos, o carácter ou a personalidade – todos eles, em maior ou menor medida, são condicionados pelo meio social e, como tal, também expressivos e resultantes de estruturas e processos de desigualdades sociais, em que umas e outros agem sobre várias facetas da vida dos grupos e dos indivíduos. Pode, pois, dizer-se que a acção do meio social é muito extensa e que produz vários efeitos sobre o que pode até ser considerado da ordem do biológico. Por exemplo, os progressos da medicina tornam cada vez mais acessíveis vários meios e tratamentos para certas doenças para as quais, durante muito tempo, não houve nem havia meios de cura ou tratamento. Ou seja, diversas patologias deixam de ser, hoje, consideradas fatais ou irreversíveis para estarem ao alcance das capacidades humano-técnicos, dependendo o sucesso da sua cura ou tratamento da responsabilidade das famílias, dos indivíduos e, em especial, dos profissionais de saúde e da intervenção colectiva em geral.

Não obstante estes notáveis progressos, mantêm-se todavia diferenças e desigualdades no acesso a bens tão apreciados como os que se relacionam com a manutenção da saúde ou o combate à doença quando ela sobrevém. Perante situações de doença, os que usufruem de boas condições sociais têm, em regra, mais vantagens do que outros[1] que, ao invés, sofrem de mais desvantagens sociais, as quais, por sua vez, se vão reflectir na qualidade da saúde. Tal ocorre com a diferenciação por tipo de profissão, situação económica, estatuto social, qualidade da alimentação, condições habitacionais, normas de higiene, graus de escolarização, formas de lazer, possibilidade de usufruir de férias fora de casa e da sua qualidade, (dis)funcionamento familiar, *stress* e, por fim mas não menos importante, a possibilidade ou não de acesso aos próprios serviços de saúde.

No caso das migrações internacionais, há ainda a referir que, estando perante a existência de dois idiomas – o do país de acolhimento e o do migrante –, na óptica da cultura ou culturas dominantes o idioma dos migrantes deverá ser obliterado em função do da maioria. Este último terá de ser adoptado pelos migrantes, se estes pretenderem exprimir as suas ideias, defender os seus interesses e participar na vida socioeconómica, cultural e política da sociedade em que se encontram a viver. A par

[1] A morte é a única certeza comum a todos os humanos, bem como, aliás, aos demais seres vivos. Como diz L.-V. Thomas (1988), ela toca tudo o que se inscreve no tempo: sociedades que se esboroam, sistemas culturais que desaparecem, objectos que se usam para se desagregarem em resíduos e ruínas, enquanto as estrelas perecem de duas maneiras: a transformação em anão branco ou a explosão de supernova (Cf. Dozon, 1986) . Logo "*... a morte é um dado real, concreto, proteiforme e reina sobre uma pluralidade de campos*" (L.-V. Thomas (1988: 7-8). Ela é natural, quotidiana, aleatória e universal e, mesmo imprevisível, atinge tudo e todos, por vezes até, na hora em que menos esperam. Basta pensar nas catástrofes naturais, nas guerras, nos atentados, nos perigos que ameaçam o ambiente, nas consequências do nuclear, nos acidentes de toda a ordem, nas patologias que se revelam fatais, nas tentativas de muitos emigrantes para ultrapassar as fronteiras dos países para onde pretendem ir trabalhar, procurando, na sequência desta odisseia com riscos de perecer pelo caminho, aceder a uma vida melhor para si e para os seus. Porém, embora a morte seja comum a todos os humanos, não se correm os mesmos riscos de morbilidade nem se morre da mesma maneira, quando se nasceu neste ou naquele país, se pertence a esta ou àquela condição social, se é autóctone ou imigrante, se é homem ou mulher, novo ou velho, se exerce esta ou aquela profissão, entre outras características.

de um enriquecimento linguístico-cultural quando assumido como tal, esta situação pode também configurar um dos preços a pagar por um processo de inserção social. Porém, pretendendo-se que este processo seja relativamente bem sucedido do ponto de vista da coesão social, ele não poderá ser unilateral mas sim bi-unívoco, isto é, exige esforço e abertura, não só dos próprios migrantes como dos membros da sociedade de acolhimento, tendo presente que esta amiúde também selecciona, abrindo as portas aos que considera mais aptos e fechando-as a outros, o que representa mais uma das manifestações de desigualdade de tratamento dos estrangeiros.

Compreende-se, aliás, que, num quadro problemático como este, haja propensão para pensar como bastante morosos e complexos os processos de integração social dos migrantes, os quais só com o decorrer do tempo e a abertura recíproca das comunidades em presença, poderão vir a sentir-se parte de um corpo social, sem que para tal tenham de abandonar totalmente a sua cultura, sobretudo no atinente aos que vieram primeiro. Realidades desta natureza foram já preconizadas e analisadas por Thomas e Znaniecki (1996) e Durkheim (1978). Deste modo, o processo de integração (quase) plena pode apenas ser deslocado para os seus filhos e netos (cf. Durkheim, 1978; Leandro, 1995), pelo facto de estes serem socializados desde o nascimento e tenra idade nos sistemas de valores da sociedade em que vivem, embora não seja despicienda a intervenção da família no quadro da socialização primária, o que implica também não raro a apropriação de valores da cultura de origem dos pais.

Nesta perspectiva, a socialização através da escola exerce uma importância crucial desde que esta ofereça realmente a todos os alunos os mesmos direitos, incluindo obviamente os de genealogia ou origem estrangeira, o que poderá abrir-lhes boas perspectivas de futuro, independentemente da sua condição social ou pertença étnica. De contrário, uns serão socialmente integrados e provavelmente outros serão votados a formas atípicas de inserção social ou até à exclusão social. Com efeito, a escola, concedendo diplomas diferentes, na escala da valorização social, abre as portas a uns possibilitando-lhes a integração social mas provoca noutros desintegração, propiciando assim uma resistência social ou a emergência de alguma(s) formas de exclusão social. Bastante sintomática destas últimas modalidades de exclusão social é o que está ocorrendo actualmente em França com o designado fenómeno "dos jovens dos bairros sociais da periferia", mais conectados com gerações descendentes de imigrantes árabes. Entre outras questões estão muito patentes as desigualdades sociais a que se encontram sujeitos, desigualdades e exclusões sociais que, de maneira geral, atingem as várias dimensões da sua vida a nível pessoal, familiar, profissional, económica, social, cultural, política e sanitária.

Compreende-se, então, que as desigualdades sociais, de alguma maneira, sejam influenciadas por *outrem* que detém a capacidade de criar e fazer subsistir as hierarquias sociais. Nesta perspectiva, desde há muito que os dados estatísticos quer nacionais, quer internacionais, como os do Eurostat, durante toda a década de noventa do século passado, chegando até 2003 e os da Organização das Nações Unidas (ONU) durante os cinco anos do novo milénio, têm vindo a revelar que no seio da União Europeia, Portugal é o país que apresenta uma escala de maior distância entre os diferentes

níveis de rendimento dos indivíduos e respectivas famílias, sendo de 1 para 40 em Portugal e de 1 para 33 na média da União Europeia. Se tivermos exclusivamente em conta a comparação com a Dinamarca o caso é ainda mais gritante, dado que aqui a diferença, neste país, é de 1 para 25 (Eurostat, 1998). Por alguma razão a Dinamarca é hoje o país mais rico do mundo e precisamente aquele onde as desigualdades entre grupos sociais são menos acentuadas, o que contrasta com o caso português. Neste, tal como noutros aspectos, Portugal não consegue ultrapassar os atrasos estruturais históricos, em que os ricos tecem estratégias no sentido de manter ou aumentar o seu potencial de recursos e um vasto leque de regalias sociais em detrimento de uma massa de pobres cada vez mais pobres: mais de dois milhões, segundos dados da ONU publicitados pela RTP a 5 de Outubro de 2005 e pouco depois também repetidos por vários jornais portugueses no Dia Mundial da Pobreza a 17 de Outubro de 2005.

Por outro lado, quando olhamos para a organização social e a exploração que a envolve, damo-nos conta que a desigualdade, sob certos prismas e a certos olhares, aparece como uma necessidade *quase natural*. Ninguém se basta a si próprio e cada um, para sobreviver, tem necessidade da actividade colectiva: da família onde nasceu e cresceu e da restante colectividade. Este imperativo pressupõe a coordenação e a execução de tarefas diferenciadas que implicam – ou deveriam implicar – também a partilha, a repartição dos recursos com justiça social e os instrumentos indispensáveis à sua realização. Com efeito, contrariamente ao propalado por certas correntes dominantes, as desigualdades sociais, tal como se apresentam um pouco por toda a parte até aos nossos dias, não têm de ser vistas como uma fatalidade, pois são, em grande escala, socialmente construídas, não obstante algumas surgirem, no quadro actual, como inultrapassáveis tais como, por exemplo, as resultantes do facto de nascer neste ou naquele país. Neste âmbito uma constatação se impõe: vivemos numa época em que as desigualdades – apesar da produção de maior riqueza à escala mundial, com particular destaque para algumas regiões do mundo em detrimento de outras – tendem a multiplicar-se no interior de todas as sociedades. Sendo assim, não admira que, associado ao fenómeno da globalização, as migrações internacionais, incluindo o fenómeno prostitucional que, em muitos casos, com elas está imbricado (cf. Ribeiro, Silva *et al.* 2005), tendam a aumentar à escala planetária.

Retomando as considerações iniciais, vale a pena insistir no que a realidade nos vem mostrando: desde sempre e em todo o lado os detentores de recursos e poderes por si apropriados têm muita dificuldade, senão mesmo impossibilidade, em pensar o interesse geral ao serviço de todos e agir em conformidade. Em regra, os poderosos e privilegiados procuram retirar dos recursos possuídos e das posições ocupadas o máximo de vantagens em detrimento de muitos outros que poderiam viver de maneira diferente, se fosse praticada mais justiça social e diminuídas as desigualdades sociais entre os indivíduos que formam a sociedade.

No mesmo sentido actua a tendência, particularmente vincada hoje à escala nacional, de estarmos a atravessar, em termos económicos e da dívida pública em particular, sérias dificuldades, as quais atingem, todavia, de modo diferente os vários grupos sociais. Por exemplo, a nível da administração pública, é interessante verificar

que são os detentores de cargos e/ou mais bem colocados na vida em termos salariais, de segurança de emprego e de regalias sociais os que mais reclamam, quando se trata de repensar a economia, os benefícios da segurança social ou outros parâmetros da vida em sociedade, deixando de olhar para a multidão de desempregados e dos que têm contratos precários, nomeadamente jovens, inclusive licenciados, à procura do primeiro emprego. Se estes últimos, não obstante a posse dum certo capital intelectual, são também por vezes vítimas de exploração económica, os demais, sobretudo quando desempregados e sem habilitações escolares, não têm capacidade nem meios para dar resposta às suas necessidades básicas, o mesmo sucedendo e com maior gravidade com os que apenas recebem o salário mínimo para o sustento da sua família, a reforma mínima ou o Rendimento de Inserção Social e sobretudo os que vivem sem um tecto que os abrigue e lhes dê protecção.

Esta situação descrita é aquela que atinge fortemente bastantes dos imigrantes, um grupo social, cuja situação trazemos para reflexão em termos de desigualdades sociais, nomeadamente no campo da saúde (cf. *Diário de Notícias* de 25-10-2005). Tal situação conduz-nos à seguinte questão: em condições de precariedade laboral e social como podem os imigrantes, sobretudos os mais desprovidos, usufruir de boa saúde, no amplo sentido que este conceito pode abranger, permanecer imunes à doença, dar resposta às suas necessidades básicas e aceder ao bem estar e felicidade a que têm direito para si e para os seus?

Poder-se-á dizer que as formas de desigualdade que comporta a vida social, vindas de tempos remotos até à actualidade, persistem não obstante terem variado nas diversas épocas e nas mais variadas esferas de acção, assim como regimes políticos. A actual civilização ocidental, considerando-se uma das mais civilizadas e democráticas, nem por isso deixa de oferecer grandes desafios no que se refere ao combate às desigualdades sociais, pelo menos das mais flagrantes, as quais estão na origem de tanta miséria, da guerra, do terrorismo e dum mal-estar generalizado e multivariado, causando perplexidades entre os povos a vários níveis e escalas. Das acusações contra esta *tara* de todo o sistema social, a que já fez referência Rousseau (1964), esta é, provavelmente, a mais famosa e a que se reveste de grande actualidade.

2. A igualdade de direitos nas sociedades da modernidade

Desde a sua formação, as sociedades da modernidade[2] afirmam-se democráticas, livres, integradoras e igualitárias. Entre outros, há um aspecto que é considerado nuclear: o da igualdade perante os direitos, a liberdade ou ainda a igualdade de oportunidades e as capacidades individuais. Em meados do século XIX Tocqueville (1980) identifica a modernidade e o sentido da história com o triunfo da igualdade. Ante-

[2] A noção de modernidade engloba aqui a sociedade moderna que começa com a Filosofia das Luzes que, paulatinamente, é construída sob o ideal do progresso e que privilegia a racionalidade em todos os seus sentidos, nomeadamente no domínio produtivo, a autonomia do indivíduo-sujeito, a diferença funcional entre as instituições de carácter religioso e civil (incluindo a construção do Estado moderno), a vontade de liberdade, a emergência de massas sobre a cena histórica, a globalização, a reflexividade sistemática e o pluralismo.

riormente, a revolução francesa em 1789 preconizara a célebre trilogia: *Igualdade, Liberdade, Fraternidade*. Não se trata ainda de conceber uma igualdade real de condições de vida para todos, mas antes da extensão de um princípio: o da igualdade dos indivíduos e das oportunidades para lá das desigualdades sociais existentes. O mesmo princípio já está presente nas teorias do contrato social de Rousseau (1973), segundo o qual será possível distinguir as desigualdades justas das injustas. Daí que valorize as primeiras e condene as segundas.

Esta filosofia presente na Declaração dos Direitos do Cidadão, proclamada em França a 26 de Agosto de 1789 viria a ser expressa, já no século XX, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada a 12 de Dezembro de 1948, fazendo ambas da igualdade dos indivíduos, independentemente das desigualdades empíricas, um valor fundamental dos povos, tal como é preconizado no artº 1 desta última, no qual se afirma: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Todos são dotados de razão e de consciência e devem agir uns em relação aos outros com espírito de fraternidade".

Dizer que todos os seres humanos nascem "livres" significa que todos têm direito à liberdade. Por sua vez, proclamar que todos os indivíduos são iguais significa tão-só sustentar uma declaração de princípios, dado que, olhando para a realidade social, se torna evidente que, já desde o nascimento e no percurso da sua existência, muitos são os indivíduos afectados por desigualdades de vária ordem: económica, social, escolar, profissional, cultural, política, cívica e religiosa, entre outras. No que concerne a raça e os preconceitos raciais, a Declaração adoptada pela UNESCO em 1978 proclama que "Todos os seres humanos pertencem à mesma espécie e têm a mesma origem". Aliás, independentemente da cor da pele e das condições sociais, o sangue que circula nas veias de todos e de cada um é vermelho, do mesmo modo que as dejecções e as micções de todos e cada um apresentam odores semelhantes.

Todavia, apesar de em teoria todos os seres humanos serem iguais em dignidade e em direitos, esta *igualdade* não é sinónimo de *idêntico*, nem mesmo de *similar* sob o ponto de vista das suas capacidades físicas e mentais, os talentos e as suas próprias características. A igualdade de que se trata aqui implica que todas as diferenças que caracterizam os indivíduos quando nascem como, por exemplo, a cor da pele, as singularidades físicas, a origem étnica e a religião, não devem ou, mais precisamente, não deveriam afectar, de modo algum, os seus direitos enquanto seres humanos. Estabelecer entre os indivíduos uma desigualdade e uma discriminação baseada na cor, nas origens étnicas, na imigração ou na religião que professam constitui a negação desta igualdade e representa uma grave injustiça humana e social.

Mas também há injustiça quando, por razões da mesma ordem e de modo arbitrário, se nega aos indivíduos a possibilidade de desenvolver plenamente as suas capacidades, como acontece, amiúde, com os grupos sociais de condição social modesta e sobretudo mais desfavorecida, como se verifica, por exemplo, ao nível da baixa escolarização e até do exercício da cidadania activa. Tal é o caso, entre outros, dos e/imigrantes, que pertencem às camadas mais baixas na escala da estratificação social, ficando assim votados a vários tipos de marginalização social. Acontece, amiúde, que

entre os desiguais eles são ainda os mais desiguais, designadamente nos primeiros tempos da imigração e sobretudo quando se encontram numa situação irregular. Caso contrário, com o decorrer do tempo, numa sociedade dinâmica sob o ponto de vista socioeconómico e cultural, a partir do momento que se enverede por um processo de integração social consistente, esta situação pode ser atenuada e quiçá muito menos desigual para as novas gerações, como acontece, por exemplo, com os portugueses em França e na Alemanha (cf. Leandro, 1995, 2002, 2002a). Importa, entretanto, ter presente que nem todas as igualdades são efectivamente reais para o conjunto destas populações, apesar de, no caso dos emigrantes portugueses, estes serem, ao invés dos árabes, reputados "bons imigrantes" nos referidos países. Ou seja, se é registável a diminuição das desigualdades nomeadamente no tocante ao direito à escolarização e aos serviços de saúde, na prática, mesmo no interior destes sistemas, nem todos, com particular destaque para os imigrantes e suas famílias, gozam exactamente dos mesmos direitos, ao mesmo tempo que crescem as desigualdades noutros domínios como, por exemplo, a nível dos recursos, das condições de trabalho ou da segurança. Para os imigrantes de longa data isto não significa que sejam tão pobres como o eram antes de e/imigrar ou como os pobres de tempos passados. Porém, enquanto não gozarem de uma plena integração social, poderão estar sujeitos a correr riscos diferentes dos autóctones.

A este respeito, quanto aos portugueses fixados nestes países, no seu dizer, há um aspecto sobre o qual nunca se sentiram desiguais: o acesso aos serviços de saúde e aos cuidados de saúde em geral. Numa perspectiva comparativa entre os sistemas de saúde destes países e o português, muitos fazem desta matéria um factor de integração mais consistente na sociedade onde se encontram em detrimento do regresso que os animava nos primeiros tempos da imigração. No seu entender, a vantagem social no acesso aos serviços de saúde sentida na própria esfera pessoal é, com base nalguns testemunhos, aquela na qual se verifica uma maior aproximação de tratamento igualitário entre os autóctones e os estrangeiros, mesmo quando migrantes.

Porém, para que a igualdade de todos seja respeitada, o artigo acima citado lembra que cada um deve manifestar perante os outros um *espírito de fraternidade*, ou seja, tratá-los como membros iguais da grande família humana. Daí o empenhamento de muitos na luta contra as discriminações sociais, tarefa que incumbe, em primeira instância, aos Estados na medida em que estes têm obrigação de criar leis justas e agir de modo que os sistemas jurídicos não permitam nenhuma forma de discriminação. Mais ainda, os Estados que tenham no seu seio imigrantes têm a obrigação de proteger contra qualquer forma de discriminação social todos os grupos sociais, étnicos, religiosos que residam nos respectivos territórios. De contrário, estarão a contribuir para a violação dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem. O artigo 7 desta Declaração afirma que "Todos são iguais perante a lei e têm direito sem distinção a uma igual protecção da lei. Todos têm direito a uma igual protecção contra toda a discriminação que violaria a presente Declaração e contra toda a provocação a uma tal discriminação". Logo, este artigo implica que é ilegal *provocar* ou sancionar uma tal discriminação, isto é, encorajar alguém a agir deste modo. Não obstante, na

prática verifica-se com frequência que há uma distância entre os princípios, quiçá os bons propósitos e a realidade, entre igualdade de direito e igualdade de facto.

3. As patologias relacionadas com as migrações internacionais

Desde há muito que a saúde dos migrantes internacionais se vem tornando numa questão obrigatória dos manuais de higiene pública e de medicina tropical (Gentilini *et al.* 1986; Brucker e Fassin, 1989; Lévy, 1994). Tradicionalmente, aí se distinguem três tipos de afecções: (*i*) a *patologia da importação* correspondente, sobretudo, às doenças parasitárias mas também hereditárias, que o emigrante transporta consigo, como aconteceu, por exemplo, com os migrantes da Crimeia que, no século XIV, trouxeram consigo a peste negra para Missina, com o sarampo, o tifo, a varicela, a varíola, a rubéola e outras doenças infecto-contagiosas importadas pelos colonos portugueses e espanhóis para a América Latina no século XVI; e, inversamente, com a importação da sífilis para a Europa pelos italianos, mas também da paramiloidose importada pelos portugueses para muitos dos locais por onde passaram em tempos de antanho, sendo a situação dos nossos dias ainda mais complexa em virtude do intenso fenómeno da globalização e com ele a rapidez das viagens; (*ii*) a *patologia da aquisição*, reflectindo as novas condições ambientais nas quais o e/imigrante, doravante, se encontra inserido e que podem favorecer tanto o desenvolvimento das doenças infecto-contagiosas (por exemplo, tuberculose, sida), como as doenças cardiovasculares ou lombares, muitas vezes relacionadas com as novas profissões, regimes alimentares, modos de vida e o *stress* que decorre da nova situação; (*iii*) a *patologia da adaptação*, traduzindo as dificuldades encontradas no confronto com uma nova sociedade e cultura, a começar pelos transtornos psíquicos e normativos, revestindo formas singulares e justificando medidas específicas (Engrácia *et al.*, 2002).

Este modelo, apresentando uma aparente simplificação e tendo contribuído para uma forma de racionalização de gerações de profissionais de saúde confrontados com estas situações, nem por isso é menos problemático. De facto, isola um sector da medicina que justificaria uma prática específica, sob o ponto de vista quer somático quer psíquico. Simultaneamente, transforma o corpo do e/imigrante num vector e receptor passivo de doenças. Pode até dizer-se que, de algum modo, por vezes transforma os estrangeiros num "grupo de risco", no concernente à saúde pública, podendo vir a constituir-se num "risco" para os outros (potencial contaminação) e "risco" para os próprios migrantes (dificuldade ou mesmo impossibilidade de integração).

Esta dupla lógica de discriminação e de 'naturalização' do fenómeno criou, durante muito tempo, alguns obstáculos a que se pensassem de modo diferente as questões de saúde relacionadas com a imigração. Quando tal acontecia, estavam normalmente implicados os profissionais de saúde e as estatísticas sanitárias. Por sua vez, os cientistas sociais, inclusive os que se interessam pelo estudo das migrações internacionais ou pela sociologia da saúde, não parecem conceder muita importância a estes domínios que se prendem com o fenómeno das deslocações humanas e os efeitos daí decorrentes em termos de saúde e de doença. Sabe-se, por exemplo, que emigrantes vindos dos países asiáticos para os Estados Unidos, de início, apresentavam certas

patologias bastante distintas das que ali existiam. Porém, com o decorrer do tempo e a consequente adaptação, acabam por vencer umas e ter mais tendência a contrair as que são mais comuns na nova civilização e sociedade de consumo (Herzlich e Pierret, 1984).

No que se refere à situação dos portugueses em França, ou mesmo noutras partes do mundo, tanto quanto sabemos, não dispomos de estudos capazes de nos revelar as mudanças que acabam por estar relacionadas com as novas formas de trabalho, os projectos de poupança e o investimento em horários de trabalho mais alargados – o que provoca um maior desgaste físico e psíquico –, as condições de alojamento, as novas formas alimentares, os novos modos e estilos de vida que passam a adoptar, a maneira como a família investe na promoção, na preservação e na saúde preventiva, o ritmo de contactos com os respectivos serviços de saúde locais e, por fim, até com as características dos próprios serviços de saúde dos países onde agora habitam, já, na maioria dos casos, com a sua própria família na sequência do reagrupamento familiar.

Outro tanto podemos dizer da escassez de trabalhos sobre a saúde dos imigrantes em Portugal e que, tal como noutras partes do mundo, não é um fenómeno de somenos importância. Todavia, ultimamente, está emergindo um crescente interesse na comunidade académica em objectos de estudo afins, nomeadamente os que se prendem com eventuais riscos na saúde pública, sendo de referir estudos sobre a prostituição, em que o comportamento sexual dos clientes é considerado de maior risco do que o das mulheres (Ribeiro, Silva *et al.* 2005), assim como a disseminação de várias doenças de carácter infecto-contagioso como a sida (Nossa, 2005), ou ainda outras doenças como a tuberculose. Neste texto pretendemos basicamente fazer uma reflexão teórica acerca desta matéria, embora tenha também subjacente algum trabalho de campo que temos desenvolvido em França e na Alemanha junto das comunidades portuguesas e, de bastante menor dimensão, sobre os imigrantes de Leste no concelho de Vila Verde.

4. A suposição da diferença quando se pensa a saúde e a doença dos imigrantes

No respeitante à imigração, a situação tende ainda a agudizar-se em tempo de crise socioeconómica, chegando os imigrantes a tornar-se o bode expiatório de diversos 'males sociais'. Uma pertinente questão consistirá em interrogar-se sobre o que é que nas sociedades contemporâneas se joga em termos de desigualdades em torno do corpo, da doença, do sofrimento na sua relação com a imigração. No fundo, trata-se de considerar que a saúde dos imigrantes não existe por si própria, inscrita como condição nos genes, nos micróbios ou em processos psíquicos, mas existe antes na relação que historicamente vem sendo construída pelos diferentes actores sociais. Sobre estes aspectos, dois imbróglios parecem particularmente significativos: por um lado, denota-se a existência da construção da diferença em termos de cultura e das pertenças sociais nas instituições médicas e sanitárias; por outro, o desenvolvimento da cidadania em torno do corpo e da doença. O corpo são ou doente do imigrante legalizado, com capacidade para trabalhar, profissionalizado, em Portugal, segundo

o Despacho nº 25.360/2001 (publicado no DR nº 286, II Série, de 12 de Dezembro), tem acesso aos mesmos serviços de saúde que um autóctone. Logo, participa da cidadania social e sanitária. Mas nem por isso a cultura deixa de ser um factor importante quando se dirige aos serviços de saúde por ser atacado pela doença. Basta considerar, ainda antes da diferença de culturas, o facto de, sobretudo nos primeiros tempos da imigração, profissionais de saúde e imigrantes difícil ou raramente falam a mesma língua e, quando tal acontece, muito menos a mesma linguagem, o que suscita, com frequência, questões sérias aos médicos que os recebem e, decerto, alguma inquietação a estes novos utilizadores dos serviços de saúde.

Falando sobre estas questões com médicos franceses, no que diz respeito às mulheres portuguesas que e/imigraram nos anos sessenta e setenta do século XX, os médicos narravam como, uma vez vindas à consulta, a principal e quase exclusiva queixa das mulheres consistia em "dores de cabeça". Ora, nos primeiros tempos o diagnóstico e o receituário parecia fácil para o médico. Só que na prática não produzia os efeitos esperados. Com o decorrer do tempo, os médicos vão-se apercebendo que, por detrás de uma queixa de dor de cabeça, se escondem outros males de ordem física e psíquica, sem que elas o conseguissem verbalizar junto do seu médico. A situação é hoje bastante diferente, em virtude duma dupla aculturação: dos médicos e das doentes. Com efeito, à medida que as mulheres denotavam um melhor domínio da língua francesa, por um lado e, por outro, os médicos tinham uma melhor compreensão da cultura, das significações e formas de vida dos portugueses neste país, umas e outros foram incorporando novos conhecimentos culturais, novas linguagens e novas formas de comunicação que se traduziram por uma melhor compreensão recíproca. De resto, em termos das relações interétnicas, tal como o afirma Massé (2003, 334), "os enredos étnicos emergem no quadro do respeito pela diferença cultural".

Vale a pena evocar, ainda, o caso de um aluno português do primeiro ciclo em França, nos finais dos anos setenta, sofrendo de uma gripe ligeira. A professora, reparando que o aluno não estava bem, pergunta-lhe se está doente, ao que o aluno retorque: "je suis constipé" (constipado). Com grande espanto a professora reage, fazendo a seguinte exclamação: "à ton âge tu souffres déjà de constipation?!" Ora, o que se trata aqui é estarmos perante um vocábulo que, parecendo próximo em ambas as línguas (portuguesa e francesa), tem contudo significações bastante distintas quando se trata de doença. Para a língua portuguesa "constipação" tem apenas a ver com uma gripe ligeira, ao passo que na língua francesa "constipation" significa "prisão de ventre". Casos desta natureza são inúmeros, dizendo respeito tanto a imigrantes portugueses como a outros de outras culturas. É que não basta tão-só exprimir-se para que o médico possa detectar a doença ou qualquer outro mal similar que se identifique com ela, mas sobretudo a significação que cada cultura imigrante lhe confere (Leandro *et al.*, 2002). Certamente que mesmo uma doença do foro oncológico, quando as pessoas se questionam em termos nosológicos, pode não ser apreendida da mesma maneira, tratando-se de um português com nível de escolarização elevado, citadino e outro muito menos escolarizado e aldeão, eventualmente originário de uma aldeia recôndita. O mesmo poder-se-ia pensar se tivermos em mente casos diferenciados como brasileiros,

ucranianos, sãotomenses ou outros africanos, para quem, amiúde, uma doença desta natureza pode estar associada ao 'mal de inveja' ou a uma 'macumba'. Tal como me foi narrado, acontece que, em certas situações, em vez de seguir as orientações médicas, alguns doentes vão à terra natal à procura de remédio para os seus males junto do curandeiro-feiticeiro.[3]

Deste modo, podemos dizer que se a relação com o outro supõe sempre uma diferença e merece que se tenha em conta as suas pertenças sociais e culturais, inclusive no domínio da saúde e da doença, ela atinge ainda um outro significado no caso da imigração. Cada um constrói, recompõe a sua identidade e a sua relação com a alteridade, criando uma determinada distância, a *priori* irredutível, entre si e os outros. Assim, para o estrangeiro e ainda mais para o imigrante económico, a diferença parece tanto mais natural quando ela se manifesta, muitas vezes, na aparência física, na indumentária, nas práticas linguísticas, culinárias, religiosas e nas condutas corporais. Perante situações desta natureza, manifesta-se, por um lado, uma familiaridade paulatinamente adquirida com esta condição inicial de estrangeiro e, por outro, um trabalho reflexivo, frequentemente baseado numa análise de cariz político, que vai permitir ultrapassar o absoluto da diferença para construir uma dialéctica da alteridade e do universal, isto é, para pensar o *Outro* como diferente de si e, contudo, igual a si próprio.

Põe-se aqui a tensão entre a unidade do homem e a pluralidade das culturas. Questões desta natureza põem-se com acuidade aos actores do sector socio-sanitário, logo que são confrontados com doentes imigrantes. Na verdade, cada sociedade e cada cultura, ao mesmo tempo que forjam vários tipos de doença, conferem a cada uma interpretações distintas. Ora, se isto acontece no interior de uma cultura, tanto mais se fará sentir, logo e sempre que o imigrante é confrontado com sistemas de valores diferentes dos seus, inclusive no atinente à saúde e à doença. Por exemplo, se a tuberculose pulmonar ou a úlcera gástrica são, em princípio, as mesmas entre o autóctone e o imigrante, na prática a maneira de as expressar, as manifestações clínicas e a sua incidência sobre as estatísticas podem variar enormemente. Esta diferença de sintomas patológicos, sendo mais acentuada entre autóctones e estrangeiros, não tem apenas a ver com esta distinção. Por vezes acontece no interior da mesma sociedade entre grupos de diferentes condições sociais. Contudo, há, em certas circunstâncias, uma tendência para *racializar* a diferença, mesmo tratando-se da saúde e da doença.

Por outro lado, nem tudo pode ser explicado pelo culturalismo como um raciocínio do senso comum, embora este se distinga da conhecida teoria norte-americana

[3] Caso verídico que nos foi relatado pelo Director do Centro de Saúde da Amadora, relativo a uma doente de origem sãotomense, sofrendo de doença oncológica. Sendo seguida no Hospital de Oncologia de Lisboa, não compareceu no dia e hora em que estava marcada a intervenção cirúrgica nesse hospital. Veio, depois, a saber-se que tinha ido à sua terra natal à procura de outros actores e meios de cura para a doença que a atingia, uma vez que, segundo a sua percepção e dos familiares, se tratava apenas de uma questão de "mal de inveja". Logo, não era uma questão que requeria a intervenção da medicina científica mas sim de outros actores de saúde, inscrevendo-se no domínio da magia e das práticas tradicionais de intervenção na cura dos males que atingem o corpo e a alma, mesmo quando se está longe da terra natal e de certas subculturas correlacionadas com a interpretação acerca da saúde e da doença. Sobre o "mal de inveja" – um tema tratado sobretudo por antropólogos e sociólogos rurais – cf. em Portugal, Silva (2002).

desenvolvida pela escola "Cultura e personalidade" nos anos trinta do século passado, através da qual a diferença é interpretada em termos culturais. Assim, se explicam, por exemplo, as dificuldades encontradas para implementar um programa de educação sanitária, quando se trata de certas patologias crónicas de importação, necessitando da adopção de comportamentos mais ou menos constrangedores, esquecendo que, em muitas casos, nos países de imigração elas ainda se agravam devido às condições de trabalho, jurídicas, sociais, habitacionais, linguísticas, culturais, religiosas, isolamento ou gueto ou outras que afectam a vida quotidiana dos imigrantes e, na maioria dos casos, das suas famílias.

Por sua vez o culturalismo, não perfilhando aquela óptica, também ilude certas explicações alternativas das práticas dos imigrantes sobretudo as condições materiais, os estatutos jurídicos, ou seja, os constrangimentos da existência são ignorados em favor dos dados culturais. Ora viver permanentemente à procura de recursos económicos, não estar legalizado, viver numa habitação insalubre e, ainda por cima, viver como que às escondidas, sofrer quotidianamente de discriminações, ser-se obrigada(o) a recorrer à prostituição para fazer face às suas necessidades económicas de sobrevivência, em consequência das desigualdades sociais nacionais e internacionais de que se é vítima, constituem uma série de elementos que, com frequência, dão conta dos comportamentos em matéria de saúde e de cuidados, muito melhor do que qualquer essencialização da diferença.

5. Os imigrantes perante as desigualdades profissionais e sanitárias

No que se refere à imigração, o que podemos constatar é que, por vezes, aqui e ali surgem movimentos xenófobos ou mesmo racistas que consideram os imigrantes como invasores vindo ocupar postos de trabalho que pertencem aos nacionais. Mas a verdade é que, na maioria das vezes, estes últimos se recusam a fazer certos tipos de trabalho mais duros e sujos. Outros, empregando-os ilegalmente, negam-lhe um contrato de trabalho, fazendo deles os 'escravos' dos tempos modernos e utilizando-os como matéria marginal a consumir, isto é, rompem facilmente com o contrato que têm com eles, logo que não precisem mais do seu trabalho. Assim, trata-se de gente desigual e sem direitos, quando se têm em conta a segurança no emprego, o acesso a regalias sociais idênticas às dos autóctones, entre as quais o acesso aos serviços e cuidados de saúde. Deste modo, são amiúde objecto de exploração e de injustiças que tendem a agudizar-se sobretudo para os grupos mais desqualificados no campo da hierarquia da valorização dos imigrantes e com mais insistência ainda para os ilegais, vendo-se obrigados a viver na clandestinidade. Por isso, são muitas vezes entregues à sua sorte e relegados para as franjas da sociedade, à semelhança de outros excluídos da sociedade para onde vieram, pensando encontrar aí os meios para acederem a uma vida melhor para si e para os seus presentes ou ausentes na terra natal (Sayad, 1977).

A verdade é que todo este conjunto de condições vai exercer efeitos sobre a sua saúde, condição indispensável para poderem trabalhar e serem rentáveis. As autoridades sujeitam, em certas circunstâncias, épocas e países, os e/imigrantes a uma bateria de exames médicos para ser avaliado o barómetro da sua saúde. Por um lado, para se

certificarem se estão aptos para poderem trabalhar e, por outro, para não virem a ser portadores de doenças infecto-contagiosas que possam representar uma ameaça para a saúde dos residentes. Aliás, esta questão é duma actualidade extrema, tendo em conta o receio colectivo que se tem gerado em torno de doenças desta natureza. Quando nos anos oitenta aparecem os primeiros casos de sida nos Estados Unidos, manifestou-se logo uma tendência para fazer dos imigrantes do Haiti os bodes expiatórios da importação desta doença, algo desconhecida, misteriosa e altamente perigosa porque contagiosa e mortífera (Nossa, 2002). Na Europa adoptou-se, por vezes, um comportamento idêntico, mas desta vez perante os imigrantes vindos de África, considerados como outros possíveis contaminadores. Desta maneira, desde o início da epidemia, a realidade social da sida, com as muitas controvérsias que começou por alimentar sobretudo em termos de sentimentos xenófobos, tendia a associar a sida à imigração (Dozon e Fassin, 1989), o que veio sendo desmentido pelos trabalhos científicos realizados sobre esta doença de carácter infecto-contagioso. Actualmente, em virtude do aparecimento dalgumas doenças mortíferas (pneumonia atípica, gripe das aves) – cujo desenvolvimento poderá desembocar numa epidemia – as quais vêm atingindo alguns países asiáticos e podem ocasionar o risco de uma disseminação mais alargada, verifica-se um controlo apertado nos aeroportos junto dos passageiros, simples turistas ou migrantes. Ou seja, trata-se de prevenir de modo a que os chegados não venham a ser portadores de alguma doença infecto-contagiosa que, porventura, tenham contraído no seu país ou no contacto com outros povos, podendo vir a tornar-se em veículos de transmissão para outros para onde regressam ou querem vir viver. De qualquer modo, desde tempos recuados que não são só os homens e as mulheres que e/imigram. Com eles, frequentemente, e/imigram também as doenças (Herzlich e Pierret, 1984; Leandro *et al.*, 2002).

6. Conclusão: os imigrantes sujeitos a uma saúde precária

Antes de mais, importa frisar que a saúde dos estrangeiros e/ou imigrantes, a *fortiori* a saúde das pessoas de origem estrangeira e/ou imigrante constitui, em Portugal, uma realidade mal conhecida e pouco estudada. Os dados produzidos sobre a saúde e, muito particularmente, sobre estas populações são de muito difícil acesso e, por isso e também devido a algum desinteresse dos investigadores sociais ou outros nestas matérias, são objecto de pouca exploração e difusão.

Este dispositivo da produção e análise de conhecimentos sobre estes grupos diferem claramente de outros países onde, ao contrário, sob diversas formas, as questões de identificação da condição social e sanitária dos imigrantes e suas famílias não só são tidas em conta nos registos oficiais, como se apresentam disponíveis para que os epidemiologistas, demógrafos, sociólogos que trabalham no domínio da saúde possam desenvolver as suas investigações. Podemos citar, por exemplo, o caso da Inglaterra, dos Estados Unidos que estudam particularmente as populações negras, hoje designadas de afro-americanas, latino-americanas e asiáticas. Todos estes estudos põem em relevo as disparidades de que são vítimas certas categorias da população residente em

matéria de saúde e contribuem para a compreensão dos específicos mecanismos de precariedade, os quais as tornam mais vulneráveis.

Nalguns países que adoptam políticas contrárias a estas, alguns argumentos parecem sensíveis, isto é, agindo desta maneira procura-se evitar o risco do surgimento de um discurso xenófobo sobre o "perigo" que representariam estas populações (caso da tuberculose, da sida ou de outras doenças infecto-contagiosas para as quais alguns grupos estrangeiros e imigrantes representam taxas de maior incidência e sobre o custo que daí pode advir em termos de cuidados, ainda que nalguns países onde estes estudos estão mais avançados, as estatísticas mostrem que estes grupos têm um consumo médico inferior aos demais (Sayad, 1991). A identificação dos problemas de saúde que lhe podem ser específicos poderia, assim, tornar-se em objecto de estigmatização destas categorias populacionais.

Há ainda um argumento científico. Distinguir duas populações: autóctones e imigrantes e/ou estrangeiros poderia fazer supor que uma destas populações era "naturalmente" mais propensa à doença do que a outra, o que não é de maneira nenhuma o caso. O que acontece é que, normalmente, as condições sociais de existência de uma e outra população, desde a origem, sendo bastante diferenciadas, exigem que se tenha em conta um conjunto de variáveis intermédias que fazem com que a população que vive em condições de maior vulnerabilidade de toda a ordem seja, então, mais exposta à aquisição de uma maior variedade de patologias. No entanto, importa frisar que não se trata de nenhuma *tara* de cariz biológico, mas antes de uma *tara* que tem a ver com a organização social que nem sempre dá a estas populações as mesmas oportunidades em condições de igualdade com as demais. Por outro lado, importa ter também em conta a forma como as ideologias anti-imigração se podem aproveitar destas situações para fazerem dos imigrantes os bodes expiatórios de alguns males que ameaçam as sociedades em que vivem, sendo que alguns são bem anteriores à sua chegada.

Em síntese, falar de precariedade em matéria de saúde é, antes de mais, falar da produção das desigualdades e dos processos de fragilização em geral, uma vez que as condições de saúde dos estrangeiros e/ou imigrantes são o resultado destes fenómenos. Neste sentido os imigrantes partilham com outros portugueses o "lote comum" da precariedade, embora nalgumas situações sejam ainda mais atingidos e, em consequência do seu estatuto, vivam situações que lhes são particularmente específicas.

Por um lado, as dificuldades económicas que se vivem hoje em Portugal e que se fazem sentir particularmente ao nível do mercado de trabalho, proporcionalmente, atingem ainda mais os imigrantes tal como os dados publicados na imprensa nos têm vindo a revelar (*Diário de Notícias* de 25-10-2005). A isto junta-se ainda um efeito de estrutura, uma vez que os empregos mais desvalorizados, mais duros, mais mal pagos e mais penosos, ou seja, os menos qualificados são os mais reservados aos imigrantes. A isto adiciona-se ainda a precarização do emprego, os contratos a prazo, o trabalho ilegal, a subcontratação, por vezes a falta de cobertura social e dos riscos inerentes ao trabalho que desempenham, enfim, a insegurança que pode pairar todos os dias sobre a situação e provavelmente da sua família.

Na mesma óptica podemos falar das suas condições habitacionais que são muitas vezes insalubres ou, devido à restrita dimensão do espaço, vivem em situações superlotadas, visando a poupança ou não dispondo de meios suficientes para aceder a uma habitação condigna. Assim, repete-se hoje em Portugal, em alguns casos, o que já se passou com muitos portugueses em França nos bairros de lata de Champigny, St. Denis e outros na região parisiense, onde era frequente a prática do mercado do sono, isto é, uma cama no decorrer das 24 horas acolhia sucessivamente três pessoas, segundo os horários de trabalho de cada um, não chegando sequer a ter tempo de arrefecer e arejar, o que tantos prejuízos pode trazer para a saúde dos seus utilizadores. A tudo isto acresce também a precariedade da situação jurídica que abrange muitos imigrantes, as práticas de discriminação social e tantos outros aspectos passíveis de ser aflorados.

Ao terminar, podemos dizer que toda esta panóplia de condições vai exercer efeitos determinantes sobre a saúde dos imigrantes e favorece uma maior predisposição para a doença, o que é negar a condição do próprio imigrante que deve ter um corpo são capaz de trabalhar, ser rentável para o patrão, possibilitando-lhe também, deste modo, a realização das suas aspirações em prol de uma vida melhor e para os seus familiares que o acompanham nesta odisseia ou esperam na terra natal pelo envio das tão almejadas remessas, permitindo-lhe modificar as suas condições de existência.

Do que acabámos de dizer sobre as determinantes da saúde dos estrangeiros e/ou imigrantes, apercebemo-nos quanto os modelos que até um passado recente serviam para classificar a saúde dos estrangeiros e/ou imigrantes – significativamente designados como "saúde dos imigrantes" e repartida em "patologia da importação", "patologia da aquisição" e "patologia da adaptação", dificilmente dão conta da realidade sanitária migratória. Hoje, esta análise terá de ter em consideração as lógicas universais dos problemas com que são confrontados e as suas especificidades, designadamente socioeconómicas, culturais, sociojurídicas e sociopolíticas da sua situação. Só nestas condições será possível realizar estudos que nos revelem a verdadeira realidade das desigualdades sociais dos estrangeiros e/ou imigrantes perante a saúde e a doença.

Referências bibliográficas

BRUCKER, Guy e FASSIN, Didier (1989), *Santé publique*, Paris: Ellipses.

COULON, Alain (1992), *L'École de Chicago*, Paris: PUF.

DOZON, Jean-Pierre, FASSIM, Didier (19899, "Raisons épidémiologiques et raisons d'État. Les enjeux socio-politiques du sida en Afrique", *Sciences sociales et Santé*, 7, pp. 21-36.

DURKHEIM, Emile [(1978 (1893)], *La division du travail social*, Paris: PUF.

FASSIN, Didier (1999b), "Des inégalités sans droit de cité", *Mouvements*, 4, pp.49-57.

GENTILINI, Michel e DUFLO, Bruno (1986), *Médecine tropicale*, Paris: Flammarion.

HERZLICH, Claudine e PIERRET, Janine (1984-1991), *Maladies d'hier, malades d'aujourd'hui*, Paris: Payot.

LEANDRO, Maria Engrácia (1995), *Au delà des apparences. L'insertion sociale des Portugais dans l'agglomération parisienne*, Paris: L'Harmattan.

LEANDRO, Maria Engrácia (2002ª), "Recomposição identitária e cidadania activa. Novos olhares sobre a situação dos portugueses na região de Nurnberg", *Humanística e Teologia*, 23, pp. 287-346.

LEANDRO, Maria Engrácia *et al.* (2002), "Os males do corpo em terra estrangeira", *in* M. E. Leandro, M. Araújo e M. S. Costa (orgs), *Saúde. As teias da discriminação social*, Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, pp. 181- 210.

LEVY, Alex. (1994), *Santé publique*, Paris: Masson.

MASSÉ, Raymond (2003), *Éthique et santé publique. Enjeux, valeurs et normativité*, Canadá: Université Laval.

NOSSA, Paulo Nuno (2002), *Geografia da saúde. O caso da sida*, Oeiras: Celta.

NOSSA, Paulo Nuno (2005), *Abordagem geográfica da oferta e consumo de cuidados de saúde – O caso do VIH/SIDA*, Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.

RIBEIRO, Manuela, SILVA, M.C. RIBEIRO, F. B., SACRAMENTO, O. (2005), *Prostituição abrigada em clubes (Zonas fronteiriças do Minho e Trás-Os-Montes) práticas, riscos e saúde*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1755-1973), *Du contrat social*, Paris: Union Générale des Éditions.

SAYAD, Abdelmalek (1977), "Les trois ages de l'émigration algérienne en France", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 15, pp. 59-79.

SAYAD, Abdelmalek (1991), *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité*, Bruxelles: Éditions Universitaires de Boeck Université.

SAYAD, Abdelmalek (1999), *La double absense. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*, Paris: Seuil.

SILVA, Manuel Carlos (2002), "Conflitos interfamiliares e «mal de inveja»" *in Análise Social*, vol. XXXVII (162): 209-241.

TOCQUEVILLE, Alex (1850-1980), *La Democratie en Amérique*, Paris: Payot.

THOMAS, I. William e ZNANIECKI, Floran [1996 (1918-1926)], *The Polish Peasant in Europe and America*, Chicago: University of Illinois Press.

THOMAS, Louis-Vincent (1988), *La mort*, Paris: PUF.

THOMAS, Louis-Vincent (1991), *La mort en question. Traces de mort, mort des traces*, Paris: L'Harmattan.

Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais*

Elísio Estanque**

Resumo

O presente texto constitui uma síntese produzida a partir de estudos anteriores em torno das classes e desigualdades sociais em Portugal. Situando o problema no actual contexto de globalização da economia e das alterações que vêm ocorrendo no mundo laboral, discutem-se alguns dos impactos destes processos na sociedade portuguesa e o modo como se vêm desenhando novas linhas de segmentação e recomposição das classes. Pretende-se, por um lado, mostrar como as mudanças globais em curso promovem novos segmentos e polarizações de classe (inclusive o que é designado de *sobreclasses* e *subclasses*) ao mesmo tempo que induzem novas dinâmicas e divisões no seio da chamada classe média. Por outro lado, questiona-se o efeito destas tendências de mudança e de precariedade laboral no plano das práticas e atitudes subjectivas, mostrando o carácter ambíguo das orientações dos portugueses neste domínio, oscilando entre sentimentos de aceitação e de ressentimento. Discutem-se ainda quais as condições e mecanismos – sociais e institucionais – que poderão reverter tais sentimentos em novas formas de conflitualidade ou inverter a situação através de novos modos de regulação que reequilibrem o binómio Estado/mercado em favor do reforço da coesão social.

1. Introdução

Como sabemos, a temática das classes sociais tem vindo progressivamente a perder centralidade na análise sociológica. O presente texto assume-se como um ensaio que pretende recuperar alguma reflexão a partir do património teórico da análise de classes, embora evitando reeditar as velhas discussões marxistas relacionadas com o conceito de classe ou confrontar diferentes modelos abstractos acerca da sua actualidade ou não. Antes, parto do pressuposto de que a classe deixou de ser o único, ou o principal, determinante da acção colectiva (Pakulsky e Waters, 1996), embora

* Este artigo recupera parte substancial de um outro texto publicado pelo autor na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 71 sob o título "Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo".

** Professor Auxiliar e Investigador, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

permaneça um factor decisivo de estruturação das desigualdades, ou seja, a classe continua a contar (Wright, 1997). A realidade social tem vindo a tornar-se cada vez mais complexa e as novas clivagens criadas em torno de fenómenos como as identidades comunitárias, a exclusão, os movimentos sociais, assim como a diferença sexual, étnica, racial, religiosa, entre outras, assumem-se hoje como campos de dinamização da identidade e da acção colectiva que concorrem com a classe, apesar de geralmente se articularem com ela.

Na linha de trabalhos anteriores sobre este tema (Estanque, 2000, 2003 e 2004), procuro aqui recuperar duas ideias centrais: a primeira é a de que a dimensão socioeconómica e a esfera produtiva continuam a ser elementos centrais da análise social, quer porque são um factor decisivo de preservação da coesão das sociedades, quer porque permanecem o principal eixo de organização das desigualdades e das oportunidades dos indivíduos; a segunda é a de que as desigualdades não só continuam a ter no factor económico a sua pedra de toque incontornável, como assentam em estruturas e mecanismos relacionais – fundados em relações de interdependência, mecanismos de exploração e discrepâncias de poder – tendentes a assegurar privilégios e a reproduzir múltiplas formas de opressão e exclusão social.

Como resultado das actuais tendências de globalização económica e de fragmentação dos sistemas de trabalho, podemos hoje invocar novas linhas de recomposição social com forte impacto na reestruturação das classes. Pode dizer-se que esta recomposição tem implicações que incidem simultaneamente em todos os níveis da pirâmide social, ou seja, vai das novas elites profissionais, empresariais e institucionais às camadas mais excluídas e proletarizadas, passando pelos segmentos intermédios das chamadas "novas classes médias". Vale a pena situar alguns dos principais contornos destas tendências de transformação das estruturas de classe.

2. Subclasses e sobreclasses: dinâmicas transnacionais e de fragmentação

Em primeiro lugar, assistimos ao extraordinário aumento das situações de "atipicidade" laboral, em larga medida resultantes da *globalização* económica, tais como o trabalho precário, a desregulamentação dos direitos laborais, o tráfico clandestino de mão-de-obra (migrações ilegais), o trabalho infantil, a pobreza, o desemprego e o subemprego, etc. (Ferreira, 2003),[1] os quais se situam na estreita interdependência entre trabalho/ desemprego/ família/comunidades, induzindo lógicas de *localização* não só sobre os sectores mais dependentes e explorados da força de trabalho, mas sobre todo um leque de categorias sociais onde prolifera a pobreza, a exclusão e a opressão – ou seja, aqueles que sofrem os efeitos dos *globalismos localizados,* segundo a formulação de Santos (1995:263). São grupos sociais deste tipo que podem conceber-se como integrando as *subclasses locais*. São subclasses, porque, à luz dos indicadores convencionais, não possuem uma posição de classe bem definida, isto é, estão fora ou

[1] A propósito da desregulamentação e precariedade das relações laborais, veja-se ainda Ruysseveldt e Visser (1996), Beck (2000), Hyman (2002).

"abaixo" da classe trabalhadora tradicional. O caso dos trabalhadores migrantes, por exemplo, ilustra bem o efeito perverso da globalização neoliberal e o modo como esta promove novos efeitos "localistas". Para além das bolsas de pobreza e marginalização que as migrações ilegais ajudam a consolidar, estes sectores da força de trabalho transnacional, pode dizer-se, não se globalizaram, antes foram "deslocalizados", ficando, regra geral, mais fixos e territorialmente circunscritos, por vezes remetidos para uma condição de total dependência e objecto de todo o tipo de pressões.

Em segundo lugar, no topo da pirâmide social assistimos aos constantes fluxos de directores das grandes multinacionais, gestores de topo, funcionários das instituições do Estado, quadros altamente qualificados, dirigentes políticos, cientistas de renome, entre outros, que constituem uma nova elite socioprofissional e institucional que monopoliza conhecimentos, competências, informação, redes sociais, movendo-se a uma escala planetária. Eles acompanham e beneficiam da evolução tecnológica como ninguém, viajam em classe executiva e, no mesmo dia, mudam de continente e tomam refeições nos melhores restaurantes e hotéis, separados por milhares de quilómetros. Apesar da sua diversidade, estes sectores têm em comum privilégios de poder e riqueza e podem, por assim dizer, ser situados "acima" da estrutura de classes no sentido tradicional, formando, portanto, uma *sobreclasse global*,[2] visto que se posicionam acima da velha classe dominante de base nacional.

Estes fenómenos acompanham a recomposição das estruturas sociais e exprimem a multiplicação das desigualdades através da ampliação das distâncias – sociais e espaciais – com a passagem da escala nacional para a transnacional. É claro, porém, que este aumento das desigualdades não significa apenas uma mudança de escalas. Significa sobretudo um fantástico acentuar dos níveis de complexidade, dada a emergência de novos factores de instabilidade e novos processos de fragmentação e reconversão das diferentes posições de classe que fazem parte da mudança estrutural do mercado de emprego, do sistema de ensino, das instituições do Estado e da sociedade no seu conjunto. Ou seja, as mudanças sociais em curso no contexto da globalização traduzem-se numa crescente ampliação e intensificação dos processos de estruturação das desigualdades e das classes sociais, tendências estas cujo impacto na estrutura social de cada país vai juntar-se – e tornar ainda mais complexos – os fenómenos de transformação social, alías já em marcha pelo menos desde a segunda metade do século XX, sobretudo nos países industrializados do Ocidente.

No que respeita à estrutura das classes do nosso país, as transformações sociais e laborais ao longo das últimas três décadas têm promovido todo um conjunto de alterações muito significativas que acrescentam novas dificuldades ao movimento sindical e põem em causa a centralidade da classe como motor da acção colectiva. Muitos destes fenómenos são já antigos nas sociedades mais avançadas da Europa, mas só se fizeram sentir em Portugal nas últimas três décadas: (*i*) novas divisões internas no

[2] Alguns autores como Leslie Sklair analisam a importância crescente da *Classe Capitalista Transnacional* (Sklair, 2001). Esta conceptualização foi ainda inspirada em autores como P. Evens (1979), Becker e Sklar (1987), Santos (1995: 252-268 e 2001: 31-106), Lash (1999: 19-20).

seio dos assalariados – entre manuais e não manuais, entre tecnocratas e burocratas, entre qualificados e não qualificados –, como resultado da evolução tecnológica na indústria, da profissionalização da gestão, do crescimento do sector público, etc.; (*ii*) aumento dos índices de mobilidade social no quadro da crescente terciarização da sociedade, a qual, por sua vez, se deve ao conjunto de mudanças estruturais, em larga medida induzidas pela integração na Comunidade Europeia, com evidente impacto na estrutura do emprego e nos processos de litoralização e concentração urbana; (*iii*) crescente diferenciação interna da *classe média*[3] assalariada e novas tensões e clivagens no seu seio, com a emergência de novas profissões – justapondo sectores em declínio e sectores emergentes –, criando novas lógicas de fechamento e diferentes estilos de vida; (*iv*) fragilização da acção colectiva no sector industrial, resultante da crescente precariedade, desemprego e subemprego, o que se traduz numa notória redução dos índices de filiação e participação sindical nestes sectores; (*v*) aumento dos níveis de sindicalização em alguns segmentos da classe média, o que se liga ao aumento da institucionalização das estruturas sindicais e do neocorporativismo; (*vi*) novos padrões de formação de classes e crescimento de novas clivagens e polarizações de tipo pós-fordista e pós-industrial, designadamente com o aparecimento de fenómenos de proletarização tanto no sector dos serviços como no sector industrial; (*vii*) emergência de novas modalidades de acção colectiva e novos movimentos de protesto, com significativos impactos nos planos cultural e político (Butler e Savage, 1995; Eder, 1993; Esping-Anderson, 1993; Melucci, 1996; Parkin, 1968; Touraine 1969 e 1981).

Estas tendências de recomposição da estrutura das classes e das modalidades de acção colectiva têm assumido no nosso país alguns contornos particulares, quer no que respeita às novas linhas de fragmentação classistas, quer no plano das atitudes subjectivas.

[3] Esta noção levantou no passado inúmeras polémicas no seio das ciências sociais. Marx deu-lhe pouca importância porque acreditava que se tratava de "classes de transição", preferindo acentuar o que julgou ser a crescente dicotomia da luta de classes, entre a burguesia e um proletariado cada vez mais homogéneo. Por seu lado, Max Weber e os seus seguidores perceberam que, pelo contrário, com o desenvolvimento do capitalismo a classe média iria crescer à medida que aumentava também a heterogeneidade da classe trabalhadora e o fenómeno da mobilidade social. Não pretendo retomar aqui essa discussão, mas vale a pena referir que a "classe média", sobretudo quando se trata de pensar em trabalhadores assalariados, é definida por negação, isto é, principalmente desde meados do século passado, esta categoria passou a ser vista como correspondendo aos diversos sectores da força de trabalho que não fazem parte nem dos *blue collars* (ou colarinhos azuis), como a literatura consagrou a velha classe operária manual, nem, evidentemente, da classe dominante. Assim, em sentido amplo, referimo-nos à classe média quando falamos dos empregados de escritório, dos funcionários, burocratas e tecnocratas dos sectores público e privado, dos professores, profissões técnicas, quadros intermédios e trabalhadores qualificados, etc. Este conjunto tão diverso não constitui nem nunca constituiu uma "classe" no verdadeiro sentido do termo, mas tão-só uma "mancha", algo nebulosa, que se situa algures entre as elites e o povo, ou entre a classe dominante e a classe trabalhadora manual. Também já foi designada como "nova classe operária" (Mallet e Gorz), "nova classe" (Gouldner), "nova pequena burguesia" (Poulantzas), "lugares contraditórios nas relações de classe" (Wright). Muitos consideram que estes sectores são sobretudo portadores de valores individualistas e, por vezes, funcionam como uma espécie de "zona tampão" ou ainda uma "classe de serviço" (Goldthorpe) que contribui para amortecer os conflitos estruturais e a luta de classes, prestando assim um serviço à classe dominante ao contribuir para a reprodução do sistema. Veja-se, entre outros, Dahrendorf (1982), Giddens (1975), Goldthorpe (1969, 1995), Wright (1983), Erikson e Goldthorpe (1992) e Estanque (2003).

Nos estudos realizados no Centro de Estudos Sociais sobre as classes sociais na sociedade portuguesa (Estanque e Mendes, 1998) e sobre o que designei como o *efeito classe média* (Estanque, 2003) foi possível mostrar com evidência empírica alguns desses contornos. Por exemplo, a categoria de classe dos "proletários"[4] possuía, em meados da década de noventa, um peso percentual de 46,5% da população activa empregada, sendo que, destes, cerca de 24% trabalhavam no sector público. Ora, isto significa, desde logo, que uma parte importante dos assalariados dos serviços – que em geral são considerados como integrando a classe média assalariada – se posicionam aqui num segmento bastante despojado de recursos, a comprovar que a terciarização não significa um simples "engrossar" da classe média, significando, em vez disso, um reforço destas camadas proletarizadas, que parecem estar em crescimento também no terciário.

Na verdade, estas pesquisas comprovaram o escasso peso percentual dos assalariados das categorias intermédias no conjunto da população activa portuguesa. Por exemplo, os quadros superiores e as chefias, qualificados e semi-qualificados não ultrapassavam os 5,6% da população e os restantes segmentos intermédios (com poucas qualificações e sem autoridade, por vezes designados por "lugares contraditórios de classe") somavam apenas 11,5%, o que significa uma percentagem global de cerca de 17% dos activos empregados (exceptuando os trabalhadores por conta própria).[5] Refira-se ainda que o grosso destas posições "contraditórias" (ou de classe média) se empregava no sector estatal da economia. É certo que os resultados obtidos alguns anos depois com base nos inquéritos do ISSP (*International Social Survey Programme*), a partir de critérios idênticos, revelaram um relativo crescimento das categorias intermédias com mais qualificações e uma redução da categoria proletária.[6] Porém, tanto os quadros intermédios com posições de autoridade, como por exemplo, os supervisores continuavam a ter um peso muito inferior ao dos outros países usados como termo de comparação.[7]

[4] Que inclui não apenas o operariado industrial desqualificado, mas o conjunto de segmentos da força de trabalho mais precarizada, isto é, sem recursos de autoridade nem qualificações significativas. Note-se que os critérios estruturais utilizados nestes estudos, baseados no modelo de análise neomarxista de Erik Olin Wright, não seguiram as tipologias tradicionais das teorias da estratificação social, mas sim uma tipologia baseada na combinação de: recursos de *propriedade;* recursos educacionais e *qualificações;* e *recursos organizacionais* ou de autoridade. Veja-se, a este respeito, Wright (1985), Estanque e Mendes (1998: 66-72) e Silva (2003).

[5] Se incluíssemos estes, teríamos, no primeiro estudo (Estanque e Mendes, 1998), um total de 27,3% da população activa empregada, e se lhes somássemos, por fim, os independentes do sector agrícola (12,4%) teríamos, ao todo, 39,7% para o conjunto das posições de classe que, em sentido lato, poderiam ser incluídas na chamada classe média. Isto seria de facto um exagero, sobretudo se pensarmos que, além dos "independentes" serem muitas vezes dependentes de facto, também o sector agrícola português vive ainda em boa parte em regime de subsistência, e, portanto, encontra-se mais próximo da condição "proletária", ou seja, confunde-se com a classe trabalhadora manual.

[6] Neste segundo estudo, cujo inquérito foi aplicado quatro anos mais tarde, as categorias de classe sofreram ligeiras agregações na tipologia utilizada, mas mesmo assim pode dizer-se que a soma das categorias intermédias dos assalariados correspondeu a cerca de 24% da população activa (isto excluindo também os independentes e os trabalhadores semiqualificados) (Estanque, 2003: 82).

[7] O *International Social Survey Programme* (ISSP) refere-se aqui a dados de 1999 e integrou o projecto sobre Atitudes Sociais dos Portugueses, conduzido pelo ICS e publicado por M. Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire (orgs.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça*. Lisboa: ICS. Os países comparados no meu estudo (Estanque, 2003) foram neste caso a Suécia, o Canadá e a República Checa. Por outro lado, no estudo antes mencionado (Estanque e Mendes, 1998), os dados foram recolhidos em 1995 e os países aí comparados foram a Suécia, os EUA e a Espanha.

3. A acção estatal e a segmentação de classes

As classes médias assalariadas e o seu maior ou menor peso relativo na estrutura socioprofissional constituem, sem dúvida, um indicador precioso para medir o nível de modernização ou de desenvolvimento tecnológico de cada sociedade. Como é sabido, as políticas estatais e governativas têm um alcance muito relevante nesse domínio. Os efeitos da acção do Estado para promover a estruturação da actividade produtiva podem ser directos ou indirectos e ocorrer através de uma diversidade de canais. Basta lembrar que todo o aparelho legislativo e de enquadramento institucional que o Estado leva a cabo produz e reproduz múltiplas interdependências entre a acção estatal e a vida económica mais geral, seja nas economias mais estatizadas, seja nas mais liberais, como diversos autores já mostraram. O Estado e o mercado constituem desde sempre instâncias de eleição, enquanto factores de racionalidade dos sistemas sociais e, por isso, as principais estruturas das sociedades sofrem permanentemente a influência, directa ou indirecta, desses dois pilares fundamentais da regulação social. A capacidade de cada um deles em tais processos oscila evidentemente perante diferentes condições históricas e, como sabemos, as tendências de globalização das últimas décadas têm reforçado drasticamente o papel do mercado, restringindo ao mesmo tempo o papel do Estado, mas é a este, em primeiro lugar, que compete inverter essa tendência através da sua função reguladora (Jessop, 1990; Offe, 1984 e 1985; Santos, 1990 e 1994).

O peso do Estado na estruturação da "classe média" portuguesa tem sido acompanhado de processos sociais profundos de recomposição e mudança estrutural do mercado de emprego, processos esses que vêm redesenhando novas linhas de clivagem e segmentação da classe trabalhadora no seu conjunto e, em particular, entre fracções distintas da classe média. Pode mesmo dizer-se que se assiste a uma disputa pela monopolização e redefinição das posições de *status* entre essas diferentes fracções, com ganhos e perdas de umas em relação às outras. Na verdade, questões correlatas desta discussão como a mobilidade social e a meritocracia são hoje em dia muito problemáticas, pois os mecanismos de fechamento são extremamente poderosos, conseguindo geralmente sobrepor-se ao critério do "mérito". E mesmo aqueles (poucos) que chegam às elites pelo seu talento "fecham as portas atrás de si logo que tenham alcançado o seu *status*. Os que lá chegaram por 'mérito' passam a querer ter tudo o resto – não apenas poder e dinheiro, mas também a oportunidade de decidir quem entra e quem fica de fora" (Dahrendorf, 2005).

Nos últimos anos ampliou-se imenso o volume de trabalhadores qualificados que trabalham em regime de recibos verdes, com toda a panóplia de situações de abuso de poder e de intensificação da pressão produtivista, fenómenos que atingem hoje diversos sectores da força de trabalho, incluindo a classe média, seja nos serviços públicos, seja no terciário em geral, acentuando as relações de dependência, a precariedade e a proletarização de facto. Deste modo, a chamada "classe média" não só apresenta contornos dúbios e nunca foi efectivamente muito ampla no nosso país, como parece na realidade ter igualmente entrado em quebra. Ou seja, o reforço da classe média é-o mais na aparência do que na realidade, sobretudo se atendermos a que uma parte significativa dos funcionários e empregados do sector terciário (estatal ou não) se

aproxima da categoria proletária, muito embora no plano subjectivo se veja a si própria como inserida na classe média. O estudo atrás referido revelou que, em Portugal, cerca de 37% dos "proletários" se auto-identificam como membros da "classe média" (agregando as subcategorias média-baixa, média e média-alta) e o mesmo acontece com 52% dos empregadores (Estanque, 2003: 100).

Por outro lado, as transformações em curso no mundo laboral e na economia global estão a ter efeitos drásticos sobre os sectores menos qualificados da classe trabalhadora, com especial incidência no operariado industrial. No actual cenário de contracção e crise económica, as orientações neoliberais que têm prevalecido no contexto mundial e europeu, com a intensificação da concorrência dos países asiáticos e os processos de deslocalização de empresas, de privatização e reestruturação nos mais variados domínios, têm evidentes repercussões tanto na oferta de emprego como no tipo de vínculo laboral, o que incide directamente no maior ou menor grau de segurança, estabilidade ou precariedade das classes trabalhadoras. Estes processos traduzem-se em movimentos de ampliação e contracção de diferentes categorias da força de trabalho, actuando como factores de risco e instabilidade entre variados sectores profissionais, funcionários administrativos, técnicos e especialistas de diversos tipos. Daí resulta um constante reposicionamento entre segmentos e em particular nos que ocupam o espaço social da classe média assalariada, fazendo com que uns entrem em declínio e percam estatuto, proletarizando-se, e outros ganhem ascendência e reforcem a sua posição na luta pela consolidação ou usurpação de *status* compatíveis com estilos de vida desejáveis.

Porém, se estes traços se fazem notar sobretudo nos sectores de emprego mais estável, é sabido que a situação no mercado de trabalho tem vindo nos últimos anos a dar lugar a um aumento da debilidade e da impotência colectiva por parte não só dos sectores tradicionais da indústria, mas também, e sobretudo, daqueles que vêm emergindo na sua sombra. Refiro-me às situações de emprego precário, às camadas que apenas acedem ao mercado de trabalho por períodos curtos e sem possibilidade de verem os seus direitos protegidos, aos trabalhadores migrantes não documentados e, enfim, aos fenómenos de pobreza (escondida ou exposta) e de marginalização que vêm proliferando no nosso país, em especial nas comunidades periféricas das nossas metrópoles urbanas.

Os imigrantes não documentados, em particular oriundos do Brasil e dos países do Leste da Europa – sobre os quais não existem dados estatísticos, mas que, segundo diversas estimativas, atingem as dezenas de milhares – estão a tornar-se uma autêntica massa de neo-proletários que alimentam as economias europeias e que engrossam diariamente as subclasses que atrás referi. A situação de carência e particular fragilidade em que se encontram obriga-os a aceitar entrar no jogo da hiper-exploração, tornando-se vítimas da prepotência patronal, aceitando horários duplos com um parco salário que apenas chega para a sobrevivência em condições sub-humanas, vivendo em barracões ou apartamentos degradados e sobrelotados e sujeitando-se a formas sobrepostas de exploração tanto por parte de patrões como de senhorios sem escrúpulos (Téchio, 2005). Estas camadas proletárias crescem não só devido à pressão mercanti-

lista, que perverte as normas mais elementares do direito laboral, como devido a uma ineficiente acção das instâncias inspectivas e, portanto, a uma incapacidade do Estado democrático para pôr em prática a acção reguladora e integradora que lhe cabe.

O acentuar das desigualdades e as tendências de segmentação e reestruturação do mercado de trabalho são reveladoras, não de que a sociedade portuguesa esteja a evoluir paulatinamente de um modelo agro-industrial para uma sociedade de serviços, fundada na inovação tecnológica e nas novas formas de conhecimento e comunicação, mas antes exprimem a enorme complexidade de uma sociedade em *transição problemática,* atravessada por múltiplas contradições e fortes desigualdades sociais, que parece *pressionar para baixo* alguns dos sectores da força de trabalho que, aparentemente, já teriam descolado da velha condição empobrecida em que se encontravam. As velhas clivagens mantêm-se, juntando-se-lhes agora as novas.

Às contradições clássicas entre trabalho manual e emprego no terciário, entre trabalhadores e empresários, entre ricos e pobres, excluídos e incluídos, mulheres e homens, somam-se agora as novas desigualdades da era da globalização, entre qualificados e não-qualificados, info-incluídos e info-excluídos, emprego estável e emprego precário, licenciados e não-licenciados, portugueses e imigrantes, trabalhadores legais e ilegais, maioria e minorias étnicas ou sexuais, etc. Paralelamente, a crise social e económica que temos vivido nos últimos anos, com a deslocalização de empresas, o aumento do desemprego, o aumento da "flexibilidade", a fragmentação do trabalho e a multiplicação dos seus regimes contratuais, o desrespeito pela legislação laboral, entre outros fenómenos, são factores que têm vindo a acentuar a precariedade e a contribuir para gerar novos sectores proletarizados, tanto os associados a velhas profissões do sector industrial como alguns dos que se inserem na chamada classe média (Esping-Andersen, 1993; Estanque, 2003 e 2004).

4. Percepção subjectiva dos conflitos de interesse: ressentimento e aceitação

A situação social e laboral do nosso país tem sido marcada por fenómenos como os que acabei de descrever, o que, em parte, explica a fraca conflitualidade existente e o evidente enfraquecimento da participação organizada nos planos cívico, sindical e político. Pode parecer paradoxal, mas a conhecida tendência para o consentimento por parte dos portugueses não é incompatível com um vincado sentido da existência de conflitos de interesse (refiro-me sobretudo à percepção subjectiva de diversos antagonismos instalados). Alguns estudos recentes sobre as atitudes subjectivas mostraram que os actores sociais na sociedade portuguesa têm um sentido aguçado da presença de interesses conflituais muito significativos entre todas as polarizações consideradas, nomeadamente entre ricos e pobres, entre lavradores/patronos e camponeses destituídos entre classe média e classe trabalhadora ou entre trabalhadores e directores (cf. respectivamente Silva, 1998; Cabral, 1997 e 2003; Estanque, 2000 e 2003).

Se atentarmos na clivagem entre a classe trabalhadora e a classe média, por exemplo, verifica-se que os portugueses a consideram muito importante, já que 63,2% deles assinalaram a existência de conflitos de interesse "fortes" ou "muito fortes" en-

tre aqueles dois segmentos sociais (Estanque, 2003:94). Não só os padrões de vida de cada uma dessas categorias (classe trabalhadora e classe média) são vistos enquanto divergentes, como, além disso, permite-nos concluir que há uma luta simbólica pela demarcação de campos entre ambas. Isto diz-nos alguma coisa acerca do que designei como um *efeito de classe média,* enquanto referente simbólico e social no imaginário dos portugueses. Trata-se de um efeito de "atracção" que exprime o facto de a identificação subjectiva com a "classe média" tender a ampliar-se para lá dos limites (objectivos) dessa camada. Isto pode ajudar-nos a interpretar a percepção dos interesses entre classe trabalhadora e classe média como conflituais. Parece haver no plano subjectivo uma disputa que ocorre em dois sentidos: na perspectiva dos que já se consideram inseridos na classe média e que, desta forma, estariam a mostrar a sua diferença de estatuto; e na perspectiva dos que se identificam com a classe trabalhadora, deixando antever neste caso as dificuldades em alcançarem uma posição de classe média.[8]

O conflito entre directores e trabalhadores é aquele que recolhe maior volume de respostas a assinalá-lo como relevante (87,8%). Isto comprova, antes de mais, a centralidade das relações de trabalho enquanto campo de estruturação das desigualdades, quer em termos objectivos, quer no plano subjectivo. A rápida reestruturação que o tecido produtivo tem vindo a sofrer em Portugal, aliada à presença de experiências marcantes de luta sindical num passado histórico recente, faz com que hoje, apesar da crescente fragilização do sindicalismo, as representações subjectivas denotem fortes clivagens sociais estruturadas em torno das condições de trabalho, não obstante as actuais tendências de precarização inibirem a expressão aberta dos conflitos laborais.

Estas indicações devem ser interpretadas em conjugação com a ideia já clássica que aponta a *distância ao poder* como um dos traços mais evidentes na sociedade portuguesa (Hofstede, 1980). Ou seja, os portugueses tendem a incorporar elevados níveis de tolerância perante as discrepâncias de poder e de *status*. A percepção da existência de antagonismos que atravessam a sociedade não significa, portanto, uma intolerância face aos mesmos, mas talvez a ideia de que existem posições bem delimitadas de oportunidade e de privilégio (simbólicas e materiais). As desigualdades objectivas parecem ampliar-se no plano subjectivo, espelhando níveis significativos de privação relativa entre os portugueses. Porém, isso não se traduz em contestação e em aumento dos conflitos de trabalho, porque tais atitudes são suportadas por mecanismos de consentimento e por forças – em que se combinam poderes despóticos com resignação e aceitação – que impõem uma "paz laboral" fundada no medo e na dependência do trabalhador (Burawoy, 1985 e 2001).

Sabemos como na esfera laboral a elevada margem de tolerância que os subordinados admitem relativamente ao exercício da autoridade por parte dos seus superiores hierárquicos facilita todo o tipo de abusos. Por um lado, quem ocupa posições de destaque e lugares de chefia exige uma dedicação sem limites por parte dos

[8] Uma interpretação que se inspira na concepção de Frank Parkin sobre os conceitos de *estratégias de exclusão* e *estratégias de usurpação* (Parkin, 1979).

subordinados. Por outro lado, os próprios subordinados, ou por falta de alternativas ou porque esperam daí retirar algum retorno, não raro se deixam enredar numa lógica de resignação, alimentada por sentimentos de lealdade incondicionais, amplificando assim os recursos de autoridade dos seus superiores. Donde, quando esses laços de afinidade e dependência se quebram e a parte mais fraca começa a invocar direitos, serem constatadas amiúde reacções violentas, pessoais ou institucionais, mais abertas ou mais subtis, dando lugar aos chamados fenómenos de violência psicológica e de assédio moral no trabalho, quando não de violência física (como testemunham os vários processos judiciais que têm decorrido nos tribunais).

As divisões existentes na sociedade portuguesa e no mundo laboral são, portanto, expressão das barreiras sociais instaladas, mas convém acrescentar que a precariedade é, ao mesmo tempo, uma realidade objectiva e um sentimento subjectivo. Tanto o aumento do desemprego como o peso dos contratos a prazo em Portugal muito têm contribuído para esse sentimento nos últimos anos. A propensão para a resignação por parte do trabalhador acentua-se à medida que interioriza o sentimento de dependência e o receio de perder o emprego, enquanto o ponto de vista patronal confunde deliberadamente precariedade com "flexibilidade". Com efeito, o aumento da flexibilidade significa, na prática concreta das empresas, um reforço das condições de exercício do poder sobre o trabalhador, que o obriga a aceitar tudo – a aceitar sem protesto as ordens da hierarquia, mesmo quando é remetido para tarefas para as quais não se sente preparado ou que agridem as suas qualificações e estatuto. Assim, a precariedade, sendo igualmente uma vivência subjectiva, traduz-se na impotência e no medo. E a incorporação do medo, por sua vez, dá lugar à aceitação ou resignação, isto é, à autonegação da luta pelos direitos.

No actual panorama, e sobretudo sendo a relação salarial tão precária, o trabalhador sabe que pode a qualquer momento ser descartado. Daí o retraimento, os mecanismos subjectivos de fuga, de evasão mental, o medo de retaliações, que, apesar de alimentarem em geral um forte sentimento de contrariedade no trabalho, se traduzem na recusa em participar no activismo sindical ou noutras formas de acção colectiva. Contudo, importa, apesar disso, recordar que estas culturas de ressentimento escondem no quotidiano fabril uma multiplicidade de formas tácitas de resistência e subversão perante os mecanismos disciplinares, sob a forma de jogos de poder quase invisíveis, mas de grande relevância sociológica, conforme mostrei através da observação participante realizada numa fábrica de calçado (Estanque, 2000).

Efectivamente, apesar de contidas sob lógicas subjectivas de elevada tolerância, as relações laborais nestes ambientes podem reverter-se numa conflitualidade desregulada, de consequências imprevisíveis, em particular se as condições de vida se agravarem bruscamente para lá das margens toleráveis de *privação relativa*. Convém entretanto lembrar que as margens de tolerância são menores nos casos em que a intervenção estatal é maior e a relação salarial mais estável. Se, em alguns sectores, o princípio da regulação obedece a fundamentos socioculturais e à não aplicação do quadro legal, pode esperar-se que uma recontratualização das relações laborais assente exclusivamente no princípio do mercado venha a legalizar o dualismo inclusão/

exclusão, induzindo situações de *desregulação de facto* (Ferreira, 2003: 130). Segundo um estudo recente, Portugal é um dos países (ao lado do Brasil)[9] onde estão mais presentes ideias como a de que "é preciso ser corrupto para se ter êxito na vida" (40,7% de concordância), ou a de que "as desigualdades existem porque beneficiam os ricos e poderosos" (80%), ou ainda a de que "as desigualdades continuam porque as pessoas não se unem para lutar contra elas" (69,6%) (Cabral, 2003). Estas indicações evidenciam bem a presença dos sentimentos de impotência e ressentimento associados ao acentuar da precariedade.

Conclusão

Em suma, podemos de tudo isto retirar a ideia de que a classe, embora tenha perdido influência enquanto determinante fundamental da acção colectiva e da luta política, continua a estruturar mecanismos de desigualdade social que, apesar de serem hoje mais instáveis e movediços, produzem, por um lado, novas segmentações que se fazem sentir no seio dos diferentes sectores da força de trabalho que rivalizam entre si pela apropriação de recursos e pelo acesso a posições sólidas de classe média e, por outro lado, promovem novas clivagens entre quem está dentro e quem está fora do mercado de trabalho. E, se esta última divisão estabelece – ou recupera – o velho papel do chamado "exército de reserva" como elemento fragilizador do potencial de rebeldia da classe trabalhadora, a eficácia de uma tal lógica surge ainda reforçada pelo facto de estar a crescer em exponencial um novo sector intermédio, isto é, um sector particularmente débil que se situa ou se move na zona instável entre o emprego e o não-emprego, entre a inclusão precária e a exclusão periódica. Na ausência de um Estado-providência sólido e eficaz, e num contexto de crise profunda da economia e do emprego e das instituições, as subclasses e os sectores em declínio da classe trabalhadora podem vir a avolumar-se ao ponto de despoletar movimentos e protestos estranhos à velha luta revolucionária mas com consequências devastadoras para a coesão social e o regime democrático. Num tal cenário, caberá à consciência crítica e à capacidade de acção e de liderança de movimentos, sindicatos, partidos e associações saberem daí retirar apoio para relançar o conflito político em novos moldes. No cenário oposto, isto é, para que seja possível evitar que a agudização do conflito social conduza ao descontrolo, caberá aos dirigentes e responsáveis políticos e institucionais demonstrar a capacidade suficiente para inverter essa tendência e recuperar a eficácia do Estado na defesa dos mecanismos de diálogo, no estímulo à participação dos cidadãos e sobretudo na execução de reformas e programas orientados para o desenvolvimento, a inclusão e a justiça social.

[9] Os outros países incluídos na análise de M. Villaverde Cabral são o Canadá, a Espanha, a República Checa e a Suécia (Cabral, 2003).

Referências bibliográficas

BECK, Ulrich (2000), *Un Nuevo Mundo Feliz: la precaridad del trabajo en la era de la globalización.* Barcelona: Paidós.

BECKER, David e SKLAR, Richard, (1987) "Why postimperialism?" *in* D. Becker *et al., Post-Imperialism.* Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1-18.

BURAWOY, Michael (1985), *The Politics of Production.* Londres: Verso.

BURAWOY, Michael *et al.* (2001), *Global Ethnography: Forces, Connections, and Imaginations in a Postmodern World.* Berkeley/Londres: University of California Press.

BUTLER, Tim e SAVAGE, Mike (eds.) (1995), *Social Change and the Middle Classes.* Londres: UCL Press.

CABRAL, Manuel Villaverde (2003), "Percepções e avaliações das desigualdades sociais e económicas em perspectiva comparada: Portugal, Brasil e outros países", *in* M.V. Cabral, J. Vala e A. Freire (orgs.) *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça.* Lisboa: ICS, pp. 35-68.

CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal.* Oeiras: Celta.

DAHRENDORF, Ralf (1982) [1959], *As Classes Sociais e os seus Conflitos na Sociedade Industrial.* Brasília: Universidade de Brasília.

DAHRENDORF, Ralf (2005), "Ascensão e queda da meritocracia", artigo de opinião no jornal *Público*, 2/05/2005, p. 7.

EDER, Klaus (1993), *The New Politics of Class — Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies.* Londres: Sage.

ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John (1992), *Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies.* Oxford: Clarendon Press.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies.* Londres: Sage/ISA.

ESTANQUE, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade.* Porto: Afrontamento.

ESTANQUE, Elísio (2003), "O efeito classe média – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI", *in* M. V. Cabral (org.), *Percepções e avaliações das desigualdades e da justiça em Portugal numa perspectiva comparada.* Lisboa: ICS, pp. 69-105.

ESTANQUE, Elísio (2004), "A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global", *in* B.S. Santos (org.), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Colecção *Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos, Vol. 5*. Porto: Afrontamento, 297-334.

ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal – um estudo comparativo.* Porto: Afrontamento.

EVENS, Peter (1979), *Dependent Development: the Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil.* Princeton: Princeton University.

FERREIRA, António Casimiro (2003), *Trabalho Procura Justiça: As formas de resolução dos conflitos de trabalho na sociedade portuguesa.* Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento).

GIDDENS, Anthony (1975), *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas.* Rio de Janeiro: Zahar.

GOLDTHORPE, John (1969), *The Affluent Worker.* Cambridge: Cambridge University Press.

GOLDTHORPE, John (1995), "The service class revisited", in T. Butler e M. Savage (orgs.), *Social Change and the Middle Classes.* Londres: University College London, pp. 313-329.

HOFSTEDE, Geert (1980), *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values.* Londres: Sage.

HYMAN, Richard (2002), "Europeização ou erosão das relações laborais?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62. Coimbra: CES, 7-32.

JESSOP, Bob (1990), *State Theory: Putting the Capitalist State in its Place.* Cambridge: Polity Press.

LASH, Scott (1999), "Crítica da informação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54. Coimbra: CES, pp. 13-30;

MELUCCI, Alberto (1996), *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age.* Cambridge: Cambridge University Press.

OFFE, Claus (1984), *Contradictions of the Welfare State.* Cambridge: MIT Press.

OFFE, Claus (1985), *Disorganized Capitalism.* Oxford: Polity Press.

PAKULSKY, Jan e WATERS, Malcolm (1996), *The Death of Class.* Londres: Sage.

PARKIN, Frank (1968), *Middle Class Radicalism*. Manchester: Manchester University Press.
PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*. Londres: Tavistock.
RUYSSEVELDT, Joris e VISSER, Jelle (1996), *Industrial Relations in Europe*. Londres: Sage.
SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sence*. Londres/ Nova Iorque: Routledge.
SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
SILVA, Manuel Carlos (2003), "Por uma concepção multidimensional de classe: o contributo de Bourdieu" in *Forum Sociológico*, 9/10:111-126.
SKLAIR, Leslie (2001), *The Transnational Capitalist Class*. Oxford/ Malden, MA: Blackwell.
TÉCHIO, Káchia (2005) "Trabalhadores brasileiros em Portugal: dos indocumentados aos 'legais': todo dia, tudo igual". Trabalho do Seminário "Movimentos Sociais Transnacionais", inserido no programa de Mestrado Pós-Colonialismos e Cidadania Global. Coimbra, FEUC.
TOURAINE, Alain (1969), *La Société Post-Industrielle*. Paris: Editions Denoël.
TOURAINE, Alain (1981), *The Voice and the Eye. An Analysis of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
WRIGHT, Erik Olin (1983), "O que é o *neo* e o que é marxista na análise *neo*-marxista das classes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12, 9-40.
WRIGHT, Erik Olin (1985), *Classes*. Londres: Verso.
WRIGHT, Erik Olin (1997), *Class Counts*. Cambridge: Cambridge University Press.

Trabalhadoras sexuais em regiões de fronteira: género, origens de classe e percursos sociais*

Manuel Carlos Silva**

Resumo

No quadro de uma pesquisa colectiva em curso sobre a prostituição feminina nas zonas periféricas de fronteira no norte de Portugal, neste texto o autor, além de definir o conceito de prostituição, faz uma breve resenha do problema à luz das principais abordagens sociológicas, de modo a procurar compreender e explicar o fenómeno da prostituição feminina, para o que se torna imprescindível incidir a reflexão sobre os conceitos de género e de classe, sem daqui se inferir qualquer ilação mecânica aplicável a todos os tipos de prostituição feminina. Com base nos dados apurados através de inquéritos e entrevistas junto das prostitutas, foi possível aferir que a situação das mulheres prostitutas se deve, em regra, a um conjunto de diversos factores, em que sobressaem a origem de classe, as trajectórias de vida, articuláveis com as relações de poder em termos de género, mormente, por parte dos homens, em relação às mulheres prostitutas, sobre as quais pendem estereótipos e processos de estigmatização. Para além dos dados de ordem quantitativa, histórias de vida relatadas pelas mulheres entrevistadas dão conta não só das suas condições de vida antes e durante a prática da prostituição, como das suas percepções e representações face aos homens, o que obriga a enquadrar o fenómeno a vários níveis de análise desde as dimensões estruturais, passando pelas institucionais e organizacionais, até às práticas e interacções do quotidiano.

* Este texto, originariamente intitulado "Género e classe no fenómeno prostitucional: estudo de caso na região norte de Portugal" e apresentado ao VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro em Setembro de 2004, na sequência de um outro, mais de cariz teórico, produzido por altura da elaboração do projecto de investigação sobre a prostituição à ARS-Norte e à Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres (CIDM) em 1996 (cf. Silva 1998), pôde já beneficiar dos resultados dum inquérito levado a cabo por uma equipa de investigação composta por investigadores da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), da Universidade do Minho (UM) e da Universidade da Beira Interior (UBI), cuja coordenação geral é da colega Manuela Ribeiro (UTAD) e cujos co-responsáveis são a colega Joana Patuleia pela UBI e eu próprio pela UM, projecto este aprovado pela Fundação Ciência e Tecnologia (FCT, Sapiens/99 POCTI/36472/SOC) e cujo relatório intitulado "Prostituição feminina em regiões de fronteira: actores, estruturas e processos" foi finalizado em 2005.

** Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

1. Introdução: o problema

A prostituição é hoje um dos temas candentes que, por mediação das ideologias dominantes, em particular, de concepções de cariz estático, essencialista e, não raro, patriarcal, é apresentada sob o manto duma alegada "vocação" fatal e fatalista em torno duma identidade feminina falhada, duma sexualidade perversa e corruptora. Estas representações enviesadas, para as quais costumam ser aduzidos (pseudo)argumentos e arquétipos derivados de alegadas razões biológicas e psicológicas nomeadamente psicanalíticas e falocêntricas de raiz freudiana (cf. Freud 1959), têm constituído formas ideológicas de controlo, senão mesmo de domesticação, das mulheres. Por seu turno, o poder político, nomeadamente estatal, e a própria armadura conceptual do Direito pretendem veicular a ideia de impessoalidade e neutralidade jurídicas sobre as questões de género e, em especial, sobre a problemática da prostituição. Diversos têm sido os autores[1] que têm descontruído criticamente os modelos tradicionais do masculino e do feminino, o "falso neutro" jurídico e demonstrado a função reguladora dos comportamentos sexuais e procriativos das mulheres por parte do poder eclesiástico e mesmo político. Estes poderes são, a este respeito, coadjuvados por determinados resquícios patriarcais do Direito e, em particular, pelo tratamento judicial desigual por género em diversos pleitos judiciais por parte de magistrados, nomeadamente em relação ao comportamento das mães solteiras com filhos, sobretudo quando prostitutas, tal como o demonstraram S. Silva (2001), Silva *et al* (2002), Machado (2002). Salvo as concepções feministas liberais que sustentam a separação das esferas pública e privada, tanto as correntes feministas marxistas como outras radicais não marxistas, afastando-se duma psicologia nomeadamente psicanalítica que recusa politizar as relações de género, subscrevem e com pertinência a velha tese de que "as questões pessoais, privadas, domésticas ou até íntimas são também políticas". Neste quadro terão de ser incluídas, também em relação ao fenómeno prostitucional, as relações de género, além das de classe, como o avançam vários autores feministas como Henessy (2003) e, nesta problemática específica, Heyl (1979). Porém, enquanto os/as feministas marxistas se centram mais nas desigualdades no âmbito das relações de trabalho e de classe, outras feministas, igualmente críticas, salientam as relações sociais perpassadas de formas patriarcais de dominação e o modo como a sociedade organiza a sexualidade nomeadamente na esfera privada, na família (cf Abbot e Wallace 1991). Com efeito, a perspectiva tradicional marxista, ao centrar-se no modo de produção, secundarizou ou subestimou o processo de reprodução que, em relação às questões de género, é nuclear, nomeadamente em torno do controlo da distribuição/circulação das mulheres por parte dos homens, particularmente nas sociedades tradicionais. Ora uma nova leitura dos próprios escritos de Marx e Engels (1998) desde o *Manifesto do Partido Comunista*, passando por *O Capital* (Marx 1974:515 ss) até à *Origem da família, da propriedade*

[1] Focalizando as relações de dominação nomeadamente de género, nesta esfera em particular, são de referir, entre outros, Foucault (1994), Reiter (1975), Rubin (1975), Dubisch (1986), Nencel (1994), outros combinando-as com as relações de classe, cf. Engels (1964), Davidoff (1979), Walkowitz (1980), Perry (1985), Bourdieu (1999), Hennessy (2003) e, entre nós, A. Almeida (1986), Santos (1994), Amâncio (1994), Silva (1993, 1998, 1998a, 2003), Torres (2001), Machado (2002).

privada e do Estado de Engels (1964) e sobretudo trabalhos de neomarxistas como Harris e Young (1981) permitem uma nova visão na relação entre género e classe, na qual é chamada a atenção para a centralidade decisiva não só da produção como da reprodução social, em que o primeiro implica o segundo e viceversa.[2] Se é certo que a desvalorização do conceito de género pelo marxismo tradicional representou uma deriva redutora do problema, por outro lado, uma certa corrente feminista, que dispensa o conceito de classe, o substitui pelo conceito de *status* ou o considera simples subproduto da opressão patriarcal ou do sistema cultural, cai noutras análises redutoras de sinal diferente ou até contrário. Dado que, na esfera laboral, incluindo obviamente o exercício da prostituição, as mulheres desempenham, na sua grande maioria, o trabalho mais desqualificado e desvalorizado, não é inocente, do ponto de vista político, o desaparecimento do conceito de classe nalguns estudos feministas. Como veremos, neste texto sobre as origens sociais e os percursos das trabalhadoras sexuais, entre outros factores e variáveis, ambos os conceitos – classe e género – são nucleares para compreender e explicar os seus comportaments e 'destinos sociais' de vida.

É todavia de excepcional interesse neste âmbito relevar o contributo teórico seminal de Foucault (1994)[3] sobre as formas locais, latentes, instáveis e invisíveis de poder, para além do lado jurídico, na análise das modalidades e técnicas do poder disciplinar em torno da sexualidade feminina, se bem que a concepção foucaultiana de poder tenda a perder de vista a especificidade e a hierarquização dos poderes e, em particular, a centralidade do poder estatal. As mulheres, estando numa situação de desvantagem histórica e social, acabam por ser vítimas de estigmatização e tratamento desigual por parte dos diversos poderes: político, policial-administrativo e judicial.

A prostituição constitui ainda hoje um assunto tabu com um complexo de preconceitos e estereótipos que lhe estão subjacentes com uma forte carga estigmatizante nomeadamente para a mulher, dada como criatura "imoral", "corrupta e corruptora" dos bons costumes e das virtudes públicas e privadas. Ela é amiúde remetida e de modo enviesado para o campo da sexualidade pervertida e perversa em que o homem é ilibado ou apenas levemente censurado se e quando, sendo casado, infrinja o código da fidelidade conjugal. Já, porém, a mulher é, em maior ou menor medida consoante os espa-

[2] Com efeito, não foram, os fundadores do marxismo que abonaram em favor do trabalho feminino na esfera doméstica, tendo mesmo assinalado que a posição social subordinada da mulher se deve à divisão sexual do trabalho e à dupla exploração extradoméstica e doméstica e não apenas no capitalismo mas em sistemas de exploração e dominação anteriores (cf. Engels 1964). Por outro lado, na análise da relação entre género e classe, assim como classe e ideologia ou classe e Estado, a relação não é unívoca e unilinear e muito menos mecânica ou instrumental, uma vez que tais relações são mediadas por vários factores de ordem material, política e simbólica, tal como o analisaram, entre outros, Gramsci (1974), Poulantzas (19975) e Therborn (1987). Tal como o demonstrou Llobera (1979), o mecanicismo economicista é paradoxalmente imputável mais ao revisionismo marxista da II Internacional que deu lugar à social-democracia, por um lado, e ao estalinismo, por outro (cf. Silva 1998, 1999, 2003).

[3] Segundo Foucault (1994) a sexualidade constitui um ponto denso de transferência das relações de poder, de modo a controlar as populações pela ciência e pela técnica através de quatro práticas institucionais de vigilância ou formas legais, morais e 'científicas' de arregimentação e penalização dos comportamentos sexuais: (a) a histerização dos corpos femininos; (b) a pedagogização do sexo das crianças; (c) a socialização do comportamento procriativo; (d) a psiquiatrização dos prazeres perversos. Sobre este tema, cf., em Portugal, Machado (2002).

ços e tempos das práticas, sujeita a juízos negativos e a condenações de marginalização e ostracismo social. O estigma, comportando discrepância entre a identidade real e a identidade virtual (cf. Goffman 1988), constitui o alimento da ilicitude da prostituição e como forma de controlo das mulheres: enquanto para o homem a frequência do submundo prostitucional não será considerado nem transgressivo nem criminoso (sendo-o socialmente, quando muito, o incesto, a pedofilia), já, todavia, para a mulher é transgressivo o não servir sexualmente o homem e, no caso da prostituição, que ela, mulher, solicite dinheiro pela prestação de serviço sexual! Mais ainda, em relação à economia sexual, quando tais actos sejam solicitados em espaços públicos, seja na rua, seja nos bordéis, clubes ou casas de alterne e, nas últimas modalidades, em tempo nocturno.

O objecto da prostituição constitui um tema de especial interesse e campo de observação privilegiado para analisar as relações de género, campo este em que homem e mulher estão sempre presentes: o primeiro – seja como empresário do negócio, seja como cliente – e a segunda, enquanto prestadora de serviços sexuais, ou seja, como trabalhadora sexual. O termo "puta" é um conceito sexista que serve de instrumento de controlo, aplicável, primeiramente, às mulheres que exercem a prostituição, mas ele é de resto extensivo, na linguagem ordinária e brejeira, a todas as mulheres, solteiras, casadas, divorciadas ou viúvas, sobretudo quando infractoras das relações de género "normais", institucionalizadas. Por isso, o ataque às mulheres prostitutas é também uma afronta, uma ofensa a todas as mulheres e à sua autonomia e autodeterminação sexual. As mulheres não prostitutas acabam amiúde por ser também suspeitas e acusadas de "putas", o que é não raro constatável na linguagem comum, mesmo entre homem e mulher casados mas em ruptura, rota de colisão ou mesmo em simples "conversas masculinas"[4]. As mulheres dalguma forma transgressivas serão dadas como "desonradas", "indignas", "sem vergonha" e, como tal, "putas", em contraponto com as mulheres "virtuosas" e "honradas" de pais, maridos ou irmãos vistos como "honrados", "nobres" e "dignos" e, eventualmente, tutores "universais" das "frágeis" e "vulneráveis" particularidades femininas. Ora tais representações sobre a mulher enquadram-se no binómio da "honra-vergonha" não só como traço cultural mas mais como forma ideológica de controlo das mulheres, aliás uma forma ideológica interiorizada pelas próprias mulheres (cf. Silva, 1998:233, 2002).[5] As assimetrias sexuais traduzem-se nas várias formas de poder, na lei, nas tradições e nas sociabilidades quotidianas.

As instituições estatais regulam, além da heterosexualidade e, hoje, nalguns países, da homosexualidade, o casamento, a reprodução e, ainda que de forma omissa e lacunar, a própria prostituição: as três primeiras são legítimas, a quarta, embora não considerada criminosa, é considerada ilegítima e ilícita. A esta luz, uma mulher hetero-

[4] Excepcionalmente e em ambiente de intimidade e sem o ferrete do estigma, pode utilizar-se tal termo conforme testemunhos de algumas mulheres que não se importam de ser tratadas por "putas" no auge do paroxismo organísmico.

[5] Cf., a este respeito, diversos estudos clássicos realizados sobretudo por antropólogos. Porém, contrariamente a Campbell (1964), Peristiany (1988), Pitt-Rivers (1961) que interpretam este binómio honra-vergonha mais numa perspectiva moral e culturalista, creio ser de sublinhar, em primeiro lugar, na esteira de Schneider (1971), as razões económicas e políticas de controlo da mulher e do seu património, associáveis à dimensão simbólica e de poder (Blok 1981, Cutileiro 1988), sobressaindo, segundo Cole (1991), a dimensão ideológica por via do controlo eclesiástico refutando esta autora de modo absoluto e excessivo, a dimensão cultural. Numa posição de síntese, cf. Silva (2002).

sexual e mãe não poderia ser "prostituta", doutro modo será, na ideologia dominante patriarcal e machista, perversa e corruptora. Nesta óptica, as prostitutas são desqualificadas como mães, quando na realidade, como o demonstrou Ribeiro (2004), o exercício da prostituição poderá e deverá ser visto como qualificante da sua condição de mães, na medida em que o móbil central das suas vidas na prostituição são os filhos.

No âmbito da discussão geral sobre a visão patriarcal e hipócrita dos diversos tipos de poderes nomeadamente estatal sobre a prostituição, seria extremamente útil debater no seio das próprias correntes de esquerda, marxistas ou não, esta questão, pois a este respeito, para além das concepções conservadoras e moralistas, certas feministas abolicionistas, sobretudo de orientação marxista ortodoxa, sem obviamente condenarem as mulheres prostitutas e compreenderem os diversos constrangimentos por razões de necessidade e sobrevivência, recusam contudo admitir a relativa autonomia que assiste às mulheres na opção, ainda que condicionada, de exercer a prostituição. Para além do facto de grande parte de homens e mulheres, mormente de orientação conservadora, rotular e estigmatizar estas mulheres, uma parte considerável de feministas tende a desidentificar-se com as trabalhadoras sexuais, quando há não apenas descontinuidades mas alguma continuidade entre o mundo prostitucional feminino e o mundo de relações sexuais em que a mulher é apropriada e usurpada seja no espaço privado, seja inclusivamente público sob o manto de determinadas instituições. É esta reflexão que pode tornar indispensável uma aliança dos movimentos feministas com as reivindicações e a defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais, bem como a luta pela sua dignidade e liberdade como pessoas e pela sua mobilidade e autonomia, ainda que relativa e condicionada e não apenas vista na vertente da mulher como vítima e, muito menos, como ser escravizado.[6]

Talvez a colocação do problema nesta base possa constituir uma heterodoxia ou até uma "heresia" do ponto de vista dum certo feminismo, particularmente na visão marxista tradicional, cujo resultado objectivo se traduz num maior isolamento destas mulheres face à sociedade envolvente e, em particular, aos movimentos feministas. No entanto, questionar estas visões poderá ser uma das vias para rebater e descontruir a concepção fixista e rígida sobre a prostituição feminina – vista como um traço ou atributo de certas mulheres, profundamente deteriorado pelo ferrete do estigma. Só

[6] Para uma crítica, ainda que algo voluntarista e compreensivelmente reactiva, ao olhar unidimensional vitimista sobre a mulher prostituta, cf.. Agustín (2004:43 ss). Sem negar casos excepcionais em que ocorre escravatura prostitucional, as afirmações em torno da vitimização e da escravização da mulher prostituta, simplistica e recorrentemente veiculadas quer por autores de cariz conservador quer por outros de inspiração alegadamente marxista – bem como por responsáveis de certas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Organizações Não Governamentais (ONG) – são não só enviesadas como conceptualmente insustentáveis justamente à luz de pressupostos marxistas a que defensores desta última corrente apelam. Do ponto de vista conceptual, assumir, de modo generalizado, como sinónimos prostituição e escravatura, nomeadamente no quadro do capitalismo actual, é impreciso, se atendermos ao pensamento de Marx (1974) e Marx e Engels (1998), para quem o avanço do capitalismo sobre o esclavagismo e o feudalismo representou um progresso: enquanto na escravatura é a própria pessoa que é objecto de transacção/exploração/dominação, no capitalismo é a força de trabalho que é alugada ou transaccionada mas não a pessoa – uma diferença fundamental na distinção analítica, nomeadamente na óptica marxista.

avaliando a prostituição no contexto social, nomeadamente em termos de género e classe e analisando as origens e os percursos sociais das mulheres e suas situações, transitórias ou não, é possível equacionar este problema social e sociológico. Nesta perspectiva, também o fenómeno da prostituição feminina deverá ser abordado, tendo em conta vários níveis de análise, o que reclama, como referi noutros textos (Silva, 1998, 1999), não só a imbricação conceptual entre classe e género como, do ponto de vista metodológico, uma perspectiva pluricausal que atenda às diversas dimensões que lhe estão associadas, nomeadamente os constrangimentos estruturais de ordem social e económica e respectivas origens sociais; os contextos familiares e político-organizacionais; os fluxos migratórios e as redes locais de interconhecimento; as respectivas trajectórias biográficas com as suas múltiplas transacções, interacções reais e representações simbólicas; e, articuladas com estas, tal como o desenharam Weber (1978) e Fireman e Gansom (1979), entre outros, as próprias racionalidades dos sujeitos protagonistas do fenómeno prostitucional – proxenetas (*chulos*) e/ou empresários dos 'clubes', os clientes e as mulheres que exercem a prostituição, incluindo uma relativa e condicionada, em maior ou menor grau, capacidade de decisão destas face a incertezas e riscos no processo de migração.

Sem negar o tráfico de mulheres no mundo globalizado e desigual entre as regiões centrais e regiões (semi)periféricas de hoje, sem deixar de ter presente processos de vitimização das mulheres em redes do tráfico sexual, uma abordagem sociológica global e plural não pode ignorar a existência de trabalho sexual mercantil e o exercício da actividade prostitucional não enquadrável em moldes de tráfico de pessoas e, sobretudo, não pode deixar de levar em linha de conta as estratégias das próprias trabalhadoras sexuais, quer no sentido da luta pela subsistência sua e a da sua família, sobretudo dos filhos, quer no sentido, nem sempre conseguido, de conhecer uma melhoria das suas condições de vida e, se possível, uma mobilidade social ascendente. Nesta óptica, uma das questões que se levanta com alguma pertinência é a de saber em que medida estas mulheres reproduzem ou não situações de classe herdadas e/ou, através de determinados enquadramentos e estratégias, conhecem nas suas trajectórias de vida processos de mobilidade social, ora descendente, ora sobretudo ascendente ou ainda se estamos apenas perante processos de melhoria social que não implicam necessariamente mobilidade social, mas apenas variações no quadro duma reprodução social analisada em termos amplos, estruturais. A reprodução social aqui entendida não pode nem deve ser interpretada sob o ângulo restrito duma determinada profissão – neste caso a prostituição – mas em termos mais amplos de reprodução de classe ou posição de classe das mulheres prostitutas em relação aos seus pais e, em particular, às suas próprias mães na medida em que comungam de situações de classe idênticas a outras famílias desprovidas, mesmo quando suas mães não tenham exercido a prostituição.

Neste texto far-se-á uma caracterização sociodemográfica das mulheres que exercem a prostituição, incluindo a abrigada e a de rua, com base nos resultados duma amostra, tendo em conta vários indicadores desde a nacionalidade, a idade, o meio de origem – rural ou urbano –, o estado civil dos pais e os responsáveis dos

seus/suas encarregadas de educação na infância. Seguidamente, focalizar-se-á a análise sobre as origens sociais das trabalhadoras sexuais, ou seja, os perfis socioprofissionais e recursos escolares dos pais, comparando, na medida do possível, os lugares sociais destes com os das próprias mulheres. Estes, porém, implicam ter também em conta os seus percursos biográficos, em particular as vivências no quadro familiar e eventuais (des)estruturações, as primeiras experiências no campo sexual, os processos de (des)socialização na escola e no meio envolvente, as actividades exercidas antes da entrada na prostituição, os seus proventos económicos, tipos de vínculo ou formas de precariedade laboral, sendo de realçar, num breve relance, os melhores rendimentos auferidos na prostituição em comparação com as actividades anteriores e, por fim, os traços sociodemográficos (idade, estado civil, tipo de agregado familiar no início da prostituição), as suas relações com namorados, maridos ou companheiros, assim como as suas autopercepções no momento da entrada na prostituição.

2. Caracterização sociodemográfica

A fim de caracterizar, do ponto de vista sociodemográfico, as mulheres inquiridas importa reter, descrever e analisar alguns aspectos e variáveis mais relevantes, susceptíveis de contribuir para melhor situar o contexto em que as mulheres se moviam desde as suas origens, passando pelas suas trajectórias, até à situação actual. Uma primeira questão a relevar para efeitos de contextualização é a nacionalidade das mulheres inquiridas, que é apresentada no quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição das inquiridas segundo a nacionalidade

Nacionalidade	Nº	%
Portuguesa	67	33,5
Estrangeira	127	63,5
Subtotal	194	100,0
Não resposta	(6)	(3,0)
Total	200	100

Fonte: Inquérito às trabalhadoras sexuais (ITS), 2002-03

Tal como o quadro mostra, predominam as mulheres estrangeiras (63,5%), seguidas de mulheres de nacionalidade portuguesa (33,5%) e, por fim, 3% de não respostas, ignorando-se, portanto, a sua nacionalidade. O grande contingente de mulheres neste estudo é de origem estrangeira, sendo na sua maioria brasileiras, dada a afinidade linguística, do mesmo modo que em Espanha predominam as mulheres sul-americanas de países que têm como língua oficial o castelhano. A entrada maciça de mulheres migrantes nos vários sectores de actividade, oriundas de situações sociais de privação ora absoluta ora relativa, também se reflectiu neste sector devido à complexificação e interdependência das relações económicas e dos diversos tipos de mercados laborais, quer em sectores de actividade formais – secundário e sobretudo terciário –, quer, muito especialmente, em segmentos de mercados informais e de economia (semi)subterrânea como é o caso da prostituição.

Procurando saber a idade das mulheres ocupadas na actividade prostitucional, das respostas foi possível inferir a seguinte distribuição de escalões etários, como se vê no quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das inquiridas por intervalos de idades

Intervalo de idades	Nº	%
< 20	16	8,13
[20 – 30]	101	51,27
[31 – 40]	61	30,96
[41 – 50]	16	8,12
> 50	3	1,52
Subtotal	**197**	**100**
Não resposta	(3)	(1,5)
Total	200	

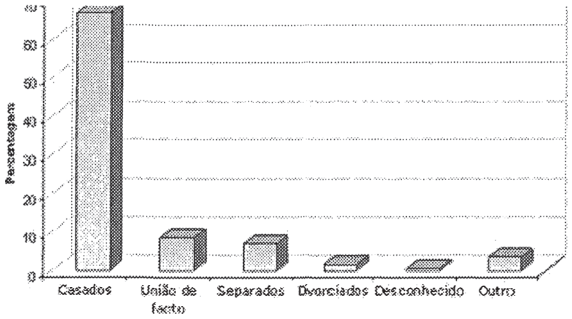
Fonte: ITS, 2002-03

Deste quadro infere-se que 90% das mulheres inquiridas têm idade até 40 anos e, destas, 59% concentram-se em idades até aos 30 anos, predominando as que têm entre 20 e 30 anos (51%), relacionando-se este dado com o facto de se tratar duma actividade que valoriza a combinação dos recursos eróticos e de juventude. Tal é tanto mais pertinente, quando se orienta para a actividade prostitucional em que, como refere Agustín (2004:46 ss), se articulam as privações e demais factores de repulsão-atracção com os desejos de sair, viver experiências novas, fazer face a problemas familiares e, eventualmente, "subir na vida", como veremos.

Em termos de meio de origem geográfica, foi possível apurar que 75% das mulheres inquiridas eram oriundas de meio urbano e 25% do meio rural, o que, embora seja um indicador importante, por si não fornece o quadro social de origem em termos de classe e etnia, entre outros. Mais relevante que o próprio meio urbano ou rural no processo de socialização e educação, tal como bem o demonstrou Pahl (1966) na sua crítica ao referente geográfico como base explicativa dos comportamentos sociais, era saber o contexto familiar a vários níveis – emocional-afectivo, económico, social e cultural –, bem como a origem e a pertença de classe, a fase do ciclo de vida e, por fim, mas não menos importante, a condição de género, neste caso feminino. Começando por indagar o estado civil dos pais das mulheres que exercem hoje a actividade prostitucional, foi possível resumir os resultados na figura 1.

Deste gráfico se conclui que mais de 65% dos pais das inquiridas eram casados ou, pelo menos, foram casados no início da sua vida conjugal. Os restantes dividiam-se, em percentagens menos relevantes, por situações de união de facto, de separação, divórcio e outras, englobando em certas uniões de facto, como veremos, situações de cariz efémero ou ocasional, para além dalguns poucos casos em que se desconhecia a sua situação.

Figura 1 – Estado civil dos pais



Fonte: ITS, 2002-03

À partida estes dados – dos quais alguns são reveladores de certas situações atípicas ou excepcionais em relação aos padrões de relações conjugais habituais – não diferem contudo de outros universos mais amplos sobretudo em meio urbano, nomeadamente em Portugal e no Brasil. Ao nível do estatuto jurídico dos pais das mulheres inquiridas, não se detectam, portanto, factores explicativos ou fenómenos específicos que sejam relevantes para compreender a origem e a incidência da maior parte destes casos de prostituição sob estudo. Considerando a prostituição, na linguagem estruturo-funcional designadamente durkheimiana, um fenómeno patológico e anómico, a sua associação com o estado civil dos membros do casal de progenitores (casados, separados, divorciados) não constituiria um factor causal, não se detectando sequer qualquer correlação significativa em relação ao fenómeno da prostituição.

Quanto à orientação da educação destas mulheres no seu período de criação/formação, embora ela não se afaste muito dos padrões correntes, já denota todavia alguma discrepância em relação aos padrões correntes ou dominantes, tal como se pode ver pelo quadro 3.

Quadro 3 – Orientação/educação na infância

	Nº	%
pelos pais	124	66,67
só pelo pai	5	2,69
só pela mãe	20	10,75
pelo pai e madrasta	2	1,08
pela mãe e padrasto	7	3,76
pelos avós	15	8,06
pelos tios	4	2,15
por instituição (orfanato)	1	0,54
por outros	(8)	(4,30)
Subtotal	**186**	**100**
não resposta	(14)	(7)
Total	200	

Fonte: ITS, 2002-03

Ressalvando 7% de não respostas e o facto de 8 (4,3%) mulheres afirmarem não ter conhecido os seus respectivos progenitores, a grande maioria das mulheres inquiridas (67%) foi, formalmente pelo menos, orientada e educada pelos pais e, se estendermos este raciocínio ao papel dos padrastos e madrastas, perfaria um total de 72%. Seguem-se 14% de casos de mulheres que foram educadas ou só pela mãe (11%) ou só pelo pai (3%). No patamar subsequente há a referir o papel não desprezável dos avós (8%) que, acrescidos ao dos tios (2%), somam 10%. Por fim, no caso residual de "outros" (4%) surgem como excepcionais: os pais adoptivos (2%), amas ou madrinha, eventualmente em combinação com mãe ou avó, ou então colégio (2%).

Do facto de, segundo a visão durkheimiana (cf. Durkheim, 1977), serem relevantes o contexto familiar e o processo de socialização – de resto também destacados por autores doutras correntes – não se infere contudo que as orientações normativas e morais para com as filhas constituam, em termos básicos e, muito menos, exclusivos, o factor determinante para explicar o fenómeno prostitucional, considerado na óptica durkheimiana, 'patológico'. Por isso, a explicação durkheimiana, mesmo quando expurgada de enviesamento por generalização abusiva e transposição mecânica, não colhe. Ou seja, sociologicamente, não obstante a petição do princípio sociológico durkheimiano de explicação do social pelo social, este acaba contudo por relevar neste caso, por um lado, a tipologia jurídica e, por outro, resvalar para uma vertente valorativo-normativa e, em última instância, moral-ideológica. Como veremos, são as condições de vida material que constituem o substrato básico que, embora não de modo exclusivo – porque articulado com os níveis organizacional e interactivo –, moldam ou influenciam o encaminhamento, a orientação ou mesmo a decisão de certas mulheres para a prostituição: umas desde uma fase precoce da sua vida adolescente e/ou juvenil, outras já numa fase de adultez e em contexto de acentuados constrangimentos.

3. Profissões e recursos escolares dos pais

Uma dimensão incontornável é a que concerne a origem social, cujo peso na emergência e no desenvolvimento do fenómeno da prostituição importa analisar. Donde, um primeiro dado é o relativo à profissão dos pais e das mães das mulheres inquiridas, comparando, em termos diacrónicos, a principal profissão dos pais no passado, ou seja, ao tempo da infância e/ou adolescência destas mulheres e ao tempo recente ou actual, apresentado no quadro 4.

Uma consideração prévia de cautela terá que ser feita, pois a agregação de categorias realizada no quadro 4, tendo a vantagem de subsumir e tipificar a miríade de profissões declaradas pelas mulheres, perde de vista algumas especificidades e/ou singularidades. Seria todavia, além de cansativo e caótico, inoperacional do ponto de vista conceptual e comparativo manter a enorme diversidade de actividades, sobretudo indiferenciadas e não qualificadas.

Em segundo lugar, algumas das profissões declaradas ou actividades representadas pelas mulheres inquiridas podem nem sempre coincidir com a definição sociológica das profissões e sobretudo com uma adequada conceptualização de classe na medida em que, não havendo critérios de aferição e controlo documental ou outro, estes dados

se baseiam na autopercepção, bem como na avaliação e na classificação das próprias inquiridas, situação que remete para a discrepância "entre o dizer e o fazer", tal como o sublinhou Almeida (1986) a propósito da questão mais ampla da identidade feminina a partir não só das representações como das (inter)acções das próprias mulheres face a outras/os e vice-versa. No entanto, as denominações de profissões avançadas pelos próprios actores são indicativas de posições sociais, cuja categorização, em termos de classes/grupos sociais, não andarão longe da realidade objectiva que, por sua vez, se traduz também nas próprias percepções das inquiridas.

Quadro 4 – Profissão principal do pai na infância e actualmente

Ocupação/Profissão	Na infância		Actualmente	
	Nº	%	Nº	%
criado/assalariado rural	4	2,55	0	0
camponês/agricultor	27	17,20	10	8,40
artesão	8	5,10	6	5,04
operário	41	26,11	22	18,49
funcionário/empregado/paramilitar	18	11,46	7	5,88
profissional assalariado qualificado	3	1,91	5	4,20
profissional liberal	7	4,46	0	0
pequeno empresário industrial	22	14,01	5	4,20
pequeno empresário serviços	16	10,19	12	10,08
proprietário fundiário	10	6,37	8	6,72
desempregado	1	0,64	3	2,52
reformado	0	0	33	27,73
outra (já falecido)	0	0	8	6,72
Subtotal	**157**	**100**	**119**	**100**
não resposta	43	(21,5)	(81)	(40,5)
Total	200		200	

Fonte: ITS, 2002-03

Dos resultados evidenciados no quadro 4 importa reter, em termos de origens sociais das mulheres inquiridas, o facto de, ao tempo da sua infância e/ou adolescência, os seus pais-homens pertencerem a classes economicamente desprovidas ou modestas, tendo, em regra, rendimentos que apenas permitiam a sobrevivência da família, tal como o referiram nas suas respostas e sobretudo nalguns testemunhos. Assim, além de um caso de desempregado, a grande fatia de profissões dos pais das inquiridas era composta por criados, assalariados rurais, artesãos e operários (51%), os quais, se acrescidos dos trabalhadores assalariados de serviços, perfaziam 62%. A seguinte camada social, constituída por trabalhadores autónomos ou pequenos empresários, de tipo predominantemente familiar, somava 24%. Embora à partida estes grupos sociais detivessem uma relativa autonomia no processo produtivo e alguns recursos próprios

no sector da indústria ou do comércio, (sobre)viviam também na base de força de trabalho familiar, contando, eventualmente, com um número muito reduzido de força de trabalho assalariada. Não é de estranhar que alguns destes casos de trabalhadores por conta própria tivessem um grau de insegurança igual ou superior ao dos trabalhadores assalariados.

Como grupos familiares algo desafogados, há a referir 6% de mulheres, cujos pais pertenciam a profissões qualificadas, uns assalariados (2%), outros por conta própria, as chamadas profissões liberais (4%). Por fim, é ainda de sublinhar um grupo economicamente mais provido que seria composto por proprietários (6%), embora importaria aqui deslindar entre fazendeiros ou proprietários fundiários propriamente ditos e aqueles que, detendo meios fundiários próprios, são, em termos económicos e jurídicos, proprietários, mas não pertencerão necessariamente à classe terratenente ou latifundiária nem sequer à burguesia agrária, devendo ser reconduzidos provavelmente para a classe de pequenos ou, quando muito, médios agricultores.

Já numa fase mais recente ou actual e não tomando agora em linha de conta quem, ao longo de uma geração, tenha conhecido situações de reprodução social ou de deslocação social em sentido ascendente ou descendente, impõe-se concluir, em termos gerais, que se verificou *grosso modo* uma reprodução de lugares de classe, independentemente das oscilações desta ou daquela família. Assim, para além do desaparecimento de posições como a de criado e/ou assalariado rural – processo aliás ocorrido não só na sociedade portuguesa como também nas latino-americanas –, constata-se uma ligeira descida de artesãos em números absolutos, ainda que mantendo uma idêntica percentagem de 5% e sobretudo uma diminuição de indivíduos pertencentes à classe camponesa/agricultora, passando de 17% para 8% – um outro traço de sociedades agrárias em transição para sociedades industriais e semiperiféricas como são os casos de Portugal e do Brasil. Com este processo poderá estar articulado o decréscimo de famílias dadas como "pequenos empresários" ora na indústria ora no comércio e nos serviços, conhecendo uma descida de 24% para 14%. Estes dados podem revelar ou um empolamento autoperceptivo da condição destes "empresários" no passado ou, eventualmente, processos de endividamento e/ou falência ou mesmo de parcial proletarização.[7] Por fim, seria enviesada de patricentismo esta abordagem, se não contemplase também as profissões das mães das mulheres inquiridas, pelo que se dá conta dos resultados a este respeito no quadro 5.

Relativamente às profissões passadas das mães das mulheres inquiridas, o quadro 5 evidencia também, para além de 21% de não respostas, que uma parte considerável delas pertencia a agregados familiares pobres ou remediados, em que 26% das mães eram criadas, jornaleiras, agricultoras e artesãs; e, somando-se as empregadas e funcionárias, totalizariam 31%. Porém, importa registar que o elevado número de 53% dadas como domésticas encobre situações de precariedade e/ou actividades circundomésticas não remuneradas ou mal remuneradas, integrando, na sua maioria, classes mais desprovidas.

[7] Em todo o caso, estas observações deverão ser vistas com alguma prudência na medida em que 7% dos pais das inquiridas teriam entretanto falecido, 28% estavam reformados e 3% desempregados, para além do facto de, por eventuais razões de segurança ou desconhecimento, algumas omitirem a profissão dos pais.

Quadro 5 – Profissão principal da mãe na infância e actualmente

Ocupação/Profissão	Na infância		Actualmente	
	Nº	%	Nº	%
criada / assalariada rural	5	3,14	0	0
agricultora	7	4,40	4	2,88
artesã	12	7,55	7	5,04
operária	17	10,69	7	5,04
funcionária / empregada	8	5,03	6	4,32
profissional qualificada (assalariada)	11	6,92	4	2,88
profissional liberal	2	1,26	0	0
pequena empresária industrial	0	0	2	1,44
pequena empresária serviços	8	5,03	3	2,16
proprietária fundiária	4	2,52	2	1,44
doméstica	85	53,46	88	63,31
reformada	0	0	13	9,35
outra (já falecido)	0	0	3	2,16
Subtotal	**159**	**100**	**139**	**100**
não resposta	(41)	(20,5)	61	(30,5)
Total	200		200	

Fonte: ITS, 2002-03

Como pequenas "empresárias" ou, com maior probabilidade, trabalhadoras familiares autónomas no sector dos serviços (por exemplo, vendedoras) é de anotar que 5% das mães das mulheres inquiridas eram, de facto, trabalhadoras autónomas. Tal como com os pais, importa reter também algumas famílias economicamente mais providas: 3% de inquiridas com mães dadas como proprietárias fundiárias e 8% com mães detentoras de profissões qualificadas (duas por conta própria como profissionais liberais e 11 por conta doutrem, por exemplo, enfermeiras), perfazem um total de 11%, o que, no cômputo geral, constitui todavia uma minoria, embora não despicienda.

Quando inquiridas acerca das actuais profissões das suas mães, as mulheres são ainda mais reservadas do que em relação às profissões das suas mães no passado. Não só aumentou o número de não respostas, passando de 21% para 31%, como se mantém um elevado denominador comum de "domésticas" com 66%, um termo impreciso e equívoco porque engloba situações provavelmente diferentes ou até contrastantes, embora tudo indique por diversos testemunhos tratar-se de mulheres com poucos recursos e dedicadas aos trabalhos domésticos e outros compatíveis com a sua função de mães no sectores agrícola e/ou de serviços. Das que responderam de modo mais preciso há a referir, em termos minoritários ou até residuais em relação ao total, 2% de mães já falecidas, 9% reformadas, 13% ainda ocupadas como agricultoras, artesãs ou operárias, 4% como empregadas/funcionárias, 4% como pequenas "empre-

sárias" ou trabalhadoras familiares autónomas, 3% como profissionais qualificadas por conta doutrem e, por fim, 1% como proprietárias fundiárias. Em suma, também a nível das origens sociais das mães das mulheres prostitutas, à excepção de 4% de mães com profissões qualificadas e/ou proprietárias, 94% das mães das prostitutas pertencem a classes sociais com poucos ou nenhuns recursos económicos: umas, em menor número, em situação economicamente remediada, outras – a grande maioria – fazendo face e com muitas dificuldades a situações de pobreza relativa e, amiúde, absoluta na medida em que se encontram destituídas do mínimo vital em termos de satisfação das necessidades básicas.

Tomando outro indicador complementar de aferição da situação de classe – a instrução escolar – os dados revelam igualmente um notável défice de formação escolar, tal como se pode concluir do quadro 6.

Quadro 6: Grau de instrução dos pais

Grau de instrução	Do pai		Da mãe	
	Nº	%	Nº	%
não sabe ler/escrever	18	13,85	24	17,52
sabe ler/escrever, sem frequência escolar	11	8,46	9	6,57
4ª classe	53	40,77	61	44,53
antiga 6ª classe	12	9,23	12	8,76
antigo 5º (9º ano)	8	6,15	7	5,11
antigo 7º (12º ano)	18	13,85	10	7,30
curso médio	2	1,54	8	5,84
licenciatura	8	6,15	6	4,38
Subtotal	**130**	**100**	**137**	**100**
Não respostas	(70)	(35)	(63)	(31,5)
Total	200		200	

Fonte: ITS, 2002-03

O quadro mostra como, quer entre os pais, quer entre as mães das inquiridas, se verifica um baixo grau de instrução escolar. Em contraste com 8% de pais-homens e 10% de mães que detinham um curso médio ou superior, situa-se uma parte considerável de pais (63%) e mães (69%) que ou eram analfabetos/as literais ou sabiam ler e escrever mas sem frequência escolar ou não ultrapassavam a 4ª classe. Entre estes dois extremos situavam-se os escalões intermédios: 14% de pais-homens e 7% de mães que alcançaram o 12º ano, 15% de pais-homens e 14% de mães que obtiveram entre o 6º e o 9º ano. A este respeito importa referir que há mais mulheres analfabetas que homens analfabetos (18% *versus* 14%), não obstante haver mais mulheres que apresentam uma taxa ligeiramente maior de finalização da escolaridade básica (31% *versus* 27%). No entanto, salvo em relação ao 12º ano em que há mais homens que

mulheres bem sucedidos, nos demais escalões intermédios e sobretudo nos escalões mais elevados predominam as mulheres no global, se bem que tal predomínio ocorre mais nos cursos médios, retomando a prevalência de homens sobre as mulheres na obtenção de licenciaturas.

Quer pelo critério da profissão, quer pelo dos recursos escolares, quer ainda, como foi referido por bastantes mulheres, pelo reduzido grau de poder na organização social local detido pelos pais e pelas mães das mulheres inquiridas, os resultados evidenciam que a esmagadora maioria das mulheres prostitutas contactadas, inquiridas e entrevistadas pertencia a classes sociais de origem com parcos recursos económicos ou mesmo deles destituídas: sem casa, sem emprego ou emprego precário. Com efeito, a grande maioria confessa percursos de vida vincadamente marcados por situações de fome e de pobreza extrema em termos objectivos, de que os seus lancinantes testemunhos subjectivos nas suas narrativas biográficas dão conta.

Há autores como Tizón *et al.* (1996:19) que desvalorizam ou secundarizam a dimensão estrutural e objectiva em termos de privação socioeconómica e escolar (origem social, pobreza, baixa escolaridade), considerando-a ora como conjunto de variáveis intermédias menos relevantes, ora inclusive como factores negligenciáveis na medida em que há mulheres em condições idênticas às das mulheres prostitutas antes e durante a prostituição e, no entanto, rejeitam tal via ou modo de vida. Se este argumento serve para evitar concepções economicistas de cariz linear e mecânico, os constrangimentos e condições objectivas de vida, nomeadamente as origens de classes destituídas,[8] não desaparecem do complexo pluricausal do fenómeno. Ou seja, para além das especificidades da sua profissão, as mulheres que advêm de meios sociais desprovidos, mesmo quando "optam" por este modo de vida, não deixam de partilhar situações comuns com membros das classes donde provêm e, como tal, co-estruturantes de primeira linha.

4. Percursos biográficos, experiências e desestruturações familiares

As práticas sociais dos actores sociais comportam certamente o selo das origens sociais de classe, mas estas não bastam para as explicar. Relevantes também são os trajectos biográficos dos actores, cujas experiências e modos de vida vão retraduzindo-se em hábitos que são estruturados a partir das condições objectivas de vida, mas, simultaneamente, apresentam-se como modeladores das práticas quotidianas. Neste sentido começaremos por destacar as situações de vida em torno da infância e da adolescência no contexto familiar, seguindo-se a descrição e a análise dos processos de enamoramento, por um lado e, por outro, nalguns casos, de usos e abusos sexuais destas mulheres na sua adolescência por parte de terceiros, ora próximos, ora afastados.

[8] Já Pais (1983: 948 ss) – que fez um primeiro esboço de estratificação das mulheres prostitutas no século XIX e primeiras décadas do século XX em Portugal, com base em dados recolhidos e publicados por Santos Cruz em 1841, por Ângelo Rodrigues em 1902, por Tovar de Lemos em 1908 e 1933 e por Azevedo Neves em 1926 – referenciou, em relação ao mencionado período, que entre 70 a 80% das prostitutas eram criadas, domésticas ou costureiras. Desta constatação estatística não foram obviamente inferidas as interpretações biologistas e estigmatizantes da época como a de Tovar de Lemos, para quem "*as prostitutas das classes pobres, em geral, eram taradas*" (*in* Pais 1993: 949).

(i) **Infância e adolescência: o contexto familiar e comunitário**

Dos inúmeros relatos de histórias de vida das mulheres prostitutas com referência às suas fases de infância e adolescência infere-se como primeiras e mais impressivas as diversificadas narrativas em torno de experiências vividas em meio familiar. Algumas têm lembranças positivas e gratificantes: os carinhos dos pais e não raro dos avôs e avós, os convívios com os irmãos e/ou as irmãs e outros familiares por ocasião das reuniões e festas de família: "Demo-nos bem. Nunca foram uns pais que me proibissem. Diziam sempre que eu tinha de assumir sempre as minhas decisões" (p31). Situações de bom entendimento entre pais e filhos foram relatadas por mulheres, quer originárias de famílias pobres ou modestas, quer pertencentes a famílias mais providas de recursos:

> "Os meus pais separaram-se. A relação entre eles era boa. Eles diziam: «o que aconteceu entre nós não é entre nós e você». Depois de se separarem, ficaram amigos e dão-se muito bem. A mãe e padrasto dão-se também muito bem. Ele é excepcional, maravilhoso. Tive de ambos muito carinho, amor, amizade" (b46).

Outras, mesmo sem terem conhecido uma infância e adolescência muito agradáveis, tiveram delas contudo experiências normais ou até razoavalmente boas, recordando os carinhos e mimos não só das mães – as mães eram de longe as suas confidentes mais frequentes, contrariamente à maioria dos seus respectivos pais-homens que ou eram desconhecidos ou mantinham-se mais distantes – como, sobretudo nalguns casos e de modo exclusivo, os cuidados e afectos das avós, nomeadamente maternas. Realçam o facto de os seus pais terem "passado fome" e feito sacrifícios no Brasil, em Portugal ou na emigração, conforme os casos, para as sustentar, criar e dar o máximo possível de formação escolar, lamentando até que, se não foram mais longe, isso se deveu ao facto de não terem recursos para tal e/ou elas próprias serem obrigadas a trabalhar como indispensável contributo para a sobrevivência da família.

A maior parte, porém, tem das experiências e vivências em meio familiar amargas e sofridas recordações, algumas das quais são não raro recalcadas ou evitadas como objecto de conversa e exposição, sobretudo quando lhes lembravam violências na família, maus-tratos e abusos sexuais na sua infância ou adolescência: "Não quero falar sobre isso... Acho que não tive infância... E que é que isto tem a ver com a prostituição?" (b20). Uma outra sintetizava as suas experiências da seguinte maneira: "A minha experiência de infância e adolescência foi dura, muito dura por razões familiares" (b34)). Uma ou outra simplesmente recusou responder e algumas das entrevistadas, quando relatavam as suas experiências de vida, pediram para interromper ou suspender a conversa ou mesmo adiar a entrevista por se sentirem "muito nervosas", "angustiadas".

O ambiente familiar, quando perpassado por recorrentes situações de animosidade e conflitualidade entre os pais, ensombrava as relações com os filhos. Um dos motivos de desavença e conflito eram as "bebedeiras" ocorridas no seio da família

por parte de ambos os cônjuges: o marido com mais frequência, mas por vezes também a própria mulher. Eram os problemas agudos de carência e escassez, de doença e desamparo que impeliam os membros do casal a embriagar-se, tendo as entrevistadas hoje consciência que tal ocorria amiúde para esquecer certos problemas: "A minha mãe bebia para esquecer. Durante muitos anos punha-se o prato do falecido irmão na mesa" (p31).

Outro motivo de forte apreensão e ansiedade vivida por algumas das inquiridas foi a infidelidade conjugal entre os seus pais, mais por parte do pai do que da mãe, o que levava algumas destas mulheres a identificarem-se com o destino social de sofrimento da mãe: "A minha mãe era sempre caladinha e passava por tudo sozinha. Agora que se separaram é que o meu pai anda sempre bêbado" (b50).

A ausência de afectividade marcou algumas destas mulheres aquando da sua infância, porque, contrariamente a outras crianças, não souberam o que era brincar, porque não acediam a brinquedos, não tinham com quem brincar ou simplesmente eram vistas com desconfiança e discriminadas por serem pobres e, por isso, suspeitas de roubarem: "Nunca tive uma boneca na infância, brincava com o sobrinho... Sentime discriminada por família e conhecidos. Desconfiavam que roubava. Fui discriminada por causa da pobreza da família" (b37). Bastantes destas mulheres inquiridas – algumas delas entrevistadas –, para além das situações de indiferença, falta de afectividade e maus tratos, sofreram, quando crianças e adolescentes, agudos problemas de indigência e carência materiais, referindo várias delas situações de fome: "As amas comiam a comida que a minha mãe mandava" (b20). Outras foram vítimas de achaques na sequência de graves problemas de saúde, por exemplo, ataques de epilepsia: "Eu era magrinha... Desmaiei várias vezes e fui atropelada quatro vezes" (b24). São ainda relatadas situações de complicações de parto à nascença, mortes prematuras de irmãos antes de perfazerem os cinco anos e problemas de saúde tais como o raquitismo (b31). Tal como foi referido, 4% das inquiridas nem sequer chegaram a conhecer o seu pai biológico:

> "Não conheci o pai nem sei quem é. Fui criada entre os três e os nove anos por várias amas... Os avós e tios batiam-me. Abusaram de mim sexualmente. A mãe tinha (muitas) condições mas não podia cuidar de nós. Ela trabalhava em terra de garimpos (minério, diamantes) e não havia escola. O meu avô era estúpido e a minha mãe ficou igual a ele, autoritária" (b20).

Outras apenas conheceram o pai quando já adolescentes e em situações traumáticas tais como aquela em que o pai pela primeira vez que trava conhecimento com a filha a leva nada mais nada menos que a um bordel:

> "A minha mãe divorciou-se quando eu tinha seis meses, não conheci o meu pai biológico até aos 12 anos. Quando o conheci, levou-me a uma casa nocturna. Não sabia o que fazia. Tive uma relação muito má com ele. Ele não vale nada, vive nas mesas de jogo e vive da noite. Um homem "boémio", "safado", um "sem-vergonha". Hoje é um aleijado" (b24).

Um aspecto frequente e marcante nas suas vidas de infância era o clima de violência em meio familiar, a qual incidia e/ou se repercutia sobre os próprios filhos e, no caso em estudo, sobre as filhas, mais frequentemente por parte do pai, mas também por vezes por parte da mãe:

> "Entre os meus pais havia espancamentos, torturas; ele mexia com os filhos. Com a mãe tinha uma relação muito boa, com o pai muito má: respeito, segundo ele, mas não tive relação de pai. Tive uma infância e adolescência péssimas. Tento nem me lembrar, foi muito sofrida. Nem tive infância. Comecei a trabalhar aos sete anos" (b50).

Embora menos frequentes, registavam-se também casos em que ocorria justamente o contrário: uma boa ou razoável relação com o pai e uma má ou mesmo péssima com a mãe. Entre outras, uma delas referiu os maus tratos da mãe, embora hoje compreenda que tal estava ligado à situação de pobreza:

> "A relação com o meu pai era razoável, nunca batia, falava connosco como amigos. Com a minha mãe era muito má – tudo pela miséria e pela vida que levava, batia-nos muito. Trabalhava só para sustentar seis filhos. Nunca me deu um beijo, mas hoje já mudou e é mais humilde" (b31),

o que, segundo a entrevistada, dever-se-ia ao facto de os filhos já trabalharem e a ajudarem.

A separação ou divórcio entre os pais suscitava umas vezes pacificação e até recomposição de laços afectivos, outras e com mais frequência atritos e desentendimentos, conflitos e choques de mentalidade com as filhas/os, o que, num ou noutro caso, a par ou em conjugação com as carências e até situações de fome, se afigurou como um factor decisivo para a própria entrada precoce na prostituição, tal como o confessa uma das mulheres portuguesas inquiridas, prostituta de rua desde os 11 anos: "Meti-me nisto aos 11 anos por problemas de fome em casa, não tinha trabalho e por 'embirrice' com o meu pai, que era pescador, por ele querer casar com a cunhada. Nessa altura eu disse-lhe: 'se você casar com ela, eu vou para a rua'" (p.33). Provavelmente a forte ligação com a mãe tornava inimaginável na então criança de 11 anos uma relação do pai com a irmã da mãe.

Uma outra dimensão relevante nas experiências de infância e adolescência é a construção das relações entre irmãos e/ou irmãs. Também neste aspecto não é possível fazer qualquer generalização: ao lado de situações de entreajuda e solidariedade, constatam-se também situações de conflito não só entre pais e filhos, mas também entre os próprios filhos/irmãos. As duras condições de vida exigiam da parte de todos o esforço no sentido de manter a unidade familiar como uma das estratégias para fazer face aos problemas em torno da sobrevivência, o que se reforçava à medida que as iniciais situações de miséria iam sendo superadas: "A relação com os irmãos é muito boa. Conversamos. Agora é melhor que antes. A miséria acabou e já não deixamos a mãe beber!" (b31). Outra confessa que, apesar das zangas e dos conflitos entre irmãos,

hoje já qualificados (arquitecto, funcionária e finalista de curso superior), conseguia ter então um papel apaziguador entre os irmãos: "Fazia as pazes entre eles, por isso são meus amigos e damo-nos todos bem" (b27). Já, porém, em famílias destituídas e desestruturadas, os problemas herdados do contexto familiar mantêm-se e, por vezes, até se agudizam, tal como um dos casos em que a mulher prostituta funciona como uma âncora da subsistência dos pais e de uma irmã "pedinte, bêbada e com três filhos portadores de sida", para quem ela envia mensalmente cerca de 75 euros (b37).

Os défices de relação afectiva atravessam, de facto, famílias de vários grupos sociais. São, porém, os ambientes de carência e necessidade que são susceptíveis de gerar animosidades, despiques e invejas entre irmãos, nomeadamente quando os destinos dos irmãos/irmãs começam a configurar-se em linhas e posições divergentes em termos de ganhos económicos ou de desempenhos escolares: "Em casa havia brigas eternas entre nós" (b37). Mas tão-pouco neste aspecto é possível generalizar: estas mulheres referem ter boas relações com este ou aquele irmão ou irmã, mas má com este ou aqueloutro/a (b24), o que, de resto, tal como o atestam diversos estudos em meio rural (Geraldes 1987, Silva 1998, Sobral 1999) e o próprio senso comum permite entreler, ocorre também em famílias sem membros envolvidos na prostituição.

Vistas retrospectivamente estas experiências por parte das mulheres inquiridas, nas suas narrativas, elas denotam *a posteriori* tratar-se de famílias desagregadas ou desarticuladas e, consequentemente, para bastantes delas, vidas destroçadas desde a sua infância e adolescência, em que se jogam não apenas factores normativo-valorativos mas outros de cariz socioeconómico, sexual e afectivo. Às experiências negativas ou, por vezes, traumáticas acrescem, porém, determinados acontecimentos problemáticos durante a juventude e a adultez, em uniões de facto ou casamentos instáveis e desfeitos que, isolada ou cumulativamente, marcaram certamente as trajectórias à entrada, bem como a própria permanência na prostituição. Por fim, mas não menos importante, é de sublinhar uma estreita (cor)relação entre a desestruturação e, não raro, violência familiar e a miséria socioeconómica a que as suas famílias de origem e elas próprias estavam sujeitas.[9]

Nos processos de socialização as vivências de bairro eram também importantes, seja num sentido de reforço positivo, seja no de discriminação e marginalização. Algumas mulheres, mesmo sem terem tido uma infância e adolescência agradáveis, relembram e/ou realçam os convívios e as festas de proximidade familiar e comunitária a partir de relações entre grupos etários semelhantes ou próximos, bem como num âmbito comunitário mais alargado. A par de experiências e casos de interconhecimento transclassista, sobretudo nos primeiros contactos entre adolescentes e jovens, num segundo momento ou na fase de decisão final sobre as escolhas de parceiros de namoro desfaziam-se tais laços em favor da subsequente e mais forte lógica classista corporiza-

[9] A constatação desta (cor)relação não exclui que a desestruturação e sobretudo a violência familiar sejam apenas remissíveis para as baixas ou miseráveis condições socioeconómicas, sendo constatáveis também casos de desestruturações e violências inter e intrafamiliares noutros contextos sociais e familiares, incluindo famílias pertencentes a classes economicamente desafogadas (cf. E. Pais 1996, A. Almeida *et al.*, 1999, Silva 2002a).

da pelos estatutos dos pais do namorado/a, cujas estratégias de reprodução de classe acabavam, em regra, por sobrepor-se aos devaneios dos/as adolescentes, frustrando-se assim as enormes expectativas criadas junto de parceiras mais pobres, tal como relata uma das mulheres inquiridas:

> "Tive a primeira relação sexual com 15 anos e o meu primeiro namorado, que era filho da patroa da minha mãe, tinha 19. Foi o amor mais inocente que tive na vida. Ele era estudante de faculdade, era muito inteligente, foi o primeiro a saber da minha primeira menstruação. Foi normal. Quase todo o mundo pensava que eu já tinha transado com ele. Eu tinha muito carinho e amor por ele. Era quase uma obsessão. Mas o pai dele disse-lhe que ele não iria casar comigo" (b24).

A vida de vizinhança, nomeadamente em meios pobres, conhece relações de entreajuda e solidariedade, mas é também frequente ocorrerem situações de despique, competitividade e inveja. Uma das entrevistadas relatou o seguinte episódio, reflectindo a animosidade entre vizinhos, que marcou uma das inquiridas que, por sua vez, teria fisicamente agredido com um pau o próprio vizinho:

> "O meu pai aleijado pediu ajuda ao vizinho para subir as escadas para entrar em casa e ele disse-lhe: 'Ajudo-te, o caralho!'. Eu estava a chegar a casa do trabalho e, ao ouvir a resposta do vizinho, disse-lhe que não precisava de falar assim. Ele disse-me: 'Está calada, filha da puta'. Eu não gostei e dei-lhe com um pau com a minha força! Ele ficou marcado e chamou a polícia. Eu fui à esquadra e, quando cheguei a casa, a minha mãe já estava bêbada por minha causa!" (b31).

(ii) **Primeiras experiências: paixões, práticas e (ab)usos sexuais**

Diversos cientistas sociais, desde sociólogos de inspiração estruturo-funcional até certos psicólogos e, em particular, psicanalistas destacam com especial ênfase a influência dos processos de socialização na formação da personalidade e, de modo especificamente negativo, eventuais traumas de infância ou adolescência. Tais experiências, negativas ou positivas, terão certamente o seu impacto na formação dos indivíduos/as, mas não poderão ser lidas de modo mecânico e em termos absolutos, pois elas terão de ser correlacionadas com outras variáveis que interferem num ou noutro sentido. Problemas e situações semelhantes, em termos de vivências e experiências, têm contudo resultados diferenciados, o que não pode ser explicado pelas designadas disfunções ou situações consideradas patológicas, mas exigem a articulação doutras variáveis não só económicas e culturais, como de experiências de ordem sexual e afectiva.

Em relação à sexualidade, verificamos experiências muito diversificadas, inclusive no seio de mulheres pertencentes a grupos sociais semelhantes. Assim, algumas mulheres portuguesas e brasileiras descreveram as suas primeiras experiências como "normais", "boas" e, nalguns casos, mesmo gratificantes na sequência de primeiros enamoramentos ("vontade de experimentar" p38) e/ou, quando muito, sentidas como

algo estranho, raro, apenas lhe causando certo espanto: "Achei estranho o sexo ser aquilo" (b24), tratando-se portanto amiúde de relações sexuais a não valorizar especialmente no quadro e nos termos da problemática aqui tratada.

Sem pretender ter uma visão linear e mecanicista com base na idade das então adolescentes ou jovens, poder-se-á contudo fazer a seguinte inferência a partir dos relatos: enquanto nos casos das primeiras experiências sexuais de raparigas com 15 ou mais anos que, em regra, se relacionaram com companheiros de idades ligeiramente superiores, não foram constatados traumas marcantes, já, porém, o mesmo não ocorreu em vários casos de experiências sexuais muito precoces entre os 13 e 15 anos e sobretudo entre os 11 e 12 anos, sendo particularmente traumáticos os casos de abusos e violações sexuais a meninas com idades inferiores a 11 anos. Com efeito, ainda que em número reduzido, algumas mulheres relataram nas suas recordações de infância e adolescência experiências negativas e até traumatizantes em termos físicos e sobretudo psíquicos, nomeadamente as que foram abusadas e violadas por familiares próximos por afinidades (padrastos) e, por vezes, consanguíneos (tios, avós), configurando crimes de violação, incesto e pedofilia no seio dos próprios agregados familiares. Tomemos alguns casos ilustrativos, a começar por uma mulher violada pelo padrasto, um jornaleiro de 40 anos:

> "A primeira experiência sexual foi com oito anos. Fui violada pelo padrasto que me violou como filha mais nova da minha mãe e morou três anos com a nossa família... Primeiro, levou-me a uma papelaria e comprou-me o que eu precisava e depois violou-me... A gente era muito pobre. Fiquei com medo" (b37).[10]

Uma outra ainda relata: "Abortei com 12 anos por controlo do pai que não deixou que a gravidez continuasse" (p32), não tendo sido possível confirmar da conversa mantida se teria sido o pai ou outra pessoa da confiança do pai a engravidá-la, pois não foi referida qualquer acção judicial contra o presumido violador, se estranho. Algumas referem que foram sexualmente abusadas pelo respectivo patrão, entre as quais é de salientar o seguinte caso: "Depois de ter sido abusada aos oito anos pelo meu padrasto, aos 15 anos fui abusada pelo meu patrão, de quem tive um filho" (b37). Outras referem violações e abusos sexuais em situações de maioridade e inclusive quando já casadas, tal como uma das mulheres prostitutas de rua que refere ter sido "abusada pelo cunhado".

Embora sem a gravidade traumatizante dos casos acima transcritos, outras mulheres referem de modo vago experiências de que "não se lembram" e/ou eram negativas: "se a experiência fosse boa, eu tinha lembrança" (b50); "o meu tempo de namoro aos 13 anos com um rapaz de 14 foi uma noite e bastou... Foi uma experiência muito negativa. Não presta a primeira vez" (b20). Estas expressões são bem sintomáticas de

[10] Esta mulher foi de tal modo marcada por esta experiência negativa e traumatizante que hoje confessa: "Só aos 20 anos é que descobri que uma mulher pode ter prazer na cama, ou seja, com o pai do meu segundo filho" (b37). Uma outra, passados largos anos, confessa na recém união de facto encetada: "Só este ano senti orgasmo pela primeira vez na vida" (b24).

recordações pouco ou nada agradáveis. Porém, a questão consistirá em saber em que medida tais experiências negativas poderão ter influenciado a entrada na prostituição, uma questão nada pacífica entre especialistas e estudiosos do fenómeno prostitucional, mas inclusive a partir dos desabafos e testemunhos dalgumas das mulheres entrevistadas. Atendo-nos aos testemunhos das mulheres, umas reforçam a ideia de que as suas primeiras experiências sexuais negativas afectaram-nas de tal modo que atribuem a estes eventos na sua infância ou adolescência a razão do seu ingresso e manutenção na prostituição, salientando a grande instabilidade emocional até ao presente: "Não conseguia ter um relacionamento estável, hoje estou nisto, tento tomar uns copos e conhecer muitos homens – pode ser que calhe um" (b34).

A atitude predominante nas mulheres com semelhantes experiências, quer na sua família de origem, quer nos seus primeiros relacionamentos amorosos, é a de uma profunda reserva, desconfiança ou suspeição em relação aos homens: "Eu e a minha irmã não acreditamos nos homens. Vimos tanta briga lá em casa. Eu sou muito reservada" (b27). E em relação ao seu primeiro namorado: "Eu era muito inocente no início. Eu acho que me chifrava. Desconfio dos homens" (b27).

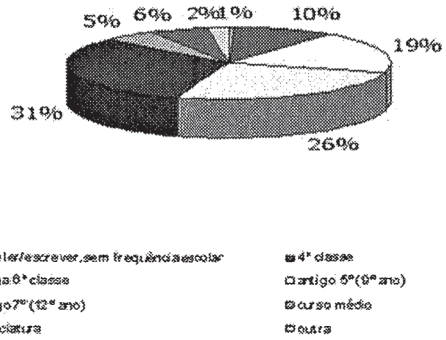
Se foram várias as que sublinharam a importância das suas experiências sexuais negativas nomeadamente na adolescência, a maioria, porém, não as valorizou nem as relevou como factor determinante para a entrada na prostituição, sendo de ilustrar, entre vários testemunhos, a posição assertiva de uma das mulheres:

> "Isso não tem influência nenhuma... As pessoas entram pela sua cabeça ou por necessidade. Dizer que a culpa é dos pais, da infância, etc. é uma maneira de se enganarem! Eu passei muito mal na minha vida, mas fui para a prostituição porque quis!" (b20).

É certo que nesta afirmação, sem deixar de admitir a necessidade, há uma maior ênfase na dimensão opcional, volitiva. Tal como referi noutro texto (Silva 1998), este é de resto um tradicional dilema, cuja resolução num ou noutro sentido de modo exclusivo e unicausal não é heuristicamente frutífera. A dicotomia entre necessidade e liberdade tem resquícios duma longa discussão filosófica, amiúde colocada em termos metafísicos, já não defensável no presente estado de conhecimento nas ciências sociais. Primeiramente, a maior ou menor medida de constrangimento ou determinância estrutural e de margem de liberdade ou opção nos modos de vida não é generalizável a todas as situações e grupos sociais. Para além disso, a estruturação dos modos de vida e correlativas acções sociais não se compadece nem com abordagens estruturalistas e deterministas nem com visões voluntaristas mas é resultante, como referi acima, da articulação dos factores de ordem estrutural e organizacional, por um lado, e dos factores de ordem interactiva.

Uma outra instância de socialização, aprendizagem e moldagem das personalidades das mulheres inquiridas foi a escola e o respectivo percurso escolar. Começando por analisar os perfis escolares das mulheres inquiridas, verificamos a distribuição pelos diversos escalões de instrução tal como aparece na figura 2.

Figura 2: Grau de instrução das inquiridas



Fonte: ITS, 2002-2003

No conjunto do gráfico é possível verificar discrepâncias consideráveis na formação escolar destas mulheres. Assim, ao lado de 6% de mulheres licenciadas e/ou com frequência de cursos superiores, 5% com curso médio e 31% com o 12º ano, a grande maioria apresenta graus de baixa escolaridade, distribuído pelas que não tiveram frequência escolar e/ou sabem ler e escrever (3%), as que se ficaram pela 4ª classe (31%) e obtiveram o 9º ano (26%), perfazendo um total de 58%, incidindo a maior mancha em mulheres da 4ª classe ao 9º ano. Em todo caso, apesar de minoritária, a taxa não desprezável de 11% de mulheres com curso médio, frequência e mesmo conclusão de cursos superiores obriga a equacionar que nem sempre nem apenas é o factor económico o único determinante, pelo menos em termos de estratégia de sobrevivência. Estas mulheres, sem excluir serem eventualmente movidas por razões de falta de emprego e/ou ausência de saídas profissionais, poderão nas suas estratégias almejar um outro patamar de ordem económica e propósitos de mobilidade social ascendente (manutenção de estilo de vida, poupança, enriquecimento rápido, investimento), para além doutras motivações não estritamente económicas como ressentimentos ou desejos de emancipação da tutela paternal.

Estas considerações, se nos exigem não cair em explicações unilaterais e economicistas, não nos permitem contudo deixar de reconhecer que há, em regra, uma fatia considerável e maioritária de escolarização média-baixa e sobretudo uma larga faixa de baixa escolarização entre as inquiridas. São estas mulheres mais destituídas de recursos não só económicos como escolares que mais condicionadas estão na procura de uma ocupação que lhes ofereça as condições mínimas de sustento, suas e das suas famílias: "O meu pai era pescador e a minha mãe doméstica, comecei esta actividade aos 11 anos, logo a seguir à 4ª classe" (p32). Para estas mulheres que saem de casa e se encontram sós mais preocupante se torna quando elas estão a braços com a criação e a educação de filhos. Donde, para a grande maioria das mulheres os factores de constrangimento pesam mais do que para uma minoria de mulheres com mais recursos económicos ou escolares, as quais à partida tinham ou, pelo menos, estavam em condições de encontrar outras formas alternativas de sobrevivência que não a prostituição.

Várias mulheres referiram que a escola não era um local agradável de aprendizagem e convívio, pois viviam a escola como um fardo e/ou local de exclusão e até mortificação corporal com castigos físicos infligidos a começar nalguns casos pela própria professora: "A minha professora, que era freira, fodia-me o corpo quase todos os dias" (p31). Outras sentiam-se discriminadas por colegas, sem que tivesse apoio da própria mãe que se envergonhava de um qualquer traço físico visto como desqualificante: "Fui discriminada na escola desde os oito anos num colégio particular. As colegas atiravam-me bocas. E a minha mãe não me ia buscar à escola por ser sardenta" (b20).

Estas vivências negativas, estigmatizantes e discriminatórias ao nível escolar e de bairro e/ou comunidade envolvente, sobretudo quando acumuladas às experimentadas no quadro familiar, tornam-se factores, por vezes propícios e, neste sentido, decisivos na articulação com outros relacionados com a privação relativa.

5. Profissões e perfis escolares anteriores à prostituição

Uma outra dimensão relevante na caracterização das trajectórias das mulheres inquiridas é o das actividades e/ou profissões exercidas antes da entrada na prostituição, por um lado e, por outro, o grau de habilitações escolares, o que permite, por sua vez, cruzar estes dados de formação escolar com o das suas mães.

(i) Actividades e (in)existência vínculos laborais

Passando em revista o registo das ocupações exercidas pelas mulheres inquiridas antes de entrar na prostituição, verificamos os resultados presentes no quadro 7.

Quadro 7 – Profissões das mulheres antes da entrada na prostituição

Ocupações/profissões	1ª profissão		2ª profissão		3ª profissão	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
amas/criadas/jornaleiras	12	7,64	1	1,04	0	0
doméstica/empregada domésticas	20	12,74	6	6,25	2	4
operárias+auxiliares de limpeza	25	15,92	14	14,58	6	12
empregada (serviços)+secretárias	46	29,30	35	36,46	15	30
assalariada (semi)qualificada	21	13,38	15	15,63	8	16
comerciante/vendedora/peq. empresária	24	15,29	17	17,71	4	28
artesãs/artistas	5	3,18	4	4,17	3	6
outra	1	0,64	4	4,17	2	4
estudante	3	1,91	0	0	0	0
Subtotal	**157**	**100**	**96**	**100**	**50**	**100**
não aplicável	(43)	(21,5)	(104)	(52)	(150)	(75)
Total	200		200		200	0

Fonte: ITS,2002-2003

A maior parte das mulheres inquiridas teve um trajecto de vida como estudante e trabalhadora nas mais diversas actividades nos sectores primário, secundário e sobretudo de serviços, tal como se pode verificar pelo quadro acima exposto. De longe predominam nos vários tipos de actividade ou profissão exercida aquelas que, indo a par de baixos níveis escolares, se traduziam em trabalhos indiferenciados e funções não qualificadas e/ou pouco qualificadas. No primeiro subconjunto de profissões indiferenciadas ou com baixa qualificação, 36% ocuparam-se em actividades de carácter manual como amas, empregadas domésticas, auxiliares de limpeza e outras mal remuneradas e com estatuto equivalente às de assalariadas operárias. Seguidamente, surgem num segundo subconjunto as trabalhadoras empregadas de serviços e com tarefas de cariz mais executivo com 29% (empregadas de bar, restaurante e similares). Embora sob forma de pequena empresa e/ou pequeno negócio relativamente autónomo, em termos de direcção e execução, verifica-se um terceiro subconjunto com uma razoável taxa (19%) de mulheres que, por necessidade ou iniciativa, eram artesãs ou se tornaram pequenas "empresárias" e/ou sobretudo pequenas vendedoras. Noutros sectores e em condições menos desfavoráveis que as anteriores, há a salientar um quarto subconjunto com uma percentagem não negligenciável de 13% de mulheres que, embora minoritárias no conjunto total, exerciam antes da entrada na prostituição, actividades (semi)qualificadas sobretudo no sector dos serviços tais como contabilistas, operadoras informáticas, secretárias, enfermeiras e, embora residuais, outras mais qualificadas como, por exemplo, professoras, engenheiras, pintora. Entre os diferentes tipos de actividade algumas conciliavam trabalho e estudo, para além das próprias actividades domésticas em casa própria ou da família de origem.

Situações semelhantes ocorreram no segundo tipo de trabalho referido pelas inquiridas que o tenham realizado: no primeiro subconjunto 22%, no segundo 37%, no terceiro 22% (e no quarto 16%, segundo dados extraídos dos inquéritos mas não reflectidos no quadro). Na terceira profissão declarada, certamente por um menor número de inquiridas, as percentagens, no quadro da mesma sequência de subconjuntos, são respectivamente 16%, 30%, 34% e 16%. Ora, salvo o primeiro subconjunto que conhece uma descida de 14% da primeira para a segunda e 6% da segunda para a terceira, totalizando uma descida global de 20%, tais resultados mostram que esta situação é compreensível pela tendência de procura de uma actividade melhor remunerada que a primeira e a terceira mais compensadora que a segunda – os segundos e terceiros subconjuntos denotam índices ligeiramente aproximados, ainda que mais acentuado na terceira profissão exercida. Quanto ao quarto subconjunto[11] que indicia alguma capacidade de iniciativa e empreendimento, ainda que artesanal ou rudimentar, verifica-se justamente uma tendência de subida, ou seja, as mulheres com actividades, com pequenas empresas familiares sobretudo como vendedoras, sobem de 18,5% para 34%. Este dado, além de obedecer a algumas estratégias bem conhecidas e trabalhadas

[11] Este quarto subconjunto foi tido em conta, embora, dado o carácter residual do ponto de vista estatístico, não foi incluído no quadro 7.

por vários teóricos de economias artesanais, camponesas[12] e de mulheres no sector de serviços (por exemplo, vendedoras) revelam estratégias não só de sobrevivência mas de melhoria e ou até mobilidade ascendente, ainda que limitada nos horizontes do seu próprio meio envolvente.

Destes dados é possível destilar alguns dos padrões mais correntes e habituais. As mulheres, originárias de classes destituídas ou modestamente providas, ou estavam desempregadas ou começaram por exercer actividades indiferenciadas como *baby sitters*, amas (*babás*) e/ou domésticas em casa ou por conta doutrem, trabalhadoras em artesanato e sobretudo na indústria como operárias. Praticamente todas as mulheres que referiram estes trabalhos, amiúde precários ou sem contrato, acrescentam que os salários eram baixos ou mesmo míseros, não raro abaixo do próprio salário mínimo.

Outras começaram a exercer trabalhos na área de serviços tais como telefonista, *balconete* e/ou *garçonete*, cabeleireira, vendedora por conta doutrem, empregada de comércio ou funcionária, escriturária e/ou secretária de pequenas ou médias empresas. Embora algo melhor remuneradas do que as primeiras, consideram elas próprias serem tais salários também escassos. Algumas destas mulheres, já com um emprego regular, mas mal pago, começaram a tentar combinar o emprego principal com a prostituição: "Eu vendia o produto de uma multinacional e acabava por me vender eu própria. Todos os dias tinha clientes fixos, mas não deu para conciliar" (b24).

Quando questionadas sobre qual o tipo de vínculo ou contrato, de 70 respostas foi possível que 27% não tinha qualquer contrato, 51% contratos temporários com menos de um ano, 34% mais de um ano, situações estas que, no seu conjunto, somam 73%, restando apenas 21% de contratos com vínculo efectivo. Umas poucas chegaram a ter profissões melhor remuneradas e até prestigiantes tais como técnica de laboratório, contabilista, gerente e controladora de *stocks* em restaurantes de luxo, entre outras. Outras, nomeadamente portuguesas, referem ter sido pequenas comerciantes e vendedoras por conta própria que, numa fase já avançada da vida, viram-se a braços com dívidas que não conseguiram liquidar, recorrendo à prostituição de rua na faixa etária entre os 40 e 50 anos. Estamos neste caso perante uma situação clara de mobilidade social descendente, insuportável, na sua óptica, face a familiares, vizinhos ou conhecidos.

Os salários baixos e até miseráveis ou as situações de insolvência económica e correlativa queda social constituem um primeiro ingrediente que permite perceber, em várias histórias de vida destas mulheres, a sua passagem para a prostituição. Quase todas referem o argumento incontestável que, comparados tais salários ou ganhos com os actuais rendimentos como prostitutas, estes são bastante melhores ou mesmo muitíssimo superiores, tornando-os mesmo, como dizem, "incomparavelmente

[12] A este respeito a bibliografia, quer a nível conceptual e teórico, quer a nível de comprovação em estudos de caso em vários países, épocas e tempos, nomeadamente em Portugal, é largamente abundante, limitando-nos a este respeito referir alguns clássicos de estudos camponeses como Chayanov (1966), Wolf (1966), Shanin (1979), Scott (1990). No caso da prostituição, os casos e respectivas estratégias de saída com sentido empreendedor são algo empoladas por Agustin (2004: 47 ss), se os compararmos com os dados recolhidos nesta pesquisa.

melhores"! Por exemplo, R., trabalhadora sexual em contexto de rua resume: "Fui operária, trabalhei como mulher de limpeza de escadas num condomínio. Nestes trabalhos tive que aturar todo o tipo de pessoas chatas e não se ganhava para viver dignamente" (p40).

Salvo casos excepcionais de mulheres que pioraram a sua situação económica após a entrada na prostituição – em parte explicada num caso concreto pela exploração extrema do proxeneta e pela idade já avançada de 48 anos, tendo iniciado tardiamente a prostituição – a grande maioria das mulheres confirma uma viragem considerável dos seus rendimentos, indo de 500 euros a 7.500 euros por mês, dados não verificáveis nem controláveis senão a partir das declarações das próprias. Todavia, não só por desabafos da maioria das entrevistadas, como pelas precauções e estratégias de ocultação das suas práticas aos próprios filhos/as, no desenho prospectivo das expectativas e dos sonhos para as suas filhas, as próprias trabalhadoras sexuais não perspectivam nem desejam para elas estas "saídas" ditas marginais ou desviantes e que representariam a reprodução da sua profissão como prostitutas. Com efeito, quando questionadas sobre o que achariam se as suas filhas retomassem a mesma ocupação que elas próprias, das 95 mães entrevistadas a quem era aplicável a pergunta, salvo uma (1,1%) que aprovaria tal profissão e 10 (10,5%) que o consideravam "assim, assim"[13], 8 (8,4%) acharia "mal" e 76 (80%) "muito mal" ou "nem pensar", que tal seria uma "decepção" difícil de suportar, acarretaria uma "dor muito grande", seria "horrivel", "vergonhoso". Bastantes destas trabalhadoras sexuais esforçavam-se por proporcionar-lhes condições para estudarem, terem uma outra profissão, de modo a escapar a "este trabalho desgraçado" e a "esta vida dura" e, se tal não acontecesse, "seria em vão o seu sacrifício".

6. Conclusão

Dos dados recolhidos dos inquéritos e entrevistas, a grande maioria das mães das mulheres prostitutas não exerceu a prostituição mas pertencia, como vimos, a classes assalariadas ou trabalhadoras domésticas desprovidas de recursos ou com poucos recursos económicos e escolares. As situações não são todavia de modo algum homogéneas. Mesmo quando haja alguns traços comuns nesta actividade ou ocupação profissional, há contudo diferenças consideráveis na condição social, em parte marcada pelas situações de classe e família de origem, em parte construída por elas próprias e outros protagonistas, uns mais distantes, outros mais próximos. Por outro lado, as explicações estruturo-funcionais de teor normativo e valorativo tão-pouco colhem, uma vez que as próprias mulheres inquiridas e entrevistadas referem, na sua maioria, ter sido educadas sob normas e padrões de socialização correntes, tendo inclusive tido oposições de familiares e, em particular das mães, no tocante à sua entrada na prostituição. Tal obriga mais uma vez a não enveredar por explicações e interpretações me-

[13] E mesmo de entre dez que achavam "assim, assim" sete argumentavam na base de que tal seria uma opção delas e as considerarem livres nas suas decisões e as restantes três achavam que elas só o fariam por necessidade e que, mesmo assim, apoiá-las-iam.

cânicas, lineares e monocausais, seja de carácter exclusivamente materialista, seja de orientação normativo-valorativo e moral. Do mesmo modo que explicações alegadamente materialistas centradas em variáveis de ordem económica e social nem sempre são suficientes para explicar fenómenos considerados desviantes como a prostituição, tão-pouco explicações estruturo-funcionais focalizadas em factores de ordem cultural ou códigos morais se revelam heuristicamente satisfatórias. Trata-se de aferir e avaliar os vários factores em jogo desde os socioestruturais, passando pelos organizacionais e interactivos, sem menosprezar obviamente a importância dos valores e das normas sociais e sua eficácia sancionatória ou persuasiva no comportamento dos indivíduos.

Depois de assinalarmos as origens sociais desprovidas, quer paternas, quer maternas, das mulheres inquiridas, é possível inferir que este factor é co-estruturante da entrada da maioria das mulheres no comércio do sexo. Embora por si só este não seja factor explicativo único – uma vez que são conhecidos muitos casos de mulheres em situações idênticas e contudo não enveredam ou "optam" pela actividade prostitucional –, a construção social desta actividade, já retrospectiva em relação à sua socialização, já prospectiva em relação às suas filhas, não invalida a força do constrangimento social e, portanto, das estruturas sociais que perpassaram, condicionaram e moldaram as vidas destas mulheres, quer numa fase ainda precoce de adolescência, quer numa fase de juventude e adultez, seja, em seguida, vivendo no estado de solteiras e vivendo com os pais ou outros familiares, seja vivendo sós, em união de facto ou já casadas e/ou separadas e divorciadas após ruptura conjugal.

Mantém-se, porém, intrigante a questão de saber por que é que, contrariamente à maioria de mulheres em situações idênticas que recusaram liminarmente ou não ousaram sequer iniciar empreender esta marcha em direcção à prostituição, estas mulheres inquiridas fizeram-no, embora com diferenciadas motivações adicionais ao baixo salário ou falência financeira. Entre os vários factores responsáveis do fenómeno prostitucional ressaltam as relações de poder e dominação de género que, articuladas com formas de dominação de classe, constituem dois ingredientes que, ainda que não suficientes, são básicos para explicar a entrada na prostituição, bem como a sua permanência. Como vimos, as trabalhadoras sexuais de hoje, tendo sido e sendo mulheres estigmatizadas e marginalizadas, são predominantemente originárias de classes destituídas de recursos ou com modestos recursos e famílias amiúde desestruturadas. Com efeito, a desestruturação familiar, a premência da sobrevivência familiar e da educação dos filhos, o desemprego ou precariedade laboral, a inexistência de qualquer sistema de protecção social e efeito de contágio dalguns casos bem sucedidos economicamente em consonância com a racionalidade das vantagens comparativas entre a situação anterior e posterior à entrada na prostituição – todos estes são factores que, quando combinados, geram situações propícias ao desencadear deste tipo de estratégia que, com maior ou menor urgência, se esboça e, seguidamente, com auxiliares directos ou indirectos, conhecidos ou não, acaba por tomar corpo.

Siglas: b= brasileira, p= portuguesa (o número adjacente refere a idade)

Referências bibliográficas

ABBOT, Palmela e WALLACE, Clara (1991), *Gender, Power and Sexuality*, Basingstoke: Macmillan.

AGUSTÍN, Laura M. (2004), *Trabajar en la industria del sexo*, Donostia-San Sebastián: Tercera Prensa-Hirugarren Prentsa, S.L.

ALMEIDA, Ana Nunes (1986), "Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina" in *Análise Social*, vol. XXXII, 92-93: 493-520.

ALMEIDA, Ana Nunes, ANDRÉ, Isabel e ALMEIDA, Helena N. (1999), "Sombras e marcas: os maus tratos às crianças nas famílias" in *Análise Social*, vol. XXXIV, 150: 91-121.

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.

BOURDIEU, Pierre (1999), *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.

CHAYANOV, Alexandre [1966(1924)] *The Theory of Peasant Economy*, organizado por D. Thorner, B. Kerblay e R.E. Smith com introdução de T.Shanin, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

COLE, Sally (1991), *Women of the praia: Work and lifes in a Portuguese coastal community*. Nova Jersey: Princeton University Press.

CUTILEIRO, José (1988), "Honra, vergonha e amigos", in J. G. Peristiany (org), *Honra e vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ix-xxvii.

DAVIDOFF, Leonore (1979) "Class and Gender in Victorian Engeland: The Diaries of Arthur J. Munby and Hannah Cullwick", *Feminist Studies*, 5: 87-141.

DUBISCH, Jill (1986), "Introduction" in J. Dubisch (org) *Gender & Power in Rural Greece*. Nova Jersey: Princeton University Press.

DURKHEIM, Emile (1977 [1893]), *A divisão do trabalho social*, Lisboa: Presença, vol I e II.

ENGELS, Friedrich (1964 [1884]), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

FIREMAN, B. e GAMSON, W.A (1979), "Utilitarian logic in the resource mobilization perspective" *in* M. M. Zald e J. D. McCarthy (orgs), *The dynamics of social movements*, Cambridge: Massachusets.

FOUCAULT, Michel (1994), *História da sexualidade*, Lisboa: Relógio d'Água.

FREUD, Sigmund (1959[1915]), "Some Character Types Met With in Psycho-Analysis Work" *in* J. Riviere (org) *Collected Papers of Sigmund Freud*, Nova Iorque: Basic Books.

GERALDES, Alice (1987), *Gente de minifúndio. Produção e Reprodução em mudança na freguesia da Correlhã*, Braga: Universidade do Minho.

GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

GRAMSCI, António (1974), *Obras Escolhidas*, I e II, Lisboa: Estampa.

HARRIS, Olivia e YOUNG, Kate (1981), Engendered Structures: Some Problems in the Analysis of Reproduction" *in* J. S. Khan e J. R. Llobera (orgs), *The Anthropology of Pre-Capitalist Societies*, Londres: MacMillan, pp. 109-147.

HENNESSY, Rosemary (2003), "Class" *in* Eagleton (org) *Feminist Theory*, Oxford: Blackwel

HEYL, Barbara (1979), "Prostitution: An Extreme Case of Sex Stratification", *in* Freda Adler e Rita Simon, *The Criminology of Women*, Boston: Houghton, pp. 196-210.

LLOBERA, Joseph R. (1979), "Techno-Economic Development and the Work of Marx on Pre-Capitalist Societies" in *Man*, 14, 2: 249-270.

MACHADO, Helena (2002), *Tribunais, género, ciência e cidadania. Uma abordagem sociológica da investigação judicial da paternidade*, Braga: Universidade do Minho (tese de doutoramente, policopiada).

MARX, Karl [1974 (1967], *O Capital*, Lisboa: Delfos.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998), *O Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Hugin.

NENCEL, Lorraine (1994), "The Secrets behind Sexual Desire: The Construction of Male Sexuality in Lima, Peru" in *Etnofoor*, VII, 2: 59-75.

PAHL, R.E. (1966), "The rural-urban continuum" in *Sociologia Ruralis*, vol.VI, 3-4: 299-329.

PAIS, Elza (1996), *Rupturas Violentas da Conjugalidade: Os Contextos do Homicídio Conjugal*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PAIS, José Machado (1983), "A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX" in *Análise Social*, vol XIX, 77-78-79: 939-960.

PARSONS, Talcott (1988), *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.

PERRY, Mary Elizabeth (1985), "Deviant Insiders: Legalized Prostitutes and Consciousness of Women in Early Modern Seville" in *Comparative Studies in Society and History*, vol 27 (1):138-157.

POULANTZAS, Nicos [1975(1968)], *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris: Maspero.

REITER, Rayna (1975), "Men and Women in the South France. Public and Private Domains" *in* R. Reiter (org) *Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque, Monthly Review Press, pp. 252-282.

RIBEIRO, Manuela (2004), "As prostitutas também são mães", *in V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: reflexividade e acção*, Braga: Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 Maio, Universidade do Minho.

RUBIN, Gayle (1975), "The Trafic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex" *in* R. Reiter (org) *Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque: Monthly Review Press.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

SCHNEIDER, J. (1971), "Of vigilance and virgins: honor, shame and access to resources in Mediterranean societies", *Ethnology*, vol. X, 1, 1-24.

SCOTT, James C. (1990). *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven e Londres: Yale University Press.

SHANIN, Theodor (1979), "Definiendo al campesinado: conceptualizaciones y desconceptualizaciones. Pasado y presente en un debate marxista" in *Agricultura y Sociedad*, 11: 9-52.

SILVA, Manuel Carlos (1993), "Casa e casas em espaço rural: o poder doméstico" *in Actas do II Congresso Português de Sociologia*, vol I, Lisboa: Fragmentos, pp. 992-939.

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (1998a), "Prostituição feminina: uma primeira abordagem para uma pesquisa", *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (1), 227-244.

SILVA, Manuel Carlos (1999), A luta pela igualdade sexual: pela articulação conceptual entre classe e género" *in* FORUM, *A situação das mulheres no limiar do século XXI*, Lisboa: Avante, pp. 47-49.

SILVA, Manuel Carlos (2002), "Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo patrimonial e sociopolítico de mulheres?", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 42 (3-4), 125-144.

SILVA, Manuel Carlos (2002a), "Conflitos interfamiliares e "mal de inveja" in *Análise Social*, vol XXXVII (162): 209-241.

SILVA, Manuel Carlos (2003), *Multidimensionalidade do conceito de classe: da condição objectiva à acção colectiva*, Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

SILVA, Manuel Carlos, MACHADO, Helena e SILVA, Susana (2002), "Direito, ciência e o corpo feminino: a prostituição como 'objecto de fronteira'", in *Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura*, 4: 183--203.

SILVA, Susana M. (2001) *A fronteiras das ambivalências: Controlo e poder institucionais sobre a prostituição feminina*. Braga: Universidade do Minho (tese de mestrado, policopiado).

SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: passado e presente na vida de uma freguesia da Beira*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

TIZÓN, José Luís Sequeiros *et al.* (1996)), *A prostitución feminina na Comunidade Autónoma de Galicia*.Vigo: Xunta de Galicia: Serviço Galego de igualdade – Consellería de Família, Xuventude, Deporte e voluntariado.

THERBORN, Goran [1987 (1980)], *La ideología del poder y el poder de la ideología*, Madrid: Siglo XXI.
TORRES, Anália (2001), *Sociologia do casamento. A família e a questão feminina*, Oeiras: Celta.
WALKOWITZ, Judith (1980), *Prostitution and Victorian Society. Women, Class and the State*, Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press.
WEBER, Max (1978), *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
WOLF, Eric (1966), *Peasants*, Nova Jersey: Prentice Hall, Inc.

Transacções discursivas em contexto judicial – construções femininas e masculinas

Helena Machado*

Resumo

Tal como em outras dimensões da vida em sociedade, os contextos judiciais projectam pelas transacções discursivas realizadas entre os diferentes actores sociais, relações de assimetria e de desigualdade de natureza diversa. As diferenciações de classe e de género são ampliadas e reforçadas nos contextos em que interagem magistrados, de um lado, e cidadãos destituídos de poder económico e cultural, de outro.

O trabalho de campo realizado pela autora num tribunal de primeira instância e no âmbito de julgamentos de investigação judicial de paternidade de menores, permitiu identificar um viés sexista que reafirma modelos culturais que sustentam a naturalização das diferenças entre mulheres e homens, assentes numa diferenciação de funções sexuais, com amplas repercussões na configuração dos papéis parentais e dos modos dominantes de organização das famílias. No contexto das relações assimétricas de poder que se desenvolvem nos tribunais, em particular nas investigações de paternidade, centro a minha análise sobretudo nas diferenciações de género, pela projecção de modelos de masculinidade e feminilidade.

A desatenção que se verifica da parte do aparelho judicial em relação às especificidades sociais e culturais dos cidadãos mais destituídos em termos de capital cultural cria barreiras de comunicação que dificultam uma efectiva democratização no acesso à justiça. Este fenómeno social penaliza sobretudo as mulheres, que tendem a ter uma visão mais negativa dos tribunais e a denotar mais dificuldades na mobilização dos recursos culturais necessários para um desempenho eficaz no contexto do sistema jurídico. De resto, isso é consistente com a maior distância que as mulheres em geral manifestam em relação às instituições públicas, em virtude da vigência de um sistema de patriarcado que as remete privilegiadamente para a esfera privada e que "masculiniza" o Estado e a esfera pública.

* Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

1. Introdução

O conceito de discurso apresentado por Michel Foucault, como sendo não um conjunto de signos ou excertos de texto, mas sim "práticas que sistematicamente formam os objectos aos quais se referem" (Foucault, 1972: 49), permite percepcionar a formação discursiva como um princípio co-estruturante que governa crenças e práticas (Mills, 1991). O pensador francês vai ainda mais longe, ao afirmar que os contextos socioinstitucionais só adquirem significado por meio da sua formação discursiva (Foucault, 1972).

Não obstante a abordagem foucaultiana do discurso não referir directamente a problemática do género ou da diferenciação sexual, a problematização do poder que lhe subjaz foi repetidamente apropriada e trabalhada pelas teóricas do discurso feministas (Diamond e Quinvy, 1988; Mills, 1991; McNay, 1992; Sawicki, 1991; Smith, 1990). A agenda das abordagens feministas do Direito tem sido particularmente preenchida pela análise de discurso, entendida nesse contexto como uma modalidade de exercício de poder, de diferenciação e de dominação que reflecte de forma cabal o carácter "masculino" do Direito (*maleness of law)*. Do ponto de vista da maioria das autoras feministas, o Direito e a administração da justiça são configurados como contextos particularmente elucidativos dos processos de produção e reafirmação de concepções binárias de diferenciação entre mulheres e homens, pelas quais são construídos atributos "negativos" em relação ao género feminino, nomeadamente através do discurso (Smart *in* Abbott *et al.*, 1991:157). Como referia Mary Griffith, no final da década de oitenta do século XX:

> "De um ponto de vista feminista, a lei reforça a ordem dominante. A perspectiva legal, não obstante a sua fachada de neutralidade e objectividade, é definida a partir da perspectiva masculina. Mais ainda, a lei veicula a autoridade do Estado e consequentemente tem o poder de fazer com que o ponto de vista do homem se torne sinónimo da realidade"[1] (Griffith, 1989: 142).

De acordo com a maioria das perspectivas teóricas expostas pelas abordagens feministas do Direito, uma das formas de poder de que se socorre o aparelho jurídico reside, precisamente, no que esta instância ideológica estabelece como sendo um "regime de verdade" (Foucault, 2000), pelo qual são dela excluídos ou dominados discursos alternativos ou exteriores ao sistema de conhecimento e de acção dominante (Abbot, 1991). Particularmente vulneráveis aos processos de exclusão projectados pelo aparelho judiciário serão os discursos construídos pelos cidadãos que mais acumulam situações de vulnerabilidade associadas à posição de classe, à dependência económica e laboral e, igualmente, a comportamentos sexuais e procriativos considerados pouco convencionais ou desviantes. No que respeita a este último aspecto, importa considerar o tipo de situações judiciais que provavelmente podem evidenciar com maior clareza

[1] Todas as traduções apresentadas neste texto são de minha autoria.

a "masculinidade do direito", operando pela desqualificação/dominação ou supressão do feminino, parecendo quase evidente que serão os casos que envolvem a "sexualidade" – nomeadamente processos de violação[2], assédio sexual, incesto, divórcio e recurso a tecnologias médicas de procriação assistida (Smart, 1984, 1986, 1987, 1991, 1998). Acrescento a investigação judicial de paternidade ao rol de tipo de processos judiciais que reafirmam, de forma particularmente ostentadora, a posição sexual e socialmente subordinada das mulheres. A meu ver, esta prática judicial específica reflecte alguns modos de exercício de "poder masculino" sobre as mulheres sob a forma de imposição de uma "política de reprodução", que se manifesta nomeadamente no que se poderá apelidar de "transacções discursivas" de carácter oral e escrito.

Com base na observação directa de julgamentos de casos de investigação de paternidade, que desenvolvi ao longo de cerca de dois anos, num tribunal de primeira instância seleccionado para realizar um estudo de caso, procuro aqui ilustrar os modos como as formações discursivas nos tribunais reflectem inter-relações de poder que constituem as mulheres em sujeitos de monitorização pública, sendo que as mulheres também parecem participar activamente nos processos de construção dos papéis de sujeito, no contexto de um ideário dominante de feminilidade e masculinidade.

Por transacções discursivas entendo aqui todos os enunciados escritos e não escritos produzidos no contexto dos tribunais, intentando percepcionar modalidades de inter-relações de poder de carácter microanalítico. Importa ainda proceder a uma distinção entre linguagem e discurso, sendo que este último pode ter um sentido puramente linguístico (coincidindo com o conceito de linguagem e dizendo respeito a segmentos falados ou escritos) e um outro sentido, social, que ultrapassa a mera dimensão da linguagem e entra no domínio da acção (Conley, 1998).

2. Os discursos em tribunal como objecto de investigação

Embora permaneçam como uma área relativamente negligenciada no âmbito dos estudos sociais do Direito, têm-se vindo a desenvolver, nos últimos anos, diversos trabalhos empíricos sobre os discursos utilizados e desenvolvidos no contexto social específico dos tribunais. De facto, nos anos oitenta e noventa do século XX, assistiu-se a um impulso considerável dessa área de investigação, pelo trabalho levado a cabo por cientistas provenientes de disciplinas científicas distintas, mas que tinham em comum a convicção da importância do "social" na construção do discurso, o que veio desmistificar alguns aspectos substantivos da retórica jurídica, nomeadamente a ideia, muitas vezes veiculada pela ciência jurídica, de que o direito é uma espécie de entidade autopoiética, que se auto-fundamenta e se auto-constrói.

[2] O seguinte extracto ilustra de modo claro algumas das conclusões avançadas por Carol Smart ao longo da sua vasta obra de análise empírica de situações jurídicas particularmente exemplificativas do carácter masculino e desqualificativo do feminino evidenciado pelo Direito: "O julgamento de violações é um dos momentos fulcrais pelo qual a lei atribuí uma significação específica aos corpos das mulheres, reproduzindo crenças culturais sobre a sexualidade feminina, mas também constrói o seu próprio léxico legal, reafirmando o seu próprio modo de desqualificação" (Smart *in* Abbot, 1991: 162).

A retórica é uma base fundamental do poder jurídico (Bourdieu, 1986) e nas instâncias judiciárias é extremamente evidente a contraposição simbólica entre os discursos do quotidiano e aqueles que são enquadráveis na categoria de "discurso jurídico", sendo que os primeiros são desvalorizados ou mesmo rejeitados pelos actores judiciários dotados de mais poder no âmbito dos tribunais (magistrados e advogados) (Conklin, 1998; Poblet, 1998, 1999; Smart *in* Abbott *et al.*, 1991).

A noção de capital linguístico desenvolvida por Bourdieu (1998), como constituindo uma faceta particular do capital cultural, pode-nos ser útil para captar as modalidades de diferenciação social presentes nas transacções discursivas:

> "Uma vez que o domínio da língua legítima se pode adquirir pela familiarização, ou seja, por uma exposição mais ou menos prolongada à língua legítima ou pela inculcação expressa de regras explícitas, as grandes classes de modos de expressão correspondem a classes de modos de aquisição, ou seja, a formas diferentes da combinação entre os dois principais factores de produção da competência legítima, a família e o sistema escolar" (Bourdieu, 1998: 48).

Assim, as competências discursivas revelam-se como um elemento determinante no contexto dos tribunais, funcionando como factor de hierarquização e de classificação sociais dos indivíduos, na medida em que "O que se exprime através do *habitus* linguístico é todo o *habitus* de classe, do qual ele é uma dimensão, ou seja, de facto, a posição ocupada, sincrónica e diacronicamente, na estrutura social" (Bourdieu, 1998: 77).

A produção discursiva constitui um recurso cultural, que pode ou não ser utilizado adequadamente em tribunal[3]. Os actores sociais mais desapossados em termos de capital linguístico acabam por ficar sujeitos a um "sistema de sanções e de censuras específicas" (Bourdieu, 1998: 14). No contexto particular dos tribunais, os indivíduos mais fragilizados em termos de competência linguística são precisamente aqueles que encontram maiores dificuldades em compreender os discursos "especialistas" veiculados pelos actores judiciários, nomeadamente por advogados e magistrados, o que pode ser encarado como um dos mais recorrentes obstáculos no acesso à justiça[4].

O discurso jurídico parece imbuído de uma forte ambivalência. Se, por um lado, se apresenta como "universal", por outro socorre-se de uma linguagem muito

[3] A nível internacional – e, em particular, no seio dos países nos quais vigora um sistema jurídico anglo-saxónico, baseado em processos "de partes" ou "adversariais" (*adversarial system*) – têm aumentado as tentativas para divulgar práticas de registo áudio e vídeo das audiências de julgamento, de modo a que as partes, os magistrados ou os jurados que pretendam aceder a uma audição e visionamento desses acontecimentos possam considerar como elementos a ponderar determinados detalhes que extravasam os conteúdos directos dos discursos proferidos, tais como entoações de voz e expressões gestuais.

[4] Em conversa informal, um magistrado narrou-me um episódio que envolveu, no decurso de uma investigação de paternidade, uma mãe de um menor que, segundo a opinião deste actor judiciário, apresentava "fortes sinais de demência e vivia em meio rural profundo". De acordo com o magistrado, a referida mulher não conseguia compreender a questão "Alguma vez manteve relações sexuais com Y?"; pelo que este se viu obrigado a reformular a pergunta, de modo a se fazer compreender pela inquirida, tendo então perguntado "Alguma vez fodeu com Y?".

específica – assaz distante das linguagens do quotidiano – de modo a manter uma certa "áurea" que fundamenta a sua dimensão autoritária (Bourdieu, 1986; Conklin, 1998; Santos, 1980). Mesmo em situações nas quais não se verifica propriamente o recurso à linguagem técnica – cujo uso é mais frequente ao nível da escrita – as desigualdades sociais podem manifestar-se de forma particularmente evidente no contexto das interacções face-a-face envolvendo magistrados e cidadãos. Isto porque, por um lado, por via das regras formais e informais de funcionamento dos julgamentos, os magistrados detêm mais poder (em sentido global) que os cidadãos envolvidos[5]; mas também porque, por outro lado, os magistrados possuem um elevado capital cultural (medido pela posse de diplomas escolares), sendo que os cidadãos envolvidos em julgamento judicial podem estar destituídos deste.

Os estudos das interacções produzidas nos julgamentos judiciais centrados em torno da questão das formações e transacções discursivas têm-se caracterizado pela diversidade de perspectivas teóricas e ferramentas metodológicas adoptadas. A maioria das análises centram-se na análise dos interrogatórios realizados pelos advogados[6], encarados como modalidades dinâmicas de produção, negociação e interpretação de "factos jurídicos", que geralmente traduzem modos de exercício de poder e de controlo dos actores judiciários profissionais sobre os cidadãos que comparecem em tribunal (Atkinson, 1979; Conley, 1998; Danet, 1990; Gibbons, 1994; Matoesian, 1992, 1995). Outras abordagens convergem a atenção para os modos como são realizadas as construções de identidades profissionais dos actores judiciários no contexto institucional específico dos tribunais, nomeadamente através dos encontros face-a-face desenvolvidos entre advogados e juízes[7].

[5] Em Portugal, os Códigos de Processo Penal e de Processo Civil estabelecem claramente a posição dominante do juiz presidente, no âmbito dos julgamentos judiciais, nomeadamente pela formulação de regras relativas aos seus "poderes de disciplina e de direcção". Especialmente elucidativos dos poderes do juiz que preside o julgamento em relação aos restantes actores judiciários, são, por exemplo, a competência e poder para "tomar todas as medidas preventivas, disciplinares e coactivas, legalmente admissíveis, que se mostrarem necessárias ou adequadas a fazer cessar os actos de perturbação da audiência" [art. 323.º, al. e) do Código de Processo Penal] e "dirigir e moderar a discussão, proibindo, em especial, todos os expedientes manifestamente impertinentes ou dilatórios." [art. 323.º, al. g)]. No Código de Processo Civil, estabelecem-se sete medidas previstas na lei, para que o juiz possa "manter a ordem nos actos processuais" [art. 154.º]. Em contrapartida, em nítida posição de submissão ao poder da magistratura está o estabelecimento de "deveres de conduta" do arguido e do réu e das pessoas que assistem à audiência [sendo que estas últimas albergam o público em geral, mas também testemunhas, que depois de deporem, passam para a categoria de meros observadores do decurso da audiência]. Em relação a estas últimas, e atendendo às dimensões específicas das interacções entre magistrados e testemunhas, que me interessam focalizar, são particularmente elucidativas as seguintes regras: "Cabe, em especial [às pessoas que assistem à audiência] acatar as determinações relativas à disciplina da audiência (...) comportar-se com compostura, mantendo-se em silêncio, de cabeça descoberta e sentadas (...) não manifestar sentimentos ou opiniões, nomeadamente de aprovação ou de reprovação, a propósito do decurso da audiência." [art. 324.º nº 2, alíneas a) b) e d) do Código de Processo Penal]. Tanto ao nível cível como do crime, os respectivos Códigos processuais contemplam a possibilidade do magistrado judicial que preside ao julgamento advertir ou mesmo retirar a palavra ou afastar advogados ou defensores, que não cumpram as normas disciplinares que regem o funcionamento dos julgamentos e que são supervisionadas pelo presidente do tribunal.

[6] Este enfoque analítico sobre as relações estabelecidas entre advogados e testemunhas explica-se se atendermos às características específicas dos sistemas adversariais, próprios dos países onde este tipo de investigação científica se tem avolumado, nos quais é altamente relevante o papel desempenhado pelos advogados (E.U.A. e Reino Unido).

[7] Representativos desta corrente são os trabalhos de Bryna Bogoch sobre o impacto da variável "género" na construção das identidades profissionais dos advogados e juízes (Bogoch, 1997, 1999; Figueira, 1998).

Os primeiros estudos realizados sobre as interacções ocorridas em salas de julgamentos judiciais basearam-se em larga medida em ferramentas teóricas e metodológicas proporcionadas pelo interaccionismo simbólico (Carlen, 1976), principalmente pelo modelo dramatúrgico desenvolvido por Goffman (1974). Assim, dos traços distintivos destas investigações salientam-se não só o seu carácter marcadamente empiricista, mas também as tentativas de procurar captar – do ponto de vista dos actores sociais envolvidos – os significados simbólicos criados pelo ritual dramatúrgico desenvolvido nos julgamentos judiciais.

Tendo presente o objecto empírico que me ocupa, devo desde já salientar o facto de que este não só comporta dimensões de intersecção entre o poder político-jurídico e a "sexualidade"[8] – enquanto alvo de poder por parte do Estado e dos tribunais – como exige o recurso a instrumentos teóricos e analíticos que permitam ir ao encontro de formas de poder subtis, que não se poderão encontrar apenas na análise de conteúdos formais de carácter legislativo e jurisprudencial. Um estudo dos discursos construídos pelos actores sociais no desenrolar da prática quotidiana dos tribunais permite aceder à prática real do direito (*law in action*), tanto sob as formas oral como escrita de produção discursiva, que podem ser mais ou menos distantes do Direito formalmente instituído (*law in books*). Neste caso, trata-se de perspectivar o "direito vivo" pela análise de acontecimentos discursivos, o que permitirá compreender alguns modos de exercício de poder sob uma perspectiva microsociológica. A abordagem aqui apresentada representa uma alternativa à tendência que tem dominado na sociologia jurídica e nos estudos feministas do Direito, de análise preferencial dos textos jurídicos escritos, como se estes encarnassem a lei e, de algum modo, fossem mais reais do que os próprios processos sociais que conduziram à sua criação e produção final.

Parto de um ponto de vista teórico segundo o qual a capacidade de produção discursiva no contexto dos tribunais traduz desigualdades no acesso à justiça, provocando da parte do sistema judicial tratamentos diferenciados dos actores sociais envolvidos. Neste processo, os actores sociais mais desapossados de competências linguísticas valorizadas nos tribunais são desclassificadas. Outra dimensão de análise possível poderia ser a questão do acesso ao discurso, aceitando o que os estudos feministas têm evidenciado: as estruturas discursivas funcionam como arenas de poder, que convergem no propósito de silenciar as mulheres (Macedo e Amaral, 2005: 43).

[8] Michel Foucault, na obra *História da Sexualidade*, não só analisa as formas (científicas, filosóficas, religiosas, políticas e éticas) assumidas pelos discursos sobre a sexualidade, como também se debruça sobre os objectos dessas mesmas práticas discursivas, tendo identificado quatro áreas fundamentais que constituem alvos privilegiados do poder da medicina ou, nas palavras do autor, "Quatro grandes conjuntos estratégicos que se desenvolvem a propósito do sexo dispositivos específicos de saber e de poder" (Foucault, 1994: 107-108): a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização dos comportamentos procriadores e a psiquiatrização do prazer perverso. Os dois últimos *objectos* são reapropriados com frequência pelas instâncias de poder de carácter político-jurídico, convertendo-se em políticas sexuais emanadas do Estado e implementadas pelo aparelho jurídico. Se a "socialização dos comportamentos procriadores" é visível, por exemplo, na definição de políticas de saúde reprodutiva, na implementação de políticas sociais de defesa da maternidade e da paternidade e, ainda, na regulamentação legal dos nascimentos ocorridos fora do casamento institucional, já, porém, a "psiquiatrização do poder perverso" é transposta para a esfera político-jurisdicional através de medidas legislativas dirigidas às práticas homossexuais, à prostituição ou a definições jurídicas de conceitos como "práticas sexuais", "pudor", "crimes sexuais" e "idade de consentimento".

3. Discurso, direito e género: as interacções face-a-face como mecanismos de dominação

Os resultados judiciais produzidos pelas tomadas de decisão por parte dos magistrados são em grande medida condicionados pelos elementos de ordem verbal e não verbal facultados pelos "encontros"[9] entre os actores judiciários profissionais e os cidadãos envolvidos num processo judicial, sendo de relevar a importância socialmente conferida à aparência da mulher, entendida como um indício directo da essência feminina[10]. É pertinente referir a posição defendida pelas feministas Carlen e Worrall (1987) que, numa obra dedicada aos modos como o sistema judicial penal lida com as mulheres, sustentam que a construção jurídica da feminilidade assenta fortemente no vector dos comportamentos sexuais que, por sua vez, são em grande medida avaliados pela aparência, passível de leituras sobre a moralidade da mulher (Carlen e Worrall, 1987: 5). Sobretudo a sociologia interaccionista foi pródiga em estudos que evidenciam o facto de que as relações de género são sustentadas por processos de contínua aprendizagem social assente em processos de permanente monitorização de pormenores de exibição do corpo e das gestualidades, nos modos de usar a roupa e nas atitudes tomadas perante situações de tensão e de emotividade, que se inserem num sistema de oposições homólogas (feminino/masculino).

A importância assumida pelos desempenhos linguísticos (*linguistic performance*) dos actores sociais envolvidos no contexto específico das audiências judiciais é particularmente notória nos sistemas jurídicos adversariais. Como refere Gregory Matoesian, a propósito de uma análise sobre as conversas desenroladas em tribunal (*trial talk*) em processos judiciais de violação:

> "Os julgamentos de violação, como acontece noutras situações em contexto adversarial, não revelam necessariamente uma avaliação do que é verdade e falso, mas sim trata-se sobretudo de ganhar e perder numa guerra estreitamente

[9] Goffman dedicou grande parte do seu trabalho de investigação a estudar as interacções face-a-face, fazendo incidir a sua atenção sobre os elementos verbais e não verbais mobilizados pelos actores sociais nesses encontros. A abordagem humanista desenvolvida por este sociólogo propunha que o cientista social procurasse captar os sentidos que os próprios actores sociais conferem às suas acções. Assim, entende que os sentidos são construídos com base em significações comummente partilhadas e negociadas consoante o contexto específico de cada interacção social. O elemento não verbal das interacções sociais que maior impacto causa, pelo menos num momento inicial, é precisamente o rosto (Goffman, 1974:9).

[10] O meu trabalho de campo revelou diversas facetas pelas quais as mulheres, em sede de investigação judicial de paternidade, são avaliadas e catalogadas em termos de "reputação sexual" (da qual se infere a moralidade). São de salientar estratégias levadas a cabo quer por advogados, quer por magistrados do Ministério Público, que visam excluir como testemunhas de audiências de julgamento mulheres que, pela sua postura corporal, vestuário e maquilhagem, possam causar a impressão de serem "sedutoras" ou "despudoradas". Em situação de entrevista, por várias vezes magistrados do Ministério Público referiam-se às mães dos menores envolvidas em processos judiciais de investigação de paternidade como tendo «bom aspecto» ou «mau aspecto». Um magistrado do Ministério Público informou-me que geralmente não conduz a mãe do menor às audiências de julgamento, por tal "não ser obrigatório e de nada adiantar", mas adiantou que uma vez abriu uma excepção "porque a mãe do menor era uma jovem com cara de anjo" (Extracto de diário de campo, Outubro de 1997). Vários magistrados relataram-me também que avaliam a credibilidade das testemunhas com base em determinados elementos não verbais, designadamente o facto de se "olhar de frente" (apreciado como constituindo um indício de frontalidade e de franqueza) ou de se "baixar os olhos" (entendido, por sua vez, como um sinal de hesitação e de provável mentira). O facto de se "torcer as mãos" ou de se "mexer em anéis ou no relógio" foram também referidos como constituindo gestos de nervosismo, o que pode conduzir à suposição de que a testemunha está a mentir.

> condicionada pela estratégia forense – uma guerra de palavras, de capacidade retórica e de ideias, uma guerra pela qual a capacidade para evidenciar conhecimento pelo discurso constituí a arma proeminente de dominação." (Matoesian, 1995: 698).

Para captar os modos como em larga medida os resultados dos processos judiciais são mediados pelos referidos processos de interacção, é necessário levar a cabo uma análise interpretativa do desempenho linguístico dos actores judiciários, ainda que em sistemas jurídicos de tipo inquisitorial como o português se façam sentir, em princípio, os efeitos de contenção da linguagem exercida pelo juiz sobre os restantes actores em co-presença[11].

A observação de sessões de julgamento de acções de investigação de paternidade permitiu-me compreender algumas facetas destes modos particulares de interacção face-a-face, essencialmente caracterizados por uma elevada rigidez e por um nítido desequilíbrio de poderes, nomeadamente, de ordem linguística (Atkinson, 1979; Berns, 1999; Conklin, 1998; Conley *et al.*, 1978; Eaton, 1986; Matoesian, 1992; O' Barr, 1982). Curiosamente, em todas as situações observadas, apenas tive oportunidade de observar em acção o desempenho de magistrados do sexo masculino. Por outro lado, surgiram mais mulheres do que homens como testemunhas. O tipo de interacção social desenrrolado nas salas de tribunal em análise representa um modo particularmente desigual de exercício de poder, já que ao elevado poder simbólico do magistrado e ao escasso poder económico e simbólico do cidadão (na medida em que a maioria da população envolvida em investigações de paternidade pertence a estratos sociais desfavorecidos), acresce o factor género como elemento fundamental de veiculação e de reprodução de desigualdades sociais.

O conteúdo dos discursos veiculados em tribunal desempenha um papel crucial na produção de exercício de poder, que se evidencia, no caso das investigações de paternidade, de modo particularmente explícito pela formulação de perguntas dirigidas à mãe do menor. Neste contexto a actividade sexual e procriativa da mãe do menor deixa de ser encarada como uma experiência íntima e privada e converte-se em assunto de interesse do Estado, em nome da defesa dos interesses do menor[12]. Neste sentido

[11] O sistema jurídico português é formalmente um sistema "misto", pelo qual, em princípio, no âmbito criminal domina o processo "inquisitorial" e no domínio cível o processo de "partes". No entanto, nos casos cíveis em que estão presentes interesses "públicos" – como é o caso da investigação judicial de paternidade – faz-se sentir dominantemente o peso dos procedimentos judiciais de tipo inquisitório, no qual tanto o Ministério Público como o juiz têm um papel predominante na condução do julgamento e na produção de prova. Pela observação que fiz de julgamentos e através de conversas informais que mantive com magistrados do Ministério Público e advogados, ao longo do desenrolar do trabalho de campo, pude concluir que o desempenho do juiz-presidente, em termos de maior ou menor autoritarismo e direccionismo na condução do julgamento, varia fortemente consoante as características individuais (de personalidade) do magistrado em questão. Figueira (1998) e Bogoch (1997, 1999), a partir de estudos empíricos sobre as interacções entre advogados e juízes em sede de julgamentos judiciais, realizados, respectivamente, no Brasil e em Israel, chegaram à mesma conclusão.

[12] A primazia a conceder à defesa dos direitos dos menores em detrimento dos direitos da mãe (por exemplo, o direito à privacidade e reserva da vida privada) constitui um argumento que é constantemente invocado pelos magistrados portugueses, como é notório através de uma leitura da jurisprudência publicada desde pelo menos meados da década de setenta do século XX.

factos que directamente não têm qualquer pertinência para a causa jurídica em questão são relevados em tribunal, nomeadamente os que dizem respeito à vida sexual da mãe do menor[13], ainda que os magistrados que entrevistei me tenham repetido, recorrentemente, que não interessa "para nada" o comportamento sexual da mãe do menor nos períodos anterior e posterior à altura de concepção do menor[14].

A observação directa que realizei de algumas das actividades quotidianas dos tribunais, nas quais ocorrem interacções face-a-face entre magistrados e cidadãos, permitiu-me, igualmente, detectar alguns padrões de diferenciação de classe e sobretudo de género, os quais remetem a mãe para a esfera da "domesticidade" e o pretenso pai para a esfera do "económico", projectando um viés sexista que reafirma modelos culturais que sustentam a naturalização das diferenças entre mulheres e homens, assentes numa diferenciação de funções sexuais, com amplas repercussões na configuração dos papéis parentais e dos modos dominantes de organização das famílias (Boyd, 1989; Brophy, 1989; Eaton, 1986; Silva e Smart, 1999; Smart, 1978, 1984, 1986, 1989a, 1989b, 1992). Dentre os exemplos mais evidentes, destaco o facto de que, enquanto à mãe do menor são sistematicamente colocadas várias questões sobre a sua vida sexual, nunca, em algum momento, assisti à formulação de questões desse foro dirigidas ao pretenso pai. Uma análise de conteúdo do interrogatório dirigido ao pretenso pai permitiu-me captar a dimensão de suporte financeiro que lhe é dirigida – e que se traduz pela pergunta, sempre presente nos julgamentos de acções de investigação de paternidade observados, dirigida não só ao pretenso pai, como à mãe do menor e testemunhas, sobre se alguma vez o indigitado pai contribuiu "para o sustento da criança". De igual modo, é frequente que os magistrados produzam comentários de culpabilização, quer da mãe do menor, quer do pretenso pai. Essa estratégia revela de modo particularmente explícito alguns modos de diferenciação social dos géneros – enquanto a mãe do menor é censurada pelo seu comportamento procriativo desviante (ter filhos fora do casamento institucional), o pretenso pai é criticado por não cumprir o seu papel de suporte financeiro da criança.

A análise destas transacções discursivas permitiu vislumbrar alguns modos de exercício de poder e consequente reprodução de desigualdades de género. Contudo, é sempre elucidativo revisitar um dos trabalhos feministas mais emblemáticos na área das produções discursivas, desenvolvido por Dorothy Smith (1990) que, ao focar os

[13] De acordo com algumas autoras feministas, é recorrente nos sistemas jurídicos "adversariais" a prática, por parte da defesa, de procurar enfatizar pormenores da vida sexual das mulheres (nomeadamente, o seu "passado sexual") em processos judiciais de acusação de violação (Chambers e Millar, 1987; Matoesian, 1995) e de assédio sexual, de modo a tentar provar que a mulher em questão não é "merecedora" de uma sentença judicial a seu favor, por ser, por exemplo, considerada "promíscua". Aliás, a estratégia de tornar públicas determinadas facetas privadas da vida dos indivíduos envolvidos em processos judiciais parece ser bastante frequente ao nível da administração da justiça, inclusive de foro criminal (Carlen, 1976).

[14] O facto de em situação de entrevista os magistrados terem afirmado, na sua generalidade, que o "passado sexual" é um elemento que, na prática judicial actual, já não assume qualquer relevância, quando, pela análise que realizei de processos que decorreram na década de noventa, se verifica a permanência de estratégias judiciárias de policiamento dos comportamentos sexuais das mães de menores, vem revelar que existe uma profunda descoincidência entre os discursos institucionais e as práticas sociais.

discursos sobre a feminilidade, conduz-nos à conclusão que as mulheres activamente contribuem para a produção das suas posições e papéis de sujeitos, pelo que as formações discursivas resultam sobretudo de uma inter-relação interiorizada de poderes – mesmo quando desiguais–, mais do que propriamente de uma imposição explítica de poder.

4. A tradução jurídica dos discursos orais

A transformação dos discursos orais produzidos em julgamento em peças escritas constitui um fenómeno discursivo que revela um claro exercício de poder e de construção de identidades[15] de relevante interesse para o sociólogo, adoptando-se a estratégia metodológica de comparar o que é dito com o que foi convertido a escrito para os autos do processo judicial. O processo de transcrição para escrito dos discursos oralmente produzidos em julgamento resulta das próprias percepções construídas pelos magistrados, advogados e funcionários, sobre o que é ou não relevante. O que é entendido como podendo constituir um elemento de prova válido é seleccionado para transcrição, procurando o magistrado "ser o mais fiel possível às palavras do seu interlocutor"[16], o que passa, nomeadamente, pela transformação dos discursos de senso comum (discursos leigos) proferidos pelos cidadãos em tribunal em narrativas juridicamente reconhecidas como válidas. Os próprios funcionários judiciais encarregues de elaborar as actas da audiência de julgamento detêm um elevado poder de selecção do que é normalmente considerado relevante, embora a sua tarefa seja muitas vezes supervisionada pelo juiz que preside o julgamento.

A observação de alguns diálogos estabelecidos entre os cidadãos e os magistrados e uma posterior confrontação com o que ficou reproduzido por escrito nos autos dos respectivos processos permitiu-me observar algumas estratégias de transformação dos discursos de senso comum, apresentados pela população, em discursos admissíveis em tribunal, uma conclusão convergente com a de Berns (1999), Bogoch (1999) e Conklin (1998).

A estratégia que mais se salienta é a tentativa de uniformização da diversidade de discursos apresentados, quer pela voz das testemunhas, quer pela mãe do menor ou pelo pretenso pai. Assim, existem várias formulações tradicionalmente usadas em tribunal, que servem para traduzir – homogeneizando – a diversidade de expressões linguísticas utilizadas pelos cidadãos.

[15] Bogoch (1999: 336-337), num estudo sobre a construção de identidades profissionais nos tribunais, chama a atenção para a importância crucial da actividade de transcrição das declarações proferidas, levada a cabo quer por juízes, quer pelos próprios funcionários judiciais. A autora captou diversas modalidades de profunda transformação dos discursos oralmente proferidos pelos cidadãos em tribunal, o que passa por estratégias de selecção do que "é importante" e de eliminação do que é considerado "desnecessário" e também por "correcções" do que é dito, através de alterações gramaticais ou de vocabulário, de modo a produzir frases "correctas".

[16] Este princípio de actuação judicial foi referido de modo recorrente pelos magistrados que observei e entrevistei ao longo dos três anos de presença no terreno de pesquisa empírica. Um fenómeno que poderá, de algum modo, alterar as práticas convencionais de transcrição das declarações proferidas em tribunal é a recente aposta na disseminação acelerada de novas tecnologias de informação nos tribunais (nomeadamente a utilização de sistema de videoconferência em julgamentos e a aceitação de entrega de peças processuais em suporte digital), que entrou em vigor, em Portugal, a 1 de Janeiro de 2001.

A subjectividade inerente ao processo de transformação da oralidade em autos escritos está bem clara no seguinte exemplo, retirado de um caso que envolveu um diálogo entre um pretenso pai e um magistrado do Ministério Público (defensor dos interesses do menor), no qual se assiste a tentativas de "idealização" do comportamento da mãe do menor, de modo a aproximá-lo o mais possível dos padrões de feminilidade veiculados pelo sistema jurídico: enquanto o indivíduo afirmou que "andou com a mãe do menor", o magistrado ditou "namorou com a mãe do menor". Quando questionado sobre o período de tempo que decorreu entre ter conhecido a mãe da menor e ter iniciado um envolvimento sexual com esta, o pretenso pai afirmou que tiveram relações sexuais "passados alguns dias", sendo que o magistrado fez constar nos autos "que iniciaram relações sexuais passados alguns meses". A substituição da expressão "andar", utilizada pelo inquirido, por "namorar" pode significar que o magistrado em questão pretendeu eliminar possíveis interpretações de que a relação entre a mãe do menor e o pretenso pai teria um carácter passageiro e transitório. Essa estratégia foi ainda reafirmada pela definição do espaço temporal que decorreu entre o primeiro encontro e a primeira relação sexual, tendo-se assistido a uma tentativa nítida, por parte do magistrado do Ministério Público, de tentar projectar uma imagem da mãe do menor como alguém que ofereceu alguma resistência às investidas sexuais do homem em questão.

O processo argumentativo seguido pelos magistrados manifesta, de algum modo, a existência de tensões latentes entre a linguagem do quotidiano e a linguagem técnico-jurídica. Daqui resultam discursos jurídicos formulados com expressões reconhecidas e legitimadas pelos actores judiciários mais dotados de poder, mas que, em larga medida, se baseiam em determinadas configurações de sentido – formas entendidas como normais e naturais de organizar o mundo – partilhados por outras camadas da população.

As noções de maternidade e de paternidade e dos respectivos comportamentos que devem acompanhar os desempenhos, respectivamente, dos papéis de "ser mãe" e de "ser pai", são exemplos particularmente evidentes dos processos pelos quais a produção discursiva dos magistrados, inclusive a nível da decisão judicial, se funda, em ampla medida, numa espécie de protótipos culturais, isto é, em modelos ou esquemas culturais que extravasam o mundo jurídico – os seus conteúdos são moldados por conceitos e temas mais amplos – e que são partilhados, pelo menos, pelos indivíduos que ocupam uma posição social análoga à dos magistrados[17].

[17] Pelo que pude observar das práticas discursivas dos cidadãos que compareceram no "Tribunal do Vale", eles pertencem, na esmagadora maioria, a estratos sociais desfavorecidos e que nem sempre as suas ideias e sentidos de "maternidade", de "paternidade" e de "relação conjugal" correspondem às noções usadas pelos magistrados. Tomando como referência comparativa os sentidos conferidos ao mundo social que pude descortinar pela análise de conteúdo das produções discursivas dos magistrados, quer-me parecer que, junto dos grupos sociais mais desfavorecidos, a ideia de paternidade, por exemplo, está bastante mais associada à noção de suporte financeiro em detrimento da afectividade. Ou ainda, as relações conjugais não formalizadas pelo casamento institucional parecem ser encaradas com relativa normalidade pelas classes sociais mais destituídas, ao contrário do que acontece junto dos magistrados, que encaram com estranheza esse tipo de comportamento.

5. Conclusão

A dimensão microanalítica de exercício de poder, evidenciada nas transacções discursivas que decorrem em tribunal, permite captar certos elementos da organização social das identidades sexuais de género. Seja sob a forma verbal ou escrita, todos os elementos de prova que formam o conjunto do processo judicial reflectem determinados usos discursivos que, parafraseando Foucault (1972), formam os objectos aos quais se referem. O discurso assume-se, assim, como o mecanismo primário de criação de realidades jurídicas e o veículo principal de comunicação no seio da instituição jurídica, tal como refere Matoesian (1995):

> "A organização social dos discursos molda e organiza activamente as variáveis legais e culturais, convertendo-as em formas de comunicação de relevo institucional. Os discursos constituem o modo interactivo pelo qual as provas, os estatutos e as nossas identidades de género são transformadas em elementos com significado legal no contexto dos procedimentos de julgamento. Mais ainda, representam o mecanismo primário para criar e negociar realidades jurídicas como credibilidade, carácter e inconsistência; para inferir culpas e atribuir responsabilidades; para reconstruir a verdade e o conhecimento sobre a força, o consentimento e a história sexual." (Matoesian, 1995: 675).

As interacções desenvolvidas em tribunal e as transacções discursivas desenvolvidas nesse contexto social específico reproduzem, para além das diferenciações de classe, modelos de diferenciação de género que são ideologicamente dominantes e que reforçam a posição socialmente subordinada das mulheres, de forma sexualizada e subjugada, podendo as linguagens produzidas pelo Direito ser encaradas como poderosos mecanismos de poder. Por isso, não obstante a aspiração suprema da justiça – produzir (impor) um tratamento igual para todos os cidadãos e de assentar a aplicação da lei no princípio da neutralidade e da impessoalidade – reproduzem-se desigualdades e discriminações, nomeadamente entre grupos sociais e, em especial no estudo de caso evidenciado, entre mulheres e homens.

A desatenção que se verifica da parte do aparelho judiciário em relação às especificidades sociais e culturais dos cidadãos mais destituídos em termos de capital económico e cultural cria barreiras de comunicação que dificultam uma efectiva democratização no acesso à justiça. Este fenómeno social penaliza sobretudo os grupos sociais mais desprovidos e, numa perspectiva de género, as mulheres, que tendem a ter uma visão mais negativa dos tribunais e a denotar mais dificuldades na mobilização dos recursos culturais necessários para um desempenho eficaz no contexto do sistema jurídico. De resto, isso é consistente com a maior distância que as mulheres em geral manifestam em relação às instituições públicas, em virtude da vigência de um sistema de patriarcado que as remete privilegiadamente para a esfera privada e que "masculiniza" o Estado e a esfera pública.

Uma forma de melhorar o desempenho da justiça e o acesso democrático à mesma passaria, entre outras medidas, por empreender alterações na formação dos

magistrados, nomeadamente no sentido de promover uma cultura de cidadania e uma maior sensibilidade às especificidades culturais e sociais dos consumidores dos tribunais (Pedroso e Gomes, 2001).

Bibliografia

ABBOT, Pamela (org.) (1991), *Gender, power and sexuality,* Basingstoke: Macmillan.

ATKINSON, John Maxwell (1979), *Order in court: the organisation of verbal interaction in judicial settings*, Londres: Macmillan.

BERNS, Sandra (1999), *To speak as a judge: difference, voice and power*, Aldershot, Hants, England, Brookfield, Vt. USA: Ashgate/Dartmouth.

BOGOCH, Bryna (1997), "Gendered lawyering: difference and dominance in lawyer-client interaction", *Law & Society Review*, vol. 31, nº 4: 677-708.

BOGOCH, Byrna (1999), "Courtroom discourse and gendered construction of professional identity", *Law & Social Inquiry,* vol. 24, nº 2: 329-375.

BOURDIEU, Pierre (1986), "La force du droit - élements pour une sociologie du champ juridique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* nº 64: 3-19.

BOURDIEU, Pierre (1998), *O que falar quer dizer. A economia das trocas linguísticas,* Algés: Difel.

BOYD, Susan (1989), "From gender specificity to gender neutrality? Ideologies in Canadian child custody law", *in* C. Smart e S. Sevenhuijisen (orgs.), *Child custody and the politics of gender*, Londres: Routledge, pp. 126-157.

BROPHY, Julia (1989), "Custody law, child care, and inequality in Britain", *in* C. Smart e S. Sevenhuijisen (orgs.), *Child custody and the politics of gender*, Londres: Routledge, pp. 217-269.

CARLEN, Pat (1976), *Magistrates justice*, Londres: Martin Robertson.

CARLEN, Pat e WORRALL, Anne (1987), *Gender, crime and justice*, Filadélfia: Milton Keynes, Open University.

CHAMBERS, Gerry e MILLAR, Ann (1987), "Proving sexual assault: prosecuting the offender or persecuting the victim?", *in* P. Carlen e A. Worrall (orgs.), *Gender, crime and justice*, Filadélfia: Milton Keynes, Open University, pp. 58-80.

CONKLIN, William (1998), *The phenomenology of modern legal discourse: the juridical production and the disclosure of suffering,* Brookfield: Ashgate.

CONLEY, John *et al.* (1978), "The power of language: presentational style in the courtroom", *Duke Law Journal*, nº 78: 1375-1399.

CONLEY, John (1998), *Just words: law, language and power*, Chicago: University of Chicago Press.

DANET, B. (1990), "Language and law: an overview of fifteen years of research" *in* P. Robinson e H. Giles (orgs.), *Handbook of language and social psychology*, Chichester: Wiley, pp. 537-559.

DIAMOND, Irene e QUINBY, Lee (orgs.), *Foucault and feminism: reflections of resistance*, Londres: Routledge.

EATON, Mary (1986), *Justice for women? Family, court and social control,* Milton Keynes, Open University Press.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos (1998), "Audiência de instrução e julgamento: apoteose da explicitação das relações de poder entre juízes e advogados no campo jurídico", *Direito, Estado e Sociedade,* 13: 88-99.

FOUCAULT, Michel (1972), *The archaeology of knowledge*, Londres: Tavistock.

FOUCAULT, Michel (1994), *História da sexualidade I. A vontade de saber*, Lisboa: Relógio d´Água.

FOUCAULT, Michel (2000), "O sujeito e o poder", *Cadernos do Noroeste. Série de Sociologia. Sociedade e Cultura 1*, vol. 13 (19): 349-370.

GIBBONS, John (1994), *Language and the law,* Harlow: Longman.

GOFFMAN, Erving (1974), *Les rites d'interaction,* Paris: Les Éditions de Minuit.

GRIFIFITH, Mary Ellen (1989), "Sexism, language and the law", *West Virginia Law Review,* 91:125-151.

MACEDO, Ana Gabriela, AMARAL, Ana Luísa (orgs.) (2005), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto: Afrontamento.

MATOESIAN, Gregory (1992), *Reproducing rape: domination through talk in the courtroom,* Oxford: Polity Press.

MATOESIAN, Gregory (1995), "Language, law, and society: policy implications of the Kennedy Smith trial", *Law & Society Review,* vol. 29, nº 4: 669-701.

MILLS, Sara (1991), *Discourses of difference: women's travel writing and colonialism*, Londres: Routledge.

O'BARR, William (1982), *Linguistic evidence: language, power and strategy in the courtroom,* Londres, Nova Iorque: Academic Press.

PEDROSO, João e GOMES, Conceição (orgs.) (2001), O *recrutamento e a formação de magistrados: uma proposta de renovação,* Coimbra: Centro de Estudos Sociais, OPJP.

POBLET, Marta (1998), *Las formas retóricas del discurso jurídico: una descripción etnográfica,* Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Sociales.

POBLET, Marta (1999), "Pragmatics of the interaction patterns in a Spanish court: a case study", *ICPS Working Papers,* 160: 1-38.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1980), "O discurso e o poder – ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica", Separata do número especial do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra.*

SAWICKI, Jana (1991), Disciplining Foucault: feminism, power and the body, Londres e Nova Iorque: Routledge.

SILVA, Elizabeth e SMART, Carol (orgs.) (1999), *The new family?,* Londres: Sage.

SMART, Carol (1978), *Women, crime and criminology: a feminist critique*, Londres: Routledge & Kegan Paul.

SMART, Carol (1984), *The ties that bind: law, marriage and the reproduction of patriachal relations,* Londres: Routledge & Kegan Paul.

SMART, Carol (1986), "Feminism and the law: some problems of analysis and strategy", *International Journal of the Sociology of Law,* nº 14:109.

SMART, Carol (1987), "There is of course a distinction dictated by nature: law and the problem of paternity" *in* Stanworth, Michelle (org.), *Reproductive technologies*, Cambridge: Polity Press, pp. 99-117.

SMART, Carol (1989a), *Feminism and the power of law,* Londres: Routledge.

SMART, Carol (1989b), "Power and politics of child custody", *in* C. Smart e S. Sevenhuijsen (orgs), *Child custody and the politics of gender*, Londres: Routledge, pp. 1-26.

SMART, Carol (1991), "Penetrating women's bodies: the problem of law and medical technology" *in* Abbott, Pamela (org.), *Gender, power and sexuality,* Basingstoke: Macmillan, pp. 157-192.

SMART, Carol (1992), "The woman of legal discourse", *Social and Legal Studies,* vol. 1, nº 29.

SMART, Carol (1998), "Negotiating parenthood: bairgaining in the shadow of a new law", *in* C. Barker *et al.* (orgs.), *Gender perceptions and the law*, Dartmouth: Ashgate.

SMITH, Dorothy (1990), *Text, facts and femininity: exploring the relations of ruling*, Londres: Routledge.

WEITZ, Rose (org.) (1998), *The politics of women's bodies: sexuality, appearance and behaviour,* Nova Iorque, Oxford: Oxford University Press.

Diferenças e desigualdades. A entrega e o encargo da criança após a desunião conjugal

Ana Sofia da Silva Leandro*

Resumo

Caracteriza-se aqui a questão das desigualdades, tendo como principal pano de fundo o lugar da criança em contexto de divórcio ou separação. Apresenta-se, para o efeito, um trabalho empírico promovido em 2004 pelo Instituto de Reinserção Social das Caldas da Rainha. No centro da problemática está também uma diferença no modo como o divórcio ou a separação são concebidos: serão unicamente uma questão privada, relacionando-se apenas com as regras do direito civil e, em particular, dos contratos entre os indivíduos? Ou serão sobretudo sintomas de uma desagregação e, consequentemente, de um *risco* social, que os dispositivos da Segurança Social deveriam ter em conta, tal como sucede com a doença, a invalidez ou o desemprego? Por fim, sugere-se que, a haver um quadro emergente de agravamento do risco de pobreza que pode atingir as famílias monoparentais, deve ser concedido à mulher um emprego que lhe permita usufruir de um salário compatível com as necessidades da sua família em condições de igualdade com as demais.

> *Os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial.*
>
> *A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes.*

1. Introdução

Toda a diferença se transforma em desigualdade a partir do momento em que se traduz em termos de vantagens e desvantagens em relação a uma determinada escala de apreciação. Por exemplo, dois idiomas deixam de ser simplesmente diferentes quando um é utilizado por uma minoria, sendo colocado em segundo lugar, logo que procura fazer conhecer os seus ideais, defender os seus interesses, participar na vida

* Técnica Superior de Serviço Social.

política, social e cultural da sociedade, como acontece frequentemente com os grupos de imigrantes. Dois animais ou mesmo duas pessoas, ainda que partilhem a mesma cor, a mesma altura, em suma o mesmo fenótipo, tornam-se desiguais, se um se classifica melhor do que o outro. É frequente isto acontecer com os negros ou pessoas pertencentes a grupos de condição social modesta, quando uns se distinguem, por exemplo, através da música, dos êxitos alcançados nas várias modalidades de desporto em que costumam participar e os outros que se vêem mais ou menos obrigados a resignar-se com a condição social em que nasceram e donde dificilmente conseguem sair.

Atendo-nos a Portugal, basta pensar no insucesso escolar precoce que, sendo comum a muitas crianças e jovens adolescentes, abrange predominantemente os alunos do meio rural do interior e de origem africana. Uma tal constatação obriga-nos a reflectir que, apesar do artigo 1º da Declaração Universal do Homem proclamar que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos...", a sociedade onde nascem e crescem forja uma variedade de mecanismos que, desde muito cedo, os torna desiguais nas mais diversas situações e condições de existência e no tocante a direitos e regalias sociais.

2. A família e a criança num contexto de mudança

Ao longo dos últimos decénios têm-se operado mudanças substanciais no seio da família, que se prendem essencialmente com o ingresso da mulher no mercado de emprego, o acesso aos anticonceptivos de cariz médico, a diminuição da natalidade e, pese embora um volume não despiciendo de maus tratos infligidos a crianças no interior da família, um maior interesse e desvelo pelos filhos e pela criança. Além disso, verifica-se a diminuição de casamentos, quer religiosos, quer civis, o aumento das rupturas sob a forma de divórcio, cuja taxa passou de 14,8% em 1991 para 32,6% em 2001, continuando a aumentar em 2002 (23 502 ocorrências); ou de simples separação no caso das uniões de facto, que também tendem a aumentar, passando de 3,9% em 1991 para 6,9% em 2001; o ressurgimento de várias formas de família que, não obstante algumas delas não serem totalmente novas, elas assumem hoje novos contornos. Tudo isto faz da família hodierna uma realidade plural e de "geometria variável" (Attias-Donfut, 2002), questionando, assim, a forma de família predominante – a burguesa – surgida no século XIX. Hoje, os seus contornos são múltiplos e movediços ao ritmo das alianças electivas. Mas o que permanece forte e tenaz é a força das relações inter-geracionais, ainda que os casais se revelem bastante instáveis. O individualismo progride e parece instalar-se. Porém, os laços entre gerações afiguram-se cada vez mais importantes (Attias-Donfut 2002).

Estes processos não invalidam a constatação de que, não obstante as transformações das relações sociais nesta esfera, várias formas de desigualdades continuam no seio da família. De resto, a família, sendo a primeira instância de socialização, querendo-se cada vez mais democrática e menos hierárquica – tal como desde os anos sessenta-setenta do século passado, tem sido cada vez mais preconizado pelas normas jurídicas dos países ocidentais – é também o primeiro espaço onde os indivíduos, sem ignorar o amor e a afectividade, a partilha e o respeito que porventura possam existir

pela individualidade de cada um, ou até a transmissão de valores estruturantes e a prestação de serviços que possam circular no seio da família, ninguém detém idêntico lugar social na família. Esta desigualdade prende-se basicamente com as relações de género, entre pais e filhos, por vezes até entre irmãos, tendo em conta a idade e o sexo, assim como a divisão sexual do trabalho no seu seio. Se olharmos para um passado ainda recente ou para o que se passa, hoje, em certas situações, a família faz de uns "chefes de família" e dos outros "dependentes".

Em termos de transmissão material, em Portugal até tempos pouco recuados, nomeadamente até à Constituição de 1976 e consequente alteração do Direito de Família, havia a distinção entre herdeiros potenciais: os filhos legítimos que adquiriam direitos sucessórios e os filhos bastardos ou ditos ilegítimos que não eram, juridicamente, herdeiros, a não ser quando em processo específico judicial fosse comprovada a paternidade do filho 'ilegítimo'. Esta distinção entre filhos legítimos e 'ilegítimos' não tem hoje suporte legal, sendo automaticamente despoletado o processo de reconhecimento da paternidade, sempre que no registo civil não seja declarada a paternidade do recém-nascido. De resto, actualmente, no conjunto dos países ocidentais, os casais parentais, na grande maioria, são ou foram casados e a instituição matrimonial continua a produzir efeitos jurídicos, económicos e sociais específicos. O homem casado, legalmente, continua o autor presumido dos filhos nascidos da sua esposa e tem, solidariamente, com ela a obrigação de cuidar deles em todos os aspectos que lhe dizem respeito. Mas há a possibilidade de fazer cair um tal pressuposto e com ele essa obrigação de manutenção, pesando sobre o marido, pois é cada vez mais aberta, tanto à mãe como ao pai.

Há cada vez mais crianças que nascem fora do casamento, como nos revelam os dados do recenseamento de 2001 em Portugal, indicando que passaram de 18,7% em 1996 para 23, 8% em 2001, sendo 17,8% com coabitação e 6% sem coabitação. No entanto, nos dias de hoje esta modalidade de nascimento não representa um acidente ou um drama e estas crianças são, em regra, reconhecidas espontaneamente pelo seu progenitor. Deste modo, a instituição matrimonial não rege mais, de maneira exclusiva, o direito às relações sexuais, à vida conjugal, à procriação e à educação dos filhos, nem o estabelecimento da filiação em linha paterna, nem a transmissão dos bens e dos estatutos que lhes estão associados. Em Portugal, a total abolição do estatuto de ilegitimidade – vertida, como foi referido, pela primeira vez no Código Civil de 1977 – pelo menos no atinente às discriminações entre filhos nascidos de pais casados dentro do casamento ou fora dele – não é obra de adaptações puramente técnicas ou de medidas de circunstância tomadas ao acaso. Independentemente do contexto sociopolítico em que se produziu, pelo contrário, deu lugar, tal como noutros países ocidentais, a uma reflexão jurídica e a debates legislativos relativamente importantes, mas onde estavam em jogo os princípios que fundamentam os laços familiares e sociais.

Tendo em conta estas considerações, podemos até dizer que a família, procurando maior igualdade entre os seus membros, nem sempre é uma instituição social justa. É, por isso, que as correntes feministas preconizam que a esfera privada se torne um espaço que não seja devolvido unicamente às mulheres, ou seja, que a gestão e a execu-

ção das tarefas domésticas, dos cuidados de saúde familiares, a educação das crianças e a responsabilidade de velar pelo bem-estar dos seus idosos sejam tarefas de ambos os cônjuges ou companheiros/as. Nesta perspectiva, o que se procura é que a família, devido a um efeito de halo, tenda a transformar-se num espaço democrático onde a coordenação dos interesses individuais requerem a participação de todos, ainda que de diferentes modos. Por estas razões, o poder doméstico – cujas modalidades simétricas e assimétricas (patricêntricas ou matricêntricas) têm sido analisadas no caso português, nomeadamente no noroeste por autores como Geraldes (1987) e Silva (1991) –, tem vindo a sofrer transformações não só com a partilha do poder, das tarefas e das responsabilidades entre os cônjuges, mas também com a transformação da autoridade paternal em autoridade parental e com a intervenção dos filhos nas decisões colectivas do grupo familiar, sobretudo à medida em que vão crescendo, como o perfilha o art. 1878º do Código Civil de 1977. Por sua vez, da escola de Summerhill à comunidade cristã defendia-se, já nos anos setenta, "... a utopia de um mundo onde a criança seria mestre dos seus destinos"(Terry, 1996: 34).

A Convenção da ONU de 1959, no artº 1º, apresenta, porém, uma concepção da criança que vai no sentido restrito de um "menor" e de maneira nenhuma põe em causa a noção de "minoria jurídica"[1]. Neste sentido, emprega a expressão "direitos da criança" segundo a mesma filosofia da Convenção de Genebra de 1924 e da Declaração da ONU de 1959. O preâmbulo desta última e numerosos dos seus artigos definem claramente os direitos da criança como direitos a uma protecção especial até aos 18 anos ou menos, conforme as legislações dos países respectivos. Aí se afirma que, doravante, estes direitos à protecção fazem também apelo a outros direitos que apenas têm sentido, se forem exercidos pelos seus beneficiários: os direitos à liberdade de opinião (art. 12º), à liberdade de expressão (art. 13º), à liberdade de pensamento, de consciência e de religião (art. 14º), à liberdade de associação (art. 15º), direitos estes que supõem uma capacidade jurídica, isto é, o exercício da responsabilidade.

Aludindo, em seguida, a outras características elementares e conhecidas em que está em jogo a responsabilidade dos pais no sentido de darem resposta às necessidades essenciais dos filhos, será oportuno sublinhar, rapidamente, o seu carácter histórico e actual. Até há relativamente pouco tempo, tal como acontece aliás ainda hoje em muitas sociedades e grupos sociais, o encargo do sustento dos filhos era atribuído ao marido, uma questão que nem sempre foi fácil de resolver. Não porque, na maioria dos casos, aquele se recusasse a fazê-lo, mas porque, em certas circunstâncias associadas ao aparecimento da doença, da invalidez e das más colheitas, em caso de falecimento da mulher-mãe dos filhos, nem sempre era fácil ou mesmo possível aos homens casados garantir o cuidado dos filhos e todas as obrigações daí resultantes e indispensáveis ao desenvolvimento dos educandos. Entre nós, em muitos casos, os pais emigravam procurando encontrar noutros países os necessários proventos económi-

[1] Art. 1º no âmbito da presente convenção, entende-se por criança todo o ser humano com menos de 18 anos de idade, excepto se a maioridade for atingida mais cedo, em virtude da legislação que lhe é aplicada.

cos para garantirem a sustentabilidade dos seus filhos e da sua família em geral. Mas alguns, uma vez do outro lado da fronteira, também podiam ignorar o cumprimento das responsabilidades que lhe eram acometidas, quando os filhos clamavam ainda pelo seu contributo económico e responsabilidade educativa. Por alguma razão Oliveira Martins, embora num sentido mais lato, fala de "viúvas de homens vivos". Situações desta natureza mostram que a "feminização" da pobreza, a indigência, a dependência e a desigualdade das famílias monoparentais não datam dos nossos dias, ainda que assumam hoje outras singularidades. Entre as mulheres que no passado se dirigiam às obras assistenciais de cariz religioso ou estatal, muitas eram mulheres abandonadas ou viúvas com muitos filhos. Hoje, o caso mais eloquente está associado, na maioria das vezes, a famílias monoparentais, formadas maioritariamente pela mãe e/ou(s) filho(s): 6,1% de mães com filhos contra 0,9% de pais com filhos (Recenseamento de 2001).

O caso que estudámos, no concelho das Caldas da Rainha, no âmbito das atribuições do Instituto de Reinserção Social (IRS), retendo apenas a área do direito cível, ou seja, aquela em que os Técnicos de Reinserção Social (TRS) são chamados a intervir em processos de regulação do exercício do poder paternal – alteração da regulação do exercício do poder parental, fixação ou alteração da pensão de alimentos devida aos menores, entrega judicial do menor e acompanhamento de visitas – permitiu-nos apreender melhor esta situação, tendo também em conta as desigualdades que este fenómeno comporta. Antes, porém, de apresentarmos alguns resultados deste estudo, deter-nos-emos sobre a questão conceptual do poder e regulação parental e da prestação de alimentos.

3. Poder paternal

Procurando fazer uma análise da expressão poder paternal, tal como estava definido na Constituição da República de 1933 e respectivas revisões, em que era atribuído ao pai *o pátrio poder* sobre todos os membros da família (mulher e filhos), o conceito de poder implica o dever de obediência, a posse, o domínio e a hierarquia, englobando ainda "... todos os deveres-direitos incluídos no conteúdo do poder paternal: dever de velar pela segurança e saúde dos filhos, prover ao seu sustento, à sua educação, representá-los e administrar os seus bens, englobando quer a prática de actos usuais, quer a prática de actos de particular importância relativamente à pessoa do menor"[2].

Embora o conceito tivesse instituído por lei até 1976, quando foi publicada a nova Constituição da República Portuguesa, a verdade é que hoje em dia o termo encontra-se desfasado do contexto da nossa sociedade. Hoje não podemos falar em poder paternal, uma vez que a direcção da vida dos filhos não é só mais prerrogativa do pai, mas também da mãe tal como é definido desde a Constituição de 1976 e, na revisão de 1982, no art.º 36, nº 3 da Constituição da República Portuguesa; ou seja, tal como o pai, a mãe detém poder decisório sobre os filhos. A igualdade de direitos e deveres do homem e da mulher deveria impedir a utilização dos termos paternal ou maternal, utilizando sim o termo parental, que diz respeito aos dois.

[2] Ver [http://www.geocities.com/paisefilhos/responsabilidade.html]

Neste sentido, o que se pretende, com efeito, dizer é que não é correcto falar-se em poder, no sentido de uns poderem impor a sua vontade sobre os outros e exigir-lhe obediência e respeito sem contrapartidas. Os pais têm, de facto, um poder decisório sobre a vida dos seus filhos, pelo menos nos primeiros anos de vida, mas esse poder tem de ser exercido, unicamente, no interesse da criança e, por isso, deixa, assim, de ser um poder (posse, domínio) para constituir um dever, uma responsabilidade, como está definido no art. 1878º do Código Civil de 1977. Donde, alguns autores concluem que "poder paternal" não é, de facto, a expressão mais correcta, preferindo "responsabilidade parental", dado ser este o conceito que, no seu entender, melhor agrupa, traduz e define os deveres-direitos que os pais têm de exercer (Sottomayor, 2004).

A estes considerandos acresce que, em termos familiares, tem-se passado de uma socialização autoritária para uma educação menos directiva e, por conseguinte, a transmissão parece mais assegurada porque menos baseada no medo e nos recalcamentos. No nível em que nos situamos, em que a autoridade tende a mudar de paternal para parental, denota-se também que a educação, sendo menos autoritária, não baniu a noção de respeito. Só que no passado ela decorria de valores tradicionais bastante rígidos e fazia apelo a forças transcendentais que o homem não podia dominar nem controlar: magia, Deus, natureza, destino. A situação é hoje bem diferente na medida em que os fundamentos de legitimidade terão, na maioria dos casos, de ser encontrados na materialidade das coisas ou em determinados valores éticos emanados da própria sociedade. Sendo assim, a noção de respeito é concebida de modo diferente. Ela marca o reconhecimento, não de uma autoridade superior mas de um direito de todo e qualquer indivíduo, pequeno ou grande, de ser considerado como uma pessoa. De resto, o art.º 1874 do Código Civil de 1977 estabelece que pais e filhos se devem "mutuamente respeito", auxílio e assistência. Tenha-se, por exemplo, em conta que na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a noção de respeito pela dignidade do outro constitui um valor fundamental. Não admira, pois, que, a nível da família e no que se refere às relações de parentalidade e filiação, estes princípios sejam, actualmente, objecto de maior valorização, embora na prática nem sempre venham a ser seguidos. Basta, tão-só, pensar, por exemplo, nos casos de violência doméstica em que os filhos são deixados aos caprichos dos pais e, com o aumento das famílias recompostas, dos padrastos e madrastas, nesta matéria, ignorando-se que a criança é, antes de mais, uma *pessoa*. Ora, a noção de *pessoa* é aqui decisiva. Na perspectiva de Kant (1984), a pessoa não é só objecto de conhecimento, mas um sujeito que, conhecendo-se, é objecto de moral, isto é, sujeito de socialização capaz de o tornar num ser responsável e num actor social. Por outro lado, a noção de *pessoa*, no seu discurso, reenvia sempre à noção de ser humano, enquanto ser vivo, que sente, age e raciocina. Dizer que a "criança é uma pessoa" é certamente afirmar que se lhe deve respeito e atenção, mas sobretudo que entre a véspera e o dia subsequente ao seu décimo oitavo aniversário, nada no seu desenvolvimento marcou os seus limites naturais. Contudo, sob o ponto de vista social, a ideia de pessoa, como existência em si mesma, conduz à ideia de pessoa como tendo consciência da sua existência, como sujeito autónomo, responsável pelos seus actos e incondicionalmente digna de respeito, independentemente da idade e das condições familiares e sociais em que lhe é dado viver.

3.1. Regulação do poder paternal

A regulação do poder paternal (RPP), é executada pelos tribunais e engloba três questões essenciais: a confiança do filho; o exercício do poder paternal; o regime de visitas e a prestação de alimentos a cargo do progenitor a quem o filho não foi confiado (art.° 1905 do Código Civil de 1977). Assim, em caso de separação conjugal, o tribunal deve estabelecer a qual dos progenitores vai confiar a guarda do filho, tendo em conta as condições de cada progenitor e quem está em melhores condições de exercer o poder paternal, sem excluir, como veremos de seguida, a guarda conjunta. Os dados estatísticos e estudos realizados sobre esta matéria confirmam, que em casos desta natureza, a guarda dos filhos é, na maioria dos casos, confiada à mãe. Ao pai, na maioria do tempo ausente, cabe-lhes normalmente contribuir com uma pensão pecuniária e o direito de visitas por intermitência, conforme decisão do juiz ou acordo entre os próprios pais quando o divórcio não é litigioso. Em certas circunstâncias, porém, a situação tende a complexificar-se.

Pode, também, tratar-se de casos em que ambos os pais apresentem condições semelhantes, o que poderá levar os magistrados a atribuírem a guarda em conjunto. Caso contrário, deverá ser estabelecida a prestação de alimentos, a cargo do progenitor a quem não foi confiada a guarda do menor, bem como o regime de visitas e a sua temporalidade. Nestas situações, o(s) filho(s) passarão a viver em permanência com um dos pais, na maioria dos casos a mãe e, por intermitência com o outro (todos os fins-de-semana, quinzenalmente, períodos de férias).

Poucos trabalhos se têm debruçado sobre esta questão, podendo levantar-se a questão de saber se se trata de uma "tradição" dos magistrados que, apoiando-se em factores de ordem biológica, psicológica e/ou social, colocam, em relação a esta matéria, a maternidade num pedestal superior à paternidade, tal como com pertinência o nota Sullerot (1993). Por exemplo, o tribunal da relação do Porto, em acórdão de 1988, conclui igualmente que "nos menores de pouca idade, designadamente até aos 8 anos, a vinculação afectiva à mãe é um factor essencial do desenvolvimento psíquico e afectivo, visto que as redobradas necessidades de ternura e de carinhosa assistência que ocorrem nesse nível etário raramente podem ser supridas pela afeição e interesse do pai. Só nos casos em que o contacto diário com a mãe representa um perigo sério para a saúde ou para o desenvolvimento psíquico ou afectivo da criança, susceptível de se sobrepor aos benefícios da presença maternal, será de adoptar outra solução" (Sullerot, 1993: 331).

3.2. Prestação de alimentos

A prestação de alimentos, a cargo do progenitor a quem o menor não foi confiado, deve ser fixada, em prestações pecuniárias mensais, de acordo com as possibilidades do obrigado e as necessidades do filho. Por alimentos entende-se tudo o que é indispensável ao sustento, habitação, vestuário, instrução e educação do alimentando, cabendo a ambos os progenitores, no interesse do filho, prover ao seu sustento de modo igualitário. É conveniente estabelecer no acordo uma cláusula de actualização automática do montante da prestação, por indexação ao aumento do vencimento do

progenitor. Acontece, porém, que na maioria dos casos, os tribunais confiam o(s) filho(s) à mãe e não é raro que o pai deixe de cumprir com o que lhe foi estipulado. Em tais circunstâncias, é frequente a mãe passar a ter de assumir sozinha esta responsabilidade, o que, por um lado, sob o ponto de vista económico, a deixa ainda numa posição de maior vulnerabilidade e, por outro, numa situação de desigualdade em termos das responsabilidades anteriormente assumidas, inclusive quando são decretadas pelo juiz.

Acontece ainda que, na maioria dos casos, é a mãe que usufrui de ordenados mais baixos, o que faz com que disponha ainda de menores recursos económicos. Assim, quando ambos não cumprem o que foi estipulado pelo tribunal, a situação desta família pode vir a complicar-se e a precarizar-se. Os estudos que têm sido feitos à escala internacional e, entre nós, ao nível do Rendimento Social de Inserção, têm demonstrado que a pobreza que tem vindo a aumentar integra, também, inúmeras famílias monoparentais, quase sempre em consequência da precariedade que já viviam anteriormente e que tende a agudizar-se com este estado de coisas. Segundo Martin (1996:176), o aparecimento duma "nova pobreza ao longo dos anos oitenta, isto é, uma pobreza concebida como uma ameaça, pesando sobre as pessoas aptas a trabalhar, que conheceram um acidente de percurso, caindo assim na esfera da precariedade, exerce um papel importante nesta associação entre a instabilidade familiar e o risco social". O caso que estudámos não se afasta grandemente destas situações, tendo em conta que, na maioria dos casos, se trata de famílias de condição social modesta, como veremos a seguir.

4. A escolha da amostra

Uma vez que o Instituto de Reinserção Social (IRS) das Caldas da Rainha presta apoio às comarcas de Caldas da Rainha, Rio Maior, Peniche e Bombarral, a primeira etapa era definir o campo de actuação, ou seja, o concelho a estudar. O escolhido foi o de Caldas da Rainha pela proximidade geográfica à instituição, o que evitava grandes deslocações. O segundo passo consistiu na escolha da área, uma vez que o IRS abrange três áreas de intervenção. A área penal, tutelar educativa e tutelar cível. A área seleccionada foi a área tutelar cível, que diz respeito à regulação do poder parental, atribuição da pensão de alimentos e regime de visitas. Ainda dentro desta área, outra escolha se tinha de definir. Uma vez que o que está em causa é a análise dos processos, interessava-nos a análise daqueles que contivessem entrevistas a ambos os progenitores e não apenas a um.

Face a estas características, os processos que chegavam junto do IRS, nem sempre as contemplavam, ou seja, uns não eram da zona de Caldas da Rainha ou não consideravam os dois progenitores. Perante tal situação, tivemos que analisar os processos cíveis que se encontravam no "arquivo morto". Dos relatórios ali existentes alguns deles já eram antigos e anteriores a 1999, uma vez que os processos são arquivados após cinco anos. Passado este tempo são retirados do arquivo corrente. Deste modo, face a todas as exigências, a nossa amostra é composta por 20 processos cíveis, englobando a análise de 40 progenitores.

5. Apresentação e análise de alguns dados

Os dados que irão ser apresentados são apenas aqueles que são comuns a todos os relatórios sociais, o que nos permite proceder a uma análise comparativa. Porém, esta premissa suscitou-nos algumas questões de escolha, uma vez que a elaboração dos relatórios antes de 2004 era, essencialmente, deixada ao critério do Técnico de Reinserção Social (TRS). Tal situação comportou algumas dificuldades no sentido de encontrar em todos os processos dados susceptíveis de operar uma análise comparativa termo a termo. Por outro lado, também não é de estranhar que esta situação aconteça, uma vez que cada família está associada a um contexto familiar e social diferenciado, como nos foi possível constatar através dos relatórios sociais que estudámos. Por fim, resta dizer que, na elaboração deste trabalho, foram feitos dois tipos de análise: uma que permite uma caracterização socioeconómica das famílias que recorrem aos serviços do IRS pertencentes ao concelho de Caldas da Rainha e outra referente à situação do agregado familiar em que o menor se encontrava aquando da elaboração do Relatório Social. No entanto, no quadro deste trabalho, dadas as limitações de espaço, limitamo-nos, apenas, a apontar os principais aspectos que nos parecem relevantes para a temática que aqui apresentamos.

(i) **Dimensões de análise**

Queremos informar que para este trabalho retemos apenas cinco singularidades da nossa amostra: idade, grau de escolarização, profissão, recursos económicos e tipo de habitação, quer quando nos referimos primeiramente ao pai e à mãe em conjunto, quer quando nos referimos apenas àquele ou àquela a quem foi confiada a guarda do(s) filho(s).

Tendo em conta o nível etário dos progenitores, constata-se que estamos perante um grupo, cujas idades se situam entre os 25 e os 34 anos de idade, sendo notório que o grupo 30-34 é aquele que mais recorre a este tipo de serviços para verem a sua situação de divórcio litigioso e guarda das crianças resolvidas, mais precisamente, 32,5%. Logo, tendo por base a nossa amostra, podemos dizer que é nesta faixa etária que ocorrem mais divórcios no concelho de Caldas da Rainha.

Em termos de escolarização, verifica-se que a maioria dos entrevistados tem baixos níveis de escolaridade, quando comparados com os níveis mais exigidos ou, pelo menos idealizados e valorizados pela sociedade actual. Assim, verifica-se que 2 (5%) dos progenitores são analfabetos. Entre os que possuem graus de escolarização, estes variam do primeiro ciclo ao ensino superior: 7 (17,5%) progenitores possuem o primeiro ciclo, 9 (22,5%) o 2º ciclo, 12 (30%) o 3º ciclo, 8 (20%) o ensino secundário e 2 (5%) o ensino superior. Deste modo, podemos constatar que predominam as pessoas com graus de escolarização que se elevam ao 2º e ao 3º grau, atingindo um total de 52,5%.

Se tivermos, também, em conta a correlação entre o grau de escolarização e o sexo dos progenitores, verificamos que as maiores diferenças se fazem sentir ao nível do 3º ciclo em favor dos pais homens, com mais 50% do que as mulheres mães e, inversamente, quando passamos ao nível do secundário, com mais 75% em favor das

mulheres mães. É, pois, entre dois níveis que as diferenças de género são mais acentuadas, jogando em favor das mulheres com índices de escolarização mais elevados, o que se inscreve aliás numa tendência generalizada da sociedade portuguesa. Apenas dois progenitores, aliás pertencendo, no momento da elaboração do processo, à mesma família, têm cursos superiores: engenheiro e advogada. Em termos sociais, económicos e culturais trata-se realmente do caso com melhor situação familiar, tendo constatado, para além dos dados do respectivo relatório, que um e outro se encontram em início de carreira.

No atinente à situação profissional dos pais que recorrem ao tribunal para dirimir os conflitos que existem entre si no que concerne a guarda dos filhos, 30% são operários, seguindo-se trabalhadores de serviços com 20%, pessoal administrativo e similares com 17,5%, trabalhadores no comércio com 12,5%, técnicos profissionais de nível intermédio com 10%, profissionais intelectuais e científicos com 5% e trabalhadores não qualificados com 5%. Daqui se depreende que ainda que, salvo algumas famílias que tendem para níveis médios de vida, a maioria das famílias, no quadro da pirâmide da estratificação social na sociedade portuguesa, detém uma condição socio-económica modesta, com padrões de vida e de bem-estar baixos e, mesmo, nalguns casos, vulneráveis a situações de pobreza e de exclusão social. Apenas os progenitores acima referenciados constituem uma excepção, usufruindo de rendimentos económicos que se situam entre os 350-650 euros.

Em muitos casos as habilitações, sendo baixas ou médias, tendem a empurrar os indivíduos para salários reduzidos: 10% dos progenitores recebem apenas o ordenado mínimo nacional e 25% em pouco o ultrapassa, o que indicia algumas situações de pobreza que irão condicionar ou mesmo impossibilitar o investimento destas novas famílias na formação e na educação escolar dos seus filhos.

Quanto aos recursos económicos, verificamos que os rendimentos económicos dos operários, dos trabalhadores do comércio e dos serviços, do pessoal administrativo e similares, dos trabalhadores não qualificados, se situam, em grande parte, entre menos de 350 e 650-750 euros, embora entre algumas destas categorias socioprofissionais cinco pessoas ultrapassem esta fasquia: dois operários com o vencimento de 750--850 euros, dois trabalhadores dos serviços com 750-850 euros e uma entre o pessoal administrativo e similares com 850-950 euros. Acima deste patamar encontram-se apenas dois progenitores exercendo profissões intelectuais e científicas.

Ora, a questão crucial que se levanta a este respeito, em relação aos progenitores da nossa amostra, é a de que uma grande parte não usufrui de capital escolar elevado nem de meios económicos para poder pagar explicações extra-escolares. Nestas condições, alguns dos menores que são atingidos por este estudo poderão ter de se confrontar com imensas dificuldades para vencerem a barreira da reprodução social, ainda que os próprios e as suas famílias possam ter outras aspirações.

Em termos globais, o que se pode, então, dizer a partir da classificação profissional dos progenitores da nossa amostra, é que se trata duma população que contém um número elevado de famílias de condição social modesta, a qual contrasta também com outras poucas de nível médio mais elevado e outras de categorias sociais intermé-

dias. Vários estudos feitos sobre o nível de vida das famílias monoparentais compostas pela mãe e pelo(s) filho(s) (Martin, 1996; Silva e Leandro, 2004), vêm revelando que a passagem a esta nova forma de família pode indiciar também uma situação económica mais débil, uma vez que a nova família usufrui apenas de um vencimento e os ordenados das mulheres tendem a ser inferiores aos dos homens. Logo, trata-se de uma modalidade de família que, sendo maioritariamente formada pela mãe e pelo(s) filho(s), tende a usufruir de vencimentos mais baixos do que o pai progenitor. Se o Estado não criar políticas que visem colmatar esta situação, como acontece por exemplo em França, semelhante família monoparental, prevalentemente feminina, arrisca-se a incorrer numa situação de pobreza e exclusão social, a qual, por sua vez, repercutir-se-á sobre o percurso de vida dos seus filhos.

Tendo também em conta outros indicadores sociais de nível de vida, não podíamos deixar de referenciar as condições habitacionais. Neste sentido, os dados recolhidos indicam-nos que a maioria dos entrevistados vive em casa própria (57,5%), o que se inscreve perfeitamente bem nas lógicas familiares modernas da sociedade portuguesa da aquisição de casa própria. Porém, quase um terço dos progenitores vive em casa arrendada: 30%. Seja como for, do que essencialmente se trata aqui é que a neolocalidade familiar, tão corrente nos nossos dias e cujo impacto se faz sentir ainda com mais acuidade nos meios urbanos, é predominante entre os elementos da nossa amostra. Todavia, 12,5% dos entrevistados partilham a habitação com os pais. Já se vê que esta última modalidade é uma situação de recurso que vai ao arrepio de uma lógica social dos tempos modernos em que se valoriza imenso o indivíduo e o individualismo, quer pessoal quer familiar (De Singly, 2003). O panorama habitacional de algumas pessoas que aqui analisamos é, em todo o caso, um sinal inequívoco que estas famílias parecem viver com algumas dificuldades.

Quadro 1: Estado Civil dos progenitores

Estado Civil	Efectivos	Percentagem (%)
Solteiro+a)	2	5
Casado+a)	32	80
Divorciado+a)	4	10
S/ resposta	2	5
Total	40	100

Fonte: Relatórios sociais do IRS, concelho de C. da Rainha, 1999/2003

Quanto ao estado civil dos progenitores, constata-se que uma percentagem maioritária de pessoas continua ainda casada, mais precisamente 80%. Esta situação verifica-se em larga escala e pode estar associada ao facto de, na altura da elaboração do Relatório Social, algumas pessoas ainda não terem o processo de divórcio totalmente resolvido. Mas tal facto não parece impeditivo, pelo menos para a maioria, de terem já voltado a constituir uma nova família, como podemos constatar através dos dados do quadro 2:

Quadro 2: Tipo de família dos progenitores

Tipo de Família	Efectivos	Percentagem (%)
Reconstituída	31	77,5
Monoparental	5	12,5
S/ resposta	4	10
Total	40	100,0

Fonte: Relatórios sociais do IRS, concelho de C. da Rainha, 1999/2003

Com efeito, a leitura destes dados informa-nos que a grande maioria dos entrevistados não esperou ver resolvida a atribuição da guarda parental dos seus filhos para voltar a reconstituir família, como de algum modo se poderia supor. Apenas cinco progenitores (12,5%) se encontram a viver em situação de monoparentalidade. Há, porém, quatro pais sobre os quais os relatórios sociais não contêm qualquer informação a este propósito. Em termos globais, o que se pode dizer da situação destes progenitores é que, em grande maioria, já eram ex-cônjuges, aquando da realização da entrevista e a consequente elaboração do respectivo relatório social.

Como afirma A. Almeida (2003:52), "comparativamente à média da União Europeia (57%) ou mesmo da de países como a Suécia (41%) e a França (66%), é muito forte em Portugal (tal como na Polónia) o ideal de conjugalização da felicidade, isto é, a ideia que para se ser feliz se tem de viver em casal; é um dado interessante, já que, eventualmente, poderá sugerir que, no nosso país, a modernização terá sido mais veloz no campo da 'secularização' do que propriamente no da 'individualização' (Inglehart e Baker, 2000)".

(ii) **Particularidades do agregado onde se encontrava o menor**

Uma vez analisadas as características das famílias do nosso estudo que recorrem ao tribunal para verem atribuída a guarda parental dos seus filhos, passamos a aludir a algumas particularidades elementares dos agregados familiares onde se encontram os menores aquando das entrevistas e a elaboração dos respectivos relatórios sociais. Antes de mais, será oportuno sublinhar que estamos perante uma variedade de situações, como poderemos constatar através dos dados que a seguir apresentamos. Importa, entretanto, frisar que todas as considerações desenvolvidas a propósito das situações do agregado familiar em que os menores se encontram enquadrados, estas têm agora por base apenas um dos seus progenitores, dado que, aquando da aplicação da entrevista e da elaboração dos respectivos inquéritos, os ex-cônjuges já viviam separados. Por isso, os menores viviam apenas com um dos seus progenitores. Por isso, a amostra que serve de base a esta análise é, agora, composta apenas por 20 pessoas: 75% do sexo feminino e 25% do sexo masculino. Todavia, nesta altura, a guarda parental ainda não se encontrava atribuída. Os dados indicam-nos apenas com qual dos progenitores o menor se encontrava antes da decisão do juiz, que, por sua vez, poderá ser favorável ao agregado onde o menor já estava inserido ou não.

Quanto à idade, ao grau de escolarização, à profissão, aos recursos económicos e à habitação repetem-se mais ou menos as características acima designadas relativas aos dois progenitores, embora aqui ressalte essencialmente a situação da mãe, como seria de prever.

No entanto, vale a pena mencionar o caso da situação habitacional do progenitor com o menor a cargo, uma vez que difere da anterior. Assim, verificamos que 45% destes progenitores têm casa própria, 40% vivem em casa arrendada e 15% vivem com os seus pais, ou seja, avós dos menores. Nesta última modaldidade, a taxa no caso em estudo é bastante mais elevada do que a corrente à escala nacional que vem descendo paulatinamente desde os anos sessenta do século passado. Segundo os dados do recenseamento de 1991, apenas 1,66 % das famílias portuguesas viviam nestas condições. Em 2001 as percentagens são ainda mais baixas: 1, 49 % (Leite, 2003: 10).

Tendo também em conta o tipo de pedido que estes progenitores fazem ao tribunal e que, posteriormente, é encaminhado para os serviços do IRS, constatamos que a maioria dos pedidos feitos diz respeito à alteração da regulação do poder paternal (60%), seguidos do pedido de regulação do poder paternal (35%). Apenas 5% pedem a alteração da prestação de alimentos. Quando a guarda do menor é atribuída a um dos progenitores, isso não invalida que o outro progenitor, mais tarde, quando reunir as condições necessárias para ter o menor, entre com o pedido em tribunal para alteração da regulação do poder paternal.

Constatamos que o pedido mais frequentemente dirigido ao tribunal continua a ser o da alteração da regulação do poder paternal, perfazendo no total 60%, o que equivale a 12 dos 20 progenitores que têm a guarda dos filhos a seu cargo. Profissionalmente, são os grupos dos operários e do comércio os que fazem este tipo de pedido com mais frequência. Quanto à regulação do poder paternal a percentagem é de 35%, o que equivale a 7 do total dos 20 progenitores referenciados nesta segunda parte do trabalho, sendo membros do grupo do pessoal administrativo e similares que mais recorrem aos tribunais para pedir a guarda dos filhos.

6. Considerações finais

Importa retomar o fio condutor da elaboração deste estudo, balizando as principais questões colocadas acerca das diferenças e desigualdades no concernente à entrega e ao encargo da criança após a desunião conjugal.

Face ao extenso conjunto de questões que aqui foram abordadas, vale a pena, contudo, rever os pontos fundamentais da elaboração deste trabalho e da investigação nele contida, recordando, em traços gerais, as suas principais indagações.

Em primeiro lugar, começámos por caracterizar teoricamente a questão das desigualdades de modo mais ou menos abrangente, passando depois a incidir sobre as da esfera familiar, tendo como principal pano de fundo os direitos da criança e, em especial, em processos de separação ou divórcio. É aqui que surgem as noções de poder e regulamentação parental e prestação de alimentos. Nestes casos, ou os pais acordam entre eles as modalidades da guarda dos filhos, como vai acontecendo mais frequentemente ou, em caso de divórcio litigioso, recorrem aos tribunais para que seja

o juiz a decidir da atribuição da guarda parental e a definir a pensão alimentar que o progenitor não guardião deverá pagar, o que recai, na maior parte dos casos, sobre o pai e, inversamente, sobre a mãe no que diz respeito à atribuição da referida guarda.

Em seguida, passamos a fazer a apresentação de um trabalho empírico, englobando estas questões com base nos dados do IRS das Caldas da Rainha. Dele retiramos um conjunto de elementos que nos permitiram uma melhor apreensão deste fenómeno, tão em voga nos nossos dias, e que dão a azo a um vasto conjunto de questões e reflexões.

É sobejamente conhecido que, em muitas situações, o pai, pelas mais variadas razões, ou não chega a pagar ou deixa de pagar aos filhos e à ex-esposa, mesmo quando a pensão pecuniária foi definida e decidida pelo juiz. A este respeito, para além de muitas outras incógnitas, também releva o facto de o pai ter já formado outra família e não dispor de recursos económicos que lhe permitam, em parte, contribuir para o sustento de duas famílias, mais concretamente dos filhos com quem não vive e, inversamente, contribuir para o sustento dos filhos de outrem com quem vive.

Este conjunto de questões coloca uma outra que é a de saber como é que a sociedade portuguesa olha hoje o divórcio ou a simples separação: trata-se de um *flagelo social*, responsável pela socialização de indivíduos não adequadamente socializados, marginalizados e assistidos, em virtude da ausência de um dos progenitores, 'flagelo' esse contra o qual ela deve lutar energicamente? Ou trata-se de um simples *problema social* face ao qual a sociedade deve atenuar os seus efeitos negativos através de medidas de assistência e de acompanhamento psicossocial? Ou, ainda, como um processo e um modo de vida inerente às sociedades democráticas da modernidade inacabada, sociedades fundamentados no respeito pela vida privada e a liberdade dos indivíduos e que não pode impedir de procriar sem ser casado, nem constrangir a não se separarem enquanto a educação dos filhos não tiver terminada?

Esta última eventualidade suscita uma série de outras interrogações: é preciso conceber o divórcio ou a separação unicamente como uma questão privada, relacionando-se apenas com o direito civil e dos contratos entre os indivíduos ou como um "risco" que os dispositivos da Segurança Social deveriam ter em conta ao mesmo nível da doença, da invalidez ou do desemprego ou outras medidas de protecção, como, por exemplo, a prioridade no emprego para as mães solteiras ou divorciadas em situação de monoparentalidade?

Em termos de recursos, entendemos ser importante prevenir e evitar cair em situações de exclusão social ou, em caso desta ocorrência, combater as desigualdades familiares e sociais, protegendo os interesses dos filhos de famílias monoparentais e assegurando os meios necessários para o efeito à mãe guardiã ou ao pai guardião. Perfilha-se assim um jogo que implica a participação a três: o pai, a mãe e o Estado-providência. Não se trata de uma situação ou solução fácil, quando os pais não vivem mais em conjunto ou, no caso das famílias recompostas, quando o novo marido ou companheiro da mãe não é o pai da criança ou do adolescente. Vivemos numa época parodoxal. A ciência permite fazer prova da paternidade, da filiação biológica, quando afinal muitas crianças e adolescentes são criados por "pais sociais"

que não são os seus pais biológicos (Lefaucheur, 1996). Levanta-se aqui toda uma nova problemática não só em termos de diferenciação, quiçá de desigualdade, após a desunião, mas também de laços familiares e sociais.

Por outro lado, vale a pena suscitar alguma reflexão atinente à pobreza ou pauperização que pode atingir as famílias monoparentais que, como referimos várias vezes, são maioritariamente formadas pela mãe e pelos filhos. Esta situação é vista como uma consequência negativa do divórcio ou da separação, tendendo a agravar-se ainda mais quando o pai não paga a pensão alimentar acordada entre ambos ou estipulada pelo juiz. Por outro lado, ela pode aparecer como um mal menor, na medida em que atesta o respeito "democrático" da liberdade da vida privado dos indivíduos.

As medidas que visam assegurar às mães o rendimento de inserção social (RSI) atribuem-lhe simultaneamente uma conotação de família pobre e uma dependência perante as medidas da Segurança Social e, numa óptica *familialista,* a desresponsabilização dos pais. Para contrariar estas situações, em nosso entender, uma solução se impõe: garantir à mulher um emprego que lhe permita usufruir de um salário compatível com as necessidades da sua família em condições de igualdade com as demais.

Bibliografia

ABOIM, Sofia (2004), *Conjugalidades em mudança. Percursos, orientação e dinâmica da vida a dois*, Tese de Doutoramento, ICS – Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, Ana (2003), "Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis", in J. Vala *et al.* (orgs), *Atitudes Sociais dos Portugueses. Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS-Universidade de Lisboa, pp. 47-93.

ALMEIDA, João F. *et al*, (1995), *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença.

ATTIAS-DONFUNT, Claudine *et al.* (2002), *Le nouvel esprit de famille*, Paris: Ed. Odile Jacob.

Código Civil, 1977 e 1999.

Código Penal (1995), Coimbra Editora: Coimbra.

Código Processo Penal (1987), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

COMMAILLE, Jacques et DE SINGLY, François (orgs.), *La question familiale en Europe*, Paris: L'Harmattan, pp.271-287.

Constituição da República Portuguesa, Versão de 1997, Porto Editora.

DE SINGLY, François (2003), *Les uns avec les autres. Quand l'individualisme crée*, Paris: Armand Colin

DICTIONNAIRE DE LA LANGUE FRANÇAISE Grand Robert.

EEKELAAR, John (1997), "De la privacy à l'État-Léviathan. Le cas de l'enfant"

GERALDES, Alice (1987), *Gente de minifúndio. Produção e reprodução em mudança na freguesia da Correlhã*, Braga: Universidade do Minho.

GONÇALVES, Barroso *et al* (1992), *Psicologia e Intervenção da Justiça*, Associação de Psicólogos Portugueses, Porto.

EUROSTAT, (1997 e 2003), *Demographic statistics*.

GHIGLIONE, Rodolphe *et al*, (1993), *O Inquérito – Teoria e Prática*, Oeiras: Celta Editora.

GUEREIRO, Maria Dores, wttp:I/www.apf.pt

INE, Censos de 1981, 1991 e 2001; estatísticas demográficas de 2002.

KANT, Emmanuel (1984 (1781)), *Crítica da razão prática*, Lisboa: Edições 70.

LEANDRO, M. Engrácia (1995), *Familles portugaises. Projets et destins*, Paris: L'Harmattan.

LEANDRO, M. Engrácia (1997), "Le lien social dans la pensée sociologique classique", *in* J. Pavageau *et al.*, *Le lien social et l'inachèvement de la modernité*, Paris: L'Harmattan/ARCI, pp. 41-54.

LEANDRO, M. Engrácia (2001), *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.

LEANDRO, M. Engrácia (2003), "Família em mudança" in *Cadernos de Bioética*, Ano XII, nº 33, pp. 57-70.

LEFAUCHEUR, Nadine (1996), "Qui doit nourrir les enfants de parents non mariés ou 'démariés'? Paradigmes du 'plus grand mal' et solutions de 'moindre mal', *in* R. Dandurand, R, Hurtubise, C. Le Bourdais (orgs) *Enfances. Perspectives sociales et pluriculturelles*, Les Presses de l'Université de Laval, Sainte-Foy (Québec), pp. 99-112.

LEI ORGÂNICA do IRS, Decreto-Lei nº204-A/2001 26 Julho.

LEITE, Sofia (2003), "Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001, *Revista de Estudos Demográficos* (2003), nº 33, INE, pp. 23-38.

MARTIN, Claude (1996), "Trajectoires post-divorce et vulnérabilité" *in* S. Paugam (org), *L'exclusion. L'état des savoirs*, Paris: La Découverte, pp.173-182.

PINTO, Manuel, SARMENTO, Manuel Jacinto (coord) (1997), *As Crianças: Contextos e Identidades*, Centro de Estudos da Criança, Braga

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, 2º edição

SANTOS, Eduardo dos (1999), *Direito da Família*, Coimbra: Almedina.

SARACENO, Chiara (1992), *Sociologia da Família*, Lisboa: Editorial Estampa.

SEGALEN, Martine (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa: Edições Terramar.

SILVA, Augusto Santos *et al* (orgs.(1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, 7ª edição.

SILVA, Luísa Ferreira da (2001), *Acção social na área da família*, Lisboa: Universidade Aberta.

SILVA, Manuel Carlos (1991), "Casa e casas em espaço rural minhoto: o poder doméstico" in *Cadernos do Noroeste*, vol 4, 6-7: 79-99 e in *Actas do II Congresso Português de Sociologia*, 1993, vol I: 922-939.

SILVA, Manuel Carlos e LEANDRO, M. Engrácia (2004), *Relatório da Rede Social no Concelho de Braga*, Câmara Municipal de Braga, Núcleo de Estudos em Sociologia/Universidade do Minho.

SOTTOMAYOR, Maria Clara (2004), *Regulação do Exercicio do Poder Paternal nos Casos de Divórcio*, Coimbra: Almedina, 4ª edição.

SULLEROT, Evelyne (1993), *Que pais? Que filhos?*, Lisboa: Relógio d'Água.

SULLEROT, Evelyne (1997), *A família. Da crise à necessidade*, Lisboa: Instituto Piaget.

THIÈRY, Irene (1993), *Le démariage. Justice et vie privée*, Paris: Ed. Odile Jacob.

THIÈRY, Irene (1996), "Les droits de l'enfant et le lien social" *in* R. Dandurand, R. Hurtubise, C. Le Bourdais (orgs) *Enfances. Perspectives sociales et pluriculturelles*, Les Presses de l'Université de Laval, Sainte-Foy (Québec), pp. 33-40

TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal*, Oeiras: Celta.

WEBER, Max (1971), *Economie et société*, Paris: Seuil.

WALL, Karin *et al.* (2002), "Mães sós e cuidados às crianças" in *Análise Social*, Vol. XXXVII, pp. 631-663.

Documentos Internos do Instituto de Reinserção Social

(*i*) A Intervenção do Instituto de Reinserção Social na Fase Pré-Sentencial – Área Tutelar (2002), Grupo de trabalho constituído por despacho nº 56/PRES/2001, Ministério da Justiça.

(*ii*) A Intervenção do IRS no âmbito do Trabalho a Favor da Comunidade (2003), Sub-Grupo de trabalho constituído por despacho n.º48/Pres/2001, Ministério da Justiça.

(*iii*) A intervenção do IRS na fase pré-sentencial – área penal (2003), Sub-Grupo de trabalho constituído por despacho n.º48/Pres/2001, Ministério da Justiça.

(*iv*) A intervenção do IRS na Jurisdição Tutelar Cível, Ministério da Justiça.

Pobreza e exclusão social:
um estudo de caso num bairro de município algarvio

Filipa Capelo*
Manuel Carlos Silva**
Nelson Dias***

Resumo

S. Brás de Alportel é um concelho marcado pela interioridade, numa região fortemente dependente da indústria do turismo de sol e praia. Aí, o Bairro João Rosa Beatriz, criado na segunda metade da década de 80 como resposta à necessidade de habitação social, por tender a acumular uma mão-de-obra pouco qualificada, desempregada ou marginalizada, apresenta um elevado potencial de desencadeamento de situações de ruptura social. O trabalho empírico aqui relatado passou em grande parte pela análise dos registos recolhidos a partir de um conjunto de entrevistas, onde sobressaem estas múltiplas vulnerabilidades, a diferença de género, bem como uma imagem da actuação estatal como baseada numa óptica de assistencialismo, gerando-se assim uma *espacialização* da pobreza. Em suma, este bairro é exemplo da forma como se constroem espaços segregados, assim como nesses mesmos espaços se vão potenciando e multiplicando factores de pobreza e de exclusão social. É produto de uma intervenção que visa a minimização desses factores, mas os resultados são demonstrativos da sua reprodução e manutenção ao longo do período de existência do bairro. A multidimensionalidade da exclusão e da pobreza exigirá, necessariamente, a multidimensionalidade na actuação concertada, de modo a minorar as consequências negativas das situações, neste caso no âmbito da habitação social.

1. Introdução e problema: a globalização e os riscos sociais

O processo de globalização representa um conjunto de transacções e fluxos económicos, sociais e comunicacionais a nível mundial, tendo como noções nucleares o crescimento, a competitividade e a livre circulação de capitais e mercadorias e, ainda que de modo limitado, de pessoas. Estes conceitos são, em grande medida, tributá-

* Socióloga, Associação *In Loco*.
** Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
*** Sociólogo, Técnico Superior, Associação *In Loco*.

rios das teorias neoliberais do crescimento e da modernização (Rostow, 1964) e das próprias teorias estruturo-funcionais (Parsons, 1988; Hoselitz 1960). Para além da retórica elogiosa por parte de neoliberais, a globalização é aceite, com alguma reserva crítica, por teóricos de orientação neo-institucional e reformista como Myrdal (1974) ou Sen (1999), desde que sujeita a alguma forma de regulação institucional a nível local, nacional e internacional. A globalização tem comportado, a par dalgumas oportunidades e benefícios sobretudo pela via do avanço das novas tecnologias, uma série de efeitos negativos, sobretudo, para as classes e camadas mais desfavorecidas da sociedade, particularmente quando periférica. Em inúmeras paragens do globo, as condições de vida das populações têm-se deteriorado, conduzindo à reprodução ou mesmo agravamento de situações, cuja tónica dominante é a da precariedade e da incerteza, quer em sociedades semiperiféricas, quer sobretudo em sociedades tradicionais, assentes em economias não capitalistas estrategicamente orientadas para a subsistência[1].

Vivemos hoje num mundo perigoso e assustador, onde as catástrofes naturais e sociais, bem como os riscos ecológicos, também esses globalizáveis e ameaçadores da própria humanidade, surgem como uma preocupação indissociável do nosso quotidiano. A actual ordem social, com sinais de crise e desintegração, condensa profundas contradições económicas e sociais, das quais resultam como efeitos, por um lado, enormes concentrações de riqueza e configurações de exploração e dominação a nível global, nacional e local e, por outro, imensos territórios de pobreza e exclusão social, de pessoas sem terra e sem casa, de violência crescente, sobretudo em aglomerados urbanos, fenómenos de alienação, incerteza e ansiedade face ao futuro, com uma enorme legião de desempregados e subempregados, situações de fome, aumento do número de doenças, assim como alterações climatéricas do planeta, diminuição da camada de ozono, extinção de inúmeras espécies, poluição da água, do ar e dos solos, aumento dos depósitos de lixo, devastação das florestas tropicais e da desertificação humana e ecológica de muitos territórios, entre outros[2].

Estas são questões efectivamente problemáticas que não atingem apenas os países dependentes e (semi)periféricos, mas estão igualmente presentes no seio nas nações ditas desenvolvidas. O aumento das desigualdades, a par do enfraquecimento de velhas solidariedades sociais e de regressões e lacunas dos sistemas institucionalizados de protecção social, têm conduzido ao surgimento de renovados riscos sociais, nomeadamente os da pobreza, da exclusão e da marginalização sociais.

O modelo político do Estado-Providência, embora recue nas suas origens ao tempo bismarckiano com os seguros sociais obrigatórios em finais do século XIX e se

[1] Para uma explanação das economias artesanais e sobretudo camponesas, cf., entre outros, Thompson (1982), Shanin (1971), Wolf (1966), Scott (1976) e, em Portugal, Silva (1987, 1995, 1998).

[2] A este propósito são de recordar as palavras de Alberto Melo que, num tom mais metafórico mas não menos real, afirma: "a 3ª Guerra Mundial já começou. Está a decorrer de há anos para cá. Já destruiu cidades, centros industriais, minas, territórios rurais. Já arruinou países e continentes. Contam-se por milhões as suas vítimas: umas condenadas à morte violenta, outras à morte a prazo por subnutrição crónica; umas condenadas à pobreza, à precariedade das condições de vida, outras ao estatuto vitalício de assistidos. São múltiplas e massivas as legiões de refugiados desta guerra procurando asilo em regiões de maior tranquilidade e prosperidade. E esta guerra, que se propaga à escala mundial, não poupa também o ambiente, em degradação acelerada." (Melo, 1995).

inspire em propostas de cariz keynesiano e social-democrata, já em pleno século XX, sobretudo no pós Segunda Guerra Mundial, não pode ser separado da confluência de diversos factores e estratégias: umas de carácter reivindicativo, próprias dos movimentos sociais, sobretudo sindicais, e outras de orientação integrativa no sentido de contenção e prevenção de conflitos sociais e, hoje, cada vez mais, pela necessidade de fazer face a riscos sociais acrescidos pelo fenómeno globalização e inerentes ao desenvolvimento ímpar do capitalismo mundial. Tal como refere Beck (1992) e, entre nós, Hespanha (2001) e Hespanha e Carapinheiro (2002), estamos perante uma sociedade de risco na medida em que o grau de apreensão e insegurança face ao presente, bem como a incerteza e a perplexidade face ao futuro se agudizam. Neste sentido, o próprio Estado-providência, implementado para atenuar os riscos sociais (desemprego, falta de condições mínimas de subsistência, invalidez, velhice) constitui ele próprio uma incógnita no futuro. Articulado com estas incertezas, torna-se pertinente questionar e aferir em que medida ou até que ponto, na actual configuração societal, o actual sistema da globalização capitalista diminui, reproduz e/ou reforça formas de exclusão social nas esferas económica e sobretudo política e em que medida as populações locais detêm ou não meios e condições de inverter as situações de desvantagem, pobreza e exclusão social.

Perante estas situações, cada vez mais, a par dos posicionamentos críticos seja numa perspectiva neo-institucional e reformista, seja sobretudo numa abordagem (neo)marxista nas suas variantes da teoria da dependência (Frank 1961) e da teoria do centro-(semi)periferia (Wallerstein, 1990; Amin, 1976; e, em Portugal, Santos, 1985; Fortuna, 1987; Silva, 2000a; Ribeiro, 2004), tem vindo a emergir e a consolidar-se a teoria territorialista, de orientação regional ou local, advogada por diversos autores a nível internacional e nacional.[3] Estes últimos autores têm levado a cabo uma considerável reflexão teórica e apresentado uma série de relevantes trabalhos empíricos, como formas de, através da potenciação dos recursos e sinergias endógenas, combater situações de pobreza e exclusão sociais mais gravosas, tendo-se constatado casos com um, maior ou menor, impacto local positivo.

Apesar dalgumas experiências positivas, a situação actual continua preocupante. Como o salientam diversos teóricos críticos já referidos, grande parte dos problemas do mundo moderno deriva, directa ou indirectamente, do processo de globalização e do modelo de acumulação e concentração capitalista que o alimenta. Tal como noutras ciências sociais, também no seio da sociologia é hoje incontornável encarar o processo de globalização das sociedades modernas como um factor co-estruturante da agudização dos fenómenos de diferenciação entre 'ricos' e 'pobres' e pelo agravamento das situações de risco social.

Uma vez expostas brevemente algumas das abordagens mais salientes na sociologia sobre a pobreza e a exclusão social, o nosso enfoque centrar-se-á na carac-

[3] Cf. Long (1977) e, em Portugal, Lopes (1980), J. C. Ribeiro (1984), Cepeda (1988), Guerra (1991), Reis (1994), Marques e Portela (1994), Cristóvão (1994), Monteiro (2004), Silva e Cardoso (2004).

terização e no diagnóstico dum bairro afectado por situações de pobreza e exclusão social, no caso concreto o Bairro Social de João Rosa Beatriz na vila algarvia S. Brás de Alportel. Assim, começamos por caracterizar o concelho e, seguidamente, a população residente, em regime de arrendamento social, neste Bairro Social, nomeadamente nos domínios da demografia, habilitações literárias, qualificações profissionais, emprego, condições de saúde e de habitabilidade dos moradores do referido bairro.[4]

Este trabalho representou simultaneamente um contributo para o diagnóstico social do concelho, uma tarefa que, tornando-se um processo dinâmico, não se limitou à simples descrição das situações mas procurou, na medida do possível, a explicação das suas causas num quadro teórico, interpretativo da realidade. Como tal, o trabalho desenvolvido constitui "uma investigação empírica teoricamente orientada" (A. F. Costa, 1999: 5), sendo desenvolvidos dois conceitos de pobreza e de exclusão social e suas dimensões com principal relevância para a económica.

De acordo com os objectivos de estudo, optou-se por um processo metodológico que integra a perspectiva da sociologia da acção e/ou intervenção, uma abordagem de longa tradição e teoricamente profícua, cimentada nas teorias accionalistas de inspiração weberiana e interaccionista mas articulável com a perspectiva estrutural, tal como em Portugal tem sido desenvolvida por Guerra (2002) e aplicada numa multiplicidade de diagnósticos sociais concelhios no âmbito da Rede Social.

Na recolha de informação foram utilizadas técnicas como o inquérito por questionário, a entrevista, a observação directa, a análise documental e as conversas informais, que permitiram caracterizar o bairro sob estudo. Antes, durante e após a recolha dos dados, a pesquisa bibliográfica por nós realizada foi obviamente importante para o enquadramento conceptual e edificação desta investigação. Para a caracterização da população do bairro, a recolha da informação foi feita através da aplicação de um inquérito por questionário a todo o universo das famílias do bairro em regime de arrendamento social.[5] O inquérito por questionário foi realizado numa situação social de interacção face a face, administração presencial e contemplou duas componentes: uma primeira, que permitiu fazer uma caracterização sociodemográfica de todos os elementos dos agregados familiares residentes no mencionado bairro, susceptível de uma análise quantitativa, e uma segunda composta por uma entrevista semi-estruturada, aplicada aos arrendatários da habitação, sujeita a uma análise qualitativa. Foi

[4] O presente artigo surge no seguimento de um trabalho de recolha e pesquisa realizado pela primeira autora no âmbito do estágio curricular da licenciatura em Sociologia – Ramo Políticas Sociais, da Universidade do Minho, trabalho este orientado pelo segundo autor, docente e investigador da Universidade do Minho e, em termos locais, pelo terceiro autor, também sociólogo e técnico superior na Associação *in Loco*. Atendendo aos contributos de enquadramento teórico, sobretudo por parte do segundo autor e à orientação local do terceiro, estes dois acabaram por, aliás a pedido da primeira autora, por refundar o texto, tendo sido reconceptualizada e desenvolvida a problematização da pobreza e da exclusão social, sendo de sublinhar a riqueza do estudo de caso empírico realizada pela primeira autora e o quadro duma reconceptualização e apresentação sintética das várias perspectivas teóricas sobre a exclusão, contributo este advindo de um relatório académico da disciplina "Solidariedade e Exclusão Social" por parte do segundo autor (Silva, 2003).

[5] Esta pesquisa, nomeadamente o inquérito aplicado no bairro, enquanto território geograficamente limitado, foi aplicado, tendo como parceiros devidamente identificados a Câmara Municipal de São Brás de Alportel e a Associação *In Loco* (cf. Dias e Palma 2001).

realizado um pré-teste do inquérito, a fim de nos apercebermos de eventuais erros na elaboração deste e, principalmente, verificarmos a acessibilidade da linguagem utilizada. O registo das respostas ao inquérito e à entrevista foi efectuado por escrito para evitar o trabalho moroso de transcrições, quando se recorre ao gravador. A técnica da observação directa foi efectuada aquando da realização das entrevistas, no que respeita às condições de habitabilidade, a fim de compreender as necessidades ao nível de reparações, mobiliário e equipamentos existentes e seu estado de conservação.

2. Pobreza e exclusão social

Um conceito tradicionalmente utilizado para dar conta da situação de desvantagem resultante das disparidades sociais é o de pobreza que não raro se confunde com o de exclusão social, não sendo todavia pertinente assumi-los como sinónimos. A pobreza reporta-se à privação de recursos que pode ser vista, em termos relativos, em função dos padrões e níveis de vida duma determinada sociedade e em contraponto de situações de riqueza detida por outros grupos sociais, dando lugar ao que se convencionou ser a pobreza relativa[6] – actualmente medida por um rendimento abaixo de metade do rendimento médio duma população. Porém, a forma mais premente e dramática de pobreza é a pobreza absoluta, enquanto situação de privação das condições mínimas de subsistência e, como tal, incapaz de fornecer o mínimo de sustentação vital e das necessidades básicas materiais e biológicas (por exemplo, conjunto de calorias alimentares, educação, alojamento e cuidados de saúde básicos), à qual se associa a privação social, entendida como risco, vulnerabilidade, falta de autonomia mínima e auto-estima, aspectos sublinhados, entre outros, por Sen (1999), Ames *et al* (2000), Costa (2001) e Capucha (1998, 2000). Donde, a definição de pobreza prende-se com uma privação inaceitável do ser humano. A pobreza constitui um fenómeno que implica relações entre pobres e ricos e uma construção social, dado que os critérios de escolha das necessidades elementares são dependentes do nível de desenvolvimento, da organização e dos valores e estilos de vida presentes em cada sociedade. Por outro lado, é habitual distinguir-se entre pobreza *objectiva*, em que existe um limiar de referência do fenómeno da pobreza, sobretudo em termos económicos e a pobreza *subjectiva* atinente às representações acerca da pobreza construídas pelos próprios actores e grupos sociais em causa, ou seja, significa que é pobre aquele que a sociedade e o próprio se considera pobre. Assim,

[6] "O conceito de pobreza não permaneceu inalterado no decurso do tempo, impelido que foi, sobretudo, pela exigência de se adaptar às particularidades dos países altamente industrializados, pelo progresso das ciências sociais e dos meios de comunicação social e, não menos importante, pela crescente sensibilidade de consciência moral a situações que acolhem desigualdades inaceitáveis e atingem gravemente a dignidade humana" (Costa, 1984: 275). Com a evolução do conceito de pobreza, desde a sua definição de teor mais económico, verificou-se uma multiplicação do mesmo em várias dimensões, que englobam outras vertentes da realidade. A pobreza não consiste apenas na carência de recursos (privações geralmente sentidas ao nível das necessidades básicas), mas também na (im)possibilidade de acesso a outros recursos e direitos, abrangendo também privações em aspectos simbólicos atinentes a desejos de realização da liberdade, felicidade e estabilidade em vários domínios.

> "a intensificação da rede de comunicações e os crescentes contactos com outras sociedades e economias têm contribuído para despertar a consciência da possibilidade de atingir maior bem-estar e a apetência pelos modos de vida alheios, pondo, assim, em questão a atitude fatalista quanto à pobreza, por parte de sociedades menos evoluídas" (Costa, 1984:287).

Costuma também diferenciar-se entre pobreza *tradicional* que está relacionada com situações cristalizadas e *novas formas* de pobreza que é resultante das reestruturações sociais decorrentes de fenómenos inerentes à globalização. A pobreza *rural/urbana* expressa a ideia das exclusões de ordem espacial; e, por último, a pobreza *temporária* refere-se às entradas e saídas da pobreza e a *duradoura* remete para a reprodução social continuada da pobreza. Em suma, a pobreza, constituindo um fenómeno multidimensional e cumulativo, é a mais visível das diversas formas de exclusão social.

Na definição de pobreza importa distinguir entre uma perspectiva que, dando conta dos traços fundamentais da pobreza, remete de modo algo implícito para a incapacidade do indivíduo em garantir esse mínimo vital de bens e serviços para fazer face às suas necessidades, duma outra que, caracterizando a pobreza como privação económica sofrida por grupos e indivíduos, deve ser completada com uma outra perspectiva de teor mais estrutural e crítico que não deixa de atribuir tal situação a factores de ordem sistémica e estrutural, como aliás o fazem não só teóricos marxistas como outros críticos de orientação reformadora como Sen (1999). A pobreza, sobretudo absoluta e em termos económicos, é a forma mais extrema da desigualdade social e é a manifestação máxima e visível da extensão do fosso entre classes e grupos sociais.

Ultimamente tem sido cada vez mais utilizado o conceito de exclusão social em vez do de pobreza, o que, mesmo quando se sobrepõem em grande parte, não são todavia sinónimos, como dissemos. A utilização do conceito de exclusão social é recente nos discursos correntes, particularmente político e ideológico de vários matizes, mas ele remonta, contrariamente ao senso comum e a considerandos prévios de diversos trabalhos realizados nas últimas décadas, aos clássicos da sociologia, particularmente a Durkheim (1977) e sobretudo a Weber (1978). Por sua vez, os legados destes dois autores não podem deixar de ser equacionados e confrontados com outras abordagens nomeadamente a marxista numa perspectiva mais estrutural e, numa outra mais (inter)accionalista, com os contributos importantes de Simmel (1971) e do interaccionismo simbólico, em especial de Goffman (1988).

Por isso, torna-se pertinente e mesmo necessário fazer uma breve referência das diversas posições dos clássicos da sociologia, de modo a contrastá-las, mas sem deixar de avançar uma perspectiva que consideramos adequada para explicar quer o fenómeno da pobreza, quer outros fenómenos de exclusão social que não necessariamente de pobreza. No nosso entender, há exclusões que não se reduzem à pobreza; em todo o caso qualquer situação de pobreza implica, contrariamente a alguns pressupostos funcionalistas nomeadamente durkheimianos, formas de exclusão social, as quais não podem ser desenquadradas das formas de desigualdade social. Sendo ambos fenómenos multidimensionais, a pobreza pode ser perspectivada como uma das formas e dimensões extremas e flagrantes de exclusão social.

Na óptica durkeimiana, a consciência colectiva, enquanto conjunto de normas e valores presentes numa sociedade, incapaz de integrar os indivíduos, perderia a sua força persuasiva junto de determinados indivíduos excluídos, vulneráveis e em situação de anomia social, os quais, ainda que minoritários, conheceriam uma quebra ou ruptura de laços sociais com a sociedade envolvente, bem como dos seus códigos e representações colectivas. Tal dever-se-ia ora a uma divisão forçada do trabalho social que não levaria em devida conta os talentos ou competências dos indivíduos ora a uma diminuição ou ausência de densidade moral em favor duma densidade material das trocas, nomeadamente económicas. Seriam estes desajustamentos que criariam situações de desorganização e/ou desestruturação social, dando lugar a fenómenos anómicos e, portanto, perturbadores do equilíbrio e da harmonia das sociedades modernas, não sendo de excluir inclusive, em situações de desintegração social extrema, a ocorrência de suicídios tipificados como anómicos.

Contrariamente a Durkheim (1977) que, mesmo quando diferenciadas ou mesmo desiguais as funções na divisão social do trabalho, as entende como complementares, interdependentes e geradoras de coesão social, Weber (1978) analisa as diversas formas de manifestação de poder em termos económicos (as classes), sociais (os estatutos) e políticos (os partidos) e, em especial, as instâncias estatais, tendo analisado a diversidade de desigualdades sociais susceptíveis de desembocar nos mais variados conflitos (rácicos, étnicos, religiosos, de classe, estatutários, territoriais ou outros) na base das correlativas características traduzidas pelos respectivos conceitos (raça, etnia, religião, classe, estatuto, território). As interações sociais são perpassadas por relações verticais de dominação, de poder, autoridade e legitimidade sem levar agora em linha de conta a base em que tais relações assentam: a tradição, o carisma do chefe ou a lei. Donde, a exclusão social resultaria do processo de concorrência nos mercados ou de fechamento social por razões estatutárias ou políticas na base da lealdade partidária.

Próxima da posição weberiana situa-se a abordagem interaccionista simbólica que incide mais o seu olhar analítico nas interaccções do quotidiano e nos significados atribuídos pelos actores sociais, significados esses construídos em contextos sociais, podendo desembocar em processos ora simétricos ora assimétricos, em que estes últimos são geradores de exclusão. O interaccionismo simbólico equaciona o problema da exclusão social através da teoria da rotulagem e estigmatização por parte das instituições e dos indivíduos de comportamento regular dito normal face aos que denotam comportamentos considerados desviantes ou transgressivos, dando, não raro, assim lugar a situações de marginalização e discriminação sociais.

Por fim, já numa perspectiva marxista, marcadamente estrutural com base em factores mais socioeconómicos, a exclusão social seria um processo resultante da apropriação privada dos meios de produção por parte das classes dominantes, pelo que excluídos seriam, contrariamente à visão durkheimiana, a maioria, ou seja, os membros das classes exploradas e oprimidas, mormente os trabalhadores assalariados e os que sofram de qualquer tipo de privação, nomeadamente em termos económicos e sociais.

Sem deixar de ter presentes os contributos dos sociólogos clássicos, podemos inferir do conjunto dos seus legados teóricos que a noção de *exclusão/inclusão* é

uma noção relativa, pois depende do contexto de acção, variando, assim, no espaço e no tempo. Numa relativa proximidade à perspectiva durkheimiana mas atento às mudanças entretanto operadas na sociedade, para Xiberras (1993) e Castel (1995) a exclusão exprime um modo específico de *dissociação* do laço social. Para este último autor processa-se assim uma *desafiliação social*, resultante da não-integração pelo trabalho e da não-inserção nas redes próximas de sociabilidade, tanto familiar como social. Tal traduz-se numa ruptura de laços familiares, de amizade e afectivos, assim como com o mercado de trabalho. Neste entendimento poderia, então, existir pobreza sem exclusão social, caso o indivíduo mantivesse as redes de relações sociais, o que seria particularmente mais visível nos meios rurais. Ora, no nosso entender, embora pobreza e exclusão social sejam, como referimos, conceitos complementares e, em grande parte, sobrepostos, não nos parece curial sustentar, pelo menos à luz quer da teoria marxista, quer mesmo da weberiana, que se possa ser pobre sem ser excluído. O "social" tem estado sujeito a diferentes acepções e interpretações. Uns defendem o 'social' por oposição ao 'económico' – o que enferma de visão compartimentada do social – outros apresentam-no como oposto ao individual por se reportar a um número significativo de indivíduos. As distinções podem fazer-se mas não é possível dissociar o social do económico nem o social do individual e vice-versa, pois, tendo em conta os aspectos relacionais das actividades humanas, a sociedade não é a mera soma dos indivíduos. Um fenómeno é social, independentemente do número de indivíduos que abarca e, por outro lado, no que concerne à sociedade, remete-nos para as questões de cidadania e, consequentemente, para os sistemas sociais básicos, como o sustentam, entre outros, Costa (2001: 14), Capucha (1988, 2000), C. Ferreira (1996), Silva (2001, 2003), Guerra (2002).

A exclusão social constitui-se como algo complexo e multidimensional, que detém, numa perspectiva durkheimiana, um processo estrutural de fragilização e rompimento dos laços sociais – um elemento vincado por Durkheim (1977) – mas tal quebra deve-se, por um lado, à falta de uma série de recursos básicos, como o diriam Marx (1974) e Weber (1978) e, por outro lado, advém ou é reforçada por mecanismos de estigmatização e rotulagem que afectam certos grupos, como o frisam os interaccionistas simbólicos, em particular Goffman (1988). Verifica-se neste processo uma acumulação de vulnerabilidades que bloqueiam, tal como o referem Fernandes (1991), Capucha (1998) e Costa (2001), a inserção dos indivíduos no acesso a um conjunto de *sistemas sociais básicos*, conjunto esse que pode ser mais ou menos amplo, conforme a noção de cidadania que esteja subjacente. Costa (2001) propõe a possibilidade de agrupar aqueles sistemas em cinco domínios: *social, económico, institucional, territorial* e, por fim, um outro relativo às *referências simbólicas*.

O domínio *social* distingue-se pelo conjunto de sistemas de relações sociais, quer com os grupos primários (família), quer com os secundários (amigos, vizinhos, colegas de escola e de trabalho) no processo de socialização,[7] socialização esta que remete para a transmissão de padrões sociais e culturais e, por conseguinte, implica a integração de costumes, normas e valores preexistentes e considerados socialmente aceites.

O domínio *económico* abrangeria três sistemas: "os mecanismos geradores de recursos, o mercado de bens e serviços (incluindo os financeiros como os respeitantes ao crédito) e o sistema de poupanças" (Costa, 2001: 15). As estruturas produtoras de recursos incluem o mercado de trabalho, o salário que lhe está inerente, os indivíduos que se encontram em actividade profissional e os sistemas de segurança social, nomeadamente as pensões. A este respeito podem diferenciar-se os cidadãos que dispõem de sistemas de saúde e segurança social deficitários e outros que, dados os seus rendimentos mais elevados, têm acesso, pela via das poupanças e do mercado, a bens e serviços, eventualmente em complementaridade com os sistemas de segurança social públicos.

O domínio *institucional* inclui os sistemas prestadores de serviços públicos, ou seja, os serviços independentes dos mecanismos de mercado, disponibilizados a todos os cidadãos, como são exemplo os sistemas de saúde, educação e justiça.

O domínio *territorial* respeita ao espaço, ao território, como são ilustrativos alguns bairros degradados ou algumas freguesias rurais, as migrações e a problemática que lhes está inerente – a migração de indivíduos de zonas excluídas para zonas mais desenvolvidas.

O último domínio é o das *referências simbólicas*. Esta área reporta-se a todo um

> "conjunto de perdas que o excluído sofre, e que se agravam com a permanência na situação de exclusão, no campo das referências: perda de identidade social, de auto-estima, de auto-confiança, de perspectivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, do sentido de pertença à sociedade, etc." (Costa, 2001:17).

Estes sistemas sociais básicos, assim como os domínios em que os sistemas foram reunidos, são interdependentes e podem coexistir em algumas situações:

> "Com efeito, a exclusão social apresenta-se, na prática, como um fenómeno de tal modo complexo e heterogéneo, que pode, com razão, falar-se em diversos tipos de exclusão. Um dos critérios para esta classificação é o das causas imediatas – por oposição às causas intermédias e às causas estruturais – da situação. Este critério é particularmente importante, uma vez que, estando relacionado com as causas, dá indicação sobre o tipo de soluções necessárias" (Costa, 2001:21).

Da classificação dos seis tipos de exclusão social expostos por Costa (2001), retemos quatro: a económica, a social, a cultural-simbólica e a política, considerando que as duas últimas – a patológica e os comportamentos autodestrutivos (prostituição, alcoolismo e toxicodependencia) – não têm consistência sociológica, introduzindo

[7] A socialização é definida como um "processo através do qual o indivíduo aprende e interioriza o sistema de valores, de normas e de comportamentos de uma determinada cultura, onde intervém um conjunto de agentes de socialização" (S. Silva, 2002:350).

nestes dois tipo elementos psicologizantes que aliás são insuficientes para explicar os fenómenos sociais referidos.[8]

Existem categorias sociais mais vulneráveis à exclusão social. São grupos que "não participam de forma regular nas principais instituições com as quais romperam – ou nunca chegaram a estruturar – laços de integração e, por isso, conhecem com uma maior frequência do que a restante população uma condição continuada de ausência de acesso a direitos básicos ou a estilos de vida aceitáveis" (Capucha, 2002: 216), embora o acento tónico na ideia de que foram os indivíduos excluídos que romperam com as instituições parece inverter a ordem analítica e de responsabilidade social, devendo justamente acentuar-se o contrário. Salvo casos excepcionais, foi a economia dominante e a subsequente repartição desigual de recursos, assim como as instituições que excluíram, marginalizaram ou romperam com os indivíduos excluídos. Trata-se de indivíduos e grupos sociais que foram alvo duma série de desvantagens, sendo possível enumerá-los e tipificá-los de modo sintético, com base nas tipologias avançadas por Almeida *et al* (1992), Capucha (1998, 2000) e Costa (2001): (*i*) os *desempregados de longa duração*, bem como indivíduos inseridos em economias clandestinas, sem qualquer vínculo laboral e que, em situação de desemprego, não estão abrangidos pelo rendimento de substituição; (*ii*) os *idosos,* atendendo aos baixos valores das pensões de reforma, de invalidez e sobrevivência, com enormes dificuldades de fazer face a despesas da saúde, muitos deles com trajectórias profissionais caracterizadas pelo desemprego ou empregos clandestinos e que tornaram irregulares os seus descontos para a Segurança Social, reflectindo-se na obtenção de uma pensão mínima que lhes garanta a sobrevivência; (*iii*) os *portadores de deficiências,* também vulneráveis à pobreza, principalmente quando existe escassez de recursos na família e o mercado de trabalho não promove a sua inserção profissional; (*iv*) as *minorias étnicas*, tais como, por exemplo, os indivíduos de etnia cigana ou imigrantes provenientes de ex-colónias portuguesas e dos países de Leste, sobretudo os desqualificados, além de serem confrontados com situações de racismo e xenofobia; (*v*) os ex-*toxicodependentes e toxicodependentes*, *reclusos e ex-reclusos*, os *jovens em risco*, na medida em que a sua conduta é considerada perturbadora para a ordem social, sendo não raro excluídos das principais instituições (família, escola, instituições várias inclusive estatais); (*vi*) as

[8] Cf. Silva (2003). Segundo Costa (2001), quanto à (*i*) exclusão de tipo *económico*, trata-se de uma situação de falta de recursos, de privação, de pobreza, como foi definida. Comummente, este tipo de exclusão é caracterizado, por exemplo, pelas más condições de vida, pela precariedade de emprego, pelas fracas qualificações literárias e profissionais, sendo domínios de exclusão social que mais afectam os indivíduos. Como outros tipos de exclusão temos: *ii*) a exclusão por factores de ordem *social*, que se caracteriza pela carência relacional, ou seja, pela fraca intensidade e, não raro, a inexistência de laços sociais, cujo efeito mais patente é o do isolamento e solidão de determinados grupos (idosos e deficientes) face a uma sociedade átomizada, propiciadora de "guetização dos idosos, ao desintegrá-los do resto da sociedade" (Costa, 2001:88); *ii*) a exclusão do tipo *cultural*, à qual estão inerentes aspectos culturais que se manifestam na forma e na relação que se estabelece com o outro, com a diferença de nós e dos outros, a relação com a alteridade, conduzindo a fenómenos como a xenofobia e até o racismo, se bem que a explicação destes fenómenos não é redutível apenas a factores culturais, como já foi detectado nalguns estudos (Silva 2000, Silva e Silva 2002) e argumentado em posterior trabalho de Silva (2003).

famílias monoparentais que, na sua maioria,[9] conhecem, para além da censura social, a instabilidade profissional e social, nomeadamente o caso de mães sós, jovens e com filhos menores; (*vii*) os *sem-abrigo,* cuja situação é, sem dúvida, a mais visível em termos de exclusão social, carências múltiplas e desvantagens acumuladas, sobretudo quando à ausência de habitação acresce a toxicodependência, a deficiência física ou mental, não entrando agora em linha de conta com os casos excepcionais que o fazem como espécie de "opção de vida".

Apresentada sinteticamente esta tipologia, importa agora descer à caracterização do concelho de S. Brás de Alportel e, em particular, à análise do bairro de João Beatriz no referido concelho.

3. O Bairro de João Beatriz – Um território em situação de exclusão

Nesta rubrica começaremos por fazer uma breve caracterização demográfica do concelho, seguida do retrato do bairro sob estudo e, por fim, a apresentação dos resultados da pesquisa empírica obtidos através dos métodos já referidos. Tratando-se de um bairro social, procuraremos ver em que medida se aplica a este bairro social uma situação de reprodução de exclusão socioespacial, que Capucha (2000:11-12) refere como "círculos de pobreza instalados", em que o factor espacial é também coestrurante da pobreza e exclusão social, sendo o espaço habitacional e suas condições de habitabilidade uma das formas mais presentes de exclusão social, tal como o sublinham P. Almeida (1994) e sobretudo Cortés (2000) para o espaço urbano.

(i) Caracterização sumária do concelho de São Brás de Alportel

O concelho de S. Brás de Alportel tem uma área de 150,10 km2 e uma densidade populacional de 75 habitantes por Km2, de acordo com as estimativas demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE) para 2004. Está situado na zona de transição entre o Barrocal e a Serra do Caldeirão e faz fronteira com os concelhos de Tavira, Loulé, Faro e Olhão.

A evolução demográfica no concelho tem sido bastante significativa, tendo-se verificado, no último período inter-censitário, um aumento de 33,3%, quando no Algarve se registava uma variação positiva de 15,8% e no Continente de 5,3% entre 1991 e 2001 (Censos do INE, 1991 e 2001). S. Brás passou de pouco mais de 7500 habitantes para mais de 11.205, em 2004, segundo dados do INE.

A observação do crescimento da construção civil, nomeadamente no que respeita ao aumento extraordinário do parque habitacional que se tem registado nos últimos anos[10], dá conta de que o crescimento demográfico tenderá a continuar a ser uma realidade, em grande parte ditada pela procura de casais jovens que vêem no concelho uma oportunidade de aquisição de habitação a preços mais baixos do que nos concelhos

[9] As famílias monoparentais constituem uma categoria que não é económica e socialmente homogénea, uma vez que, a par de uma minoria que detém recursos, a grande maioria é objecto de exclusão social, havendo neste grande grupo diferenças a assinalar não só em termos socioeconómicos, mas também culturais, para além do meio geográfico onde residem.

[10] O parque habitacional do concelho aumentou 43% entre 1991 e 2001.

limítrofes (Faro, Loulé e Tavira), onde exercem a sua actividade profissional: em 2001, 32,9% da população activa trabalhava ou estudava fora do concelho.

O concelho enfrenta actualmente dois desafios importantes: (*i*) um crescimento populacional que coloca problemas ao nível da gestão urbana; (*ii*) o risco de se tornar uma zona eminentemente habitacional, resultando daqui a necessidade urgente de criação e melhoramento de serviços e equipamentos de rectaguarda que assegurem a manutenção da capacidade de acolhimento e qualidade de vida à população.

Sendo o envelhecimento da população um dado generalizável ao país, no concelho de S. Brás este fenómeno é ainda mais acentuado. Em 2001 havia uma média de 157 pessoas com mais de 65 anos para cada 100 indivíduos com menos de 15 anos. É assim constatável uma diminuição do índice de dependência de jovens, se bem que também tenha diminuído o índice de dependência de idosos, o que poderá ser sintomático de alguma capacidade de rejuvenescimento da população.

Tal como na região, a dimensão média das famílias diminuiu no último período inter-censitário, fruto dos novos modelos familiares que vão surgindo graças, entre outros factores, a uma progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho, à adopção de contraceptivos mais eficazes do que os métodos tradicionais, às novas formas de habitação (por exemplo, os apartamentos), as quais são um dos factores condicionantes da dimensão das famílias. O fenómeno da monoparentalidade também aumentou no concelho, sendo em 2001 de 11% face aos 7% verificados em 1991 (cf. Censos do INE de 1991 e 2001).

Alguns indicadores revelam factores potenciadores de exclusão e pobreza no concelho, a saber, uma taxa de abandono escolar superior à média do país (2,1% contra 1,7%), assim como uma taxa de analfabetismo ligeiramente superior no concelho com 9,3% *versus* 9% no país; elevada percentagem da população (53%) com apenas o 1º ciclo do ensino básico; dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho – taxa de desemprego feminino de 8% e uma taxa de desemprego feminino jovem (15 aos 30 anos) de 12,6% face aos 7% de taxa de desemprego geral; taxa de actividade jovem acentuada (62,7%), mas com níveis de desemprego mais elevados comparativamente à média geral (10%); peso importante da população beneficiária do Rendimento Social de Inserção (RSI) com 5% da população em 2002, com particular ênfase nas mulheres (51,5%) e nos jovens com menos de 25 anos (37,5%); relevo dos pensionistas na população residente (20%), tendo vindo a aumentar gradualmente os pensionistas de sobrevivência; índice de poder de compra bem abaixo da média regional (78,8 em S. Brás e 108,8 no Algarve em 2002); taxa de cobertura oficial de creches de 14,4%. A guarda de crianças tem sido assegurada por uma rede informal de amas sem garantia de qualidade e segurança na prestação de cuidados.

(ii) **Breve retrato do Bairro Social João Rosa Beatriz**

O Bairro Social foi construído em 1986 e está situado na zona nascente da vila de S. Brás de Alportel, junto à estrada que liga esta localidade ao concelho de Tavira, encontrando-se, na altura em que foi construído, numa situação periférica face ao restante tecido urbano. Com o crescimento de S. Brás, o bairro deixou de se encontrar

numa situação tão periférica, embora se distinga claramente de toda a zona envolvente, seja pela concentração e estandardização do tipo de habitação, seja pelo facto de só recentemente, em finais de 2004, se terem concluído os arruamentos exteriores.

O bairro é constituído por 102 fogos de habitação, 37 dos quais de habitação social. São 102 habitações distribuídas por casas térreas que contam apenas com rés-do-chão e primeiro andar. Relativamente à tipologia das habitações encontramos T1, T2, T3 e T4, os quais foram distribuídos consoante o número de elementos dos agregados familiares inscritos. A construção deste bairro em 1986 veio colmatar as necessidades de habitação sentidas no concelho. A obra foi da responsabilidade da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel e do Fundo de Fomento da Habitação (designado e conhecido por IGAPHE), passando, posteriormente, para responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal.

(iii) **Caracterização da situação da população do bairro**

Uma vez feita a caracterização do município e do bairro em termos gerais, importa agora dissecar o bairro com base nos dados recolhidos.

(a) **Enquadramento demográfico do bairro**

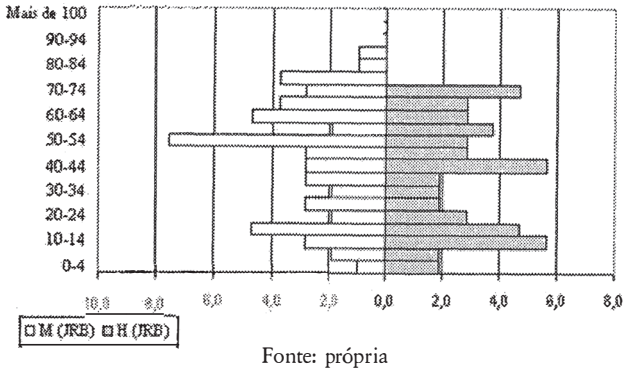
Neste estudo foi inquirida a população residente, em regime de arrendamento social, no Bairro Social João Rosa Beatriz em São Brás de Alportel. A população é composta por 106 indivíduos e 37 agregados familiares. Foi recolhida informação relativa a toda a população, sendo que 55 pessoas pertencem ao sexo feminino e 51 ao sexo masculino.

Ao observarmos a pirâmide[11] referente à estrutura etária da população (gráfico nº 1), verificamos que a sua base é constituída por jovens maioritariamente do sexo masculino e o topo – população idosa – é composto sobretudo por elementos do sexo feminino. É de registar que a faixa etária dos 75 aos 90 anos é ocupada unicamente por mulheres. Nascem mais homens que mulheres mas estes morrem mais cedo, algo que é de resto extensível à estrutura etária do próprio país, em que a esperança de vida é mais elevada entre a população feminina. A estrutura actual parece dar conta de uma tendência de envelhecimento acentuada para os próximos anos – a ter em conta a representação significativa da população em idade activa e a existência de uma percentagem reduzida de crianças com menos de 10 anos.

O bairro social apresenta um índice de envelhecimento de 131. Segundo o quadro nº 1, o índice de dependência total é de 53,6 o que significa que mais de metade da população do bairro se encontra numa situação de dependência face à população activa. O índice de dependência dos jovens é de 23,2 e o índice de dependência dos idosos é de 30,4. Apesar de estes dados serem reveladores de níveis de dependência elevados e da tendência de envelhecimento, não são, no entanto, tão significativos como os registados ao nível do concelho.

[11] Dada a dimensão reduzida da população, a pirâmide construída não permite uma leitura aprofundada das dinâmicas da estrutura etária.

Gráfico 1. Pirâmide etária da população do Bairro João Rosa Beatriz



Fonte: própria

Relativamente aos agregados familiares, no bairro a dimensão média das famílias é ligeiramente superior à registada no concelho, assim como a percentagem de famílias monoparentais.

Quadro 1. Principais indicadores demográficos

Indicadores	São Brás de Alportel	Bairro Social
	2001 (%)	2004 (%)
Índice de dependência de jovens	22	23,2
Índice de dependência de idosos	34,5	30,4
Índice de dependência total	56,5	53,6
Índice de envelhecimento	156,6	131
Dimensão média das famílias	2,6	2,9
Famílias monoparentais	11	13,5

Fonte: INE e própria

Relativamente à população natural de Portugal, a maioria provém de concelhos próximos de São Brás de Alportel (51 indivíduos). As mobilidades residenciais foram, por isso, de proximidade ao contexto de origem. Por seu lado, a percentagem de naturais de outros países (17,8%) dá conta da presença do fenómeno da presença de emigrantes, dando um carácter algo multicultural na população residente, obrigando a um esforço mútuo e interacção recíproca entre o grupo maioritário e os grupos minoritários com outra procedência geográfica e étnico-cultural.

(b) **Qualificações escolares**

A análise do grau de escolaridade dos inquiridos revela perfis de habilitações predominantemente baixos. A taxa de analfabetismo global é de 14,2%: enquanto a masculina é de 10,2%, a feminina ascende a 18,5%, revelando, deste modo, que as

mulheres são, em termos gerais, menos escolarizadas. São as mulheres que ocupam as posições inferiores relativamente ao grau de escolaridade; porém, quando estas prosseguem os estudos, tendencialmente ocupam os lugares superiores da tabela, ou seja, no ensino secundário e superior temos presentes 6 mulheres e 3 homens.

Para além do analfabetismo elevado, mais de metade da população inquirida possui apenas o primeiro ciclo do ensino básico ou menos, o que corresponde a 63,1%. Ora tais dados configuram um cenário bastante precário em termos de qualificações escolares, próprias dos meios sociais onde a escola era (e, embora em menor medida, ainda o é) pouco valorizada e o abandono escolar se verificava muito cedo.[12] As razões para esse abandono prendem-se também com os escassos recursos materiais das famílias de origem.

Quando interrogamos os entrevistados acerca da possibilidade de prosseguir estudos, nomeadamente através de um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, a maioria dos indivíduos considera que tal não tem importância para o seu futuro. Embora as idades destes entrevistados sejam elevadas, denota-se mesmo nos indivíduos com idade adulta mais avançada, mas ainda não idosos, uma acomodação e um desinteresse relativamente à sua formação e qualificação escolar.

Apesar de estarmos perante uma população com baixas qualificações escolares, existe uma preocupação com o percurso escolar dos educandos, nomeadamente dos seus filhos. Esta é, aliás, uma tendência da sociedade portuguesa, sobretudo, a partir da década de oitenta, em que as famílias começaram a apostar de uma forma mais séria na qualificação dos seus filhos e netos, como meio de potenciar a sua melhoria e, se possível, mobilidade social ascendente. Alguns dos descendentes dos entrevistados possuem formações superiores, embora já não vivam no bairro, o que aliás só vem reforçar o que temos vindo a dizer.

(c) **Emprego, desemprego e rendimentos**

Face ao abandono escolar a entrada no mercado de trabalho procedeu-se também de forma prematura para a maioria dos inquiridos. Das 70 respostas obtidas 21,4% dos inquiridos iniciou a sua vida profissional com 10 ou menos anos e 48% iniciou-se no mundo do trabalho entre os 11 e os 15 anos. Estas duas categorias somadas perfazem cerca de 70% dos inquiridos, o que é bastante significativo do baixo grau de formação escolar pessoal e do exercício precoce duma actividade laboral em idade muito jovem ou mesmo adolescente. Tal situação é resultante de factores externos de desinvestimento por parte do Estado e doutras instituições e da pressão que as famílias de origem sentem, por razões que se prendem com necessidades materiais das mesmas, em colocar no mercado de trabalho os seus filhos para a subsistência familiar, para além de não terem no seu horizonte cultural a valorização da prossecução dos estudos dos seus filhos e a inexistência de bolsas de estudo com essa finalidade.

[12] Tal é constatado por diversos autores que têm feito trabalho de campo, sobretudo em meio rural; cf., para a Beira Interior, Iturra [1990] e, para a região do Minho, Silva [1998], embora tal seja aplicável, sobretudo até aos anos oitenta, pois, nas últimas décadas, a desvalorização da terra e da agricultura têm tido o efeito de revalorizar a escola como saída também para os filhos dos agricultores.

Se atendermos às questões de género, relativamente à inserção no mercado de trabalho, podemos concluir que no global não existem discrepâncias significativas, com a excepção das idades até aos 13 anos. Antes desta idade, 17 mulheres e 12 homens começaram a trabalhar, o que significa que, comparativamente, as mulheres tiveram menos oportunidade de prosseguir os estudos, a que não será alheio o padrão minifundiário da região algarvia, à semelhança com as zonas minifundiárias do norte e em certo contraste com o padrão em contexto de latifúndio alentejano. Mais uma vez, as dificuldades financeiras dos agregados de origem obrigaram ao desinvestimento da escolarização dos filhos, com a particularidade de que, no caso das mulheres, esta interrupção não significou uma entrada no mercado de trabalho, mas antes o apoio dado às suas mães na execução das actividades domésticas. Muitas das mulheres inquiridas iniciaram-se nesta altura num percurso de actividade, enquanto domésticas, o qual nunca viria a ser interrompido por uma efectiva entrada no mercado de trabalho.

Estas questões são significativas do ponto de vista dos modos de vida e da identidade das inquiridas. O papel de "donas de casa" continuou a ser exercido a tempo inteiro, mesmo depois da entrada na vida adulta e da constituição da sua própria família. São questões que devem obviamente ser analisadas de acordo com o contexto de origem, mas é como se o futuro social destas mulheres tivesse sido 'traçado' desde a infância nos próprios processos de socialização reprodutores das desigualdades de género, para além das de classe. Do ponto de vista das situações de classe, tal não é de todo em todo menos verdade no caso dos homens, uma vez que, embora tivessem, em termos numéricos, mais oportunidades para prosseguir os estudos, foram igualmente constrangidos a abandonar a escola para apoiar os seus pais nas actividades que estes desenvolviam. Isto remete claramente para a questão dos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres, que na época a que nos estamos a referir, nomeadamente em meados do século XX, surgiam bastante definidos e preestabelecidos à partida, quer pelos diferentes papéis em termos de género, quer pelo contexto familiar da classe de origem, nomeadamente como camponeses, artesãos, pescadores e operários.[13]

O trabalho, além de ser considerado um meio para a reprodução social dos indivíduos e suas famílias, é assumido como fonte principal, senão mesmo exclusiva, de subsistência e, se possível, como uma eventual base de solidificação de uma imagem, de procura de uma melhor posição social, de actualização das competências profissionais e de criação e alargamento das redes de socialização ou, como diria Castel (1995) como um factor de pertença, de inclusão e valorização sociais. O não trabalhar por se estar desempregado[14] é estar privado não só da fonte normal de rendimento mas "também é perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, à rede de

[13] Sobre as questões relativas a desigualdades de género não só em termos de socialização e de oportunidades em termos económicos, sociais e políticos, como também nos próprios discursos em várias instâncias nomeadamente judiciais; cf., entre alguns dos estudos mais relevantes, Ferreira (1993), Amâncio (1994), Machado (2002).

[14] Para além do desemprego, a outra razão advinha da situação de invalidez (oito dos inquiridos recebem pensão de invalidez), mas tal situação, mesmo quando provoque problemas de vária ordem, difere da situação de desempregado, uma vez que a força de trabalho deste é desaproveitada, criando, para além de dificuldades de subsistência, outros sentimentos que podem afectar a auto-estima.

ligações interpessoais que o emprego proporciona e, ainda, ao sentimento que do mesmo advém, de participar na vida económica do país" (Costa, 2001: 57). Não menos importante de tudo o que foi referido é a pressão psicológica que este tipo de situação exerce nos indivíduos, proporcionando nestes uma ausência de auto-estima que, por sua vez, favorece o desenvolvimento de uma identidade negativa. Assim, a inserção socioprofissional é fundamental nos processos de construção das identidades a nível social e pessoal.

Relativamente à actual situação profissional dos indivíduos do bairro, 25 são pensionistas/reformados, 22 exercem profissão, 22 são estudantes, 11 são domésticos/as, nunca tendo exercido qualquer actividade e 16 estão desempregados. Do cruzamento efectuado da situação profissional actual dos inquiridos com o sexo conclui-se que existe um certo equilíbrio entre ambos, com excepção das domésticas, onde encontramos nesta situação 10 mulheres e apenas um homem.

Relativamente aos desempregados, encontramos 16 indivíduos, sendo de assinalar os elevados períodos de tempo em que se encontram nessa situação: 68,8% destes inquiridos não exercem qualquer profissão há mais de dois anos, sendo que a maioria permanece assim num período superior a cinco anos. Os dados do desemprego no bairro são deveras preocupantes. Na altura da inquirição a taxa de desemprego era de 40%, sendo mais elevada no sexo feminino (44,4%), se bem que igualmente elevada no sexo masculino (36,4%), sendo, portanto, as mulheres as mais penalizadas no acesso ao mercado de trabalho. Estamos perante taxas muitíssimo superiores às verificadas tanto a nível regional, como nacional, se repararmos que no segundo trimestre de 2004 – altura em que foi efectuado este trabalho – Portugal apresentava, de acordo com os dados do Inquérito ao Emprego do INE, uma taxa de desemprego de 6,3% (5,6% masculino e 7,2% feminino). Esta situação configura um quadro preocupante, sobretudo, se tivermos em atenção que muitas destas pessoas têm idades superiores a 45 anos, o que, dada a perspectiva dominante da gestão empresarial e o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, torna difícil a sua reinserção laboral, sobretudo se, para além da idade, são levadas em linha de conta as baixas qualificações escolares. Aliás, a relação entre a situação de desempregado e os graus de escolaridade dos indivíduos foi confirmada, quando pudemos concluir que, de facto, são os indivíduos mais desqualificados os que se encontram numa situação de desemprego mais duradoura.

A taxa de actividade global verificada no bairro é de 44%.[15] Ao calcularmos a taxa de actividade por género, verificamos que a masculina com 53,7% é superior à feminina com 46,3%, o que comprova uma situação de maior dependência por parte das mulheres. A taxa de actividade no bairro aproxima-se das médias nacionais, se bem que com valores na actividade feminina significativamente mais baixos – quer em comparação com os valores registados no bairro para o sexo masculino, quer com os valores registados a nível nacional (em 2000 a taxa de actividade feminina era de 44,9% em Portugal).

[15] Taxa de actividade: População activa (empregada + desempregada) /População em idade activa*100. Considerou-se para efeitos de cálculo a fórmula utilizada pelo INE, que considera como população activa toda a população com mais de 15 anos.

Um olhar sobre a profissão actual ou última desempenhada pelos inquiridos, à luz da classificação nacional de profissões do INE, permite-nos perceber a existência de um peso considerável de trabalhadores não qualificados (operários, artífices e similares), o que corresponde a cerca de 53,3% dos indivíduos. Em termos da diferenciação entre homens e mulheres, relativamente às profissões exercidas, os dados recolhidos neste estudo convergem com a tendência da sociedade portuguesa para a feminização de certas categorias profissionais, aqui presente no sector dos serviços e vendas, enquanto aos homens cabe ainda um papel mais visível no desempenho de trabalhos ligados ao sector operário.

As actividades profissionais desempenhadas pelos inquiridos estão em consonância com as suas habilitações escolares anteriormente analisadas, aliás verificado no cruzamento das variáveis profissão actual ou última profissão exercida com o grau de escolaridade dos inquiridos. Em síntese, podemos concluir que os inquiridos com mais baixas qualificações escolares ocupam, em regra, os lugares inferiores da classificação nacional de profissões, lugares estes ocupados, na sua maioria, por indivíduos do sexo masculino.

Em termos do regime de ocupação na profissão e do tipo de vínculo laboral, grande parte dos indivíduos trabalha a tempo inteiro, dos quais 26 são homens e 16 são mulheres. Dos 12 indivíduos que trabalham a tempo parcial, a maioria pertence ao sexo feminino. No caso português, ao contrário de países mais desenvolvidos, o trabalho a tempo parcial traduz-se numa forma de inserção precária no mercado de trabalho por duas razões fundamentais: *i)* porque não resultam, na maior parte das vezes, da opção do próprio trabalhador, mas são-no por imposição e condicionalismos externos; *ii)* e/ou porque não conseguem assegurar as mesmas condições e nível de vida que no desenvolvimento do trabalho a tempo integral, funcionando amiúde como complemento necessário à subsistência do agregado familiar. No bairro acresce o facto de este tipo de inserção ser maioritariamente feminino, o que reforça a posição vulnerável da condição feminina também neste contexto local.

Relativamente ao vínculo profissional, a maioria (39 indivíduos) celebrou contratos de trabalho com a entidade patronal, afirmando que foram efectuados os respectivos descontos para a Segurança Social e 18 indivíduos não estabeleceram qualquer vínculo laboral. Também neste domínio são as mulheres as que manifestam uma maior precariedade de inserção socioprofissional – representando a maioria daqueles que trabalha ou trabalhou sem qualquer vínculo laboral. A precariedade do trabalho é vista com base na constatação de que uma crescente instabilidade no mercado de trabalho gera novas 'modalidades de emprego', por sua vez consideradas precárias, como o trabalho clandestino ou trabalho a tempo parcial.

Para a quase totalidade dos inquiridos a formação profissional não é percebida como uma solução para o desemprego ou para um melhoramento do desempenho profissional nem sequer para uma reintegração socioprofissional. Tal situação pode dever-se ao facto de os percursos de inserção socioprofissional desta população terem sido marcados por mecanismos de aprendizagem ao longo da vida (no próprio contexto de trabalho), o que conduz à desvalorização do contexto formal de ensino/ formação.

Os baixos níveis de escolaridade desta população contribuem obviamente para essa desvalorização, sendo esta, portanto, consequência da privação de acesso ao sistema educativo – o qual nunca conseguiu ser generalizado a todos.

Quanto às fontes de rendimento, 76,4% dos indivíduos vive numa situação de dependência face a subsídios, pensões, rendimentos de proveniência estatal ou vivem sem qualquer tipo de rendimento. É certo que se incluem aqui os estudantes, mas não deixa de ser significativa a dependência de um elevado número de pessoas face a rendimentos que não resultam do seu trabalho. Se retirarmos os pensionistas de reforma e aposentação, concluímos que apenas 23,6% vivem de rendimentos auferidos através do trabalho ou de "biscates". São os elementos do sexo feminino os que se encontram numa situação de maior dependência económica, o que, aliás, vem reforçar algumas ideias já apresentadas que se prendem com a situação de maior vulnerabilidade das mulheres.

Um olhar sobre os pensionistas do bairro permite concluir que existe um peso significativo de pensionistas reformados por idade e também por invalidez. Neste último caso é, aliás, bastante significativo, quando comparado com o panorama que se vive no concelho de S. Brás de Alportel, para o que contribuem vários dos factores de exclusão social já focados.

Outro dos elementos que permitem aferir sobre a concentração de situações de pobreza e exclusão no bairro social prende-se com o peso dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) face ao total da população. Se compararmos a taxa destes no concelho de S. Brás com a do bairro, aquela é significativamente inferior ao desta de 5% para 19,8% respectivamente.

Uma análise sobre os rendimentos dos indivíduos permite-nos concluir sobre a extrema precariedade em que vivem. Nos extremos temos, por um lado, dois agregados que vivem com menos de 1 euro *per capita* por dia (7 indivíduos) e, por outro, uma família composta por quatro indivíduos que vive com 10,07€ *per capita* por dia, sendo este o valor mais alto verificado no bairro, dados estes visíveis no quadro 2.

Quadro 2. Índice de pobreza – dimensão dos agregados e rendimento per capita *por dia*

Dimensão dos agregados (n.º de elementos)	Índice de Pobreza – rendimentos sem despesas por dia						Total
	Menos de 1€	1€ a 1,99€	2€ a 2,99€	3€ a 4,99€	5€ a 9,99€	Mais de 10€	
1	0	1	0	0	5	0	6
2	0	1	2	6	3	0	12
3	1	0	2	2	2	0	7
4	1	0	2	1	2	1	7
5	0	0	2	0	1	0	3
6	0	0	1	1	0	0	2
Total	2	2	9	10	13	1	37

Fonte: Própria

Estes elementos permitem-nos situar exactamente o nível do limiar de pobreza. Se contabilizarmos, facilmente percebemos que 13 dos agregados familiares (o que corresponde a 44 indivíduos) vivem com menos de 3€/dia, o que equivale a 41,5% do total da população inquirida. Seguem-se 23 agregados que têm entre 3€/dia e 9,9€/dia, havendo apenas um que tem mais de 10€/dia.

Ao analisarmos os rendimentos dos agregados familiares, podemos apresentar o quadro nº 3, igualmente elucidativo de situações de pobreza, olhando para o montante global dos rendimentos por agregado.

Quadro 3. Montante global de rendimentos mensais

Rendimentos	Agregados	Percentagem (%)
<349€	12	32,4
350€ a 699€	18	48,6
700€ a 1049€	4	10,8
= ou >1050€	3	8,1
Total	37	100,0

Fonte: Própria

Pelo quadro verificamos que 48,6% apresentam um rendimento entre os 350 e os 699€. Este valor representa um rendimento bruto de cada agregado familiar, contabilizando todas as fontes de rendimento de cada um dos indivíduos pertencentes ao agregado. Na recolha de dados ao nível das despesas apresentadas pelos agregados, verificamos também que 37,8% das famílias têm despesas mensais entre os 50 e os 99€ e 27% apresenta despesas entre os 100 e os 149€/mês.

Numa primeira análise apercebemo-nos de que os agregados familiares auferem, na maioria, rendimentos mensais baixos e que as despesas dos mesmos são todavia significativas.[16]

Segundo o INE, em finais de 2004, 2 milhões de portugueses viviam no limiar da pobreza com uma média de 280 euros mensais, atingindo esta situação cerca de 20% de portugueses. No bairro, através do cálculo do rendimento líquido, verificamos que 83,7% dos agregados familiares têm um rendimento mensal líquido inferior a 275€. Apenas três agregados têm um rendimento mensal líquido superior a 325€, valor todavia inferior ao salário mínimo estabelecido. Estes valores indicam-nos a situação extrema em que vivem estas pessoas, ou seja, mais de pobreza absoluta que relativa. Anteriormente apercebemo-nos que, no quadro desta situação de pobreza e

[16] A questão das despesas era uma questão aberta. Com esta limitação, não obtivemos a totalidade das respostas, o que nos impossibilitou de precisar com exactidão a situação dos agregados familiares. As despesas apresentadas não incluem despesas de alimentação e vestuário, sendo tais dados indispensáveis para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Apenas pudemos inferir que, nalguns casos, algumas situações de pobreza eram aliviadas com apoios informais, nomeadamente de parentes.

exclusão social, é não só inibidor como quase impensável o acesso destas pessoas aos sistemas de ensino, que, por sua vez, se traduz numa débil (re)inserção no mercado de trabalho. A análise dos rendimentos leva-nos a concluir que não existe sequer uma satisfação adequada das necessidades fisiológicas.

(d) **Saúde e cuidados de saúde**

A privação de uma alimentação equilibrada, de um bem-estar físico e/ou psíquico, entre outros, são factores decisivos que influenciam o estado de saúde dos indivíduos. O facto de existirem problemas de saúde nos agregados familiares relacionar-se-á, certamente, ou pelo menos de modo considerável, com a escassez de recursos financeiros nas famílias para obtenção de bens alimentares, sem sequer entrar em linha de conta com a qualidade dos mesmos. Por seu turno, o estado de saúde dos indivíduos influencia, directamente, as suas condições de acesso ao trabalho e tipo de trabalho, contribuindo para situações de empregos precários, saídas precoces ou nunca permitir a entrada no mercado de trabalho.

Uma análise ao estado de saúde da população permite-nos verificar a debilidade dos indivíduos nesta área, comprovado pela vasta lista de situações que nos foi possível observar ou nos foi apresentada. Os idosos destacam-se claramente dos outros grupos etários pelo facto de acumularem vários problemas de saúde, que, independentemente das respectivas causas ou diagnósticos, são correlativos à própria idade. Por outro lado, como tivemos oportunidade de constatar, existe uma considerável percentagem de pessoas com invalidez no bairro (23,6%), que abarca uma franja etária mais nova. Estes indivíduos, além de se encontrarem numa situação de dependência perante o Estado devido à sua condição de saúde, encontram-se numa situação de ruptura com o mercado de trabalho e instituições envolventes. É, de resto, bem significativo o peso que as despesas de saúde representam nos orçamentos familiares. Como nos foi possível constatar, 15 famílias têm despesas mensais entre os 30 e os 59€ e 4 delas gastam mais de 90€ mensais na área da saúde, valores que se revelam elevados, tendo em consideração os rendimentos dos agregados, analisados anteriormente. Estes valores representam, face ao total de rendimentos dos agregados familiares, menos de 10% em 12 famílias e de 10 a 19% em 11 agregados.

A protecção na saúde é considerada como um direito universal e básico, sendo da responsabilidade do Estado a promoção e a garantia do acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde. No bairro, segundo pudemos perceber, o médico de família é a figura principal na assistência à população do bairro. Poucos são os que recorrem ao sistema privado de saúde, o que aliás é compreensível, se recordarmos os escassos rendimentos que auferem. Porém, os indivíduos que recorrem a esta modalidade de serviço de saúde fazem-no para compensar "a falta de assistência e esclarecimentos do médico de família" – dizem. A fragilidade do sistema de saúde público, aliás comprovado pelo recurso ao sistema privado, "pode gerar o surgimento de desigualdades sociais, no que concerne ao acesso aos cuidados de saúde, potenciando situações de vulnerabilização e exclusão social" (Rodrigues *et al.*, 1999: 83), sendo de relevar tal situação no caso dos imigrantes (Leandro *et al.*, 2002).

Ao nível das necessidades sentidas nesta área, é o apoio nos medicamentos que é mais referido pelos entrevistados. Na realização das entrevistas informámos os indivíduos que o Estado prevê o apoio na compra de medicamentos, mas na realidade ninguém tinha conhecimento da existência dos chamados benefícios em espécie, o que demonstra também que esta população está limitada no exercício da sua cidadania, nestes casos por falta de informação.

(e) **Espaço privado, espaço público**

O bairro foi inaugurado há 18 anos, tempo de residência de 69% dos entrevistados. As habitações camarárias distribuem-se por onze T1, treze T2, doze T3 e um T4. Começando, a este respeito, a inquirir sobre a (in)satisfação dos indivíduos relativamente à habitação, verificamos que 78% da população está satisfeita relativamente à casa em que reside. No entanto, apercebemo-nos através da variada lista de problemas que nos foi apresentada, que a população vive com algumas carências ao nível das condições de habitabilidade. Alguns destes problemas são resultantes do tempo que as habitações têm, pelo que ocorre a necessidade de reparações nas portas, janelas e paredes, problemas de humidade e salitre, entre outros. Através de observação directa, aquando da realização das entrevistas, verificamos que existe nalgumas casas uma grande carência ao nível de mobiliário e dos equipamentos. Foram contactadas algumas associações de solidariedade social locais, a fim de informá-los destes casos, de modo a que estas necessidades fossem supridas ou colmatadas.

Foi-nos ainda possível constatar que a actual distribuição das habitações é desajustada, nomeadamente no que concerne à relação entre a dimensão das famílias e a tipologia de habitação em que residem. Assim, temos quatro famílias compostas por dois indivíduos e duas famílias compostas por quatro indivíduos a residirem numa casa com um quarto e uma sala. Por outro lado, temos duas famílias sem filhos a habitar numa casa com três quartos e uma sala e uma família constituída por dois elementos a residir num T4.

Inicialmente, aquando da inauguração do bairro social, as habitações foram distribuídas consoante o número de elementos dos agregados familiares. Acontece, porém, que passados 18 anos da sua inauguração, as estruturas familiares sofreram alterações: filhos que casaram e partiram, elementos novos que se somam aos agregados familiares, como é o caso, por exemplo, dos netos. Esta situação pode estar na origem de alguns desconfortos das pessoas, embora tenhamos que reconhecer que é uma matéria bastante delicada e que se prende com questões de decisão política que implicam a troca de residências entre os habitantes do bairro.

No que concerne a satisfação em relação ao bairro, 79% dos respondentes afirmam estar satisfeitos. No entanto, 5% dos inquiridos diz estar "mais ou menos" satisfeito, sendo este sentimento justificado por uma nostalgia pelo modo de vida rural.

Os maiores problemas existentes no bairro são, por ordem de importância atribuída pelas pessoas, o consumo de drogas e os conflitos de vizinhança. Não conseguimos perceber, no entanto, apesar de termos colocado a questão, se os consumidores habitavam ou não no bairro e qual a dimensão do problema da droga.

Relativamente às relações de vizinhança, cremos que a questão apresentada se prende sobretudo com um forte controlo social que é exercido pelos diferentes elementos sobre os vizinhos. Tendo em atenção que o bairro existe há 18 anos e que a sua configuração arquitectónica permite o exercício das práticas de controlo social, é compreensível que um dos problemas apontados seja exactamente o dos conflitos de vizinhança, pois esta questão prende-se com aquilo que são os referentes e as barreiras entre a vida privada e a vida pública dos indivíduos.

O espaço bairro pode também ser analisado levando em consideração as relações de sociabilidade que se geram ou não. Através de conversas informais apercebemo-nos da fraca intensidade das relações de sociabilidade entre os habitantes do bairro. Assim sendo, podemos falar da debilidade de laços sociais ou mesmo inexistência de relações de vizinhança, marcadas pela indiferença e ausência de mecanismos de entreajuda. As relações de sociabilidade concentram-se apenas no espaço habitacional entre familiares. A casa é vista como um espaço de vivências intrafamiliares, como um espaço interior e privado, que simboliza uma história de vida e um espaço apropriado de satisfação e bem-estar que assegura a protecção da vida pessoal e familiar. O espaço doméstico no bairro em estudo assume um papel dominante da vida social, percebido pela avaliação que os indivíduos fizeram acerca do seu espaço residencial e pelas redes de sociabilidade que mantêm com os restantes moradores.

O processo de transformação de um espaço físico, ao nível das referências e identidades, advém das práticas de sociabilidade. O grau de intensidade destas práticas depende do grau de autonomia do bairro em equipamentos e serviços. Quanto maior essa autonomia, maior o tempo total de permanência dos moradores no bairro. O bairro social não possui equipamentos e serviços que lhe garantam essa autonomia. Relativamente às necessidades sentidas pelos entrevistados no bairro, as preferências recaem numa sala de convívio. Assim, podemos compreender a inexistência de práticas de sociabilidade entre os moradores.

No que concerne aos problemas de toxicodependência e pela análise que realizamos, pudemos concluir que os casos verificados são apenas três, dois dos quais em situação de tratamento. A questão para as pessoas não é propriamente a toxicodependência mas mais o que isso pode representar em termos da sua (in)segurança. Esta questão é, aliás, passível de confirmação, se tivermos em atenção que o aumento de policiamento no bairro foi uma das principais necessidades apontadas pelos inquiridos.

O espaço é uma construção social, que resulta da apreensão sensorial da realidade, das representações mentais dos indivíduos acerca da sociedade e do mundo, e é um local de interacção social, produzido pelos indivíduos e que influencia e condiciona a acção dos mesmos. A apropriação do espaço significa a forma como o homem interioriza a imagem desse espaço, como actua e lida com ele e que se exprime, fundamentalmente, nas relações que os indivíduos estabelecem com o seu *habitat*, como diria Guerra (1998). A apropriação do espaço depende da avaliação que os indivíduos fazem desse espaço e da qual depende a sua identificação com ele.

O conceito de bairro, enquanto espaço social e físico, acarreta uma enorme carga simbólica, quer pelas sociabilidades que se geram, quer pelas suas características

arquitectónicas e disposição espacial. Os bairros sociais afirmam-se como espaços específicos, em termos sociais, arquitectónicos e paisagísticos.

Não assistimos a um sentimento[17] negativo dos moradores em relação ao bairro. Os fogos habitacionais são todos iguais, inspirados na arquitectura típica algarvia, casas térreas, brancas, com rés-do-chão e primeiro andar, mas obedecem à lógica estandardizada e aglomerada da habitação social. Apesar de actualmente o bairro estar mais próximo do restante tecido urbano envolvente, bastante por via do crescimento da vila, é ainda notória uma separação/estigmatização territorial deste espaço face ao restante quadro urbano que o cerca. Para a população mais idosa, com dificuldades de mobilidade física e sem transporte próprio, a localização do bairro pode constituir um problema, uma vez que não existe no bairro nenhuma paragem pública de autocarros. As casas encontram-se em bom estado de conservação exterior, mas verificamos, porém, que são muitas as necessidades sentidas nas habitações, não podendo os indivíduos contorná-las, visto que, como comprovamos, auferem fracos rendimentos. Os espaços exteriores do bairro foram reestruturados ao nível dos arruamentos e criação de espaços verdes e públicos, que até ao momento eram inexistentes.

Apesar de ser comum um sentimento positivo em relação ao espaço público, denotam-se algumas situações que encaminham para situações de exclusão e pobreza, como a segregação deste espaço e uma acentuada espacialização de pobreza e situações de exclusão social.

4. Conclusão

S. Brás de Alportel é um concelho marcado pela interioridade, numa região fortemente dependente da indústria do turismo de sol e praia, sobretudo no que diz respeito à dimensão económica e à criação de emprego. Tem sido ao longo dos anos um concelho do interior com pouca capacidade de influência ao nível da dinâmica regional e muito dependente das actividades económicas que tradicionalmente estão ligadas ao seu território, como é o caso da agricultura, da indústria corticeira e, actualmente, também da construção civil, assim como do mercado de trabalho dos concelhos do litoral. Mais do que a capacidade de captar actividades económicas, o concelho manifesta uma enorme capacidade de captação de pessoas, assumindo-se, cada vez mais, como uma vila 'dormitório', sobretudo pelos preços mais atractivos das habitações face aos concelhos vizinhos, com todos os riscos inerentes a esta situação (perda de identidade local, diminuição das redes de sociabilidade, entre outros).

O Bairro João Rosa Beatriz surge na segunda metade da década de oitenta como resposta à necessidade de habitação social, num concelho de certa forma marcado pelo recuo das suas actividades tradicionais e pela incapacidade de gerar emprego noutras áreas. Foi-se, assim, acumulando uma mão-de-obra pouco qualificada, desempregada,

[17] Tal como refere Amâncio (1993), a identidade social estrutura-se através da identidade para si e da identidade para o outro, que se interrelacionam, na medida em que a identidade para si implica, simultaneamente, o olhar do outro e o seu reconhecimento, um tema sobre o qual não nos debruçamos também por termos poucos elementos, tendo-nos referido apenas à percepção das pessoas. Sobre a identidade em torno do espaço habitacional, cf. Gonçalves (1994).

subempregada ou ligada a actividades socialmente pouco valorizadas, situada na faixa etária acima dos 45 anos, com dificuldades de mobilidade e com pouca capacidade de autonomia e inserção no mercado de trabalho e muito menos de criação de emprego e promoção de serviços à população.

Estavam, assim, geradas algumas das condições para a criação de um bairro social, de promoção camarária, marcado pela concentração de pessoas em risco ou mesmo em situação de ruptura ao nível dos já referidos sistemas sociais básicos – qualificações, emprego, habitação, entre outros – que, de alguma forma, os mantinham activos e inseridos na sociedade.

Da análise realizada ao longo do trabalho ficou claro que os habitantes do bairro são pessoas provenientes de meios socialmente desfavorecidos, sobretudo ligados às actividades rurais, em que a escola não era valorizada e em que a inserção no mundo do trabalho se procedia de forma muito precoce. Através da análise dos dados recolhidos pelo discurso dos entrevistados ficamos com a ideia, em alguns casos, de um certo sentimento de resignação sobre o seu 'destino social', o qual é evidente no caso das mulheres que foram obrigadas a abandonar a escola para apoiarem as mães nas actividades domésticas, assim como no caso dos homens que interromperam os estudos para se associarem aos pais nas actividades do campo. Verifica-se aqui, de forma muito clara, uma definição de papéis própria das sociedades rurais, ainda fortemente presente em meados do século passado, em que a mulher estava, sobretudo, associada, em consonância com os padrões dominantes, às actividades no interior do lar e o homem às actividades do exterior.

Denota-se no bairro a presença de uma mão-de-obra formada à imagem de um mercado de trabalho pouco qualificado – actividades operárias, agrícolas e outras pouco valorizadas – mas incapaz de se requalificar e adaptar a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e dependente dos serviços. São, em muitos casos, pessoas que deixaram de ter lugar no mercado de trabalho, onde as qualificações formais são factor de acesso e a idade avançada é motivo de exclusão.

A par destes aspectos, existem outros que se prendem com as famílias, os indivíduos e com o próprio espaço, que muito contribuem para uma situação de pobreza e exclusão em que se encontram, nomeadamente: afectação a mercados de trabalho paralelos, rendimentos muito baixos, acumulação de problemas de saúde, fraca integração dos indivíduos na comunidade local e segregação socioespacial do próprio bairro.

A par destas características gerais dos indivíduos, é possível identificar no bairro a concentração de alguns grupos sociais aos quais está amiúde associada uma série de factores que mais facilmente os colocam em situações de vulnerabilidade social. Estamos a falar concretamente de idosos e pensionistas, população imigrante (proveniente das ex-colónias e de países de leste), desempregados de longa duração, famílias monoparentais e pessoas com deficiência. Em muitos casos, estes grupos cruzam e acumulam factores de exclusão. Assim, podemos encontrar idosos com graves problemas de saúde, imigrantes desempregados, pessoas em situação de invalidez que nunca trabalharam e sem direito a qualquer benefício de substituição.

O que temos vindo a dizer permite-nos concluir que estamos perante uma concentração de situações sociais problemáticas, que se têm vindo a agravar ao longo dos anos, dando origem a uma bolsa de pobreza e exclusão, em alguns casos em situação extrema, marcada por grupos sociais tradicionalmente mais desfavorecidos como os que identificámos anteriormente. Estas situações são sintomáticas de intervenções públicas insuficientes ou incompletas, ou seja, privilegiaram a entrega concentrada de habitações sociais como política de combate à exclusão e à pobreza, mas não implementaram outras medidas complementares que promovam a autonomia das pessoas e a sua inserção social. A habitação social afigura-se como uma das estratégias essenciais da providência estatal. O direito dos cidadãos à habitação força o Estado a uma intervenção no sentido de proteger famílias mais carenciadas em termos habitacionais, proporcionando uma redução da exclusão a que estão expostos – providenciando o acesso a um dos sistemas sociais básicos. O Estado, enquanto defensor de uma política democrática, não poderá, apenas, assumir uma forma de providência, mas deverá actuar no âmbito da promoção da cidadania, proporcionando igualmente a inserção desses indivíduos em situação de exclusão nos vários sistemas sociais e nunca acentuando essa situação.

Assistimos aqui em parte a uma forma de actuação estatal baseada numa óptica de assistencialismo, ao transformar os indivíduos mais desfavorecidos em meros beneficiários e receptores de bens e serviços, não facilitando a sua emancipação e autonomia. Ou seja, o Estado tem, muitas vezes, limitado a sua acção à atribuição de fogos residenciais aos indivíduos mais desfavorecidos ao nível habitacional, assumindo que essa medida por si só é promotora da inclusão das pessoas quando, de facto, tal não ocorre noutras esferas.

Uma outra característica da forma de actuação do Estado, relativamente à habitação social, tem contribuído para a construção de uma espacialização da pobreza, o que aliás se verifica no Bairro Social João Rosa Beatriz. A periferização e o consequente isolamento de bairros sociais como este face ao tecido urbano envolvente têm concentrado, em zonas específicas, pessoas que acumulam situações de exclusão e pobreza, promovendo, assim, uma segregação socioespacial que, por sua vez, produz um olhar estigmatizante por parte dos moradores exteriores ao bairro social. O Bairro João Rosa Beatriz é um dos exemplos deste tipo de políticas de habitação social que, ao procurarem dar resposta aos problemas de habitação das pessoas, acabam por contribuir para uma certa 'guetização' desses espaços e, consequentemente, como factor de exclusão.

Além deste isolamento face aos centros económicos, culturais e sociais das cidades, os bairros sociais sofrem grandes carências ao nível da existência de estruturas colectivas, como espaços de lazer ou de ocupação de tempos livres, estando completamente desvalorizada a componente relacional. Por isso, uma política de habitação terá de levar em consideração aspectos quantitativos, o alojamento de indivíduos com carências nesta área, mas também, e não menos importante, os aspectos qualitativos, apostando na criação e na conservação de equipamentos sociais colectivos e dos espaços exteriores, que favoreçam as redes de sociabilidade, para que, consequentemente,

se dê a apropriação social desse espaço, sendo possível a construção de uma identidade positiva em relação ao mesmo.

A resposta dos indivíduos face a esta realidade reflecte-se na percepção que têm relativamente ao seu espaço, à sua habitação, à identidade que criam com o espaço interior/privado, assumindo a casa o papel prevalecente das redes sociais. Os espaços exteriores do bairro conheceram recentemente uma requalificação, quer ao nível dos arruamentos, quer ao nível de criação de espaços verdes. No entanto, este trabalho foi realizado passados 18 anos da abertura deste bairro social. Durante todo este tempo quer os acessos ao bairro, quer as suas ruas eram de terra batida, o que por si só contribui para um isolamento e segregação do espaço. Os habitantes do bairro têm um sentimento positivo em relação ao mesmo, o que nos leva a pensar na existência de uma provável identidade positiva, vista de dentro. Porém, este estudo não nos fornece elementos seguros para compreender se existe uma identidade positiva ou negativa dos de fora relativamente ao bairro – dado não terem sido trabalhadas as representações sociais do bairro por parte da população exógena a esse espaço, podendo ser esta uma dimensão a abordar em futuro trabalho de investigação em relação ao bairro.

Os equipamentos sociais e colectivos são totalmente inexistentes. Como ficou dito, o processo de transformação de um espaço físico, ao nível das referências e identidades, advém das práticas de sociabilidade. Por sua vez, o grau de intensidade destas práticas depende do grau de autonomia do bairro em equipamentos e serviços. Relativamente ao bairro, pudemos constatar que este não possui quaisquer equipamentos e serviços e a sua população mantém-se isolada no seu espaço privado, sendo a sua casa assumida como centro fulcral das práticas sociais.

Em suma, este bairro é exemplo da forma como se constroem espaços segregados, assim como nesses mesmos espaços se vão potenciando e multiplicando factores de pobreza e de exclusão social. É produto de uma intervenção que visa a minimização desses factores, mas os resultados são demonstrativos da sua reprodução e manutenção ao longo do período de existência do bairro. A pluridimensionalidade da exclusão e da pobreza exigirá, necessariamente, a multidimensionalidade na actuação concertada, de modo a minorar as consequências negativas das situações, neste caso no âmbito da habitação social. Pela nossa parte sem perder o sonho de contribuir para a mudança, coube-nos recolher e sistematizar informação sobre o bairro e interpretá-la, na medida do possível, lançando pistas para a realização dum diagnóstico social e para a estruturação de futuras intervenções sobre o mesmo no domínio social e político.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de *et al.* (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

ALMEIDA, Paula (1994), "Habitação: A Produção de um Conceito" in *Sociedade e Território*, n.º 20:50-54, Porto: Afrontamento.

AMÂNCIO, Lígia (1993), "Identidade Social e Relações Intergrupais" *in* J. Vala e M. Monteiro (orgs), *Psicologia Social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 287 – 307.

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto: Afrontamento.

AMES, B. *et al* (2000), "Questões Macroeconómicas" *in Governança e redução da pobreza*, Banco Mundial Brasil: Rio de Janeiro.

AMIN, Samir (1976), *Unequal Development. An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*, Sussex: The Harvester Press.

BECK, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres: Sage.

CAPUCHA, Luís (1998), "Pobreza, exclusão social e marginalidades" *in* J. M. L. Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?*: 245-283, Oeiras: Celta.

CAPUCHA, Luís (2000), "Territórios da pobreza, onde é preciso voltar" *in Sociedade e Território*, 30:8-15, Porto: Edições Afrontamento.

CAPUCHA, Luís *et al.* (2002), "Vulnerabilidade à exclusão social" *in* DPP/MTS (org), *Portugal, 1995--2000, Perspectivas de evolução social*, Oeiras: Celta, pp.215-251.

CASTEL, Robert [1998 (1995)], *As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário*, Petropolis: Editora Vozes.

CEPEDA, Francisco José Terroso (1988), *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

CORTÉS, Luís (2000), "La vivienda como factor de exclusión en la ciudad" in *Revista de Estudios Sociales y Sociología Aplicada,* 119:295-312, Documentación Social.

COSTA, Alfredo B. (1984), "Conceito de Pobreza" *in Estudos de Economia*, vol. IV, 3: 275-294.

COSTA, Alfredo B. [2001 (1998)], *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva.

COSTA, António F. (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras: Celta Editora.

CRISTOVÃO, Artur *et al.* (1994), "Practises of endogenous development in Barroso, Northern Portugal" *in* J.D.van der Ploeg (org), *Born from within:practise and perspectives of endogenous rural development*, Assen: Van Gorcum.

DIAS, Nelson e PALMA, Graça (2001), *Dar rosto à intervenção – os animadores locais de desenvolvimento*, Faro, Associação *In Loco*.

DURKHEIM, Émile {1977 (1893)}, *A divisão social do trabalho*, Lisboa: Presença.

FERNANDES, António Teixeira (1991), "Formas e mecanismos de exclusão social" *in Sociologia*,1:9-66, Porto.

FERREIRA, Claudino (1996), "*Pobreza, Cidadania e Desqualificação Social: Notas de Reflexão teórica*", Interacções, 3:23-36, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

FERREIRA, Virgínia (1993), "Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu" *in* B. S. Santos (org), *Portugal: um retrato singular*, Porto: Afrontamento, pp.231-257.

FORTUNA, Carlos (1987), "Desenvolvimento e sociologia histórica: acerca da teoria do sistema mundial capitalista e da semiperiferia" *in Sociologia. Problemas e Práticas*, 3:163-193.

FRANK, A. G. (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

GOFFMAN, Erving {1988(1963)}, *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: Guanabara.

GONÇALVES, Helena S. (1994), "Processos de (re) construção de identidades culturais num bairro de habitação social" in *Sociedade e Território*, 16:135-149, Porto: Edições Afrontamento.

GUERRA, Isabel (1998), "Grupos Sociais, Formas de *Habitat* e Estrutura do Modo de Vida", *in Sociedade e Território*, n.º 25/26: 118-128, Porto: Edições Afrontamento.

GUERRA, Isabel (1991), "Populações e Serviços na Luta contra a Pobreza: à procura do desenvolvimento local" *in I Encontro de Promotores de Projectos*: 69-85, Comissão Regional do Sul da Luta contra a Pobreza.

GUERRA, Isabel (2002), *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais: Principia.

GUERRA, Isabel (Coord) (2002a), *Estudos de Avaliação da Concepção, Implementação e Execução das Acções Promovidas pelo Programa Escolhas – 1º Relatório*, CET, Lisboa.

HESPANHA, Pedro (2001), "Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social" *in* B. S. Santos (org) *Globalização, fatalidade ou utopia?*, Porto: Edição Afrontamento, pp.163-195.

HESPANHA, Pedro e CARAPINHEIRO, Graça (org.) (2002), *Risco Social e Incerteza – Pode o Estado Social Recuar Mais?*, Porto: Edições Afrontamento.

HOSELITZ, B. F.(1960), *The Sociological Aspects of Economic Growth*, Chicago: Free Press, Illinois: The Free Press of Glencoe.

ITURRA, Raul (1990), *Fugirás à escola para trabalhar a terra*, Lisboa: Escher.

LEANDRO, M. Engrácia, PLÁCIDO, Manuel e CARVALHO, Dina (2002), "Os males do corpo em terra estrangeira", *in Actas do Colóquio Internacional de Saúde e Discriminação Social*, pp.181-210, Braga: Universidade do Minho.

LONG, Norman (1977), *Introduction to the Sociology of Rural Development*, Wageningen.

LOPES, António Simões (1980), *Desenvolvimento regional. Problemática, Teoria, Modelos* vol I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MACHADO, Helena (2002), *Tribunais, género, ciência e cidadania. Uma abordagem sociológica da investigação judicial da paternidade*, Braga:Universidade do Minho, dissertação de doutoramento (policopiado).

MARQUES, Carlos Peixeira e PORTELA, José (1994), "Actividades tradicionais e emprego feminino no Montemuro: notas de reflexão sobre o desenvolvimento local" *in Gestão e Desenvolvimento*, 3: 175-185.

MARX, Karl [1974 (1967)], *O Capital*, Lisboa: Delfos.

MELO, Alberto (1995), "O Desenvolvimento Local num Contexto de Economia Mundializada"; Comunicação do autor apresentada à *Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social*, 22-25 Novembro, Serpa.

MONTEIRO, Alcides A. (2004), *Associativismo e novos laços sociais*, Coimbra: Quarteto.

MYRDAL, G. [1974(1957)], *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro: Edição Paz e Terra.

PARSONS, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.

REIS, José (1994), "O desenvolvimento local é possível?" *in* M. B. Moreira (org) *O desenvolvimento local é possível?*:3-16, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

RIBEIRO, Fernando Bessa (2004), *Sistema mundial, Manjacaze e fábrica de caju: uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro.

RIBEIRO, José Cadima (1984), *O Minho: Base Económica e Modelo de Desenvolvimento*, Braga: Universidade do Minho.

RODRIGUES, E.V. *et al.* (1999), "A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal", *in Sociologia*, 63-101, Porto.

ROSTOW, W.W. [1964(1960)], *Etapas do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), "Estado e Sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português" *in Análise Social*, XXI, 87-88-89: 869-901.

SCOTT, James (1985), *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven, Londres: Yale University Press.

SEN, Amartía K. (1999), *Development as Freedom*, Oxford: Oxford University Press.

SHANIN, Theodor (org) (1971), *Peasant and Peasant Societies*, Hardmondworth, Middlesex: Penguin Books.

SILVA, Manuel Carlos (1987), "Camponeses nortenhos:'conservadorismo' ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência?" in *Análise Social*, vol XXIII, 97:407-445.

SILVA, Manuel Carlos (1995), *Alguns elementos de estudo sobre Sociologia do Desenvolvimento*, Braga: Universidade do Minho (policopiado).

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (2000), "Racismo e conflitos interétnicos: elementos para uma investigação" *in Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 41-63.

SILVA, Manuel Carlos, (2000a) "Globalização hegemónica e globalização contrahegemónica: algumas notas" *in* J. M. Viegas e E. C. Dias (orgs), *Cidadania, integração social e globalização*, Oeiras: Celta

SILVA, Manuel Carlos (2001), "Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português" *in* B. S. Santos, A. Cohn e A Camargo (orgs.) *Brasil – Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 anos.* Rio de *Janeiro:* EMC Edições.

SILVA, Manuel Carlos (2003), *Solidariedade e Exclusão Social*, Braga: Universidade do Minho (policopiado, provas de agregação).

SILVA, Manuel Carlos e SILVA, Susana (2002), "Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde". *in Antropológicas*, 6: 57-86. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (2004), "Assimetrias e dependências no desenvolvimento: a região do Minho no noroeste peninsular", *in Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, 5, vol XXI (1-2).189-216.

SILVA, Susana (2002), "Socialização" *in* R. L. Maia (org) *Dicionário de Sociologia*, Porto: Porto Editora.

SIMMEL, Georges (1971), "The Poor" *in* D.N. Levine (org) *Georg Simmel: On the Individuality and Social Forms*, The University of Chicago Press.

THOMPSON, E. [1982(1963], *The Making of the English Working Class*, Harmondsworth, Middlesex: Penguin.

WALLERSTEIN, Immanuel [1990(1974)], *O sistema económico mundial*, Porto: Afrontamento.

WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.

WOLF, Eric (1966), *Peasants*, New Jersey: Prentice Hall, INC.

XIBERRAS, Martine (1993), *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa Instituto Piaget.

Abstracts / Resumés

Veit Bader

Ethnicity and class: an exercise toward a pro-theoretical mapping

This article begins stressing the bankruptcy of the grand theories, mainly those more based on structuralism, detaching the relevance of politics, namely in the questioning of ethnicity and racism. Considering the imperious need for a reciprocal dialogue between Sociology and History, it is here outlined a pro-theoretical strategy on ethnicity and inter-ethnic relations and on its imbrication with perspectives on social classes. This presupposes several levels of analysis – from the ground of objective positions and structural changes, where it is important the definition of central concepts like ethnic group, ethnic culture and *habitus*, and ethnic identity, to the ground of the relation between ethnic interests and ideology or ethnic utopias, taking also in account the ethnic networks, the issues related with organization and leadership in mobilizations and in ethnic conflicts. Finally, it is highlighted the imbrication between ethnic relations' contexts and perspectives on social classes, rejecting monocausal presuppositions, however avoiding plain eclecticism or circular reasoning, establishing instead a balanced analytical hierarchy.

Veit Bader

Ethnicité et classe: un exercice vers une cartographie pro-théorique

Cet article commence à insister sur la décadence des grandes théories, surtout ceux plus fondés sur le structuralisme, en détachant la pertinence de la politique, à savoir dans l'interrogation de l'ethnicité et du racisme. En considérant le besoin impérieux pour un dialogue réciproque entre la Sociologie et l'Histoire, il est ici exposé une stratégie pro-théorique sur l'ethnicité et les relations interethniques et sur son imbrication avec les perspectives sur les classes sociales. Cela présuppose plusieurs niveaux d'analyse – du terrain des positions objectives et des changements structurels, où c'est important la définition de concepts centraux comme le groupe ethnique, la culture ethnique et l'habitus, et l'identité ethnique, au terrain de la relation entre les intérêts ethniques et l'idéologie ou les utopies ethniques, en prenant aussi dans le compte les réseaux ethniques, les thèmes rattachées avec l'organisation et la direction dans les mobilisations et dans les conflits ethniques. Finalement, il est accentué l'imbrication entre les contextes de relations ethniques et les perspectives sur les classes sociales, en rejetant des présuppositions monocausales, en évitant pourtant l'éclectisme simple ou le raisonnement circulaire, en établissant plutôt une hiérarchie analytique équilibrée.

Ramón Máiz

The myth of civic patriotism

In this article the author, starting from the analysis of two precursor texts on the concept of nation – one by Ernest Renan and another by Friedrich Meinecke –, notes how a dichotomy was built, namely by Hans Kohn, between ethnic nationalism and civic nationalism. While the first one would be cultural, of oriental origin, natural or close to nature, communitarian, romantic, set on *jus sanguinis*, race and religion, particularist, traditional, the second one would be civilizational, western, contractual, societal, illuminist, based on *jus solis* and secular, secured on the will of the citizens, universal, modern. These dualisms, among other bipolar series, are deconstructed by the author, not only empirically, but also theoretically, showing the superposition/ mixing of these traces when we characterise Oriental versus Western nations, as well as the alleged cultural-ethnic German nationalism *versus* the French or English political nationalism. Instead of the dichotomy, the author draws a civic-ethnic continuum of the nationalisms and suggests the unlocking and the overcoming of the epistemological obstacle presented in the dichotomy between civic and ethnic nationalism, towards a democratic nationalism: the nation is not a fixed and inalterable community, the territory is not, as a rule, monocultural, civic nationalism presupposes ethnic elements and ethnic nationalism must implicate citizenship and democratic participation, as well as respect for other ethnic groups, cultures and nations.

Ramón Máiz

Le mythe du patriotism civique

Dans cet article l'auteur, commençant par l'analyse de deux textes précurseurs sur le concept de nation – un par Ernest Renan et un autre par Friedrich Meinecke –, note comment une dichotomie a été construite, à savoir par Hans Kohn, entre le nationalisme ethnique et le nationalisme civique. Pendant que le premier serait culturel, d'origine orientale, naturelle ou près de la nature, communautaire, romantique, fondé sur le *jus sanguinis*, la race et la religion, particulariste, traditionnel, le deuxième serait civilisationnel, occidental, contractuel, sociétal, illuministe, basé sur le *jus solis* et séculaire, assise sur la volonté des citoyens, universel, moderne. Ces dualismes, parmi d'autres séries bipolaires, sont déconstruits par l'auteur, pas seulement empiriquement, mais aussi théoriquement, en montrant la superposition/ mélange de ces traces quand nous caractérisons les nations orientales contre les occidentales, aussi bien que le allégué nationalisme ethnique-culturel allemand contre le nationalisme politique français ou anglais. Au lieu de la dichotomie, l'auteur dessine un continuum ethno-civique des nationalismes et suggère le déblocage et le surpassement de l'obstacle épistémologique présenté dans la dichotomie entre les nationalismes civique et ethnique, vers un nationalisme démocratique : la nation n'est pas une communauté fixée et inaltérable, le territoire n'est pas, généralement, monocultural, le nationalisme civique présuppose des éléments ethniques et le nationalisme ethnique doit impliquer la citoyenneté et la participation démocratique, aussi bien que le respect pour d'autres groupes ethniques, cultures et nations.

Loïc Wacquant

Urban marginality in the coming millennium

This paper sketches a characterisation of the regime of urban marginality that has emerged in advanced societies since the close of the Fordist era, highlighting four logics that combine to produce it: a macrosocietal drift towards inequality, the mutation of wage labour (entailing both deproletarianisation and casualisation), the retrenchment of welfare states, and the spatial concentration and stigmatisation of poverty. The rise of this new marginality does not signal a transatlantic convergence on the American pattern: European neighbourhoods of relegation are deeply penetrated by the state and ethnoracial tensions in them are fuelled, not by the growing gap between immigrants and natives, but by their increasing propinquity in social and physical space. To cope with emergent forms of urban marginality, societies face a three-pronged alternative: they can patch up existing programmes of the welfare state, criminalise poverty via the punitive containment of the poor, or institute new social rights that sever subsistence from performance in the labour market.

Loïc Wacquant

Marginalité urbaine dans le millénaire venant

Ce texte essaie de caractériser le régime de marginalité urbaine qui a émergé dans les sociétés avancées depuis la fin de l'ère fordiste, en accentuant quatre logiques qui se combinent pour le produire : une dérive macro-sociétale vers l'inégalité, la mutation du travail salarié (impliquant tant déprolétarisation que individualisation), le retranchement des États-providence et la concentration spatiale et stigmatisation de la pauvreté. L'augmentation de ce nouvelle marginalité n'indique pas une convergence transatlantique sur le modèle américain: les quartiers européens de la relégation sont profondément pénétrés par l'État et les tensions ethnico-raciales à son intérieur sont alimentés, pas par le grandissant trou entre les immigrants et les natifs, mais par leur grande proximité dans l'espace social et physique. Pour s'occuper des nouvelles formes de marginalité urbaine, les sociétés font face à une triple alternative : ils peuvent réparer les programmes existants de l'État-providence, criminaliser la pauvreté via le confinement punitif des pauvres, ou instituer de nouveaux droits sociaux qui saisissent son financement de la performance du marché de travail.

Maria Engrácia Leandro

Social inequalities in health and in illness: the immigrant question

This text, beginning with an assertion on the impact of the social inequalities in citizens' health, stressing that this one is not exclusively related with biogenetic factors, focuses then this problem around the migrants' health. Nevertheless the enormous techno-scientific advancements, namely in medicine, that make possible the treatment of several pathologies, thought until recently as irreversible, there are persisting inequalities in the access to health and to the means to fight disease, inequalities that derive from several factors such as the type of profession, economical situation, social statute, food quality, housing conditions, standards of hygiene, degrees of schooling, leisure forms and quality of life, family (dis)functioning, stress and, finally but not less important, the possibility or not to accede to health services. This situation becomes more pressing in the specific case of emigrants and immigrants, whose culture and socioeconomic vulnerable situation, especially when there is illness, are brought to the reflection with some empirical demonstration. It is then pointed out the differentiated symptomathology of some diseases among natives and foreigners and mainly it is sketched a typology of pathologies, namely, those that are imported, acquired and adapted. The precariousness of the health among immigrants must then be correlated not only with cultural-type variables, but also with different socioeconomic conditions, especially in the labour market.

Maria Engrácia Leandro

Inégalités sociales dans la santé et dans la maladie: l'affaire immigrante

Ce texte, en commençant par une assertion sur l'impact des inégalités sociales dans la santé des citoyens, en soulignant que celui-ci n'est pas exclusivement rattaché avec facteurs biogénétiques, va centrer ensuite ce problème autour de la santé des migrants. Nonobstant les énormes avancements technoscientifiques, à savoir dans la médecine, qui rendent possible le traitement de plusieurs pathologies, jugées jusqu'à récemment comme irréversibles, là persistent des inégalités dans l'accès à la santé et aux moyens de lutter contre la maladie, inégalités qui dérivent de plusieurs facteurs comme le type de profession, la situation économique, le statut social, le régime alimentaire, les conditions d'habitation, les normes d'hygiène, les degrés d'enseignement, le loisir et la qualité de la vie, le (dis)fonctionnement de la famille, le stress et, finalement mais non moins important, la possibilité ou non d'accéder aux services de santé. Cette situation devient plus urgente dans le cas spécifique d'émigrants et d'immigrants, dont la culture et la vulnérable situation socio-économique, surtout quand il y a la maladie, sont apportées à la réflexion avec une démonstration empirique. Il est alors montré la symptomatologie différencié de quelques maladies parmi les indigènes et les étrangers et surtout il est esquissé une typologie de pathologies, à savoir, ceux qui sont importés, acquis et adaptés. La précarité de la santé parmi les immigrants doit alors être corrélée pas seulement avec les variables de type culturel, mais aussi avec de différentes conditions socio-économiques, surtout dans le marché de travail.

Elísio Estanque

Classes, precariousness and resentment: changes in the labour world and new social inequalities

The present text constitutes a synthesis produced from previous studies around social classes and social inequalities in Portugal. Situating the problem in the current context of economic globalization and of the changes that are taking place in the labour world, we discuss some of the impacts of these processes in Portuguese society and the way they are shaping new lines of segmentation and recomposition of the classes. It is intended, on one side, to show how the global current changes promote new class segments and polarizations (including what we name *overclasses* and *subclasses*) at the same time that they induce new dynamics and divisions in the interior of the so-called middle class. On the other side, we address the effect of these changing tendencies and of labour precariousness at the level of the subjective practices and attitudes, showing the ambiguous character of the Portuguese's attitude toward this matter, oscillating between feelings of acceptance and of resentment. We also discuss which are the conditions and mechanisms – social and institutional – that may translate such feelings in new forms of conflictuality or reframe the situation through new ways of regulation that re-balance the binome State–market on behalf of the reinforcement of social cohesion.

Elísio Estanque

Classes, précarité et ressentiment: changements dans le monde du travail et nouvelles inégalités sociales

Le présent texte constitue une synthèse produite des études précédentes autour des classes sociales et des inégalités sociales au Portugal. En situant le problème dans le contexte actuel de globalisation économique et des changements qui surviennent dans le monde du travail, nous discutons certains des impacts de ces processus dans la société portugaise et la manière comme ils forment nouvelles lignes de segmentation et de recomposition des classes. Nous cherchons, sur un côté, pour montrer comment les changements globaux actuels promeuvent de nouveaux segments de classe et des polarisations (en incluant ce que nous appelons des *surclasses* et des *sous-classes*) en même temps qu'ils encouragent nouvelles dynamiques et divisions dans l'intérieur de la soi-disant classe moyenne. De l'autre côté, nous interrogeons l'effet de ces tendances changeantes et de la précarité du travail au niveau des pratiques et des attitudes subjectives, en montrant le caractère équivoque de l'attitude des Portugais vers cette question, en oscillant entre sentiments d'acceptation et de ressentiment. Nous discutons aussi quels sont les conditions et les mécanismes – sociaux et institutionnels – qui peuvent traduire de tels sentiments dans nouvelles formes de conflictualité ou inverser la situation par de nouvelles voies de règlement qui rééquilibrent le binôme Etat–marché en faveur du renforcement de la cohésion sociale.

Manuel Carlos Silva

Sexual workers in border regions: gender, class origins and social trajectories

In the frame of an on-going collective research on the feminine prostitution in peripheral border zones in Northern Portugal, this text, besides defining the concept of prostitution, contains an overview of the problem inspired by the main sociological perspectives, in way to try to understand and explain the feminine prostitution phenomenon, something that also demands a reflection on the concepts of gender and class, however avoiding a mechanical inference that would be applicable to all types of feminine prostitution. Relying on data collected through a survey and interviews with the prostitutes, it was possible to check that the situation of the prostitutes is due to, as a rule, a set of several factors, such as the class origin and life trajectories, articulated with relations of power in terms of gender, mainly those performed by men toward the female prostitutes, who are then subjected to stereotyping and stigmatization processes. Besides the data of quantitative type, the life-stories reported by the interviewed women report not only their life conditions before and during the practice of prostitution, but also reveal their perceptions and representations toward men, something that requires fitting the phenomenon at several levels of analysis, from the structural to the institutional and organizational dimensions, encompassing also the everyday-life practices and interactions.

Manuel Carlos Silva

Travailleurs sexuelles dans régions frontalières: genre, origines de classe et trajectoires sociales

Dans le cadre d'une recherche collective en cours sur la prostitution féminine dans les zones frontalières périphériques du Nord du Portugal, ce texte, après proposer une définition du concept de prostitution, contient un aperçu du problème inspiré par les principales perspectives sociologiques, en essayant de comprendre et expliquer le phénomène de la prostitution féminine, ce qui demande aussi une réflexion sur les concepts de genre et de classe, en évitant pourtant une inférence mécanique qui serait applicable à tous les types de prostitution féminine. En comptant sur les données obtenues par une enquête et par des interviews avec les prostituées, il était possible de vérifier que la situation des prostituées est motivée, généralement, par un ensemble de plusieurs facteurs, comme l'origine de classe et les trajectoires de vie, articulées avec les relations de pouvoir du point de vue du genre, surtout ceux qui engagent les hommes vers les femmes prostituées, qui sont alors faites subir des stéréotypes et des processus de stigmatisation. En plus des données de type quantitatif, les histoires de vie racontées par les femmes interviewées signalent pas seulement leurs conditions de vie auparavant et pendant la pratique de prostitution, mais révèlent aussi leurs perceptions et représentations vers les hommes, ce qui oblige a situer le phénomène à plusieurs niveaux d'analyse, du niveau structurel aux dimensions institutionnelles et d'organisation, en couvrant aussi les pratiques et interactions de la vie quotidienne.

Helena Machado

Discursive transactions in judicial context – masculine and feminine constructions

Such as in other dimensions of social life, the judicial context projects, through the discursive transactions between different social actors, relations of asymmetry and inequality of diversified nature. Gender and social class differentiations are emphasized and reinforced in the contexts where there is an interaction between, on one side, judges and on the other, citizens deprived of economic and cultural power.
The fieldwork carried out by the author in a district court and in the context of the investigation of children's paternity, allowed to identify a sexist bias that reaffirms cultural models that support the naturalization of the differences between women and men, settled on a differentiation of sexual roles, with wide repercussions in the configuration of the parental roles and of the dominant ways of the families' organization. In the context of the asymmetrical power relations that are developed within courts, especially in the investigation of paternity, the analysis is mostly centred at the gender differentiation, by means of the projection of masculinity and femininity models.
It is sustained in this work that the overlooking occurring on the judicial machine, regarding the social and cultural specificities of the more deprived – in terms of cultural capital – citizens, creates barriers of communication that obstruct an effective democratization in the access to justice. This social phenomenon affects especially women, who tend to have a more negative image of the courts and to show more difficulties in the mobilization of the required cultural resources for an efficient performance in the legal system context. Indeed, that is in agreement with the larger distance that women in general take toward public institutions, given the existence of a patriarchate system that conveys them principally for the private sphere and that masculinizes the State and the public sphere.

Helena Machado

Transactions discursives dans le contexte judiciaire – constructions masculines et féminines

Comme dans d'autres dimensions de la vie sociale, les contextes judiciaires projettent, par des transactions discursives entre les acteurs sociaux, relations d'asymétrie et d'inégalité de nature diversifiée. Le genre et les différentiations de classe sociales sont accentués et renforcés dans les contextes où il y a une interaction entre, sur un côté, juges et sur l'autre, les citoyens privés de pouvoir économique et culturel.
Les recherches sur le terrain réalisées par l'auteur dans un tribunal de première instance et dans le contexte de l'enquête de la paternité d'enfants, permise d'identifier un détour sexiste qui réaffirme les modèles culturels qui soutiennent la naturalisation des différences entre les femmes et les hommes, assises sur une différentiation de rôles sexuels, avec de larges répercussions dans la configuration des rôles parentaux et des formes dominantes de l'organisation des familles. Dans le contexte des relations asymétriques de pouvoir qui sont développées dans les tribunaux, surtout dans l'enquête de paternité, l'analyse est surtout centrée dans la différentiation de genre, par la projection de modèles de féminité et de masculinité.
Il est soutenu dans ce travail que l'inattention, vérifiée dans l'appareil judiciaire, quant aux spécificités sociales et culturelles des citoyens plus dépossédés du point de vue du capital culturel, crée des barrières de communication qui rendent difficile une démocratisation efficace dans l'accès à la justice. Ce phénomène social affecte surtout les femmes, qui ont tendance à avoir une image plus négative des tribunaux et à montrer plus de difficultés avec la mobilisation des ressources culturelles nécessaires pour une performance efficace dans le contexte du système judiciaire. Tandis, ça va être d'accord avec la plus grande distance que les femmes prennent en général vers les institutions publiques, étant donné l'existence d'un système patriarcale qui les remet principalement pour la sphère privée et que masculinise l'État et la sphère publique.

Ana Sofia da Silva Leandro

Differences and inequalities. The delivery and the responsibility for the child after the conjugal disunity

The question of social inequalities is characterized here, taking as a main background the place of the child in a context of divorce or separation. To do so, we present an empirical research promoted in 2004 by the Institute of Social Reinsertion, namely its local office in the Portuguese city of Caldas da Rainha. In the centre of the problematic there is also a difference in the way we see divorce and separation: are they just a private question, being connected only with the rules of common law and especially with the contracts between individuals? Or are they particular symptoms of disarray and consequently of a social *risk* that the devices of the social policies should take into account, in the same way as it happens with illness, disability or unemployment? Finally, it is suggested that, given the emergent scenery of the aggravation of the risk of poverty that can reach the single-parent families, it should be granted to the woman a job that allows her a salary compatible with the necessities of her family in conditions of equality with the other families.

Ana Sofia da Silva Leandro

Différences et inégalités. La livraison et la responsabilité pour l'enfant après la désunion conjugale

La question des inégalités sociales est caractérisée ici, en prenant comme problème principal l'endroit de l'enfant dans un contexte de divorce ou de séparation. Nous présentons, pour faire ça, une recherche empirique promue en 2004 par l'Institut de Réinsertion Sociale, dans son bureau local de la ville portugaise de Caldas da Rainha. Dans le centre de la problématique il y a aussi une différence dans la manière comme nous voyons le divorce et la séparation: est-ce qu'ils sont simplement une question privée, connecté seulement avec les règles du droit civil et surtout avec les contrats entre les individus? Ou sont ils les symptômes particuliers d'une désagrégation et par conséquent d'un risque social dont les dispositifs des politiques sociales devraient tenir compte, de la même façon comme la maladie, l'handicap ou le chômage? Finalement, il est suggéré que, étant donné la perspective d'une aggravation du risque de pauvreté qui peut atteindre les familles monoparentales, il devrait être accordé à la femme un emploi qui lui permet un salaire compatible avec les nécessités de sa famille dans des conditions d'égalité avec les autres familles.

Filipa Capelo, Manuel Carlos Silva e Nelson Dias

Poverty and social exclusion: a case study in a neighbourhood in Algarve

S. Brás de Alportel is a Portuguese municipality marked by its interiority, located in a region strongly dependent on *sun and beach* tourism. The studied neighbourhood, João Rosa Beatriz, was created in the second half of the decade of 1980, in response to an urgent need of social dwellings. It has a tendency to accumulate disqualified, unemployed or marginalized labourers, presenting then a high potential for the rising of social burst situations. The empirical research here reported dealt in great part with the analysis of the registers gathered from a set of interviews, where are highlighted findings such as these multiple vulnerabilities, the gender difference, as well as an image of the public policies conducted on an charity-assistance basis, thus generating a *spatialization* of poverty. Briefly, this neighbourhood is an example of the way how segregated spaces are built as well as of how in those same spaces factors of poverty and of social exclusion are potentiated and multiplied. It is a product of an intervention that aims at the minimizing of these factors, but the results demonstrate their reproduction and maintenance along the existence of the neighbourhood. The multidimensionality of exclusion and poverty demands, necessarily, a multidimensionality in a concerted response, so that it is possible to lessen the negative consequences of the situations, in this case in the context of the social dwelling.

Filipa Capelo, Manuel Carlos Silva e Nelson Dias

Pauvreté et exclusion sociale: une étude de cas dans un quartier du Algarve

S. Brás de Alportel est une municipalité portugaise marquée par son intériorité, trouvé dans une région fortement dépendante sur le tourisme de *plage et soleil*. Le quartier étudié, João Rosa Beatriz, a été créé dans la deuxième moitié de la décade de 1980, en réponse à un besoin urgent d'habitation social. Il a une tendance d'accumuler des travailleurs disqualifiés, sans emploi ou marginalisés, en présentant alors un haut potentiel pour l'avènement de situations d'éclatement social. La recherche empirique ici rapportée a à voir en grande partie avec l'analyse des registres cueillis d'un ensemble d'interviews, où se détachent des résultats comme ces vulnérabilités multiples, la différence de genre, aussi bien qu'une image des politiques publiques accomplies sur une base d'assistance de charité, en produisant ainsi une spatialisation de la pauvreté. Sommairement, ce quartier est un exemple de la manière comment les espaces ségrégées sont construits aussi bien que de comment dans ces mêmes espaces se renforcent et multiplient facteurs de pauvreté et d'exclusion sociale. Le quartier est un produit d'une intervention qui vise la minimisation de ces facteurs, mais les résultats démontrent leur reproduction et maintenance le long de l'existence du quartier. Le caractère multidimensionnel de l'exclusion et de la pauvreté demande, nécessairement, une réponse multidimensionnelle et concertée, pour qu'il soit possible de diminuer les conséquences négatives des situations, dans ce cas-là dans le contexte de l'habitation sociale.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

Indicações gerais

1. *Configurações* – Revista de Sociologia publica trabalhos académicos inéditos em ciências sociais, sob a forma de artigos e recensões de livros, que possam contribuir para enriquecer o conhecimento científico da realidade social, no plano nacional e internacional. Procura-se equilibrar a publicação de trabalhos de investigadores seniores com a disseminação de trabalhos de jovens investigadores, que apresentem qualidade e originalidade.

2. Trabalhos provenientes de áreas afins, considerados com interesse para as ciências sociais, mormente para a Sociologia, poderão ser considerados para publicação. Pode aceitar trabalhos já publicados em língua estrangeira, mas inéditos em português. Os trabalhos originais em língua estrangeira deverão ser traduzidos.

3. Seguindo critérios internacionais de excelência, os trabalhos propostos para publicação são submetidos a avaliação independente por especialistas, em regime de anonimato. Com base nos pareceres emitidos, o Conselho de Redacção pode sugerir aos autores a revisão dos trabalhos.

4. O Conselho de Redacção reserva-se o direito de não publicar os trabalhos recebidos, sendo a decisão comunicada por escrito aos autores e apoiada em pareceres de especialistas.

5. Os artigos propostos devem vir acompanhados de um *curriculum vitae* resumido do(s) autor(es), contendo: nome, situação profissional, instituição/organização onde desenvolve a sua actividade, endereço, telefone, fax, e-mail.

6. Os trabalhos devem ser remetidos, em duplicado, para a seguinte morada: Revista *Configurações* – Núcleo de Estudos em Sociologia, A/c Drª Sofia Oliveira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga Portugal.

Os artigos devem obedecer às seguintes regras formais:

1. Dactilografados em páginas A4, a espaço e meio e tamanho de caracteres 12, acompanhados de uma disquete com o respectivo ficheiro em Word, com indicação da versão usada.

2. Poderão ter como limite máximo aconselhável cerca de 25 páginas, incluindo notas, bibliografia, quadro, gráficos e figuras. Deve também ser apresentado um resumo do artigo com um limite máximo de 500 caracteres, em português, inglês e francês.

3. As transcrições deverão ser colocadas entre aspas e os vocábulos em língua estrangeira deverão ser formatados em itálico.

4. Quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, com numeração árabe, para cada um dos elementos respectivos.

5. Os ficheiros originais dos quadros, gráficos e figuras devem ser enviados juntamente com o ficheiro do Word, quer sejam ficheiros de Excel, quer sejam ficheiros de outras programas (neste caso devem ser gravados na extensão JPG, GIF ou EPS).

6. As titulações deverão ser apresentadas em numeração árabe.

7. As notas de pé de página serão numeradas, sem parênteses, de forma contínua, do princípio ao fim do artigo.

8. A norma de citação adoptada será a anglo-saxónica (autor-data).

8.1. A bibliografia, apresentada de forma alfabeticamente ordenada e presente no final do artigo, obedecerá às seguintes regras:

- Apelido, Nome próprio (ano), Título do livro, Local de edição, Editor
- Apelido, Nome próprio (ano), Título do texto, Nome da revista, Volume, número, páginas
- Apelido, Nome próprio (ano), Título do texto, Nome próprio
- Apelido (org.), Título da Colectânea, Local de edição, Editor

Para trabalhos individuais:

- Autor/editor (ano), Título, [Tipo de suporte], Protocolo disponível: Site//Path [data de acesso]

Artigos de revistas:

- Autor (ano, mês, dia), Título, Título da revista [Tipo de suporte], volume, páginas ou indicador de extensão, Disponível: Site/Path [data de acesso]

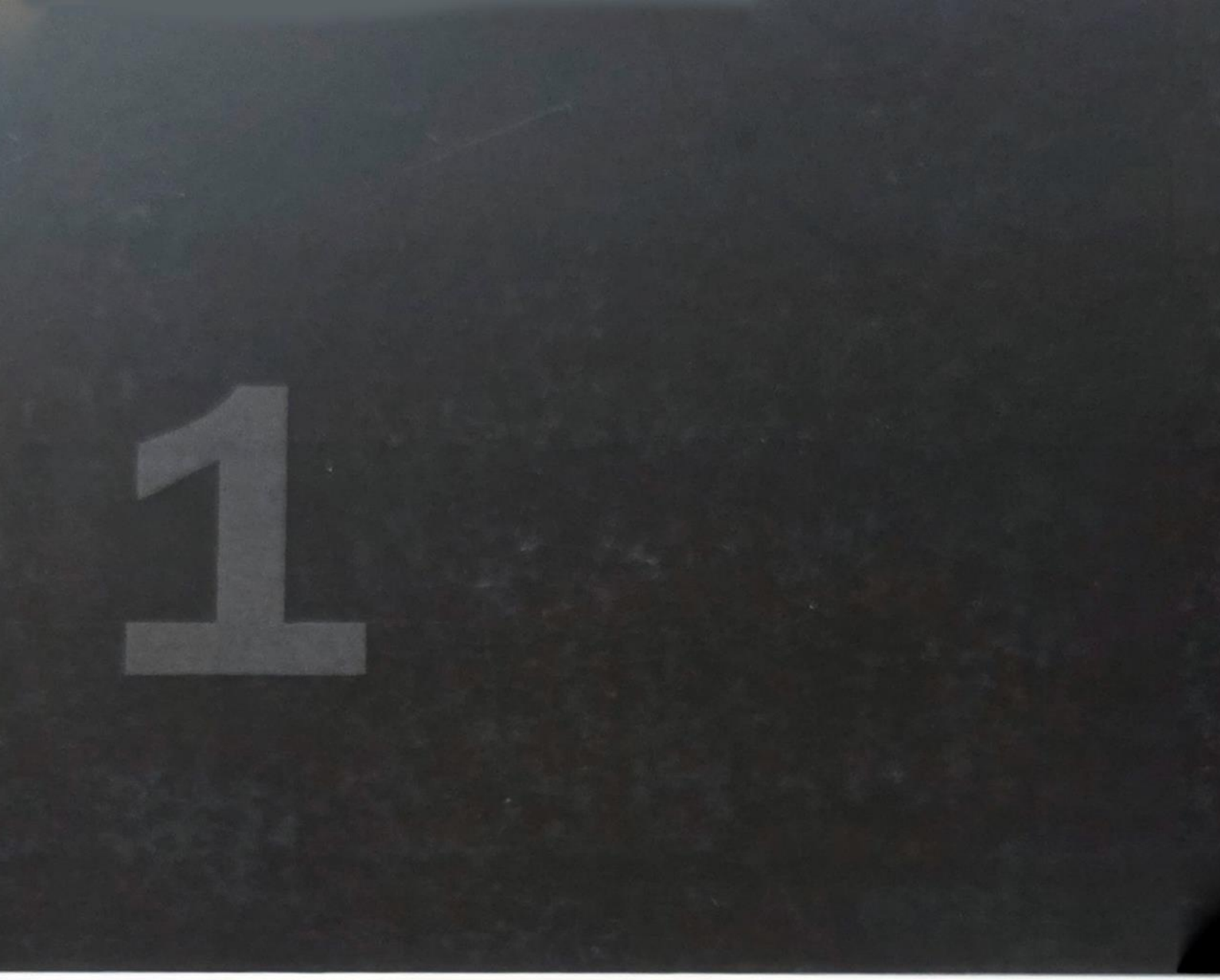
8.2. Para os recursos electrónicos serão usadas as seguintes regras:

Mensagens de Discussions lists:

- Autor (ano, mês dia), assunto da mensagem, Discussion List [Tipo de suporte], E-mail disponível: DISCUSSION-LIST@mail. endereço [data de acesso]

Os originais devem ser enviados em duplicado por correio em suporte de papel; são necessárias duas cópias e uma disquete com o respectivo ficheiro em formato Word, dirigidos à seguinte morada: Revista *Configurações* – Núcleo de Estudos em Sociologia, A/c Drª Sofia Oliveira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga Portugal.

Próximo número da revista: *Tecnologia e Configurações do Humano.*



Universidade do Minho
Núcleo de Estudos em Sociologia Instituto de Ciências Sociais

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR